

João Marcelo Vela

**O CARÁTER EDUCATIVO DOS/NOS MOVIMENTOS SOCIAIS  
URBANOS: o caso da Ocupação Palmares em Florianópolis/SC**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção de Grau de Mestre em Geografia.

Orientação: Profa. Dra. Rosa Elisabete Militz Wypczynski Martins.

Agência financiadora: CNPq

Linha de pesquisa: Geografia em Processos Educativos.

Florianópolis  
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Vela, João Marcelo  
O CARÁTER EDUCATIVO DOS/NOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS  
: O caso da Ocupação Palmares em Florianópolis/SC / João  
Marcelo Vela ; orientadora, Rosa Elisabete Militz  
Wypyczynski Martins - Florianópolis, SC, 2015.  
297 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa  
de Pós-Graduação em Geografia.

Inclui referências

1. Geografia. 2. Educação não formal. 3. Movimentos  
sociais. 4. Territorialização. 5. Ocupação Palmares. I.  
Martins, Rosa Elisabete Militz Wypyczynski. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós  
Graduação em Geografia. III. Título.

João Marcelo Vela

**O CARÁTER EDUCATIVO DOS/NOS MOVIMENTOS SOCIAIS  
URBANOS: o caso da Ocupação Palmares em Florianópolis/SC**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Geografia”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em Geografia.

Florianópolis, 18 de agosto de 2015.

---

Prof. Dr. Aloysio Marthins de Araújo Junior  
Coordenador do PPGG/UFSC

**Banca Examinadora:**

---

Profa. Dra. Rosa Elisabete Militz Wypczynski Martins  
Orientadora  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Orlando Ednei Ferretti  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Francisco Canella  
Universidade do Estado de Santa Catarina

---

Profa. Dra. Ana Maria Hoepers Preve  
Universidade do Estado de Santa Catarina



## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à minha família. Ao meu pai, Paulo, e à Raquel, por todo o suporte e o carinho, e por compreenderem o meu distanciamento. À Thaíze, por ser uma irmã perfeita e com o coração do tamanho do mundo. Ao Rafael, o qual eu gostaria muito que pudesse estar por perto. Ao Paulo, por ser meu grande exemplo de responsabilidade e superação, e por ter me carregado de um lado para o outro, ensinando as coisas da vida e cuidando de mim desde que eu era apenas um moleque querendo crescer antes da hora. À minha mãe, Fátima, pelo carinho, cuidado, respeito e apoio em todas as minhas decisões desde sempre. Por acreditar em mim mais até do que eu mesmo conseguiria, e por compreender que essa fase passaria e poderemos, enfim, ir à praia juntos/as.

Agradeço a todas as companheiras e companheiros dos espaços de militância e projetos dos quais já participei (como o movimento estudantil de geografia, o CMI, a Rádio Tarrafa, a AGB, a CAB e a FALM, a Revolução dos Baldinhos do CEPAGRO e o EJA-Médio do PRONERA), com as/os quais pude comprovar que esse mundo, o mundo ao avesso, está grávido de um outro mundo possível, onde caibam muitos mundos.

Às professoras e professores, funcionárias e funcionários, do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina, do Curso de Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia, e às/aos colegas de curso, por me ensinarem o que é a geografia e como ela é apaixonante. À professora Rosa, pela orientação, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por possibilitar que essa pesquisa tenha sido concretizada.

A todas as minhas amigas e amigos, por estarem sempre presentes e compreenderem as minhas ausências, e também a todas/os as/os que estiveram por perto e foram importantes nesse período. À Ana Rosa, Bob, Caio, Khaled, Cazé, Cesinha, Cris, Fran, Gabi, Julinha, Leyli, Boca, Lou, Luíza, Mari T., Mineiro, Mi, Pablito, Tarso, JG, Taia, Nya, Mari Q., Lidia, Gencen, Pietro, Rachel, Letícia, Vanessa, Bode, Bilck, Léo, Gui Linheira, Elena, Glau, Orlando, Paçoca, Flecha, Ana de Angelo, Mayã, Fabrício, Marília, Renata, Lara, Bruna C., Brunão, Felipe F., Renan F., Renan D., Pablo F., Nelson Rego, Isabela F., May Vivian, Pablo M., Lari, Jorge, Nico, Pola, Machi, Denis, Guto e Rene.

Agradeço muito a todas as moradoras e moradores da Ocupação Palmares, por me ensinarem tantas coisas e por me receberem sempre de braços abertos em suas casas.

Agradeço especialmente às amigas Camila, Luciana, Luisa e Maíra, por todo amor e companheirismo, por me conhecerem tão bem e estarem sempre ao meu lado, por levantarem a minha autoestima nos momentos difíceis, e por me mostrarem que tudo ficaria bem.

Agradeço também à Clau e à Márcia, por todo apoio e carinho que me dedicaram nesse momento da minha vida, sendo sempre tão amáveis. Finalmente, agradeço muito à Lívia. Por todo o amor, cuidado e paciência. Por estar o tempo todo me fazendo companhia, mesmo que à distância. Por me acalmar, me incentivar, me auxiliar e me fazer rir em momentos complicados, das melhores maneiras possíveis. Por me trazer leveza, alegria e liberdade, e por estar sempre disposta a se jogar comigo pelo mundo.

No dia em que o morro descer e não for  
carnaval  
não vai nem dar tempo de ter o ensaio geral  
e cada uma ala da escola será uma quadrilha  
a evolução já vai ser de guerrilha  
e a alegoria um tremendo arsenal  
o tema do enredo vai ser a cidade partida  
no dia em que o couro comer na avenida  
se o morro descer e não for carnaval  
O povo virá de cortiço, alagado e favela  
mostrando a miséria sobre a passarela  
sem a fantasia que sai no jornal  
vai ser uma única escola, uma só bateria  
quem vai ser jurado? Ninguém gostaria  
que desfile assim não vai ter nada igual  
*Composição: Paulo Cesar Pinheiro, 1993.*

Este mundo de mierda está embarazado de  
otro mundo posible,  
diferente y difícil de parir, pero que ya esta  
latiendo.

*Eduardo Galeano, Plaza Catalunya,  
mai. 2011*



## RESUMO

O estudo desenvolvido na linha de pesquisa “Geografia em Processos Educativos” teve por objetivo compreender o caráter educativo dos movimentos sociais com base na análise da trajetória de uma ocupação urbana localizada no Maciço do Morro da Cruz, em Florianópolis/SC. Para isso, primeiramente buscou-se contextualizar o modelo de urbanização seguido no Brasil através de uma análise histórica das principais correntes de planejamento urbano, além de como o próprio planejamento urbano foi utilizado como uma forma de ocultar os reais problemas urbanos voltando-se apenas à cidade oficial e, muitas vezes, ignorando as áreas de territorialização da pobreza urbana. Na sequência, buscou-se demonstrar como a urbanização brasileira apoiou-se na territorialização precária e ilegal da população de baixa renda como uma forma de intensificar o seu desenvolvimento e a acumulação de capital mediante o pagamento de baixos salários a trabalhadores e trabalhadoras. A territorialização da pobreza foi compreendida como um modo de resistência, com destaque às territorializações em áreas centrais dos espaços urbanos, devido ao fato de constituírem um enfrentamento às pressões da especulação imobiliária e segregação espacial, que tendem a fazer com que ocupem localidades mais periféricas e distantes do comércio e da disponibilidade de empregos formais e informais. Levou-se em consideração que a percepção da falta de direitos e cidadania, bem como de outros problemas gerados pelos conflitos e relações de poder de uma sociedade heterônoma, tem a possibilidade de gerar ativismos e movimentos sociais e que estes possuem em si um caráter educativo. Isto é, os movimentos sociais são sujeitos coletivos que constroem no decorrer de seu processo organizativo (que é também educativo) experiências de educação não formal. A pesquisa focou-se então na análise de seu sujeito, a Ocupação Palmares, e de seu processo organizativo. Com isso procurou-se demonstrar as experiências educativas que foram se construindo na medida em que o movimento socioterritorial foi se organizando e estabelecendo objetivos em comum entre os diferentes indivíduos envolvidos, a partir de intencionalidades compartilhadas. O caráter educativo foi entendido como algo que se dá no movimento social, mas que vai para além dele, criando relações de ensino-aprendizagem até mesmo com os seus oponentes e, de modo geral, com toda a sociedade. Isto ocorre devido ao fato de temas socialmente relevantes serem trazidos à tona por meio da repercussão das ações dos sujeitos coletivos-movimentos sociais, uma vez que tais

temáticas são recorrentemente ignoradas ou negligenciadas na educação formal, nas mídias corporativas e na política institucional. Logo, esta pesquisa procurou também conceder visibilidade tanto aos movimentos sociais como às demandas que os levam a se organizar.

**Palavras-chave:** Urbanização; Movimentos sociais; Territorialização; Educação não formal; Ocupação Palmares.

## ABSTRACT

The present study which was developed within the research area of “Geography in Educational Processes” has an aim to understand the educational nature of social movements through the analysis of the trajectory of an urban settlement taking place on the Maciço do Morro da Cruz, in Florianópolis/SC. Therefore, firstly it was sought to contextualize the urbanization model which took place in Brazil through a historical analysis of the main urban planning schools of thought, in addition to comprehend the way in which the urban planning itself was used as a tool to conceal the real urban problems faced in the country, focusing solely on the official city and recurrently ignoring areas of territorialization of urban poverty. Furthermore, it was sought to demonstrate how Brazilian urbanization leaned against precarious and illegal territorialization of the low-income population as a way to intensify its development and capital accumulation by paying low wages to workers. The territorialization of poverty was understood as a method of resistance, especially the ones taking place in central areas within urban spaces, as they consist in a confrontation to the pressures of real estate speculation and spatial segregation. Such situation causes these low-income workers to usually occupy more peripheral and remote locations, far from trade and availability of formal and informal jobs. It was taken into account that the perceived lack of civil rights, as well as other issues caused by conflicts and power relations within a heteronomous society, has the ability to generate activism and social movements that have a certain educative character. That is, social movements are collective subjects that build in the course of its organizational process (which is also educational) non-formal education experiences. Thus, this research focused on the analysis of its main subject, the Ocupação Palmares, and its organizational process. With that, it was sought to demonstrate the educational experiences that were built during the process of organizing and establishing objectives in common between the different individuals that were involved in this socio-territorial movement. The educative character was understood as something which is created within the social movement, but that goes beyond it, creating teaching and learning relations even with its opponents and society as a whole. This occurs because themes of social relevance are brought to light through the repercussion of actions of these movements and social groups, once such themes are often ignored and/or neglected in corporate media, formal education and institutional

policy. Therefore, this research also sought to provide visibility to social movements and the demands that lead them to get organized.

**Keywords:** Urbanization; Social movements; Territorialization; Non-formal education; Ocupação Palmares.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vista de parte da Ocupação Palmares a partir de sua entrada. .....	23
Figura 2 - Áreas de territorialização da pobreza urbana na área conturbada de Florianópolis.....	131
Figura 3 - Representação da localização do MMC na área central de Florianópolis. ....	137
Figura 4 - Localização dos assentamentos precários na área central de Florianópolis e no MMC.....	138
Figura 5 - Representação cartográfica das comunidades do MMC e seus sistemas viários. ....	149
Figura 6 - Vista do entardecer a partir da entrada da Ocupação Palmares. .....	153
Figura 7 - Morador observando seus pertences e sua casa demolida, no dia 01 de agosto de 2013. ....	155
Figura 8 - Vista de uma das casas da Ocupação Palmares a partir da rodovia.....	170
Figura 9 - Moradores/as da ocupação em marcha com a rede de apoio. .....	186
Figura 10 - Faixa pintada por moradores/as da Ocupação Palmares... ..	187
Figura 11 - Funcionários iniciando a demolição de uma casa.....	189
Figura 12 - Funcionário demolindo, com uma marreta, a casa já vazia. .....	189
Figura 13 - <i>Print screen</i> de notícia sobre a demolição de uma casa na Ocupação Palmares. ....	191
Figura 14 - Cartaz produzido pelo MPL-Floripa em apoio à Ocupação Palmares. ....	197
Figura 15 - Reunião realizada após ocupação do saguão do prédio da PMF.....	199
Figura 16 - Primeiro panfleto da Ocupação Palmares (frente).....	208
Figura 17 - Primeiro panfleto da Ocupação Palmares (verso).....	209
Figura 18 - Representação da área aproximada da Ocupação Palmares inserida em uma ZEIS. ....	213
Figura 19 - Panfleto de divulgação da manifestação do dia 18 out. 2013. .....	217
Figura 20 - Reunião realizada no dia 21 out. 2013.....	218
Figura 21 - “Marcha dos Amarelos” ocupando a Avenida Beira Mar Norte.....	226

Figura 22 - “Marcha dos Amarildos” passando pela Ponte Hercílio Luz. .....	227
Figura 23 - Tropa de Choque da PMSC e pertences dos moradores desalojados.....	231
Figura 24 - Empresa contratada levando os bens confiscados.....	231
Figura 25 - Calendário feminista de atividades da semana do Dia Internacional da Mulher (2014). .....	234
Figura 26 - Manifestantes organizando almoço em frente à sede da PMF/Floram.....	235
Figura 27 - Manifestantes entoando palavras de ordem em frente à PMF. .....	236
Figura 28 - Fiscal da Floram em frente a uma casa numerada pela PMF. .....	238
Figura 29 - Fiscais dialogando com moradores/as.....	239
Figura 30 - Cartaz da campanha do agasalho em solidariedade à Ocupação Palmares.....	241
Figura 31 - <i>Print screen</i> dos horários da linha de ônibus Transcaeira no sítio virtual do Consórcio Fênix.....	250
Figura 32 - Proposta de trajeto para o teleférico do MMC. ....	251
Figura 33 - Identidade visual feita pela Ocupação Palmares para a sua Associação de Moradores. ....	253
Figura 34 - Operação realizada no dia 16 jul. 2015, com a demolição de duas construções. ....	258

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros  
ALESC - Assembleia Legislativa de Santa Catarina  
APL - Área de Preservação com Uso Limitado  
APP - Área de Preservação Permanente  
CAPROM - Centro de Apoio e Promoção do Migrante  
CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento  
CCAP - Coletivo Catarina de Advocacia Popular  
CEDEP - Centro de Educação e Evangelização Popular  
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe  
CFH - Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
CMI-Floripa - Centro de Mídia Independente de Florianópolis  
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
DAS - Departamento de Automação e Sistemas  
Dhesca Brasil - Plataforma de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais  
EC - Estatuto da Cidade  
EJA - Educação de Jovens e Adultos  
EUA - Estados Unidos da América  
FALM - Frente Autônoma de Luta por Moradia  
FLORAM - Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis  
FMI - Fundo Monetário Internacional  
FMMC - Fórum do Maciço do Morro da Cruz  
FNUR - Fórum Nacional pela Reforma Urbana  
GMF - Guarda Municipal de Florianópolis  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis  
LAAM - Laboratório de Análises Ambientais  
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
LGBT - Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros  
MC - Ministério das Cidades  
MMC - Maciço do Morro da Cruz  
MNRU - Movimento Nacional pela Reforma Urbana  
MPL-Floripa - Movimento Passe Livre de Florianópolis  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
OMC - Organização Mundial do Comércio  
ONGs - Organizações não Governamentais  
ONU - Organização das Nações Unidas

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento  
PC do B - Partido Comunista do Brasil  
PDP - Plano Diretor Participativo  
PDT - Partido Democrático Trabalhista  
PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis  
PMHIS - Plano Municipal de Habitação de Interesse Social  
PMSC - Polícia Militar de Santa Catarina  
PNDU - Política Nacional de Desenvolvimento Urbano  
PPS - Partido Popular Socialista  
PSB - Partido Socialista Brasileiro  
PT - Partido dos Trabalhadores  
PV - Partido Verde  
SMDU - Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano  
SME - Secretaria Municipal de Educação  
SMHSA - Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental  
SPU - Superintendência do Patrimônio da União  
TICEN - Terminal de Integração do Centro  
TVBV- TV Barriga Verde  
UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina  
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina  
UN-HABITAT - Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas  
ZEIS - Zona Especial de Interesse Social

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>CAPÍTULO 1 – A PRODUÇÃO IDEOLÓGICA DO ESPAÇO URBANO BRASILEIRO</b> .....	27
1.1. AS ORIGENS DO PROBLEMA: URBANIZAÇÃO E LUTA DE CLASSES.....	27
1.2. A INDISSOCIABILIDADE ENTRE ESPAÇO E TEMPO....	31
1.3. PLANEJAMENTO URBANO: IDEOLOGIA, DOMINAÇÃO E SEGREGAÇÃO .....	34
1.3.1. 1875-1930: embelezar e higienizar .....	38
1.3.2. 1930-1990: a eficiência de segregar .....	47
1.3.3. A realidade após 1990: o mercado é quem dita as leis ...	57
1.3.4. O Estatuto da Cidade: uma faca de dois gumes.....	69
<b>CAPÍTULO 2 – A TERRITORIALIZAÇÃO COMO RESISTÊNCIA E O CARÁTER EDUCATIVO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS</b> .....	73
2.1. ATIVISMOS E MOVIMENTOS SOCIAIS: CONCEITUAÇÕES E DISTINÇÕES NECESSÁRIAS .....	75
2.2. FAVELIZAÇÃO E ILEGALIDADE: “UM MAL NECESSÁRIO” .....	84
2.3. A TERRITORIALIZAÇÃO COMO RESISTÊNCIA .....	89
2.4. TERRITÓRIO, CIDADANIA E O CARÁTER EDUCATIVO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS .....	100
2.5. A REDESCOBERTA DA EDUCAÇÃO PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL.....	109
<b>CAPÍTULO 3 – TERRITORIALIZAÇÃO COMO RESISTÊNCIA E O CARÁTER EDUCATIVO DA OCUPAÇÃO PALMARES</b> .....	121
3.1. BREVE HISTÓRICO DA TERRITORIALIZAÇÃO DA POBREZA EM FLORIANÓPOLIS.....	121
3.2. O MACIÇO DO MORRO DA CRUZ (MMC) .....	135
3.3. A OCUPAÇÃO PALMARES: UM MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL.....	151
3.4. A OCUPAÇÃO PALMARES E SUA ORGANIZAÇÃO: A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL EM MOVIMENTO .....	181

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>261</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>269</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>277</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>281</b>

## INTRODUÇÃO

O espaço geográfico, entendido como o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 1996), expressa em si a lógica do capital e as inúmeras relações de poder inseridas na complexidade das relações sociais. Essas relações de poder são responsáveis por reproduzir as mais diversas formas de opressões, preconceitos e injustiças sociais, desencadeando na sociedade conflitos relacionados a uma grande variedade de questões, como por exemplo, de classe (exploração do trabalho), de gênero (machismo), de sexualidade (LGBTfobia), de raça (racismo), de etnia (exclusão étnica), do meio ambiente (degradação socioambiental), da falta de participação popular, da falta de acesso a bens de consumo coletivo, da falta de acesso à terra, à moradia e ao transporte, etc. Como resistência, muitos grupos sociais, de variados matizes, organizam-se de modo a combater esses problemas através de demandas e reivindicações concretas, constituindo ativismos que, ao longo do tempo e conforme seus níveis de organização, podem transformar-se em movimentos sociais. Os movimentos sociais são, portanto, expressões de poder da sociedade civil organizada e, independentemente do tipo de suas demandas, sempre se desenvolvem num contexto de correlação de força social, caracterizando-se como processos político-sociais (GOHN, 2006). Deste modo, colocam em evidência temas relevantes para a sociedade que são invisibilizados, negligenciados e marginalizados pela política institucional e pelos meios dominantes de comunicação e educação/escolarização, ao mesmo tempo em que, ao dialogarem sobre esses e outros temas no seu processo organizativo, desenvolvem em seus próprios espaços coletivos relações educativas. Daí decorre nosso entendimento de que os movimentos sociais têm um caráter educativo. Isto é, os movimentos sociais são sujeitos coletivos que constroem no decorrer de seu processo organizativo experiências de educação não formal. Considerando que a educação não formal tem como finalidade desvendar o conhecimento do mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais, com objetivos que não existem *a priori*, mas são construídos nos processos interativos, através de intencionalidades em comum, gerando processos educativos.

Os movimentos sociais, deste modo, educam-se internamente ao organizarem-se em torno de suas demandas e reivindicações e, a partir de sua estratégia e suas táticas, estabelecem relações educativas com os demais atores (inclusive seus opositores) que, de alguma forma,

entram em contato ou tomam conhecimento do conflito ao qual fazem parte e buscam solucionar.

Os processos de territorialização são expressões espaciais dos conflitos sociais, as formas como as múltiplas relações de poder se estabelecem no espaço – sendo que as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre substratos referenciais constituem os territórios (SOUZA, 2011). A grande contradição existente no desenvolvimento da sociedade capitalista, a luta de classes, pode ser percebida através das diferentes formas em que o poder se manifesta no espaço: a apropriação e a dominação. Os territórios apropriados são utilizados à serviço das necessidades e possibilidades de uma coletividade, indo além da concepção e uso funcionalista do espaço, possibilitando uma relação simbólica e identitária. Já os territórios dominados são espaços caracterizados por uma concepção e uso utilitarista e funcionalista, onde a principal finalidade é o controle dos processos naturais e sociais, por meio das técnicas, submetendo-os à lógica da produção e do consumo (PEDON, 2013).

Essa contradição é responsável pela grande concentração de terras e imóveis no campo e na cidade, decorrente do predomínio da lógica de territorialização como dominação por parte dos agentes hegemônicos. Isso tem influência direta nas desigualdades socioespaciais presentes na (semi)periferia do sistema capitalista, marcando as suas paisagens com grandes veios de concentração de pobreza que afloram de modo irregular/ilegal, como podem, em meio à cidade “oficial”. O Brasil possui cerca de 80% da sua população vivendo nos espaços urbanos (MARICATO, 2011). Isso se deve, em grande medida, à gigantesca concentração de terras no campo<sup>1</sup>, decorrente da não realização da reforma agrária e do desenvolvimento do agronegócio e monoculturas, com o conseqüente êxodo rural de grandes contingentes de trabalhadores/as. O modelo de urbanização seguido no Brasil, sem a regulação entre os salários dos/as trabalhadores/as e o preço das moradias, e sem reformas urbanísticas democratizantes, deixou uma grande parcela da população excluída do

---

<sup>1</sup> Conforme os estudos de Hoffmann e Ney (2010) houve uma estabilidade da desigualdade fundiária no Brasil entre os Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006. De acordo com os autores, a proporção da área total ocupada pelos 50% menores empreendimentos agrícolas é igual a 2,2%, ao passo que os 10%, 5% e 1% maiores empreendimentos se apropriam, respectivamente, de 79,4%, 69,1% e 41,9% da área total.

mercado formal de habitação<sup>2</sup>. Nessa urbanização acelerada e desordenada, a população pobre não teve reconhecido seu direito à moradia. As cidades foram se desenvolvendo e se expandindo e, paralelamente, houve a criação de vazios urbanos, objetos de especulação imobiliária. Esse processo gerou um “ciclo vicioso”, em que as áreas de expansão recebem infraestruturas e valorizam o solo, criando novos vazios que passam a se valorizar, ao passo que valorizam cada vez mais os vazios das áreas centrais. Diante disso, a tendência para a pobreza urbana, devido às pressões segregadoras da especulação imobiliária, passa a ser afastar-se dessas áreas centrais.

Considerando-se o exposto, foi estabelecido como objetivo geral desta pesquisa analisar como o caráter educativo se manifesta no decorrer do processo organizativo de um movimento social urbano. Para isso, optou-se por investigar uma ocupação urbana de luta por moradia localizada na região central do município de Florianópolis/SC, a Ocupação Palmares. Esta escolha se deu, para além da proximidade do autor com a referida ocupação<sup>3</sup>, como uma forma de também buscar atingir os objetivos específicos, que são:

- Analisar como a urbanização brasileira se desenvolveu historicamente, produzindo casos de territorialização precária como o da Ocupação Palmares;
- Analisar a territorialização da pobreza e de movimentos sociais/socioterritoriais populares urbanos como uma forma de resistência à urbanização excludente;
- Analisar a resistência à urbanização excludente como uma forma de explicitar, de modo educativo, seus reais problemas;
- Descrever o histórico do processo organizativo da Ocupação Palmares, compreendendo-o como um processo educativo.

Nosso sujeito de pesquisa – Ocupação Palmares (cf. Figura 1) – é constituído por pessoas e famílias de baixa renda que têm as suas

---

<sup>2</sup> No Brasil, cerca de 40% das famílias urbanas não têm a propriedade ou qualquer documento legal de reconhecimento da posse dos terrenos onde moram (MARICATO, 2011).

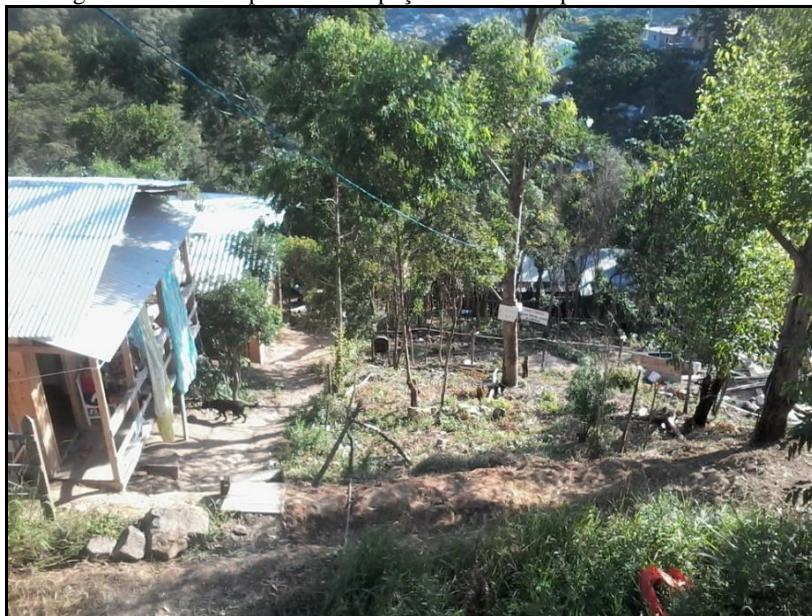
<sup>3</sup> A proximidade do autor com o sujeito de pesquisa iniciou-se em julho de 2013 e se mantém até a atualidade. O interesse por esse estudo parte, além da experiência da militância, de uma vivência acadêmica mais voltada a trabalhos com extensão universitária, em diferentes comunidades e movimentos sociais.

histórias marcadas por processos excludentes. São, em grande parte, mão-de-obra migrante que se mudou para Florianópolis buscando empregos no ramo da construção civil. Isso caracteriza a grande contradição dos/as construtores/as sem moradia, o que foi um dos elementos que impulsionaram o início desta pesquisa. Porém, a problemática que fez com que a pesquisa se tornasse realidade foi a busca pela compreensão do caráter educativo dos movimentos sociais.

A Ocupação Palmares está localizada no alto do Maciço do Morro da Cruz (MMC), em uma área central do município de Florianópolis, entre as comunidades Serrinha I e Alto da Caeira do Saco dos Limões. Esta ocupação tem uma ótima localização em termos de proximidade com o Centro da cidade e os bairros próximos à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) – onde há um setor de serviços pulsante, com diversas oportunidades de empregos, o que também influencia nos elevados valores dos imóveis.

A ocupação da área foi iniciada no segundo semestre do ano de 2012. Porém, esta ocupação só passou a constituir-se enquanto comunidade, com maior número de casas, no ano seguinte, quando mais famílias que viviam de aluguel em diferentes áreas do MMC, e também de outras partes da cidade, passaram a ocupar a área. No início do mês de julho de 2013, veio à tona a situação da ocupação por meio da mídia corporativa, em decorrência da cobertura de uma ação de despejo efetuada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) para casas construídas na localidade. Este fato ocasionou a aproximação de diferentes grupos envolvidos com a questão da luta por moradia na Grande Florianópolis.

Figura 1 - Vista de parte da Ocupação Palmares a partir de sua entrada.



Fonte: Do autor (fev. 2014).

A metodologia de pesquisa adotada foi baseada principalmente na observação participante, através da convivência do autor com o sujeito de pesquisa ao longo de dois anos, desde o momento em que se iniciou o seu processo organizativo. Relatos de campo foram produzidos de modo a aproveitar ao máximo os momentos de interação com as pessoas moradoras e ativistas da Ocupação Palmares, o que foi de grande importância no momento de revisitar a sua história e colocá-la nestas páginas. Para complementar as informações, optou-se por entrevistar algumas pessoas que estiveram intensamente envolvidas no processo de organização dessa ocupação. Deste modo, entrevistamos três ativistas da Ocupação Palmares, que podem ser considerados/as suas principais lideranças (Dona A., Seu M. e Seu V.), além da ativista L. e do ativista P., membros da Frente Autônoma de Luta por Moradia (FALM), principal assessoria que atua até hoje junto à ocupação. As entrevistas foram efetivadas a partir de um roteiro semiestruturado. Os/as ativistas da Ocupação Palmares deram a entrevista de forma oral e fizemos a transcrição. Já as entrevistas dos/as ativistas da FALM foram feitas por meio do uso da internet, através de *e-mails*. Para

complementar a obtenção de dados, buscou-se analisar em sítios virtuais inúmeras notícias relacionadas à Ocupação Palmares, tanto de meios de comunicação corporativos como de mídias alternativas, ou mesmo de outros movimentos sociais. Outras fontes importantes foram os próprios materiais produzidos pela Ocupação Palmares e pela FALM, como panfletos, comunicados, cartazes e atas. Todos os dados foram analisados e trabalhados no último capítulo, conforme a sucessão dos eventos, com ênfase nos processos e nas relações educativas.

A composição desta pesquisa está dividida em três capítulos. A urbanização brasileira será tema do primeiro capítulo, onde buscaremos retratar as origens dos problemas urbanos em geral e focando a segregação espacial da população pobre, através de um histórico produzido sob a ótica da utilização do planejamento urbano enquanto instrumento ideológico para esconder os verdadeiros processos causadores das principais mazelas das cidades brasileiras. Demonstraremos, deste modo, as correntes de planejamento que predominaram nos distintos períodos e o modo como influenciaram a produção do espaço urbano no Brasil, ignorando em grande medida a existência dos espaços de territorialização precária da pobreza urbana.

O segundo capítulo trará uma abordagem teórica sobre a territorialização da pobreza urbana e de movimentos sociais/socioterritoriais como uma forma de resistência ao modelo de urbanização excludente e a falta de cidadania e direito à cidade, pautando nossa análise no fato de que essas territorializações caminham na contramão das pressões impostas por processos como a segregação espacial, que “empurram” as populações de baixa renda para as margens das cidades. No mesmo capítulo, trabalharemos nossa concepção sobre o caráter educativo dos movimentos sociais. Isso será feito a partir de uma revisão bibliográfica de autores/as que escreveram sobre o tema e, ao final, abordaremos a categoria de educação não formal como uma forma de compreender os movimentos sociais enquanto sujeitos/processos educativos.

O terceiro capítulo será dedicado ao processo organizativo da Ocupação Palmares (compreendido como um processo educativo). Primeiramente, faremos uma breve contextualização histórica da urbanização e da territorialização da pobreza em Florianópolis, destacando a ocupação do Maciço do Morro da Cruz. Depois, analisaremos a Ocupação Palmares enquanto um movimento socioterritorial – isto é, um movimento social que tem a sua identidade ligada à conquista territorial – e partiremos finalmente para a análise de

seu histórico de modo a demonstrar as diferentes maneiras como se manifesta, ao longo de seu processo organizativo, o seu caráter educativo.

Após as Considerações Finais e as Referências, o/a leitor/a poderá observar nos Apêndices a cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que foi entregue às pessoas entrevistadas, além de cópias dos Instrumentos de Pesquisa nos quais se encontram os roteiros semiestruturados que guiaram as entrevistas. Mais adiante, nos Anexos, podem-se ler cópias de três documentos que foram citados no último capítulo.



## CAPÍTULO 1 – A PRODUÇÃO IDEOLÓGICA DO ESPAÇO URBANO BRASILEIRO

As cidades brasileiras são palcos dos mais diversos conflitos, resultado de desigualdades sociais abissais e da falta de cidadania de grande parte da população, o que se reflete nas suas paisagens. As desigualdades e os conflitos são fruto da contradição de interesses divergentes entre atores hegemônicos e hegemonzados. O direito à moradia, por exemplo, não é uma garantia, e grande parcela da população não tem acesso legal à habitação. Neste primeiro capítulo, trabalharemos com um histórico da urbanização brasileira, fazendo uma análise das ideias dominantes do planejamento urbano, responsáveis em muitos casos por ocultar os problemas socioambientais urbanos mais latentes e suas verdadeiras causas, reproduzindo ideologicamente a representação de uma cidade “oficial”, que não comporta a pobreza urbana e os modos de vida dessa parcela da população.

### 1.1. AS ORIGENS DO PROBLEMA: URBANIZAÇÃO E LUTA DE CLASSES

O ato de produzir é, ao mesmo tempo, o ato de produzir espaço. (SANTOS, 2013, p. 203).

As cidades, conforme Harvey (2008), surgiram através de concentrações geográficas e sociais de um produto excedente. Logo, a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que esses excedentes são extraídos de algum lugar e de alguém, enquanto o controle de sua utilização concentra-se em poucas mãos. Aí está a relação íntima entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização, já que esta última depende da mobilização do produto excedente do primeiro (mais-valia). Ou seja, o processo que leva capitalistas a adquirirem seu excedente através da exploração do trabalho<sup>4</sup> e buscarem uma maior lucratividade

---

<sup>4</sup> “La perpetua necesidad de encontrar sectores rentables para la producción y absorción de capital excedente conforma la política del capitalismo y enfrenta al capitalista con diversas barreras a la expansión continua y libre de inconvenientes. Si el trabajo es escaso y los salarios son altos, o bien el trabajo existente tiene que ser disciplinado – normalmente los dos métodos más comunes son provocar un desempleo inducido tecnológicamente o asaltar el

através da concorrência<sup>5</sup> são os principais fatores que historicamente desenvolveram os espaços urbanos até a maneira como estes são hoje constituídos.

Frente aos riscos de desvalorização dos capitais e a necessidade de reinvesti-los de forma lucrativa, Harvey (2008) sustenta que a urbanização tem desempenhado um papel ativo na absorção do produto excedente que os capitalistas produzem perpetuamente na sua busca de benefícios. Segundo ele, Haussmann já havia compreendido em 1853 que sua missão em Paris era resolver o problema da absorção do capital excedente e a situação de desemprego através da urbanização, e foi assim que reconstruindo a cidade utilizou grandes quantidades de trabalho e capital. O que funcionou bem durante quinze anos, mas que teve seu declínio com o colapso do sistema financeiro e das estruturas de crédito.

Um processo muito semelhante foi o que Robert Moses fez em Nova Iorque na década de 1940, diante da mesma necessidade de absorção de capital excedente.

Para lograrlo, exploró las nuevas instituciones financieras y los modelos fiscales que liberarían el crédito necesario para la expansión urbana financiada mediante el endeudamiento. Cuando este proceso se extendió al conjunto de las mayores áreas metropolitanas estadounidenses –

---

poder de la clase obrera organizada –, o bien deben encontrarse nuevas fuerzas de trabajo mediante la inmigración, la exportación de capital o la proletarianización de elementos de la población hasta ese momento independientes” (HARVEY, 2008, p. 24).

<sup>5</sup> “Las leyes coercitivas de la competencia también fuerzan la continua implementación de nuevas tecnologías y formas organizativas, dado que éstas permiten que los capitalistas venzan a sus competidores que utilizan métodos inferiores. Las innovaciones definen nuevos deseos y necesidades, reducen el tiempo de rotación del capital y mitigan la fricción de la distancia, lo cual limita el ámbito geográfico en el que el capitalista puede buscar suministros ampliados de fuerza de trabajo, materias primas y demás insumos productivos. Si no existe suficiente poder de compra en el mercado, deben encontrarse nuevos mercados mediante la expansión del comercio exterior, la promoción de nuevos productos y estilos de vida, la creación de nuevos instrumentos crediticios y el gasto público y privado financiado a través del endeudamiento. Si finalmente la tasa de beneficio es demasiado baja, entonces la regulación estatal de la «competencia ruinosa», la monopolización (fusiones y adquisiciones) y las exportaciones de capital ofrecen vías de salida” (HARVEY, 2008, p. 24).

de nuevo otro cambio de escala –, desempeñó un papel fundamental a la hora de estabilizar el capitalismo global después de 1945, período en el que Estados Unidos podía permitirse propulsar la economía global no comunista incurriendo en déficits comerciales (HARVEY, 2008, p. 27).

Assim como na Paris haussmaniana, a implementação de um novo estilo de vida com novo padrão de consumo contribuiu para estabilizar a economia mundial. Se houve descontentamentos em Paris a ponto de ajudar a desencadear a Comuna de Paris<sup>6</sup>, em Nova Iorque também houve resistências à suburbanização imprimida por Moses, o que gerou fortes transtornos e revoltas em 1968. Mesmo período em que houve a crise financeira das instituições de crédito que, ao financiarem a dívida, propiciaram o *boom* imobiliário que vinha ocorrendo e que ocasionou o colapso do sistema capitalista com a explosão da bolha do mercado imobiliário em 1973, seguido da quebra de Nova Iorque em 1975 (HARVEY, 2008).

Sobre a virada deste século, Harvey (2008) traz mais um exemplo de como a urbanização serve para remediar as crises do capitalismo. Nesse período, nos EUA, o setor de habitação foi utilizado para estabilizar a economia, absorvendo grandes quantidades de capital excedente com a construção de moradias e grandes centros urbanos. Isso gerou uma rápida inflação, na qual a grande onda de refinanciamentos hipotecários incentivados pelo governo teve forte influência, colocando muitas famílias em situações precárias por não terem condições de pagar as prestações e seus aumentos progressivos. Foi esse processo que deu um novo estímulo ao mercado interno de bens de consumo e serviços nos Estados Unidos da América (EUA), e essa expansão urbana

---

<sup>6</sup> A Comuna de Paris foi uma experiência de governo autogestionário e federalista, organizada por trabalhadores e trabalhadoras, que durou 72 dias. Ela foi fundada em 18 de março de 1871 em um levante armado que expulsou o governo conservador da capital francesa. A resistência popular foi desencadeada devido à rendição da França, ao ter sido derrotada pela Prússia na Guerra Franco-Prussiana e que gerou grandes revoltas. A Comuna assumiu as causas do proletariado e é considerada a primeira experiência de governo operário da história. De 22 a 26 de maio do mesmo ano, um exército com cerca de 200 mil soldados franceses e prussianos viria a massacrar mais de 30 mil pessoas nas barricadas parisienses e encerrar o curto período revolucionário. (Fonte: Alexandre Samis/FARJ. In: <<https://anarquismorj.wordpress.com/140-anos-da-comuna-de-paris-alexandre-samis/>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

contribuiu em parte para estabilizar a economia global, gerando um grande endividamento para o país.

O modelo de forte urbanização difundiu-se pelo mundo a ponto de, hoje, o processo de urbanização da China ser um dos principais fatores de estabilização de toda a economia (embora essa urbanização seja global). Isso tem sido feito através da integração dos mercados financeiros que, utilizando-se de sua flexibilidade, financiam mediante endividamento o desenvolvimento urbano em todo o mundo. É o mesmo tipo de urbanização que gera, em diferentes lugares no mundo, a lógica perversa que faz com que localidades habitadas por populações de baixa renda valorizem a ponto de atrair a atenção de empresas do ramo imobiliário e de construção (HARVEY, 2008). Essa mesma conjuntura leva a diferentes tipos de intervenções nas áreas de ocupação popular como, por exemplo, uma prática que se tornou recorrente no Brasil nos últimos anos, que são os incêndios em favelas e comunidades empobrecidas – que surpreendentemente ou não acabam sendo cercadas e demarcadas para construção de empreendimentos logo em seguida.

Iniciamos o trabalho com essa explanação para elucidar o papel crucial que a urbanização tem desempenhado na absorção dos excedentes de capital, sempre em uma escala geográfica cada vez maior, mas ao preço de um processo impressionante de “destruição criativa” que tem despossuído as massas de seu direito à cidade. De acordo com Harvey, esse processo traz uma grande pressão que acirra e evidencia a luta de classes, o que leva o autor a questionar sobre onde estaria a revolta do nosso tempo, tendo em vista que o direito à cidade está restringido hoje, “[...], en la mayoría de los casos, a una reducida elite política y económica que se halla en condiciones cada vez más de conformar las ciudades de acuerdo com sus propios deseos” (HARVEY, 2008, p. 37). É deste questionamento que partimos para a compreensão acerca dos principais problemas socioespaciais do espaço urbano, no intuito de trazer à tona o que se busca ocultar no modelo de urbanização seguido em nosso país.

## 1.2. A INDISSOCIABILIDADE ENTRE ESPAÇO E TEMPO

Neste trabalho, consideramos de fundamental importância fazer uma análise histórica que possibilite uma compreensão das origens e dos processos que vieram a produzir os principais problemas que atingem o espaço urbano brasileiro na atualidade, e que vieram a gerar o modelo de cidades segregadas nas quais a pobreza urbana cria e recria maneiras de subsistir e resistir através de diferentes formas de territorialização.

Compreendemos, assim como Santos (2013), que o espaço exerce um papel como estrutura social e a historicidade tem relevância fundamental em uma análise espacial consistente. Para o autor, se não houver uma preocupação analítica que permita a distinção no espaço total de seus elementos constitutivos e que não leve em conta a dimensão temporal, será difícil entendê-lo tal como ele é: um objeto real em permanente evolução.

Santos (2013) explica que a estrutura espacial é uma estrutura subordinada-subordinante, como o são as demais estruturas sociais. O “espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de certa autonomia que se manifesta por meio de leis próprias, específicas de sua própria evolução” (p. 181). Bem como as outras instâncias, o espaço não é “inocente”, já que serve à reprodução social. Ele tem uma história e testemunha ela – através das rugosidades<sup>7</sup> –, ao passo que, numa relação dialética, influencia o futuro. Isso ocorre porque o espaço serve como memória dos modos de produção do passado. “Ele sobrevive, pelas suas formas, à passagem dos modos de produção ou de seus momentos” (p. 182), sendo “capaz de agir e reagir sobre as demais estruturas da sociedade e sobre esta como um todo” (p. 182). Por isso, não pode ser visto apenas como um reflexo do modo de produção atual.

---

<sup>7</sup> Para Santos (2013), “As rugosidades são o espaço construído e o tempo histórico manifestados e incorporados ao espaço através da paisagem, oferecendo, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares de capital, das técnicas e dos trabalhos utilizados. [...] O espaço portanto, [...] testemunha um *momento* de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim, o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas” (p. 173).

O espaço organizado, portanto, possui uma inércia dinâmica, já que as formas são tanto resultado dos processos, como condição para novos processos. A estrutura espacial não é passiva, mas ativa, embora devamos relativizar sua autonomia, bem como das demais estruturas sociais.

Essa inércia ativa ou dinâmica se manifesta de forma polivalente: pela atração de que as grandes cidades têm sobre a mão-de-obra potencial, pela atração do capital, pela superabundância de serviços, de infra-estruturas, cuja repartição desigual funciona como um elemento mantenedor das tendências herdadas (SANTOS, 2013, p. 185).

A estrutura espacial é, portanto, o passado e o presente, pois mesmo que funcionando de acordo com as leis do atual, carrega consigo o passado. Para compreender isso, podemos tomar como exemplo a convivência de dois distintos grupos de poder que exercem sua influência na estruturação das cidades no Brasil: as elites locais que se utilizam das relações de favor calcadas no patrimonialismo de raízes coloniais (MARICATO, 2011) convivendo e relacionando-se com investidores e corporações transnacionais. Ao passo que no presente, o espaço também é o futuro, pois o que vai sendo construído já tem em si finalidades atribuídas. Ou seja, o espaço é uma acumulação desigual de tempos, onde as “variáveis (de tipos diferentes, de idades diferentes) formam um precipitado, um fato novo, dotado da capacidade de criar ou estabelecer novas relações: uma nova qualidade” (SANTOS, 2013, p. 256).

Sobre a importância fundamental da articulação entre tempo e matéria para a análise espacial, Santos (2013) destaca que:

Através do espaço, a história se torna, ela própria, *estrutura*, estruturada em formas. E tais formas, como formas-conteúdo, influenciam o curso da história, pois elas participam da dialética global da sociedade (p. 189, grifo no original).

E mais adiante, complementa:

Tudo o que existe articula o presente e o passado, pelo fato de sua própria existência. Por essa mesma razão, articula igualmente o presente e o futuro. Desse modo, um enfoque espacial isolado ou um enfoque temporal isolado são ambos insuficientes. Para compreender uma ou qualquer situação necessitamos de um enfoque espaço-temporal (p. 252).

A noção de um espaço quadridimensional é tida como uma ideia promissora, por reforçar “a noção de espaço relativo, ou seja, do espaço considerado como um sistema de relações ou como um campo de forças; assim o tempo se impõe como uma dimensão essencial” (SANTOS, 2013, p. 252). Levando em conta o papel que o espaço exerce como esse testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente através de processos e funções<sup>8</sup> e que, portanto, é um campo de forças dotado de aceleração desigual, devemos compreender que a evolução espacial ocorre diferentemente nos diferentes lugares.

O lugar é, pois, o resultado de ações multilaterais que se realizam em tempos desiguais sobre cada um e em todos os pontos da superfície terrestre. **Daí porque o fundamento de uma teoria que deseje explicar as localizações específicas deve levar em conta as ações do presente e do passado, locais e extralocais** (SANTOS, 2013, p. 258, grifo nosso).

Com base nessas ideias, organizamos a escrita desta primeira parte. De modo que possamos avaliar os processos que forjaram ao longo do tempo os problemas socioespaciais que consolidaram no Brasil o modelo atual de cidade segregada, produtora em massa de favelas e ocupações irregulares, como é o caso de nosso sujeito de pesquisa (cf. Capítulo 3). Trabalharemos com os levantamentos dessa pesquisa percorrendo um histórico que traz consigo o peso crucial do discurso ideológico. Por isso, optamos por considerar especialmente a ideia de planejamento urbano, explorando de maneira ampla as ações e discursos do Estado e das elites, e o papel que vieram exercendo no transcorrer da história, com o intuito de evidenciar os interesses ocultos e decisivos para a produção do espaço urbano brasileiro.

---

<sup>8</sup>“Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante de nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções” (SANTOS, 2013, p. 153).

### 1.3. PLANEJAMENTO URBANO: IDEOLOGIA, DOMINAÇÃO E SEGREGAÇÃO

Podemos dizer que, de certa forma, o modelo excludente de cidade que se produziu no Brasil foi, sim, planejado. Por mais que essa afirmação possa parecer contraditória com tudo o que ainda temos por explorar neste capítulo, é importante destacarmos este fato desde já. Esse planejamento não pode ser compreendido através de uma análise das ações decorrentes dos direcionamentos indicados nos planos, justamente porque esses planos – excetuando-se os planos do período que precede a matriz modernista de planejamento<sup>9</sup>, que é a grande referência até a atualidade – não foram pensados para serem concretizados. Villaça afirma que “somente entendida enquanto ideologia é possível compreender a produção e principalmente a reprodução no Brasil, nos últimos cinquenta anos, do planejamento urbano, cristalizado na figura do plano diretor” (1999, p. 182). Para o autor, as constantes mudanças, ao longo da história, de nomes, conteúdos e metodologias de elaboração dos planos, foram estratégias de renovação da ideologia dominante na forma de pensar as cidades, que serviram sempre como um modo de evitar o enfraquecimento da hegemonia da classe dominante, garantindo sua manutenção no poder. Portanto, é “o planejamento urbano enquanto ideologia que dominará – e ainda domina – o planejamento urbano no Brasil” (VILLAÇA, 1999, p. 227).

De acordo com Betoni (2014, p. 73, grifo no original), o coração da problemática ideológica reside no fato de que a ideologia

[...] não é um conjunto de ideias e pressupostos quaisquer, mas uma matriz que modera a relação entre o que deve ser visível e o que deve ser

---

<sup>9</sup> De acordo com Souza (2010): “O modernismo foi o resultado de uma tentativa de melhor adaptar as cidades à era industrial e, por tabela, às necessidades do capitalismo. Mais do que isso: ele buscava mimetizar plenamente a racionalidade da produção industrial, transpondo para a produção do espaço urbano categorias próprias do universo da produção industrial” (pp. 125-126). Para o autor, Le Corbusier foi o grande profeta do Movimento Moderno em Arquitetura. Para ter uma ideia dessa racionalidade, cabe destacar que as ideias de Le Corbusier influenciaram muito Lúcio Costa e Oscar Niemeyer no projeto de construção de Brasília, que viria a ser a nova capital federal do Brasil (fundada em 21 de abril de 1960).

invisível, o imaginável e o inimaginável (ŽIŽEK, 1996, p. 7) – e o faz com um objetivo necessariamente *prático*. Nessa moderação o que deve ser ocultado, com o fim de legitimar o modo de produção capitalista, é fundamentalmente o *antagonismo de classes*. Por mais que se queira afirmar a existência de uma sociedade pós-ideológica, o fato é que a ideologia será necessária enquanto existirem conflitos dentro da atual ordem de desigualdade estrutural – ou seja, ela será sempre inevitável perante a insistência dos antagonismos de classe e das contradições entre capital e trabalho.

A capacidade de criar um ambiente de “conciliação de classes” e paz social, de falsificar a realidade (escondendo as suas mazelas) e de difundir a crença na técnica como uma espécie de “deus do progresso”, são as formas de manifestação da ideologia dominante utilizadas no modelo de urbanização que foi seguido pela sociedade brasileira.

É através de uma articulação dos segmentos dominantes da sociedade brasileira nas cidades, utilizando-se de suas influências no poder dirigente, que é criada uma representação de “cidade oficial”. Esta representação ignora a maior parte dos reais problemas urbanos, marcados principalmente pela gigantesca ocupação ilegal do solo urbano, que é um processo necessário ao próprio modelo de urbanização levado a cabo no país, como veremos adiante (MARICATO, 2011).

Nesse sentido, sobre “o descolamento entre as matrizes que fundamentaram o planejamento e legislação urbanos, no Brasil, e a realidade socioambiental de nossas cidades”, Maricato (2011) desenvolveu um importante trabalho intitulado As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias<sup>10</sup>, no qual ela defende que:

O urbanismo brasileiro (entendido aqui como planejamento e regulação urbanística) não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas. Podemos dizer que se trata de ideias fora do lugar porque, pretensamente, a

---

<sup>10</sup> Segundo a autora, “O título deste trabalho reúne o toque de dois dos mais brilhantes intelectuais brasileiros da atualidade: Roberto Schwarz e Francisco de Oliveira. “As ideias fora do lugar” é uma expressão cunhada pelo primeiro e dá título a um ensaio que já se tornou clássico entre as reflexões desenvolvidas sobre a sociedade brasileira” (MARICATO, 2011, p. 121).

ordem se refere a todos os indivíduos, de acordo com os princípios do modernismo ou da racionalidade burguesa. Mas também podemos dizer que as ideias estão no lugar por isso mesmo: porque elas se aplicam a uma parcela da sociedade reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios. Para a cidade ilegal não há planos, nem ordem. Aliás ela não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das ideias” (MARICATO, 2011, p. 122).

Para a autora, mesmo sendo a favela um dos elementos mais conhecidos mundialmente das paisagens urbanas brasileiras, ela não recebe a atenção necessária dos diversos órgãos responsáveis pelo planejamento das cidades, o que acaba por garantir a ampliação e consolidação cada vez maior de áreas de ocupação irregular no país. Essa ilegalidade acaba sendo funcional “para as relações políticas arcaicas, para um mercado imobiliário restrito e especulativo, para a aplicação arbitrária da lei, de acordo com a relação de favor” (MARICATO, 2011, p. 123), mas por outro ponto de vista – o ponto de vista de quem pensa numa cidade acessível para todos e todas – é completamente disfuncional, já que intensifica os diversos problemas socioambientais urbanos.

Abundante aparato regulatório (leis de zoneamento, código de obras, código visual, leis de parcelamento do solo etc.) convive com a radical flexibilidade da cidade ilegal, fornecendo o caráter de institucionalização fraturada, mas dissimulada (MARICATO, 1996). O aparato técnico corporativo, ou a burocracia ligada à aprovação de projetos e códigos de obras, não passa de um subproduto, nesse processo, alimentando-se da defesa de seu micropoder (MARICATO, 2011, p. 124).

Não é por falta de planos urbanísticos que as cidades brasileiras sofrem com os graves problemas que estamos acostumados, mas porque quem define os planos que são aprovados são as câmaras municipais, sob influência de interesses tradicionais da política local, grupos ligados aos governos de turnos e pressões econômicas de investimentos externos, do capital imobiliário e empreiteiras. São esses os agentes que acabam tendo o direito da participação efetiva na formulação dos planejamentos, onde seus objetivos específicos ditam as regras e as leis que são aplicadas de acordo com as suas circunstâncias (MARICATO,

2011). “O resultado é: planejamento urbano para alguns, mercado para alguns, lei para alguns, modernidade para alguns, cidadania para alguns...” (MARICATO, 2011, p. 125).

Sabemos que a expressão planejamento urbano muitas vezes é tratada de maneira superficial e não queremos aqui incidir neste erro. Por isso é importante esclarecer que optamos por trabalhar com ela de maneira abrangente, mais relacionada aos seus usos convencionais, nas suas diversas formas históricas, entendendo-as, como sugere Villaça (1999), como os tipos particulares de discurso e/ou ação do Estado sobre o espaço urbano, seja indicando um produto, seja um processo<sup>11</sup>. O objetivo aqui não é que nos restrinjamos à história do planejamento urbano, mas sim que façamos o percurso da história da urbanização brasileira tendo os discursos e ações do Estado como fio condutor, para que não percamos de vista o papel sempre presente e decisivo da ideologia.

Ao pensar num histórico do planejamento urbano, podemos fazer a seguinte subdivisão que, de um modo geral, é organizada em três períodos: 1º - de 1875 até 1930; 2º - de 1930 até a década de 1990; 3º - a partir da década de 1990 (VILLAÇA, 1999). É essa subdivisão que adotaremos nas próximas páginas.

O primeiro período, foi o responsável pela destruição das formas urbanas medievais (e coloniais), ainda buscando exaltar a burguesia através da forma urbana monumental, foi marcado pelos planos de melhoramentos e embelezamento e também pelo discurso e intervenções sanitaristas. O segundo é marcado pela ideologia do planejamento enquanto técnica de base científica, indispensável para a solução dos chamados “problemas urbanos”. Já o terceiro período é marcado pela reação ao segundo.

---

<sup>11</sup> Sobre o método de seu trabalho, Villaça (1999, p. 181, grifo no original) destaca que para a definição de planejamento urbano *stricto sensu*, seu “fio condutor [...] foi constituído de um lado, pela idéia de “plano” e, de outro, pelas de “global”, “geral”, “integral” ou de “conjunto”. Essas idéias foram identificadas como sendo não só fundamentais como também invariantes no discurso convencional, dando-se-lhe unidade. [...] A partir da palavra *plano* foi escolhida a expressão *planejamento urbano* para designar essa forma específica de ação ou de discurso – do Estado sobre o espaço urbano, caracterizada por uma suposta visão geral ou de conjunto”.

### 1.3.1. 1875-1930: embelezar e higienizar

De acordo com Villaça (1999), o embelezamento urbano foi o marco para o nascimento do planejamento urbano brasileiro<sup>12</sup>, o que ocorreu sob influência europeia – sobretudo, francesa. Com origem renascentista, enfatizava a beleza monumental, tendo sido disseminado em várias cidades mundo afora (Madri, Barcelona, Buenos Aires, São Petersburgo, Budapeste, etc).

Esse tipo de planejamento foi altamente ideológico, pois foi amplamente utilizado para glorificar e ajudar a impor o Estado e a classe dirigente capitalistas, quando eram revolucionários. É muito significativo que seu mais esplendoroso exemplo seja dado pela capital da primeira nação do mundo que nasce capitalista. A cidade de Washington surgiu no mesmo ano em que Luís XV foi decapitado (VILLAÇA, 1999, p. 192).

As reformas iniciadas no século XIX foram responsáveis por uma série de mudanças nos hábitos e no cotidiano urbano e marcaram para sempre a cultura da sociedade e a estrutura das cidades no mundo inteiro. O período pós-Revolução Industrial trouxe consigo uma urbanização sem precedentes, e as condições de vida nas cidades eram precárias. Praticamente não havia serviços de infraestrutura básica. A grande concentração populacional, associada à falta de abastecimento de água, de serviços sanitários e de limpeza pública, proporcionaram, ainda na primeira metade do século XIX, o surgimento de uma série de epidemias como a de cólera, a febre tifoide, entre outras. O acúmulo de lixo e resíduos com conseqüente poluição do ar e das águas trazia diversos outros males e faziam inúmeras vítimas.

O grande fluxo migratório de famílias que trocavam o campo pelas cidades agravava a situação, e as condições de moradia eram demasiadamente ruins. Sujeira, miséria, fome, violência, roubos e

---

<sup>12</sup> O autor define planejamento urbano *lato sensu* (que segundo ele, nas décadas de 1930 e 1940 chamava-se urbanismo) como sendo a “ação do Estado sobre a organização do espaço intra-urbano” (VILLAÇA, 1999, p. 173). Para ele, só podem ser consideradas da esfera do “planejamento urbano” as ações do Estado sobre o urbano que tenham sido objeto de algum plano, por mais amplo que seja esse conceito. Portanto, as ações sem plano não cabem como objeto de sua análise, embora o sejam os planos sem ação.

trabalhos precarizados tornaram-se parte do cotidiano europeu daquele período. Foi esse o contexto que fez com que os higienistas despontassem enquanto os primeiros profissionais responsáveis por tentar resolver os problemas através de intervenções nos centros urbanos. As condições de vida nas cidades modernas ficavam cada vez piores com o aumento dos níveis de industrialização e, desta forma, nas cidades industriais que até então eram consideradas sinônimos de caos, insalubridade, miséria e falta de higiene física e moral, adotaram-se políticas de reestruturação urbana (MÜLLER, 2002).

Iniciou-se a busca pelo controle dessas adversidades através de legislações que amenizassem os problemas da estruturação urbana. Nessa concepção, era necessário pôr fim a tudo aquilo que estivesse fora dos novos padrões de higiene e estética exigidos. As elites políticas e econômicas mobilizaram-se para afastar do centro das cidades tudo e todos aqueles e aquelas que identificassem como inconvenientes urbanos. Através das várias intervenções urbanísticas, as cidades foram sendo “saneadas e embelezadas”, buscando-se novas formas e padrões. O século XIX foi assim marcado pelas primeiras grandes operações de segregação espacial das cidades capitalistas que, sob o discurso do saneamento e embelezamento tinham, como principal medida, o afastamento da população pobre das áreas centrais.

Alguns autores, entre eles Robert PECHMAN, acreditam que é nessa época que se dá a “invenção da moradia” como instrumento de controle da burguesia, fruto das suas próprias preocupações e não da classe operária. Isto porque, a grande quantidade de trabalhadores vivendo em condições precárias e subumanas constituía, nessa época, uma enorme ameaça às elites, e implicava na necessidade de impedir que essas forças se unissem, visto que eram “perigosas e ameaçadoras” (MÜLLER, 2002, p. 26).

Nesse contexto, já podemos notar o modelo de segregação formulado por Villaça (2001)<sup>13</sup>, onde as elites vão conduzir, através da sua autossegregação, a segregação das populações pobres. Na Europa, sob a justificativa da higienização, do sanitarismo e do embelezamento, a classe trabalhadora era tirada de circulação das ruas e áreas centrais das cidades de diferentes maneiras. Ao passo que as novas

---

<sup>13</sup> Sobre a segregação espacial discutiremos mais adiante, com o foco na urbanização brasileira.

infraestruturas diminuía a necessidade do trabalho humano em serviços básicos como recolhimento de dejetos e entrega de água, também havia o estabelecimento de um padrão de comportamento e higiene pessoal que era moral, e que identificava os modos de vida dos/as pobres diretamente com os problemas de saúde pública presentes nas cidades. Criavam-se, deste modo, barreiras simbólicas nos centros urbanos e apenas a ascensão social possibilitava a livre circulação e uso do espaço urbano que, embora ainda público, tornava-se cada vez mais seletivo.

Essa nova ordem, estabelecida pelos urbanistas nos países da Europa, teve ampla divulgação e repercussão em diversos países fora do continente europeu, entre eles o Brasil, onde as informações chegavam através de uma elite que mantinha contato com essas reformas através de viagens, participações em congressos e exposições, e que, aos poucos, foi trazendo essas novas idéias de reformulação e embelezamento para o Brasil, desenvolvendo e estabelecendo novas formas de comportamento e disciplinando condutas, procurando adaptar e aplicar esses novos padrões à realidade brasileira (MÜLLER, 2002, p. 27).

Essa concepção esteve muito ligada ao chamado “urbanismo sanitaria” – que, no Brasil, praticamente se extinguiu por volta da década de 1930. Até 1940, a expressão mais frequente quando se tratava de administração municipal era embelezamento urbano e, diferentemente do que passa a ocorrer a partir da ascensão da concepção modernista, não era apenas discurso. O embelezamento urbano refletia ações concretas do Estado no espaço urbano – embora com objetivos muitas vezes divergentes do que se defendia no discurso (VILLAÇA, 1999). Os interesses e a razão de ser desse modelo são bem explorados por Benchimol quando analisa o contexto do Rio de Janeiro. Conforme o autor:

O termo “embelezar” tem enorme ressonância no discurso propagandístico da época. Designa, mais do que a imposição de novos valores estéticos, a criação de uma nova fisionomia arquitetônica para a cidade. Encobre, por assim dizer, múltiplas “estratégias”. A erradicação da população trabalhadora que residia na área central; [...] a mudança de função do centro, atendendo – num plano mais imediato – aos interesses especulativos

que cobiçavam essa área altamente valorizada e – num plano mais geral – às exigências da acumulação e circulação do capital comercial e financeiro; razões ideológicas ligadas ao “desfrute” das camadas privilegiadas; razões políticas decorrentes de exigências específicas do Estado republicano em relação àquela cidade que era a sede do poder político nacional (1992, p. 228 *apud* VILLAÇA, 1999, p. 193).

De acordo com Neckel (2003), além das mercadorias europeias, novos gostos, hábitos e preocupações foram inseridos no contexto da elite brasileira, o que acentuava ainda mais as diferenças entre pessoas abastadas e pessoas pobres. Simultaneamente ao poder de compra, novas percepções e sensibilidades criaram um novo imaginário ideológico que fortalecia o medo e a aversão à pobreza. Não por acaso, era utilizada a expressão “classes pobres e perigosas” para referir-se à pobreza urbana, “que passa a ser vista como o outro, cujos maus hábitos contribuiriam para o surgimento das epidemias e das desordens da cidade” (NECKEL, 2003, p. 50). O estabelecimento de padrões de comportamento que definiam o que era social e moralmente tolerável desencadeia todo um processo de segregação e disputa territorial nos centros urbanos.

No Brasil, a implantação do embelezamento urbano e do urbanismo sanitaria se dá de maneira um pouco diferente, no processo de consolidação do modo de produção capitalista e ainda como forma de preparação para a industrialização das cidades. Apesar dessa diferença em relação à Europa, as mudanças ocorridas por lá serviram de modelo para que as antigas cidades coloniais brasileiras. Diante da necessidade de reformular suas estruturas urbanas deficientes, graças aos recursos gerados pela expansão econômica daquele momento e atração de capitais internacionais, – que passaram a entrar no país à procura de novas fontes de reprodução – ocorreu à implantação de novos serviços públicos, através de concessões obtidas com o Estado. Nesse período, em meio ao processo de transformação de um país colonial em republicano, com a modificação das relações de produção escravista para essencialmente capitalistas, foi que se deu o impacto do movimento sanitaria no Brasil, com a implantação de políticas de reformas sanitárias em grande parte do território nacional – o que era utilizado pelas elites como um meio de controle social e combate às mobilizações populares, a fim de afastar tanto pobres, como grupos organizados e

reivindicatórios de seus espaços de circulação (MÜLLER, 2002). Sobre esse contexto em São Paulo, Caldeira (2003, p. 214) cita que:

A elite paulista diagnosticou as desordens sociais da cidade em termos de doença, sujeira e promiscuidade, ideias logo associadas ao crime. Em 1890, o estado de São Paulo criou o Serviço Sanitário, seguido pelo Código Sanitário de 1894. Logo em seguida, agentes do estado começaram a visitar as moradias dos pobres, especialmente os cortiços, procurando por doentes e mantendo estatísticas e registros. Essas visitas geravam reações negativas: era clara para as classes trabalhadoras a associação de serviços sanitários com controle social.

Paralelamente a esse processo, as camadas ricas paulistanas, além de controlarem, também passaram a afastar-se dos pobres num processo de autossegregação, fundando bairros novos e “nobres” como os Campos Elíseos, a Avenida Paulista e Higienópolis. Ao passo que representantes deste segmento na administração municipal e instituições como a Federação das Indústrias planejavam reorganizar, limpar e abrir o centro da cidade, como Haussmann fizera em Paris (modelo que fora difundido desde a capital, Rio de Janeiro, para as demais cidades brasileiras), e afastar o operariado. Identificava-se a concentração de trabalhadores e trabalhadoras e as ditas condições anti-higiênicas de seus modos de vida como um mal a ser eliminado da cidade (MÜLLER, 2002; VILLAÇA, 1999).

A dispersão, o isolamento, a abertura e a limpeza seriam as soluções ideais para o meio urbano caótico, insalubre e suas tensões sociais. “No Brasil, no final do século XIX, início do século XX, consideravam-se “na estrada do progresso” as cidades engajadas em obras de embelezamento e saneamento, ou seja, cidades reformuladas nos moldes europeus” (MÜLLER, 2002, p. 14). Assim, através desses exemplos de planos e obras, as cidades brasileiras de maior expressão foram inseridas, gradativamente, em um projeto de modernização nacional, cuja implementação se tornou um dos objetivos principais do Estado brasileiro, no início do século XX.

Podemos observar, portanto, que a segregação espacial não é algo recente. Sobre esse processo, Villaça (2001, p. 136) afirma que os “transportes sempre foram, em qualquer modo de produção, os maiores modeladores do espaço, tanto intra-urbano quanto regional”. E na análise que faz sobre São Paulo destaca a influência dos sistemas de

transportes na localização de “dois elementos da estrutura urbana, que são os mais poderosos na estruturação do espaço metropolitano no Brasil: as zonas industriais e a região de concentração dos bairros das camadas de mais alta renda” (VILLAÇA, 2001, p. 140). Apesar de todos os elementos de uma estrutura interagirem entre si, os demais acabam sendo mais influenciados por estes dois, devido ao grau de independência que desfrutam na escolha/produção de suas localizações. No caso do primeiro elemento, isso se dá por forças externas à cidade, relacionadas ao escoamento da produção e, no caso do segundo elemento, aos interesses de consumo das burguesias que, comandando o setor imobiliário urbano, decidem a escolha/produção de suas localizações residenciais, produzindo para si a melhor acessibilidade e se territorializando de maneira privilegiada.

A segregação espacial dos bairros residenciais das diferentes classes é uma das características mais marcantes das metrópoles brasileiras de evidênciação das desigualdades sociais no espaço urbano. Para entendê-la, é preciso ter em mente que a segregação que ocorre com as camadas de baixa renda é interdependente com a segregação a que as camadas de alta renda “buscam para si” (VILLAÇA, 2001, p. 140). Ou seja, o que leva grupos sociais populares a ocuparem determinadas localizações e estabelecerem ali suas moradias é o processo<sup>14</sup> de segregação espacial promovido pelas camadas de alta renda, que faz com que certas áreas sejam mais valorizadas que outras.

A segregação das classes sociais, que domina a estruturação das metrópoles brasileiras<sup>15</sup>, é entendida por Villaça (2001, p. 142, grifo no original) como “um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes *regiões gerais* ou *conjuntos de bairros*”.

Trata-se [...] de uma luta de classes. Se há luta, há, evidentemente, vitoriosos e derrotados. Os

---

<sup>14</sup> “A consciência de que a segregação é processo, é tendência, é [...] fundamental” (VILLAÇA, 2001, p. 149).

<sup>15</sup> É importante levar em conta que “Há segregações das mais variadas naturezas na metrópole brasileira, principalmente de classes e de etnias ou nacionalidades” (VILLAÇA, 2001, p. 142). [...] “primeiramente a segregação deriva de uma luta ou disputa por localizações; esta se dá, no entanto, entre grupos sociais ou entre classes. No primeiro caso refere-se, por exemplo, à segregação étnica ou por nacionalidades, como a dos orientais na Liberdade, ou a dos judeus em Higienópolis, em São Paulo. A dimensão de luta aparece quando se introduz a segregação por classe” (p. 148).

primeiros desenvolvem a segregação voluntária e os segundos, a involuntária. Na verdade, não há dois tipos de segregação, mas um só. A segregação é um processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros. Segue a mesma dialética do escravo e do senhor (VILLAÇA, 2001, p. 147).

Portanto, para Villaça (2001), a segregação entre o centro e a periferia pode ser considerada uma segregação por classes<sup>16</sup>, que é a que tem maiores implicações sobre a estrutura urbana<sup>17</sup>. Por meio da segregação, a classe dominante controla o espaço urbano, sujeitando-o a seus interesses. É através desse processo que as metrópoles brasileiras se estruturaram historicamente: sob o domínio, pelas burguesias, das condições de deslocamento espacial do ser humano enquanto consumidor, de modo a formar e transformar o “sistema de localizações que define o que é “bom ponto” e o que é “fora de mão” (o *sítio social* de que fala Milton Santos (1993, 96)) para todos no espaço urbano” (Villaça, 2001, p. 313, grifo no original). De acordo com Santos:

A especulação imobiliária deriva, em última análise, da conjugação de dois movimentos convergentes: a superposição de um sítio social ao sítio natural; e a disputa entre atividades ou pessoas por dada localização. A especulação se alimenta dessa dinâmica, que inclui expectativas. Criam-se sítios sociais, uma vez que o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, afeiçoando-os às suas exigências funcionais. É assim que certos pontos se tornam mais acessíveis, certas artérias mais atrativas e, também, uns e outras, mais valorizados. Por isso, são as atividades mais dinâmicas que se instalam nessas áreas privilegiadas; quanto aos lugares de residência, a

---

<sup>16</sup> “Claro que há muita periferia no centro e vice-versa (SANTOS, 1979, 59), mas de maneira geral esta dicotomia corresponde à verdade” (VILLAÇA, 2001, p. 148).

<sup>17</sup> “Destaquemos o significado de *estrutura urbana* enquanto um todo articulado de partes que se relacionam, no qual alterações em uma parte, ou em uma relação, acarretam alterações nas demais partes e relações” (VILLAÇA, 2001, p. 327, grifo no original).

lógica é a mesma, com as pessoas de maiores recursos buscando alojar-se onde lhe pareça mais conveniente, segundo os cânones de cada época, o que inclui a moda. É desse modo que as diversas parcelas da cidade ganham ou perdem valor ao longo do tempo (2005, p. 106).

Da mesma forma como há disputa desigual por localizações entre ricos e pobres, a disputa também existe no seio dos setores populares, onde a proximidade de empregos e/ou subempregos é um dos fatores mais importantes. Quando perdem a proximidade com o centro, as camadas de baixa renda passam a disputar a proximidade com as zonas industriais, onde há maior disponibilidade de empregos formais. As pessoas “derrotadas” nessa disputa, são obrigadas a ocupar “a região mais desvantajosa da cidade, longe do emprego industrial e longe da principal concentração de empregos formais e informais do terciário – o centro principal –, apesar de muitos trabalharem ali” (VILLAÇA, 2000, p. 234).

Essa mesma lógica se mantém atuante até o tempo presente, exercendo influência fundamental na estruturação das cidades, pois as elites claramente seguem definindo as áreas de maior valorização no espaço urbano, ao passo que as camadas pobres são “empurradas” para áreas cada vez mais distantes.

De acordo com Maricato (2011), a importação de ideias na evolução do urbanismo e do planejamento urbano no Brasil é tradição que permanece até a atualidade. Para a autora, o período destacado até aqui é marcado pelo fato de as elites possuírem um projeto urbano, o qual era apresentado, debatido e implementado abertamente. A elite tinha estabilidade suficiente para não ter que se preocupar tanto com o ocultamento de seus anseios e opiniões, o que não se manteria assim por muito tempo.

A Revolta da Vacina<sup>18</sup>, por exemplo, ocorreu em meio às reformas implementadas por Pereira Passos no Rio de Janeiro, através de um plano que implicava medidas drásticas para modificar hábitos e comportamentos das camadas mais pobres da população, como a

---

<sup>18</sup> De acordo com Needell (1987 *apud* LYNCH, 2013, p. 16), a Revolta da Vacina ocorreu em um “contexto de demolição de milhares de velhos sobrados e cortiços [em que o governo e as elites], a fim de abrir novas vias para escoamento das mercadorias do porto, expulsavam de um dia para o outro a população pobre do miolo da cidade, a revolta popular começou contra a lei da vacinação obrigatória e acabou engrossada por uma rebelião militar”.

proibição da mendicância, da venda de vários produtos por ambulantes e a destruição de milhares de sobrados e cortiços. Para a elite da época, a importância cada vez maior da cidade no contexto internacional não condizia com a existência de uma área central ainda com características coloniais, com ruas estreitas e sombrias, e onde se misturavam as sedes dos poderes político e econômico com carroças, animais e cortiços. Não condizia, também, com a ausência de grandes obras que representassem o tão sonhado progresso.

As principais medidas adotadas no plano de renovação urbana proposto por Pereira Passos foram a abertura de grandes avenidas de circulação, alargamento, calçamento, arborização e alinhamento de ruas, embelezamento de jardins e praças, com a inserção de estátuas ornamentais, a instituição de recuo progressivo dos edifícios, canalização de rios e demolição de morros. Essas reformulações urbanas abrangeram desde a extinção dos cortiços, por entender que eram esses os principais focos de doenças, até as obras de embelezamento das cidades e foram idealizadas pelas elites, na busca de uma adequação dessas cidades aos modelos europeus (MÜLLER, 2002).

Conforme Villaça (1999), o Plano de Pereira Passos no Rio de Janeiro foi uma obra efetivamente executada, o que nunca mais viria a acontecer. Os Planos de Agache no Rio e Prestes Maia em São Paulo seriam razoavelmente cumpridos na parte viária (o que mais interessa à valorização fundiária e especulação), mas não ao ponto de chegarem perto do que havia sido o anterior. Desta forma, o ano de 1906 marca o fim da Gestão Pereira Passos no Rio e, com isso, o marco do declínio dos planos de melhoramentos e embelezamento até a década de 1930, quando a eficiência começa a superar a beleza<sup>19</sup>.

O discurso começa então a mudar para que, ao longo da segunda metade do século seja predominante o ocultamento das obras executadas e haja, portanto, um silêncio maior por parte do Estado e das elites. Isto porque já não se pode mais atacar a pobreza urbana e a classe trabalhadora abertamente como justificativa às intervenções urbanas,

---

<sup>19</sup> “O plano de Pereira Passos representa o ápice desse período. A partir de então as condições de hegemonia das nossas classes dominantes no trato do urbano serão cada vez mais difíceis. As transformações sofridas pelo planejamento urbano representarão formas de adaptação do discurso hegemônico à nova realidade urbana no sentido de sempre ter uma versão para explicar e justificar o fracasso da classe dominante na solução dos problemas que se agravavam nas cidades” (VILLAÇA, 1999, p. 198).

levando em conta o processo de tomada de consciência e organização que as camadas populares passaram a desenvolver.

### 1.3.2. 1930-1990: a eficiência de segregar

No sentido de preparar um espaço urbano mais eficiente para a produção e reprodução do capital, as obras de infraestrutura passam a ser privilegiadas, enquanto obras sociais como as de habitação, por exemplo, são deixadas de lado.

Além disso, com o crescimento da riqueza do país, com a concentração e centralização crescentes do capital, há a necessidade de obras cada vez mais gigantescas, e as de embelezamento dificilmente teriam porte suficiente para consumir recursos vultuosos. Passa-se assim da “cidade bela” para a “cidade eficiente”, da cidade do consumo para a cidade da produção. Em ambas, entretanto, o interesse imobiliário estará sempre fortemente presente” (VILLAÇA, 1999, p. 199).

O Brasil passa a partir da década de 1930 a encarar uma situação peculiar: por um lado cresce a organização e consciência das classes populares urbanas e, de outro, a fragilidade das classes dominantes, pois nenhum dos grupos econômicos consegue ter exclusividade no poder político. A burguesia urbano-industrial passa cada vez mais a assumir esse domínio político em disputa (em substituição à aristocracia rural). Mas o processo é mais penoso. Essa elite para consolidar seu poder de dominação na esfera do urbano, “procurará legitimar-se por meio, por exemplo, das políticas habitacionais e do **uso ideológico do planejamento urbano**” (VILLAÇA, 1999, p. 202, grifo nosso). Nesse período, a ideia que se torna predominante no Brasil é de que os problemas urbanos são causados pelo modo de estruturação caótica das cidades. Neste caso, seria necessário um modelo de planejamento que alie uma visão de integração e de conjunto a técnicas e métodos bem definidos. Esse discurso, de origem positivista, é responsável por escamotear os reais motivadores dos problemas sociais do espaço urbano no país, sendo uma construção histórica para facilitar a dominação<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> “Há décadas nossas classes dominantes vêm desenvolvendo interpretações sobre as origens dos problemas sociais que se manifestam agudamente em nossas cidades – especialmente os de habitação, transportes, saneamento e meio

A classe dominante passa a investir cada vez mais nas medidas que favorecem o transporte privado e, ao seu lado, a especulação imobiliária. Mas como as demandas e consciência social das massas populares – e conseqüente organização – se desenvolviam, não havia como propagandear seus reais planos, o que era feito de modo cada vez mais implícito. Para Villaça, neste momento:

Os dilemas e os interesses a serem ocultados pelos novos planos estão claros. Não há como anunciar obras de interesse popular, pois estas não serão feitas, e não há como anunciar as obras que serão feitas, porque estas não são de interesse popular (1999, p. 204).

A partir de 1930, passa-se a buscar então o “global” ou “geral”, para que o plano, no discurso, seja abrangente e envolva toda a cidade: surge o novo discurso do plano diretor e do urbanismo multidisciplinares. Esse período vai se arrastar até a atualidade através da ideia de planos intelectuais com base técnica e científica. “É o plano-discurso que se satisfaz com sua própria “verdade” e não se preocupa com sua operacionalização e sua exequibilidade. Sua “verdade” bastaria” (VILLAÇA, 1999, p. 204).

Esse é o período em que passa a vigorar a matriz modernista/funcionalista, que foi um instrumento fundamental de dominação ideológica para impulsionar no Brasil um processo político e econômico responsável pela construção de uma das sociedades mais desiguais do mundo, ocultando a cidade real em prol de um mercado imobiliário restrito e especulativo (MARICATO, 2011).

No centro do capitalismo, conforme Maricato (2011), esse modelo de planejamento que deve suas raízes ao Iluminismo, adquire características específicas nos chamados “anos dourados” ou “trinta gloriosos” (1945-1975), devido à adequação do processo de acumulação capitalista ao de luta da classe operária. Deste modo, foi imprimido um controle legal do trabalho com políticas de melhoria das condições de vida – crescimento econômico e distribuição de renda – acompanhado de um maciço investimento em políticas sociais. Essa matriz herda do modernismo o positivismo, com a ideia de linearidade e enfoque

---

ambiente –, bem como sobre o papel do planejamento urbano na solução desses problemas. Tais idéias visam ocultar as verdadeiras origens daqueles problemas, assim como o fracasso daquelas classes e do Estado em resolvê-los. Com isso a dominação é facilitada” (VILLAÇA, 1999, p. 183).

holístico. Herda também do keynesianismo e do fordismo o Estado como centralizador que assegura o equilíbrio econômico e social. A matriz teórica predominante de planejamento regional e urbano no mundo colocava o Estado – de bem estar social (*welfare state*) – como portador da racionalidade que evitaria as disfunções do mercado, como o desemprego (regulamentação do trabalho e políticas sociais) e asseguraria o desenvolvimento econômico e social (incentivos, subsídios, infraestrutura, regulação dos preços, etc.). Nos chamados “30 gloriosos” ocorre um *boom* do planejamento urbano na América Latina (com as atividades da CEPAL<sup>21</sup>).

Frente a uma pressão social (em que teve papel importante os congressos internacionais de arquitetos), houve uma relativa equalização de oportunidades com as políticas sociais: a garantia do direito à moradia que foi reivindicado pelas lutas sociais exigiu a mudança da base fundiária. Com isso, os países capitalistas centrais fizeram “reformas urbanas” baseadas em alguns eixos estruturantes: reforma fundiária (que recebe forte regulação estatal para integrar propriedade e rendas fundiárias); extensão das infraestruturas urbanas para atender às necessidades de produção em massa de moradias; e financiamentos subsidiados. Dentre outras medidas, isso assegurou a regulação entre salários e preço da moradia, com o aumento do poder de compra dos assalariados aliado à produção em massa de moradias e “de cidade” (transporte, saneamento, serviços públicos em geral). A produção moderna fordista implicava aumento na produtividade da construção de edifícios e da infraestrutura urbana, que implicava a regulação da terra e do financiamento. Esse processo gerou os subúrbios estadunidenses e as cidades expandidas europeias, assegurando o direito à moradia – mas não à cidade (MARICATO, 2011).

A regulação entre salários e preço da moradia não ocorreu no Brasil, que “cortou esse caminho” criando uma dependência do seu desenvolvimento urbano em relação à produção ilegal de moradias, característica intrínseca e necessária ao modelo de urbanização que a classe dominante brasileira escolheu seguir.

De acordo com Villaça (1999), o período da matriz modernista pode ser subdividido no Brasil da seguinte maneira: 1930-1965 (do Urbanismo e Plano Diretor); 1965-1971 (dos Superplanos); 1971-1992

---

<sup>21</sup> A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 25 de fevereiro de 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), e tem sua sede em Santiago, Chile.

(do “Plano sem Mapa”); e pode ser caracterizado por uma burguesia procurando se encontrar. O discurso das lideranças políticas muda o foco, não mais justifica as obras executadas, mas sim a falta de solução para os chamados “problemas urbanos”. O “caos urbano” e o “crescimento descontrolado” devem ser combatidos, pois, com planejamento.

A classe dominante, após um período de silêncio, manifesta-se através dos planos para as duas maiores cidades do país (Rio e São Paulo), marcando uma nova etapa na história do planejamento urbano no país. A principal novidade era o destaque dado às questões de infraestrutura (saneamento e transportes principalmente). No discurso pretende-se abordar a cidade inteira, mas o foco do direcionamento dos investimentos está pautado pelas oportunidades imobiliárias.

O plano de Agache para o Rio de Janeiro é mais “moderno” e “pioneiro” e, renunciando os superplanos dos anos 1960, traz a ideia de que a ciência e a técnica resolverão os problemas da cidade, enquanto o de Prestes Maia em São Paulo é considerado por Villaça (1999) o último dos planos de melhoramentos e embelezamento.

Na década de 1940, as demais capitais brasileiras também produzem seus planos. Entre 1930 e 1950 a classe dominante brasileira detinha poder razoável para pôr em prática obras que atendiam às partes da cidade de seu interesse, “como a remodelação do centro, principalmente pela remodelação do sistema viário” (VILLAÇA, 1999, p. 211). Embora período fértil no quesito remodelação urbana, praticamente não houve novas propostas para o espaço urbano apresentadas pela classe dominante e assumidas pelas administrações municipais. Isso só havia ocorrido, de fato, anteriormente com o os planos (chamados assim ou não) de Agache e Prestes Maia.

Sobre a legislação descolada da realidade socioespacial em São Paulo, na década de 1950, Maricato (2011) destaca que é nesse período que a periferização se massifica através da combinação entre lotes precários e irregulares com a autoconstrução da moradia. Segundo a autora:

Uma nova alternativa de moradia popular é implementada pela dinâmica própria de produção da cidade e não pelas propostas de regulação urbanística ou de política habitacional, mostrando que enquanto os projetos de leis constituíam ideias fora do lugar, um lugar estava sendo produzido sem que dele se ocupassem as ideias” (p. 151).

“Todo o período de 1930 até 1965 é marcado pela passagem do planejamento que era executado para o planejamento-discurso” (VILLAÇA, 1999, p. 211), onde o marco é, no ano de 1965, o plano para o Rio elaborado por Doxiadis, que supera o de Agache em termos de tecnocracia e alienação, iniciando o período dos superplanos tecnocratas, que são, a partir de então, puro discurso.

Tática recorrente para os fins ideológicos de utilização do planejamento urbano, as mudanças de nomenclatura seguiram sendo feitas para designar “novos tipos de plano”, tendo em vista que a ideia de plano diretor estava desacreditada e surgia a desvinculação dos fracassos do passado. Como exemplos, temos o *Plano Urbanístico Básico* em São Paulo e o *Plan for Urban Development* – todo redigido em inglês – do Rio de Janeiro.

Enquanto os planos anteriores (do século passado e até o de Prestes Maia) consolidaram o pensamento dominante em sucessivas administrações municipais e estaduais, os superplanos diferenciavam-se apenas em um quesito: eram a representação da mais pura tecnocracia, elaborados em escritórios privados por especialistas, isto é, não tinham nenhum compromisso com mudanças efetivas na realidade urbana – o que dominou o período do Serfhau<sup>22</sup>. Foi marcante neste momento a decadência dos órgãos públicos de planejamento, já que os planos eram organizados por escritórios privados e iam direto para as gavetas das prefeituras, como o caso dos planos de Rio e São Paulo, citados acima (VILLAÇA, 1999).

No ano de 1963, houve uma tentativa de fortalecer as demandas populares, através primeiro seminário de Habitação e Reforma Urbana, realizado em Petrópolis, mas que teve suas propostas abafadas pela ditadura<sup>23</sup>. Essas demandas só vão ser retomadas com a organização de

---

<sup>22</sup> “Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau), criado nos primeiros meses do regime militar pela mesma lei que criou o BNH” (VILLAÇA, 1999, p. 215).

<sup>23</sup> “Se, por um lado, os técnicos progressistas da década de 1960, idealizadores do seminário sobre ‘Habitação e Reforma Urbana’ foram abafados durante a Ditadura Militar, por outro lado, em meados da década de 1980, o país [passaria] a discutir um projeto de lei de ‘Desenvolvimento Urbano’, trazido à baila pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em sua 20ª assembleia nacional (RIBEIRO, 1995, p. 112). A participação popular direta cresceu muito na década de 1980, desembocando nos planos diretores municipais para cidades com mais de 20 mil habitantes, previstos na nova Carta Constitucional de 1988” (DANTAS, 2012, p. 83).

diferentes setores progressistas e populares pela reforma urbana, que precede e influencia a Constituição de 1988 – e que viriam a receber uma solução nos mesmos moldes: plano diretor (VILLAÇA, 1999).

Nos anos de 1970 a simplificação dos planos toma forma, tornando-se mais singelos e generalizantes. Villaça (1999) nomeia essa nova forma de suposto cuidado com a questão do planejamento com a expressão: plano sem mapa. Além da reincidência dos “malabarismos” na mudança de nomenclatura para desvincular-se dos fracassos do passado, dispensa-se os diagnósticos e a grande quantidade de mapas em prol de planos que exprimem apenas objetivos, políticas e diretrizes gerais.

“O Plano sem Mapa em geral enumera objetivos, políticas e diretrizes os mais louváveis e bem intencionados possíveis. Com isso **elimina as discórdias e oculta os conflitos**” (VILLAÇA, 1999, p. 221, grifo nosso). De acordo com o autor, este tipo de plano é feito para ser, supostamente, detalhado depois, o que nunca vem a ocorrer. Ou seja, estes planos já nascem tendo como destinação as gavetas e prateleiras. Sua grande serventia é colocar o Estado numa posição de condescendência com o interesse popular.

No Brasil é no regime militar que ocorre o período de maior desenvolvimento da atividade de planejamento urbano, com a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), implementada no governo de Ernesto Geisel em 1973 e implementada por dois órgãos: a Secretaria de Articulação entre Estados e Municípios (Sarem) e o Serviço Federal de habitação e Urbanismo (Serfhau). Vários outros órgãos tiveram atuação e o Brasil teve um sistema de diretrizes de planejamento até os anos 1980 (MARICATO, 2011).

Grande quantidade de planos diretores foi elaborada no período, marcado pela multiplicação de escritórios técnicos de consultoria e planejamento, que era dado como solução redentora para o “caos urbano” e o “crescimento descontrolado”. Essas ideias tinham o seu papel: dissimular os conflitos e os reais motores dos problemas socioespaciais. Não havia interesse em consultar a população e nem mesmo técnicos municipais, pois a realidade concreta não deveria ser desvendada, mas omitida.

De acordo com Maricato (2011), o planejamento urbano adquiriu muito prestígio acadêmico e técnico, tendo uma grande produção intelectual e a proliferação de diversos órgãos públicos municipais nas décadas de 1970 e 1980.

Foi exatamente durante a implementação do primeiro e único sistema nacional de planejamento urbano e municipal e do crescimento da produção acadêmica sobre o assunto que as cidades brasileiras mais cresceram... fora da lei. Boa parte do crescimento urbano se deu fora de qualquer lei ou de qualquer plano, com tal velocidade e independência que é possível constatar que cada metrópole brasileira abriga, nos anos 1990, outra, de moradores de favelas, em seu interior. Parte de nossas cidades podem ser classificadas como *não cidades*: as periferias extensas, que além das casas autoconstruídas, contam apenas com o transporte precário, a luz e a água (p. 140, grifo no original).

Para a autora, é notável como a tarefa de “pensar a cidade” para “resolver seus problemas”, tão marcante e difundida no período, estava alienada dessa realidade concreta. Mesmo setores progressistas (intelectuais/técnicos/militantes) estavam com a cabeça mais nos EUA e Europa do que na realidade urbana brasileira que crescia. Debates dos urbanistas oponentes ao regime concentravam-se na discussão técnica sobre os instrumentos urbanísticos.

Esse período coincide com a decadência, a nível mundial, do planejamento urbano estatal, forjada através do avanço das ideias neoliberais que visaram dismantelar a base territorial e o controle do Estado moderno, através da internacionalização das relações mundiais. A globalização não decorre somente do avanço das tecnologias e evolução dos mercados. A mudança é política e econômica, mas também ideológica. Centenas de grandes corporações são o epicentro da estrutura internacional de poder que desmonta o *welfare state*<sup>24</sup>, além dos países mais ricos, sob a liderança da tríade – Japão, Alemanha e EUA (onde concentram-se a maior parte dos investimentos das grandes corporações. As desigualdades sociais, econômicas e sociais se aprofundam entre os países ricos e pobres, assim como a heterogeneidade entre regiões, entre cidades ou no espaço intraurbano (MARICATO, 201). Com base nas ideias de Veltz (1992, 1996), Maricato (2011) comenta que:

---

<sup>24</sup> Este termo refere-se ao Estado de bem-estar social, organização política e econômica que coloca o Estado como agente da promoção social e organizador da economia, através de seu papel regulador.

O desmonte da hierarquia centralizada taylorista [...] deu lugar a um sistema horizontal de redes, imersas na interação local/global em qualquer de seus pontos [...]. Ao invés de *se dissolver no universo espacial da teletividade, as cidades mundiais concentram cada vez parte mais considerável da riqueza e do poder*. Uma *rede arquipélago* dos grandes polos monopoliza os centros de decisões (p. 131, grifo no original).

Para Davis (2006), o modo como se deu o processo de urbanização mundialmente contradiz os modelos econômicos ortodoxos que previam que a recessão urbana retardaria ou reverteria as migrações campo-cidade. O autor analisa que as políticas de desregulamentação agrícola – que afeta diretamente a mão de obra camponesa – “impostas pelo FMI<sup>25</sup> (hoje pela OMC<sup>26</sup>) aceleraram o êxodo da mão-de-obra rural excedente para as favelas urbanas” (DAVIS, 2006, p. 195), mesmo sem grandes ofertas de empregos nas cidades. Isto é, a concentração cada vez maior das terras no campo, com o devastador crescimento do agronegócio tecnicizado e sua decrescente demanda por força de trabalho, “jogou” essas massas para as cidades.

Independentemente das oportunidades reais na cidade, o que ocorre, de fato, é a falta de perspectiva e trabalho no meio rural. Ou seja, a urbanização, irregular e precária, serve como cano de escape para a força de trabalho excedente. Para Davis, as cidades da atualidade já não seguem os passos industrializantes da urbanização preconizada pela teoria social clássica.

Do mesmo modo, Kinshasa, Cartum, Dar-es-Salaam, Daca e Lima cresceram de modo prodigioso, apesar da ruína da indústria de substituição de importações, do encolhimento do setor público e da decadência da classe média. As forças globais que “empurram” as pessoas para fora do campo – a mecanização em Java e na Índia, a importação de alimentos no México, no Haiti e no Quênia, a guerra civil e a seca de modo generalizado na África e, por toda parte, a consolidação de pequenas propriedades em grandes e a competição do agronegócio em escala industrial – parecem manter a urbanização mesmo

---

<sup>25</sup> Fundo Monetário Internacional.

<sup>26</sup> Organização Mundial do Comércio.

quando a “atração” da cidade é enfraquecida drasticamente pelo endividamento e pela depressão. Ao mesmo tempo, o rápido crescimento urbano no contexto do ajuste estrutural, da desvalorização da moeda e da redução do Estado foi a receita inevitável da produção em massa de favelas. (DAVIS, 2006, p. 196).

No relatório publicado pelo Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas (UN-HABITAT) - *The challenge of the slums* [O desafio das favelas] (de 2003, chamado de *Slums*), que é, segundo Davis (2006, p. 196), “a primeira auditoria verdadeiramente global sobre pobreza urbana”, a predominância espantosa das favelas no espaço urbano é o principal tema. Mas o que chama muita atenção nesse relatório é o fato de o mesmo romper com a tradicional censura da Organização das Nações Unidas (ONU) em relação aos problemas reais do capitalismo, ao condenar abertamente o neoliberalismo e o FMI.

As políticas neoliberais promulgadas pelo FMI nos Programas de Ajuste Estrutural dos anos 1980 e 1990 causaram devastadores impactos locais, regionais e mesmo nacionais, tanto na economia quanto na forma urbana de onde foram implementados, e são tidos pelo autor como o “*Big Bang*” da pobreza urbana e da favelização mundial<sup>27</sup>. Em *Slums*, “a principal causa isolada para o aumento da pobreza e da desigualdade nas décadas de 1980 e 1990 foi o recuo do Estado” (DAVIS, 2006, p. 204).

Davis (2006) afirma que o processo neoliberal cria “um excedente de humanidade”, que faz com que o trabalho informal seja o novo meio de vida principal da maioria das cidades do Terceiro Mundo. Para isso, cita o que afirmaram os próprios relatores de *Slums*:

Em vez de serem um foco de crescimento e prosperidade, as cidades tornaram-se o depósito de lixo de um excedente de população que trabalha nos setores informais de comércio e serviços, sem especialização, despretegido e com

---

<sup>27</sup> “Os anos 1980 – quando o FMI e o Banco Mundial usaram a alavancagem da dívida para reestruturar a economia da maior parte do Terceiro Mundo – foram a época em que as favelas tornaram-se um futuro implacável não só para os migrantes rurais pobres, como também para milhões de habitantes urbanos tradicionais, desalojados ou jogados na miséria pela violência do ‘ajuste’” (DAVIS, 2006, p. 203).

baixos salários”. “O crescimento d[este] setor informal”, declaram sem rodeios, “é [...] resultado direto da liberalização. (UN-HABITAT, 2003, pp. 40-46 *apud* DAVIS, 2006, p. 204)<sup>28</sup>.

No bojo da lógica neoliberal, a urbanização brasileira assumiu certas características através de sua dependência em relação ao capitalismo monopolista, quando o mercado passa a ser hierarquizado e articulado pelas firmas hegemônicas que a partir de então comandam o território<sup>29</sup>. A ação interventora estatal é transformada pela reorganização do capital e as novas agências e grandes grupos econômicos, escondendo-se por trás de sua complexidade e “imaterialidade” fixa territorial, passam a determinar os rumos da sociedade<sup>30</sup>, subordinando cada vez mais o Estado a seus interesses.

Para Dias (2011), o Estado, mais do que nunca, passa a enfrentar múltiplos conflitos que se ampliam através do agravamento das desigualdades socioespaciais. A tendência se afirma com a divisão territorial do trabalho acentuada e a diferenciação da localização, fundadas sobre a mobilidade crescente dos capitais, que reorganiza o sistema urbano e favorece a concentração espacialmente seletiva dos potenciais de crescimento. A metrópole transforma-se num centro financeiro competitivo internacionalmente, sede de numerosas organizações econômicas, centro cultural e espaço de consumo para as classes dominantes, engendrando uma polarização no mercado de trabalho: de um lado, um crescimento paralelo do número de empregos

---

<sup>28</sup> UN-Habitat, *The challenge of the slums: global report on human settlements 2003* (Londres, 2003).

<sup>29</sup> “Não é demais lembrar que mercado e espaço, ou, ainda melhor, mercado e território, são sinônimos. Um não se entende sem o outro” (SANTOS, 2005, p. 99).

<sup>30</sup> Silveira afirma que “Para essas grandes corporações, todo e qualquer pedaço de planeta pode ser – ou vir a ser – funcional a suas necessidades, usos e apetites (SANTOS, 2000). Sua territorialidade é, em consequência, o planeta e, por isso, buscam veementemente erodir as múltiplas territorialidades, tantas vezes rugosidades políticas e culturais para os seus ambiciosos projetos” (SILVEIRA, 2011, p. 49). A autora usa para elas a metáfora de empresas desterritorializadas, por entender que não há uma verdadeira territorialidade. Segundo ela, “Há, na realidade, um uso explorador, extorsivo, pragmático, de um pedaço do território. Existe o sentido de posse, mas não o sentido de pertencimento e de enraizamento, pois a capacidade de sair do lugar é evidente” (SILVEIRA, 2011, p. 52).

qualificados ligados às atividades de direção, concepção e gestão e, de outro, do número de empregos mal remunerados e sua própria heterogeneização graças aos processos de segregação. A esse processo, Santos (2005) chamou de urbanização corporativa, comentando que nele todas as cidades, diferenciando-se o grau e intensidade, sofrem com problemas semelhantes como: os de emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação, da saúde, entre outros. Para ele, quanto maior a cidade, mais evidentes se tornam essas mazelas, que se encontram por toda parte em decorrência da forma de organização interna das cidades (o que ele chama de cidade caótica), em que os recursos públicos são transferidos para investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais.

### **1.3.3. A realidade após 1990: o mercado é quem dita as leis**

Depois de um século e meio de vida, a matriz de planejamento urbano modernista (e mais tarde funcionalista), que definiu os rumos dos processos de urbanização no mundo, passa a ser desmontada. Com todas as mudanças trazidas pela reestruturação produtiva neoliberal, as matrizes do planejamento urbano também são influenciadas a mudar – tanto pela esquerda, quanto pela direita. Novas propostas vão sendo formuladas para, de um lado, evidenciar as mazelas da cidade real e incidir no sentido de melhorias sociais significativas enquanto, por outro lado, os setores ligados aos interesses do mercado (cada vez mais fluido e internacionalizado), reformulam os usos do planejamento urbano ideologicamente, ocultando a realidade urbana, seus interesses e, portanto, o conflito político. Para Maricato (2011),

Desvendar esse panorama é uma tarefa complexa devido ao poder de disseminação de ideias e conceitos dessas instituições e agências mundiais que, como se sabe, têm grande influência sobre as universidades, os intelectuais e a mídia, de modo geral. Basta lembrar como as diretrizes do consenso de Washington se tornaram uma agenda inquestionável para dirigir os destinos dos chamados “países emergentes”, entre os quais se inclui o Brasil (p. 133).

Para Souza (2010), a tendência que emerge às custas do enfraquecimento do planejamento regulatório (modernista/funcionalista) – que é importante ressaltar, não desapareceu – são as perspectivas “mercadófilas”. Seus três subtipos (o planejamento subordinado às

tendências do mercado/*trend planning*; o planejamento de facilitação/*leverage planning*; e o planejamento de administração privada/*private-management planning*) “rompem com o espírito regulatório [...], na medida em que deixam de tentar “domesticar” ou “disciplinar” o capital para, pelo contrário, melhor ajustarem-se aos seus interesses, inclusive imediatos” (p. 136). Ao definir estes subtipos com a terminologia apresentada em BRINDLEY *et al* (1989), Souza descreve-os:

O planejamento subordinado às tendências do mercado limita-se, como o nome indica, a acompanhar as tendências sinalizadas pelo próprio mercado [...] O planejamento de facilitação [...] serve para estimular a iniciativa privada, oferecendo-lhe numerosas vantagens e regalias, de isenções tributárias a terrenos e infra-estrutura subsidiados [...] Quanto ao planejamento de administração privada, ele deve seu nome ao fato de incorporar os próprios métodos e a experiência da iniciativa privada, tida como mais eficiente (onde, todavia, não se abre mão de generosos subsídios estatais...) (2010, p. 32).

Com essa tendência, o planejamento é enfraquecido em detrimento do fortalecimento do conceito de gestão, ligado à administração dos recursos e problemas de forma mais imediata, priorizando planejamentos de curto e médio prazos em vez daqueles mais embasados e consistentes. É um marco do triunfo da ideologia imediatista do “livre mercado”, pois um planejamento mais fraco está mais propício a relacionar-se com a desregulamentação e o Estado mínimo neoliberais. O espírito assumido, então, é o do “empresarialismo”, ligado a assimilação das tendências do mercado para a consolidação de “parcerias público-privado”, onde o público corre os riscos, enquanto o privado garante seus lucros (SOUZA, 2010).

Essa tendência é comumente rotulada de “planejamento estratégico”. Embora Souza (2010) demonstre que o planejamento estratégico em si é algo mais amplo, que possui inclusive vertentes de viés progressista<sup>31</sup>, trataremos aqui da vertente conservadora, o

---

<sup>31</sup> Para Souza (2010) é fundamental reconhecer que “O rótulo “planejamento estratégico” remete a ambientes distintos: tanto ao ambiente de atividades empresariais, quanto ao planejamento da atuação do Estado, inclusive sob a ótica militar, [...]; tanto à moda atual dos “planos estratégicos”, como o do Rio

planejamento empresarialista. Este é comprometido com os interesses empresariais para a formulação das agendas e abandona nitidamente qualquer menção ao “interesse público”. De acordo com Souza (2010), quando há,

[...] o fino véu ideológico caracteriza-se por buscar convencer que o favorecimento dos interesses empresariais, gerando crescimento econômico e melhorando a posição de uma dada cidade em meio à competição interurbana, traz benefícios coletivos como a geração de empregos e maior circulação de riquezas (p. 138).

Souza (2010) define que, basicamente, as perspectivas “mercadofílas”, dominadas pela influência do pós-modernismo, não se voltam a intervenções que levem em conta uma análise consistente do espaço e da sociedade, pois seu compromisso está centrado nos sinais emitidos pelo mercado, com a predominância de demandas, em grande parte, predefinidas, relacionadas aos anseios do capital imobiliário e outros segmentos dominantes. “Diante disso, é lógico que o *grau e abertura para com a participação popular* restringir-se-á, na melhor das hipóteses, aos tipos de pseudoparticipação, às vezes não chegando sequer a isso” (p. 139, grifo no original).

Vainer (2009) estudou um projeto específico do modelo empresarialista<sup>32</sup>. Para ele, o chamado Planejamento Estratégico Urbano é o que surge com maior força para tomar o lugar deixado pelo padrão “tecnocrático-centralizado-autoritário” em decadência, e sua difusão no Brasil e América Latina se dá através de agências multilaterais (como Bird e Habitat) e consultores internacionais (sobretudo catalães, sendo

de Janeiro (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO *et al.* (1996a; 1996b), descendente de uma linhagem conservadora [...], quanto à linha mais crítica de Carlos Matus [...], com seu “planejamento estratégico situacional”, que ele começou a desenvolver quando ainda colaborava com o governo de Salvador Allende, no Chile. No entanto, todos têm algo em comum: a incorporação da dimensão política em seu sentido amplo” (p. 41, nota 5).

<sup>32</sup> Vainer (2009) é criticado por Souza (2010) por reduzir o termo planejamento estratégico ao projeto em questão. Embora tenhamos acordo com o segundo, consideramos importante a análise do primeiro, no sentido de esclarecer como os idealizadores desse tipo de planejamento estratégico, de viés empresarialista, desenvolvem deliberadamente o caráter ideológico de seus planos, de modo a influenciar intencionalmente a forma subjetiva como a população lida com o espaço urbano ao qual está inserida.

os principais nomes: Forn, Borja e Castells). Vainer (2009) afirma que seus idealizadores pregam que o mesmo deve ser adotado porque as cidades estariam hoje submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas e a nova questão urbana teria, como nexos central, a competitividade. As cidades necessitariam então: competir pelo investimento de capital, tecnologia e competência gerencial; competir na atração de novas indústrias e negócios; serem competitivas no preço e na qualidade dos serviços; competir na atração de força de trabalho qualificada, etc. Vainer (2009) afirma que esse modelo de planejamento se estrutura sobre a paradoxal articulação de três analogias constitutivas: a cidade é uma mercadoria; a cidade é uma empresa; a cidade é uma pátria. Por mais contraditórias que possam parecer essas analogias, elas são um instrumento poderoso, já que suas múltiplas imagens e representações podem ser usadas pelo poder conforme a conveniência. Não se busca vender a cidade a partir de diagnósticos de suas características, mas através dos insumos valorizados pelo capital transnacional: espaços para convenções e feiras, parques industriais e tecnológicos, oficinas de assessoramento a investidores e empresários, torres de comunicação e comércio, aeroporto internacional; telecomunicações; hotéis de luxo, assistência secretarial em inglês, etc. Ou seja, todas as cidades “devem vender a mesma coisa aos mesmos compradores virtuais que têm, invariavelmente, as mesmas necessidades” (VAINER, 2009, p. 80).

Para Vainer (2009), o que classifica a cidade enquanto mercadoria é “o mercado externo e, muito particularmente, o mercado constituído pela demanda de localizações pelo grande capital” (p. 80). Nesse sentido, sendo a cidade uma mercadoria colocada na prateleira para esse consumo de alto poder aquisitivo, ela torna-se um objeto de luxo e, por conseguinte, tudo que é destoante em relação ao luxo torna-se indesejável. Logo, a falta de direitos (dos pobres) à cidade torna-se então uma estratégia de promoção da mesma. Criar a imagem de uma cidade segura é criar a fantasia, na paisagem, de uma cidade sem pobreza. Esse tipo de planejamento, a exemplo do neoliberalismo real, não abre mão da intervenção estatal, e tem na governança um espaço a ocupar e fazer valer seus projetos.

Sobre a analogia do Planejamento Estratégico Urbano de cidade como uma empresa, Vainer (2009) destaca que a cidade-coisa, cidade-objeto, cidade-mercadoria sai da forma passiva e assume a forma ativa de sujeito, ganhando nova identidade: a de empresa, criando a possibilidade de transposição do Planejamento Estratégico de seu

território natal (a corporação privada) para o território (público) urbano. A ideia de empresa que se propõe transpor para a cidade não é mais a de organização da produção (como se fazia na cidade modernista), mas sim enquanto unidade de gestão e negócios. Desta forma, agir estrategicamente significa agir conforme as expectativas geradas no (e pelo) mercado. A cidade-empresa atua no mercado de cidades e deve ser competitiva, ágil e flexível. Por isso o controle político estatal, através da influência da sociedade civil organizada, é um grande entrave para os interesses. Anular o poder político da sociedade civil organizada é uma tática mais do que necessária, e o Estado é um instrumento para este fim. A lógica da cidade-empresa é transferir o máximo possível de poder político de tomada de decisões para o empreendedorismo que, tendo as possibilidades de influência por dentro da governança, terá facilitado o caminho para colocar a cidade para competir num “mercado de cidades”, abrindo as portas ao capital transnacional, possibilitando aos grandes investidores escolher entre múltiplas possibilidades a localidade que melhor servirá para maximizar os lucros de seus investimentos.

Para que não haja resistência a esse controle do governo, que transforma a cidade numa empresa voltada a interesses privados, os idealizadores do Planejamento Estratégico Urbano pensaram na solução: despolitizar a cidade. É sobre isso que se refere a terceira analogia que nos traz Vainer (2009), de que a cidade deve ser uma pátria, espaço do consenso como princípio e como fim. Ou seja, para a instauração da cidade-empresa, faz-se necessária a negação radical da cidade enquanto espaço político (*polis*). “Na empresa reina o pragmatismo, o realismo, o sentido prático; e a produtivização é a única lei” (VAINER, 2009, p. 91). Só um determinado nível de consenso da população acerca das questões referentes à cidade pode reduzir o espaço público radicalmente e subordinar o poder público aos interesses do capital internacional e local sem consideráveis resistências. Daí advém a necessidade de uma cidade unificada, onde a própria ideia de cidade enquanto sujeito, disputando com as demais, já é bastante útil. Para este objetivo, é criada uma “consciência de crise”, uma preocupação em comum que gera uma vontade comum entre as diferentes classes, gerando a ideia de que a cidade deve avançar (física, econômica, social e culturalmente). Com a trégua nos conflitos internos decorrente desse consenso, cria-se a paz social interna necessária para que a luta de classes seja ocultada, abrindo as portas a um “patriotismo cívico”.

Transfigurando-a em mercadoria, em empresa ou em pátria, definitivamente a estratégia conduz a destruição da cidade como espaço da política, como lugar de construção da cidadania. (VAINER, 2009, p. 98).

A ideia de competição entre cidades é central no projeto teórico e político do Planejamento Estratégico Urbano, pois é ela que “autoriza” a transposição do modelo empresarial para o espaço urbano e por consequência, a venda das cidades, o emprego do *marketing* urbano, a unificação autoritária e despolarizada dos cidadãos e a instauração do patriotismo cívico. Seja ele “consumidor de mercadorias, acionista de empresa ou patriota orgulhoso, o cidadão planejado estrategicamente está condenado a ver desaparecer o espaço e a condição de uma cidadania”. (VAINER, 2009, p. 100).

Maricato (2011, p. 124), na virada para o século XXI, demonstrava preocupação em relação ao cenário que se apresentava, ao afirmar que:

A crise da matriz modernista/funcionalista que alimentou o planejamento urbano no século XX prepara espaço para sua substituição. Cabe perguntar se a nova matriz que está sendo gerada resulta de um processo endógeno calcado na *práxis* urbana ou segue o mesmo caminho de dominação econômica, política e ideológica de inspiração externa, seguido pela primeira. Em que medida o processo de substituição não está reproduzindo modelos alienados em relação à nossa realidade, modelos esses que vincularão desde a formação profissional e acadêmica, até a produção reificada de conceitos e da representação da cidade? Escaparemos do nosso destino, aparentemente inexorável, de produzir uma matriz postiça ou “fora do lugar, mais adequada, agora, aos princípios neoliberais?”

Vainer (2009) aponta um caminho possível para mudanças efetivas na lógica das cidades, do qual temos acordo, que é o caminho que vemos brotar em ações de sujeitos coletivos que, percebendo as contradições no espaço, passam a organizar-se de modo a denunciá-las, decodificando pouco a pouco, num movimento educativo, a realidade que a ideologia dominante permanentemente busca ocultar. Para o autor:

Ali onde a mercantilização do espaço público está sendo contestada, ali onde os cidadãos investidos de cidadania politizam o cotidiano e

quotidianizam a política, através de um permanente processo de reconstrução e reapropriação dos espaços públicos, estão despontando os primeiros elementos de uma alternativa que, por não estar ainda modelada e consolidada, nem por isso é menos promissora (p. 101).

Com esse estudo, Vainer (2009) conclui que a disputa de modelos de planejamento e gestão é muito clara como expressão do antagonismo de classes da sociedade capitalista, levantando que no momento atual enfrentamos o seguinte impasse: de um lado propõe-se a *City* – espaço, objeto e sujeito de negócios e, de outro, a *Polis* – possibilidade de uma cidade como espaço do encontro e confronto entre cidadãos. Nesse sentido, Maricato afirma que:

Para reverter a tendência que empenha maior visibilidade às obras construídas na cidade do capital imobiliário é preciso, antes de mais nada, destruir essa representação ideológica hegemônica sobre a cidade. É preciso construir a consciência da cidade real com as demandas populares (MARICATO, 2001, 168).

No período da chamada redemocratização brasileira<sup>33</sup>, Santos (2011) relacionava a falta de direitos (e a própria falta de consciência disso ou apatia política), nas cidades latino-americanas, aos regimes autoritários imprimidos nos países subdesenvolvidos por pressões neoliberais, nos quais “Deixaram de ser permitidos: a defesa do direito ao trabalho e a uma remuneração condigna, o reclamo dos bens vitais mínimos, o direito à informação generalizada, ao voto e, até mesmo, à salvaguarda da cultura” (2011, p. 87). Sobre o Brasil, especificamente, afirmava que:

Em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização, as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada e

---

<sup>33</sup> Caracterizado pela diminuição do autoritarismo, decadência da ditadura civil-militar e abertura de novas possibilidades para a participação da sociedade civil nas decisões e rumos da política nacional, marcadas principalmente com a possibilidade de eleição para a Presidência da República.

televisada, a degradação das escolas, a instalação de um regime repressivo com a supressão dos direitos elementares dos indivíduos, a substituição rápida e brutal, o triunfo, ainda que superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, porque é o instrumento da busca da ascensão social. Em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário (SANTOS, 2011, p. 88).

Apesar dessa herança construída nas bases do autoritarismo militar, os anos de 1970 marcaram uma nova etapa na consciência popular urbana no Brasil, com os movimentos populares adquirindo um papel importante no cenário político. Conforme Villaça (1999), o estímulo decorrente das possibilidades – mesmo que limitadas – de influenciar na elaboração da nova Constituição do país, fez com que os movimentos crescessem em organização, adesões e atuação.

De acordo com Dantas (2012),

Na emergência dos movimentos sociais no Brasil que vinham desde o final da década de 1970 acompanhados dos últimos estertores da Ditadura Militar (1964-1985), surgiram diversas mobilizações de moradores empobrecidos nas médias e grandes cidades brasileiras, reivindicando moradia, transporte, saúde, educação, creches, segurança e canalização de água e esgoto. Tais ‘movimentos sociais urbanos’ tiveram enorme impacto no Brasil, denotando outra forma do ‘fazer político’ e ampliando a noção de identidades coletivas (PAOLI *et. al.*, 1995, p. 33-34).

Esses sujeitos coletivos que surgem nos centros urbanos vão exercer um papel primordial nos rumos das leis e políticas públicas voltadas para as cidades brasileiras. Através de ações subversivas e diferentes formas de organização e articulação, passam a figurar como novos agentes modeladores dos espaços urbanos, influenciando e pressionando o poder público a tratar de outro modo os problemas da pobreza urbana.

Com o encaminhamento ao Congresso Nacional de uma proposta de emenda popular referente à reforma urbana, no final dos anos de 1980, elaborada pela união de diversas entidades e assinada por

mais de 130 mil eleitores e eleitoras, consolidava-se o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU). “Essa emenda continha reivindicações das massas urbanas quanto a questões fundamentais, como a propriedade imobiliária urbana, habitação, transportes e gestão urbana” (VILLAÇA, 1999, p. 232).

O MNRU passou a organizar-se em escala nacional, somando vários movimentos e entidades com propostas populares em torno dos chamados problemas urbanos. Com isso, as populações urbanas marginalizadas passaram a ter um mínimo de voz frente ao poder, pressionando o governo e as forças conservadoras a agirem diante dos diversos problemas da cidade real, onde destaca-se a questão da habitação e da propriedade fundiária e imobiliária. Diante do descrédito que assumiram os planos diretores e, tendo a sociedade civil organizada percebido, até certo ponto, seu papel ideológico de ocultar os problemas concretos e servir à inércia estatal, o foco voltou-se para as políticas habitacionais e legislação urbanística – com destaque para loteamentos e zoneamentos – o que, na cidade oficial, sabia-se que funcionava (VILLAÇA, 1999).

Souza (2010) destaca que o planejamento urbano pautado pela ideia de reforma urbana<sup>34</sup> teve sua síntese intelectual *no Brasil*, nos anos 1980 e 1990, vindo a estender suas influências pelo mundo posteriormente. Essa síntese foi elaborada através de “décadas de acúmulo de importantes análises com a reflexão técnica sobre planejamento e a experiência dos movimentos sociais” (p. 156). Embora essa bandeira tenha surgido no Brasil já na década de 1960, ela havia sido abafada durante os anos de chumbo do regime militar brasileiro. Porém, consegue ressurgir quando o autoritarismo do regime se enfraquece e tem início a abertura política. Como já mencionado, a possibilidade de contribuição à Constituição de 1988 foi o que catalisou as forças sociais dando esse novo fôlego às coletividades que defendiam a reforma urbana. Neste momento, inclusive, ampliam-se as questões e perspectivas, indo para além da habitação e pautando outros problemas

---

<sup>34</sup> Souza (2010) afirma que o ficou conhecido como reforma *urbana*, para marcar seu conteúdo progressista, deveria chamar-se reforma *urbanística*. Para o autor: “Ao contrário da bandeira da reforma agrária, tradicionalmente vinculada a movimentos contestatórios da ordem vigente, inclusive de natureza revolucionária, a expressão reforma urbana comumente recobriu, até a década de 80, intervenções autoritárias de conteúdo anti-popular, como a Reforma Passos, no Rio de Janeiro (1902-1906) (p. 155).

latentes da complexidade do momento em que se encontrava a urbanização brasileira (transportes coletivos e serviços públicos, coibição da especulação imobiliária, etc.).

Nesta grande aglutinação que impulsionou o surgimento do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), gestou-se a concepção progressista de reforma urbana, que pode ser caracterizada

[...] como um conjunto articulado de políticas públicas, de caráter redistributivista e universalista, voltado para o atendimento do seguinte objetivo primário: reduzir os níveis de injustiça social no meio urbano e promover uma maior democratização do planejamento e da gestão das cidades (SOUZA, 2010, p. 158).

Para Maricato (2011) “O FNURU<sup>35</sup> foi um dos responsáveis pela inserção na Constituição de 1988 de algumas conquistas relacionadas à ampliação do direito à cidade” (p. 143). Porém, cometeu o equívoco de focar-se na legislação para controlar o mercado, “quando grande parte da população está e continuaria fora do mercado ou sem outras alternativas legais e modernas” (p. 143). Apesar de todo o histórico de desrespeito para com os planos diretores, eles voltam a todo vapor na Constituição de 1988, novamente exercendo o suposto papel de “salvadores” e “portadores de todas as soluções” – assim como havia ocorrido no início da ditadura militar –, reproduzindo uma vez mais a versão dominante e falsificadora da realidade de que as cidades são “caóticas” por falta de planejamento.

A adequação na Constituição, obrigando as cidades com mais de 20 mil habitantes a produzirem seus planos diretores, serviu para ofuscar os reais objetivos de quem defendia a reforma urbana. Foi uma resposta conjunta da tecnocracia estatal e da reação conservadora à Emenda Popular de Reforma Urbana, que perdeu muitas de suas propostas nos debates e votações no Congresso. Este último só esteve aberto a receber as propostas, mas nada o obrigava a aprová-las na

---

<sup>35</sup> De acordo com Tomás (2012), o Fórum Nacional pela Reforma Urbana (FNURU) foi criado através do fortalecimento das mobilizações em prol da Reforma Urbana na segunda metade da década de 1980, impulsionadas pela elaboração da Constituição. Segundo a autora: “O Fórum Nacional pela Reforma Urbana é uma articulação de entidades da sociedade civil que lutam por transformações nas cidades brasileiras, para tornar efetivo o direito à cidade. É um espaço de iniciativas no sentido da democratização do acesso aos direitos sociais básicos dos moradores das cidades” (pp. 121-122).

íntegra. Antes mesmo da desarticulação promovida pelos planos diretores, este foi o primeiro golpe sentido pelo MNRU que, tendo que rearticular sua estratégia, seguiu pelo pantanoso caminho burocrático de disputa pela elaboração dos planos diretores pela via institucional.

É importante destacar que houve um importante progresso no sentido de os planos diretores abordarem a questão da função social da propriedade, mas as dificuldades com as sanções seguiram impedindo avanços mais consideráveis. Durante muito tempo os setores hegemônicos seguraram a implementação destes dispositivos. Mesmo assim, na década de 1990, várias cidades brasileiras voltaram a elaborar seus planos diretores – agora como projeto de lei. Em algumas cidades (como São Paulo, Rio, Belo Horizonte e Porto Alegre), aproveitou-se para além de rejeitar o plano tradicional, o superplano e o diagnóstico técnico, politizar o plano diretor trazendo elementos da reforma urbana, com dispositivos que atendiam aos princípios da justiça social no âmbito urbano, como a regularização fundiária e urbanização de favelas, as Zonas Especiais de Interesse Social e a fixação do coeficiente de aproveitamento igual a um para toda a cidade, uma concepção de zoneamento baseada na capacidade da infraestrutura urbana. E foram exatamente estes dispositivos que fizeram o empresariado e as elites travarem as negociações de implementação, pois representavam uma considerável ameaça ao mercado imobiliário (VILLAÇA, 1999).

Devido a esse caráter de organização e consciência social dos setores populares, que influenciam e são influenciados pelo processo de politização que emergiu nas metodologias e procedimentos relacionados à política urbana, Villaça (1999) destaca a década de 1990 como fim de um período na história do planejamento urbano no Brasil, quando dentro e fora dos legislativos estes setores passam a exercer uma influência que incomoda as alianças de poder nas diferentes cidades, sendo estas obrigadas a criar novos instrumentos de controle para o favorecimento de seus projetos e interesses.

O plano diretor inovador dos anos 1990 elegeu como objeto fundamental o espaço urbano de sua produção, reprodução e consumo. Para tanto, seus instrumentos fundamentais, limitados aos da alçada municipal, são, basicamente, os de natureza urbanística, tributária e jurídica (VILLAÇA, 1999, p. 238).

Ou seja, a politização pela qual passa o planejamento urbano através da pressão popular leva os planos diretores a assumirem um caráter mais “pé no chão”, com aplicações previstas que efetivariam

melhorias para os segmentos desfavorecidos. Por isso mesmo, em contrapartida, o empresariado seguiu forçando a implementação de planos de diretrizes gerais, como sempre, fora do lugar (MARICATO, 2011). A incidência dos planos em relação a aspectos urbanísticos referentes ao uso e ocupação do solo descontentaram as elites a ponto de se organizarem para barrar, ou ao menos “esterilizar” os planos diretores voltados para intervenções de caráter social. Para os movimentos populares ligados à terra e habitação, em meio a essas disputas, o plano diretor foi tornando-se cada vez mais um instrumento desgastado para o embate político, devido aos constantes desvirtuamentos e manipulações.

O início da politização dos planos se caracteriza pelo início dos debates e processos de negociação de natureza política entre interesses que aparecem claramente como conflitantes. O setor imobiliário, que tanto tem crescido e se organizado ultimamente, em especial com o advento dos incorporadores, surge na arena política como a facção do capital mais diretamente interessada no espaço urbano e, por isso, liderando vários outros grupos empresariais, como os da construção civil e o comércio em geral e os grandes escritórios de engenharia e arquitetura (VILLAÇA, 1999, p. 239).

Neste embate, é certo que na grande maioria dos casos as forças mais conservadoras saíram – como segue acontecendo – vitoriosas, mas caracteriza um momento que a classe dominante passa a encontrar-se numa encruzilhada, pois não pode fazer planos que revelem as suas verdadeiras propostas para as cidades brasileiras, ao passo que não têm planos que atendam às necessidades da maior parte da população. A obrigatoriedade do plano diretor na Constituição de 1988 serviu para ocultar esse próprio dilema, aliando uma pseudoparticipação popular a resultados que sempre se voltam aos interesses do mercado. Mesmo assim, os planos diretores “participativos” seguiram incomodando as elites, já que a participação dos setores populares (trazendo a politização da cidade real) proporciona momentos desagradáveis em que muitos interesses acabam sendo desnudados. Por isso, as câmaras usualmente marcam as audiências públicas em horários pouco acessíveis e/ou às pressas, dentre outras táticas que servem para afastar os segmentos populares de debates e decisões que lhes dizem respeito.

Segundo Souza (2010), o excesso de atenção à questão da legislação sem uma análise social mais aprofundada que fundamentasse

essas leis gerou no seio dos setores populares e progressistas, certo “legalismo” e “tecnocratismo de esquerda”, responsável por dispersar a força social dos movimentos sociais. A supervalorização do papel dos planos diretores municipais, mais uma vez, como portadores das responsabilidades da mudança, aliado à falta de uma articulação maior da reforma urbana a nível nacional conduziram à derrota estratégica que o MNRU e a sociedade brasileira vieram a sofrer. Sobre esses “novos planos diretores”, que vão surgir mais ou menos sob a égide do ideário da reforma urbana, Souza (2010) afirma que farão parte do chamado “planejamento politizado”, uma versão de esquerda do “planejamento estratégico” que, segundo o autor, caracteriza-se por incorporar a dimensão política e a sensibilidade entre os conflitos de interesse. Esses modelos são os que seguiram pelo tortuoso caminho da tentativa de apropriação pela esquerda dos planos diretores enquanto instrumentos de consolidação da reforma urbana. Voltados demais à crença do papel do Estado e dedicando pouca atenção ao papel da participação popular e dos movimentos sociais urbanos, acabaram falhando ao não levar em conta os diversos obstáculos de ordem sócio-política e institucional.

As dificuldades apontadas colocaram o ideário da reforma urbana, de lá para cá, num impasse, passando a depender de reformulações para que possa adquirir capacidade de enfrentar, com suas propostas voltadas ao direito à cidade, os projetos de cidade produzidos e ocultados pela ideologia dominante. Essas reformulações passam por uma maior autonomia dos setores comprometidos com o direito à cidade em relação às vias institucionais, tomando para si a responsabilidade de criar projetos e propostas e disputá-las a uma distância segura dos riscos da burocratização e cooptação.

### **1.3.4. O Estatuto da Cidade: uma faca de dois gumes**

O Estatuto da Cidade (EC), para além de suas limitações, foi uma importante conquista advinda do “caldo de politização” que influenciou o planejamento urbano no Brasil nos anos 1980. De acordo com Villaça (1999), o EC surgiu como uma das principais frentes da luta pela reforma urbana, pois dele dependia muito da credibilidade dos planos diretores – sendo estes últimos uma outra frente, além dos movimentos populares setoriais por terra urbana, habitação ou transporte. Para o autor, que escrevia seu trabalho dois anos antes da aprovação do Estatuto da Cidade, o destino do planejamento urbano no Brasil e o perfil, a credibilidade e o conteúdo dos planos diretores

estariam ligados principalmente “aos avanços da consciência de classe, da organização do poder político das classes populares” (pp. 240-241).

O Estatuto da Cidade, lei federal nº 10.257, foi aprovado em 2001 e adquiriu prestígio mundo à fora tornando-se um “exemplo de como setores de diversos extratos sociais [...] podem persistir muitos anos numa ideia e alcançá-la, mesmo num contexto adverso” (MARICATO, 2010, p. 05). À sua aprovação seguiu-se a criação do Ministério das Cidades (MC), no primeiro ano do governo Lula em 2003, que veio a “ocupar um vazio institucional inexplicável para um país maciçamente urbanizado e que apresentou nos últimos 50 anos uma das maiores taxas de urbanização do mundo” (MARICATO, 2005b *apud* TOMÁS. 2012, p. 127).

Porém, não se pode ignorar que, embora caracterizem avanços na esfera legislativa, o EC e o MC não garantem mudanças efetivas em problemas estruturais que vêm sendo produzidos ao longo de várias décadas. Com tudo o que vimos trabalhando até aqui, podemos constatar o quão arbitrário é o uso da lei na sociedade brasileira, o que se agrava quando a legislação está relacionada à questão da propriedade fundiária e imobiliária. Aplicar as determinações do Estatuto da Cidade no contexto excludente de um país como o Brasil, marcado pelo poder político associado à propriedade patrimonial com raízes tão profundas, não é tarefa simples. Mas para além de todas as dificuldades, não se deve negar a relevância deste instrumento em caso de implementações concretas das suas diretrizes – o que é perfeitamente possível. Um dos grandes diferenciais do EC é gerar aos municípios uma grande autonomia para a efetivação dessas diretrizes, o que põe suas aplicações na dependência da correlação de forças da esfera municipal<sup>36</sup>.

A função social da propriedade é central no EC, possibilitando através de sanções regular a propriedade urbana voltada ao mercado imobiliário. “O EC trata, portanto, de uma utopia universal: o controle da propriedade fundiária urbana e a gestão democrática das cidades para que todos tenham o direito à moradia e à cidade” (MARICATO, 2010). Segundo Maricato:

A construção da nova matriz urbanística passa pela eliminação da distância entre planejamento

---

<sup>36</sup> No item 3.2 do Capítulo 3, trabalharemos um exemplo de como são complicadas essas correlações de forças, ao abordarmos a experiência do Fórum do Maciço do Morro da Cruz (FMMC) em Florianópolis e a sua relação com o poder público local.

urbano e gestão. Passa ainda por uma nova abordagem holística [...]. Mas, talvez mais importante do que tudo, ela não pode ignorar a necessidade de desconstrução das representações dominantes sobre a cidade e nem a necessidade de construção de uma nova simbologia engajada a uma práxis democrática (2011, p. 169).

Se a organização de setores populares foi crucial na construção de um instrumento tão importante como o Estatuto da Cidade, acreditamos que para a efetiva aplicação dessas leis e a construção de novos avanços que podem levar a modelos de cidades mais humanizadas, o caminho deve ser semelhante. Por isso mesmo entendemos que a organização e os processos educativos que podem ser gestados em cada espaço de territorialização precária, que são impulsionados por esse modelo de urbanização excludente, têm uma grande relevância. Quando determinados sujeitos coletivos rompem a bolha da aceitação de sua condição e passam a caminhar rumo à sua cidadania, os interesses conflitantes no espaço urbano vão sendo explicitados, possibilitando confrontos de ideias que oportunizam diferentes horizontes.

Nesse sentido, Gohn (2010, p. 66), reconhece a importância do papel educativo dos movimentos sociais na consolidação de instrumentos participativos para a política das cidades:

O importante a destacar é esse campo de força sociopolítico, é o reconhecimento de que suas ações impulsionam mudanças sociais diversas. O repertório de lutas que eles constroem demarcam interesses, identidades, subjetividades e projetos de grupos sociais. A partir de 1990, os movimentos sociais deram origem a outras formas de organizações populares, mais institucionalizadas, como os fóruns nacionais de luta pela moradia popular. No caso da habitação e reforma urbana, por exemplo, o próprio Estatuto da Cidade é resultado dessas lutas. O Fórum de Participação popular e tantos outros fóruns e experiências organizativas locais, regionais, nacionais e até transnacionais estabeleceram práticas, fizeram diagnósticos e criaram agendas, para si próprios, para a sociedade e para o poder público. O Orçamento Participativo e vários programas surgiram como fruto desta trajetória.

Souza (2006) reconhece a importância de instrumentos que garantam a participação popular como um passo importante para um planejamento e gestão do espaço urbano, mais voltados à autonomia de seus cidadãos e cidadãs. Porém, o autor alerta que a sociedade civil deve ser mais do que “apenas uma interlocutora ou “parceira” do Estado em matéria de planejamento e gestão: é preciso que ela geste as suas próprias propostas e, à revelia do Estado, apesar do Estado e contra o Estado, busque concretizá-las” (SOUZA, 2006, p. 273). Esse caminho deve ser construído pelos setores da sociedade que defendem um outro modelo de cidade, pautado na justiça social e na garantia de direitos elementares, e compreendemos que os ativismos e movimentos sociais têm grande destaque nessa tarefa.

## **CAPÍTULO 2 – A TERRITORIALIZAÇÃO COMO RESISTÊNCIA E O CARÁTER EDUCATIVO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

A cidade, onde tantas necessidades emergentes não podem ter resposta, está desse modo fadada a ser tanto o teatro de conflitos crescentes como o lugar geográfico e político da possibilidade de soluções (SANTOS, 2005, p. 11).

No capítulo anterior, buscamos levantar um histórico do planejamento urbano no Brasil, objetivando colocar em evidência o processo histórico de estruturação das metrópoles brasileiras enquanto espaços excludentes, dominados pela segregação espacial e, ao mesmo tempo, demonstrar como o próprio planejamento urbano serve de instrumento ideológico de dominação por parte das elites, a fim de ocultar a “cidade real” e alienar a sociedade civil dos processos que mantêm a cidadania e o direito à cidade como realidades distantes.

Se, por um lado, o espaço urbano não é apenas um mero cenário para as relações sociais, mas uma instância ativa para a dominação econômica ou ideológica, por outro lado, só a disseminação da informação sobre a cidade real pode afastar a bruma que encobre a realidade e desvendar a dimensão da exclusão (MARICATO, 2011, p. 168). As mudanças socioespaciais passam, portanto, por desvendar os problemas, dar a eles visibilidade e, principalmente, agir sobre eles. A quem cabe esse papel? Não é uma resposta tão simples, mas acreditamos que quem é mais atingido por tais problemas tem papel primordial nessa tarefa, aliando-se a quem entende que a mudança se faz necessária.

A “pedagogia urbana” é uma alternativa que Souza (2006) propõe para avançar rumo a cidades mais justas. Para isso seria necessário democratizar o planejamento e gestão urbanos, retirando-os de seus pedestais (sustentados pelo monopólio tecnocrático) e colocando-os ao alcance dos cidadãos e cidadãs. Isto está para além dos canais participativos formais, o que convém é disseminar ao máximo as informações relevantes de modo que as pessoas possam opinar com conhecimento de causa, com uma compreensão do espaço urbano e seus processos.

Entendendo como pedagógico o que forma o caráter e cultiva o espírito, com transmissão e aprendizagem de valores, Souza (2006)

considera que “a cidade, em si mesma (ou por outra, a *vivência da cidade*, a *experiência da cidade*), educa e forma o caráter” (p. 263, grifo no original). A cidade que tem a sua paisagem marcada pela segregação, pelo individualismo e pelo medo do outro (com muros, câmeras, cercas elétricas, etc.), por exemplo, educará de forma muito diferente em relação a uma cidade que expresse na sua paisagem imagens e símbolos que traduzam liberdade e estímulos à solidariedade.

A “pedagogia urbana”, portanto, seria um modo de aproximar planejamento e gestão de quem conhece e sofre na pele com os reais problemas urbanos, gerando autonomia e uma efetiva participação popular, num processo dialógico (no sentido freiriano) entre planejadores/as (agindo enquanto “pedagogos urbanos”) e sociedade civil. Em outras palavras, o objetivo seria desmistificar e popularizar o conhecimento do espaço urbano. Como afirma Freire (2005), em sua *Pedagogia do Oprimido*,

Se as massas populares dominadas [...] se acham incapazes, num certo momento histórico, de atender à sua vocação de ser sujeito, será pela problematização de sua própria opressão, *que implica sempre uma forma qualquer de ação*, que elas poderão fazê-lo (p. 192, grifo no original).

Em certa medida, a ideia de trazermos esta discussão no início deste capítulo é para pensarmos no papel que os ativismos e movimentos sociais têm nesse processo, abrindo caminho para uma outra cultura política nas cidades. Essa “pedagogia urbana” também precisa ser um horizonte de conquista. E isso passa, em primeiro lugar, pelos processos educativos que ocorrem na constituição dos próprios ativismos e movimentos (como veremos adiante), que na luta por suas demandas, através de negociações e ações, acabam por adquirir um conhecimento cada vez mais aprofundado sobre temas pertinentes. O Estatuto da Cidade é um exemplo disso, fruto de muita organização, estudo, diálogos e trocas, numa articulação de diferentes setores e sujeitos coletivos, com um papel destacado dos movimentos sociais populares urbanos.

## 2.1. ATIVISMOS E MOVIMENTOS SOCIAIS: CONCEITUAÇÕES E DISTINÇÕES NECESSÁRIAS

Com este subcapítulo não temos a pretensão de nos aprofundarmos em demasia no tema, pois pretendemos fazer isso na análise de nosso sujeito de pesquisa (vide Capítulo 3), porém, para continuarmos, é importante que pontuemos algumas noções teóricas sobre o que são ativismos e movimentos sociais e suas diferenças.

Primeiramente, é necessário que se compreenda que, o que se entende por movimentos sociais é algo muito amplo, possuindo estes uma grande variedade de formatos, demandas, ideias, modos de ação e reivindicação, orientação político-ideológica (podendo, inclusive, não seguir uma linha emancipatória como, por exemplo, os que são motivados por ideias ultraconservadoras)<sup>37</sup>. Embora sejam sempre perpassadas pelas classes sociais, é preciso reconhecer também que há nos movimentos, problemáticas que não decorrem prioritariamente delas. É muito comum, dentro e fora da academia, que as referências aos movimentos sociais pressuponham os casos de grupos organizados, contra-hegemônicos, de origem popular. Porém, mesmo no campo dos movimentos emancipatórios – ou de esquerda, poderíamos dizer – há uma gama muito grande de especificidades de sujeitos coletivos que podemos definir como movimentos sociais (SOUZA, 2006).

Os movimentos sociais são expressões de poder da sociedade civil organizada, por isso, “sua existência, independente do tipo de suas demandas, sempre se desenvolve num contexto de correlação de força social. Eles são, portanto, fundamentalmente, processos político-sociais” (GOHN, 2006, p. 251).

É importante destacar, concordando com Gohn, (2006), que há dois usos distintos do termo, um ampliado e outro mais específico. Há um sentido ampliado que se define basicamente em oposição à estática. Como “a ação da classe em movimento e não um movimento específico de classe. Esta diferença possibilita demarcar dois sentidos para o termo movimento: um ampliado e geral, outro restrito e específico” (p. 246).

Dentro destas duas esferas, conforme Gohn (2006), a mais ampla irá referir-se às lutas sociais das pessoas para a “defesa de

---

<sup>37</sup> Souza (2009) também destaca que “nem todo movimento social é emancipatório, como o demonstram os exemplos históricos do nazismo nos anos 20 na Alemanha e do movimento pela derrubada do xá e pela instalação do regime teocrático do Irã, que culminou com a revolução de 1979” (p. 11).

interesses coletivos amplos ou de grupos minoritários; conservação de privilégios; obtenção ou extensão de benefícios e bens coletivos etc.” (p. 248). Já a outra acepção, mais restrita, se “refere a movimentos sociais específicos, concretos, datados no tempo, e localizados num espaço determinado” (p. 248). A segunda acepção atrairá mais nossa atenção, e com o foco mais voltado a ela desenvolveremos tanto o trabalho teórico e empírico adiante.

Trazemos aqui uma definição de Gohn (2006, pp. 251-252) sobre movimentos sociais à qual temos concordância (assumindo juntamente com a autora, como ela mesma alertara, os riscos de equívocos):

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta e indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política [...] Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam.

Sobre a variedade dos movimentos e, pensando numa proposta teórico-metodológica para a análise dos movimentos sociais na América Latina, Gohn (2006) formulou um modelo de categorização e tipificação

de como estes se expressam. Contudo, a autora deixa claro que quando se trabalha desta forma, nos sujeitamos novamente aos riscos de equívocos, podendo-se tanto simplificar demais com o estabelecimento de uma tipologia da realidade social, como generalizar demais os fenômenos sociais, tratando “tudo” como movimentos sociais.

De acordo com Gohn (2006), para além da camada social a que pertence, é o tipo de ação social envolvida que indicará o caráter do movimento. Ela também sustenta agrupamentos de tipos diferentes de movimentos sociais independentemente da contemporaneidade ou não de suas reivindicações e formas de atuação, nos quais são manifestados fatores objetivos da realidade social e também fatores subjetivos. Nunca é demais lembrar que todas essas categorias podem estar articuladas de infinitas maneiras, porém servem para auxiliar nas análises sobre o tema. Abordaremos brevemente cada categoria na sequência:

**1ª categoria – Movimentos construídos a partir da origem social da instituição que apoia ou abriga seus demandatários:** são associados às formas como agrupamentos humanos específicos são inseridos na sociedade, através de instituições de apoio ou abrigo. Estas instituições sociais orientam a forma e o conteúdo das demandas através de sua ideologia, sendo as matrizes dos discursos e das práticas dos movimentos. Como exemplos temos os movimentos político-partidários, religiosos, sindicais, estudantis, do professorado, funcionários de uma categoria social ou instituição, etc.

**2ª categoria – Movimentos sociais construídos a partir das características da natureza humana:** esta categoria está mais associada a opressões quanto a questões de identidade, visibilidade e diversidade, como orientação sexual, idade, cor, gênero, etnia, entre outras. Sempre existiram, mas ganharam grande centralidade no campo das lutas sociais na era da globalização, devido ao seu caráter universalizante. Podemos destacar o movimentos negros e anti-racistas, indígenas, feministas, LGBT<sup>38</sup>, de população em situação de rua, entre muitos outros. Todos estes movimentos podem estar associados com

---

<sup>38</sup> A sigla LGBT se refere a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. O uso do termo foi aprovado durante a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT), realizada em Brasília, em 2008. A mudança significou uma tentativa de conceder maior destaque às reivindicações de mulheres lésbicas, por conta da frequente invisibilidade destas em comparação com os homens gays dentro de movimentos sobre diversidade sexual e de gênero.

outras questões de ordem econômica, política e cultural, pois sabemos que nas camadas populares as opressões se intensificam e a situação piora quando estão associadas – uma mulher bissexual negra e pobre tende a sofrer mais com os preconceitos discriminatórios historicamente enraizados do que uma mulher bissexual branca e rica, por exemplo.

**3ª categoria – Movimentos sociais construídos a partir de determinados problemas sociais:** nesta categoria os movimentos são relacionados às dificuldades que as coletividades enfrentam na sobrevivência cotidiana, como pelos problemas de acesso à terra, moradia, saúde, transporte, educação, lazer, entre outras questões que estão relacionadas a bens coletivos de consumo. Também há coletividades que têm suas reivindicações voltadas não para os bens coletivos de consumo, mas para a preservação e controle, são os casos dos movimentos ecológicos, antinucleares, pacifistas, entre outros. Portanto, Gohn (2006) divide a categoria em duas subcategorias: 1) Movimentos em busca de solução ou criação de equipamentos coletivos de consumo; e 2) Movimentos pela preservação do meio ambiente (geográfico, econômico e social).

**4ª categoria – Movimentos sociais construídos em função de questões da conjuntura das políticas de uma nação (socioeconômica, cultural, etc.):** aqui enquadram-se movimentos sociais nacionalistas e/ou libertários, que muitas vezes aparecem nos livros de história como sublevações, revoltas, motins, insurreições, revoluções, etc. Estão relacionados às mudanças dos regimes políticos (como, por exemplo, a luta contra a ditadura civil-militar ou as lutas por independência) e as relações de poder, de um modo geral, que envolvem os rumos de uma nação.

**5ª categoria – Movimentos sociais construídos a partir de ideologias:** embora todo movimento social carregue consigo determinadas ideologias, as próprias ideologias, consolidadas, tem o potencial de força motora para construir e consolidar movimentos ao longo da história. Isto acontece porque seus ideais, propósitos, métodos e utopias mobilizam pessoas para a luta, o que influencia a organização de movimentos sociais. O anarquismo e o marxismo, por exemplo, são ideologias que criam e recriam movimentos, têm fluxos e refluxos, mas que criaram raízes profundas na sociedade a ponto de manter-se como paradigma de referência para movimentos sociais concretos.

É na 3ª categoria abordada que estão situados os chamados movimentos sociais urbanos. Conforme afirma Gohn (1991), eles não são um todo homogêneo, e são assim qualificados por estarem

diretamente envolvidos com problemáticas urbanas, o que tem a ver com o uso, distribuição e apropriação do espaço urbano. “Portanto, são movimentos sociais urbanos as manifestações que dizem respeito à habitação, ao uso do solo, aos serviços e equipamentos coletivos de consumo” (GOHN, 1991, p. 34). Esses movimentos não se restringem às camadas populares, embora sejam mais significativos entre elas – constituindo os movimentos sociais populares urbanos, que são os que despertam maior interesse para a nossa pesquisa em específico, e por isso é em relação a eles que daremos maior destaque nas próximas páginas.

Os movimentos sociais populares urbanos também não são homogêneos, comportando uma grande variedade de projetos político-ideológicos e culturais, diferenciados segundo a articulação de forças que contêm. Os modos de entendimento de como proceder para conquistar avanços e influenciar transformações são diferentes em cada movimento, o que passa por suas dinâmicas internas, a relação entre as bases e as lideranças e os papéis destas últimas, as relações com diferentes tipos de assessorias que fazem parte da articulação de forças (Estado, Igreja, partidos, políticos/as profissionais, organizações, coletivos e ONGs, etc.), entre outros (GOHN, 1991).

Obviamente, existe um processo que faz com que os sujeitos coletivos venham a constituir-se enquanto movimentos sociais propriamente ditos. Um movimento social não nasce “pronto”, mas acontece através de uma sucessão de eventos e fases que vão criar a necessidade (ou não) de sua consolidação. Em seu trabalho, Gohn (2006, p. 266) busca elaborar um modelo analítico das “fases de um movimento social”. Segundo a autora, pode-se observar num movimento social as seguintes fases (que não são necessariamente sequenciais):

- 1 – Situação de carência ou idéias e conjunto de metas e valores a atingir.
- 2 – Formulação das demandas por um pequeno número de pessoas (lideranças e assessorias).
- 3 – Aglutinação de pessoas (futuras bases do movimento) em torno das demandas.
- 4 – Transformação das demandas em reivindicações.
- 5 – Organização elementar do movimento.
- 6 – Formulação de estratégias.
- 7 – Práticas coletivas de assembleias, reuniões, atos públicos etc.

8 – Encaminhamento das reivindicações.

9 – Práticas de difusão (jornais, conferências, representações teatrais, etc.) e/ou execução de certos projetos (estabelecimento de uma comunidade religiosa, por exemplo).

10 – Negociações com os opositores ou intermediários por meio dos interlocutores.

11 – Consolidação e/ou institucionalização do movimento.

Para a autora é fundamental ter em mente que, na prática, não existe um esquema racional de linearidade. Essa categorização não envolve uma visão etapista nem evolutiva da realidade social, sendo que elas podem ocorrer e se sobrepor de diferentes maneiras, com um papel muitas vezes determinante dos agentes externos, que sempre vão ajudar a influenciar na articulação de suas ideias e de sua organização (GOHN, 2006).

Esse modelo é importante para a compreensão dos movimentos sociais enquanto processos (que são – persistiremos nesta ideia – educativos), possuindo várias fases, fluxos e refluxos, podendo existir movimentos mais débeis e fracos que, independentemente de seu tempo de existência, podem estar em estágios iniciais de organização. Muitos acabam nem mesmo por consolidar-se enquanto movimentos sociais propriamente ditos.

É neste ponto em específico que consideramos importante trazer à tona algumas distinções conceituais para ajustar o foco de uma análise mais precisa sobre os movimentos sociais e/ou seus estágios anteriores.

De acordo com Souza (2006), a literatura brasileira sobre movimentos sociais urbanos das décadas de 1970 e 1980 acabou sendo bastante generalizadora ao tratar do tema, classificando diversos tipos de manifestações sociais como movimentos sociais:

[...] de uma organização paroquial e puramente reivindicativa de bairro ou favela, às vezes até criada e/ou manipulada por políticos clientelistas, até organizações e mobilizações muito mais abrangentes, contestatárias e capazes de contextualizar os problemas urbanos dentro de preocupações com a política e a economia em escalas supralocais (SOUZA, 2006, pp. 273-274).

Para o autor, não se pode confundir ativismo – que ele define como a atividade pública organizada dos atores sociais – que é uma categoria bastante genérica, com a ideia de movimento social, que deve referir-se a um plano mais ambicioso de reivindicações e propostas. Não

é qualquer atividade organizada de atores sociais que devem ser entendidas como tal, pois movimentos são diferentes de meros grupos de pressão. Souza (2009) afirma que “movimento é um termo que deve ser reservado para ações coletivas organizadas, de caráter público e relativamente duradouras particularmente ambiciosas” (p. 10, grifo no original). Deste modo, há um processo, determinado por esse grau de ambição, organização e senso crítico em relação ao *status quo*, que faz com que uma ação coletiva possa vir a constituir-se enquanto um ativismo social e que este, por sua vez, possa vir a constituir-se enquanto um movimento social – sendo que podem, é claro, não “avançar de estágio”, dependendo dos eventos e situações às quais acabam por envolver-se, fruto da diversidade socioespacial que os circunda e influencia<sup>39</sup>.

Gohn (2006), embora não tenha desenvolvido a ideia de ativismo enquanto estágio entre a ação coletiva e o movimento social, demonstra concordância com o autor ao afirmar que devemos ter maior rigor e cuidado para distinguir modos de ação coletiva e movimento social propriamente dito. A autora exemplifica ao comentar que

Um protesto (pacífico ou não), uma rebelião, uma invasão, uma luta armada, são modos de estruturação de ações coletivas, poderão ser estratégias de ação de um movimento social mas, por si sós, não são movimentos sociais (p. 246).

Neste sentido um “verdadeiro” movimento social deve revelar uma “capacidade de levar em conta fatores “estruturais” e de articular isso com análises de conjuntura, e procedendo à denúncia de problemas profundos como exploração de classe, racismo, opressão de gênero etc.” (SOUZA, 2009, p. 10). Isso os distingue de ações coletivas com um horizonte reivindicatório pouco exigente, muitas das vezes marcadas por relações clientelistas de satisfação de interesses mais imediatos. Os ativismos sociais, por sua vez, diferem-se de ações coletivas como quebra-quebras e saques, por exemplo, devido ao fato de serem mais organizados e duradouros. Diferem-se também de outras ações coletivas

---

<sup>39</sup> Para Souza, “o conceito intermediário entre ação coletiva e movimento é ativismo social: assim como todo ativismo é uma ação coletiva, mas nem toda ação coletiva é um ativismo, todo movimento social é um ativismo, mas nem todo ativismo é um movimento social. Conceitualmente, movimento social é um subconjunto de ativismo, que por sua vez é um subconjunto de ação coletiva” (2009, p. 10, grifo no original).

que não possuem caráter público, como por exemplo *lobbies* e até mesmo a criminalidade ordinária (mesmo que organizada).

Concordamos com Souza (2009) quando este menciona que a tarefa de distinção entre ativismos e movimentos sociais e a demarcação dos limites entre eles não é algo simples de se fazer na pesquisa empírica, mas que deve ser levado em conta se pretendemos fazer uma análise mais rigorosa, entendendo os movimentos sociais enquanto algo que, para constituir-se, depende de um processo no qual atuam diferentes elementos e fatores. Até mesmo porque seria um erro não compreender que “ativismos grandes e marcantes” muitas vezes começam “pequenos e tímidos”, e podem vir a ser mais relevantes conforme subsistem no tempo, criando-se e recriando-se no cotidiano, apropriando-se de novos saberes, ideias, formas de organização e críticas sociais que possibilitem uma renovação constante. Aliás, essa é uma das bases para nossa compreensão da constituição dos movimentos sociais enquanto processos educativos, ou seja, que os movimentos sociais possuem um caráter educativo.

Souza (2006) faz outra diferenciação necessária para a análise dos ativismos urbanos, que podem ser *stricto sensu* ou *lato sensu*. Os ativismos urbanos em sentido “estrito e forte” estão mais diretamente relacionados aos problemas vinculados ao espaço social, como o acesso a equipamentos de consumo coletivo e, de forma mais abrangente, à reprodução da força de trabalho.

Trata-se de um tipo de ativismo que tem origem em um clamor pelo *direito à cidade*: luta por moradia e por infra-estrutura técnica e social, luta por regularização fundiária e desestigmatização de espaços segregados, luta por um maior acesso a equipamentos de consumo coletivo; enfim, luta por um espaço urbano mais agradável, mais “convivial” e menos injusto (SOUZA, 2006, pp. 280-281, grifo no original).

Destes, temos como exemplos o ativismo de bairro e dos ocupantes de imóveis vazios ou abandonados.

Os ativismos urbanos em sentido “amplo e fraco” não se referenciam diretamente ao espaço urbano, embora este seja o palco de suas manifestações. Embora não desvinculados e/ou até mesmo possuam análises que levem em conta a estigmatização que sofrem no espaço urbano, essa relação se dá de uma forma mais indireta, por não ser o foco principal de suas reivindicações. É o caso, por exemplo, dos

ativismos negros, feministas, LGBT, e também os que lutam por melhores condições de trabalho.

Todos esses activismos urbanos podem atingir graus mais intensos de organização e horizontes políticos, podendo tornar-se movimentos propriamente ditos ou não, conforme as seguintes categorias:

1) “*Mero*” *ativismo urbano em sentido fraco* (por exemplo, um sindicato operário afinado com o estilo do “sindicalismo de resultados”, desinteressado de ou não sintonizado com uma crítica social ampla).

2) “*Mero*” *ativismo urbano em sentido forte* (por exemplo uma associação de moradores completamente paroquial e refém do clientelismo).

3) *Movimento social urbano em sentido fraco* (por exemplo, um movimento organizado em torno da resistência contra a globalização capitalista, seus pressupostos e seus efeitos).

4) *Movimento social urbano em sentido forte* (por exemplo, um *squatting movement* capaz de costurar diferentes questões, problematizando amplamente a problemática da ocupação de imóveis mantidos vazios por razões especulativas e lutando para humanizar o espaço urbano e desenvolver um novo tipo de vínculo entre os moradores e seus espaços residenciais (SOUZA, 2006, p. 281, grifo no original).

Cabe destacar que da mesma forma que Souza (2006), não consideramos que todo ativismo “local”, ou de base local, tende a ser clientelista e “paroquial”. Activismos de bases locais também podem ser bem estruturados e organizados, tendo uma agenda bastante crítica diante de sua situação e podendo formular um conhecimento mais aprofundado acerca de suas demandas, influenciando nas suas ações e colocando-se como sujeitos importantes no campo das lutas sociais de modo a exercer influência em outros atores, por exemplo. A satisfação das necessidades básicas, mais imediatas, pode ser um trampolim para novas articulações e o engajamento com outras questões pertinentes à coletividade e à cidade como um todo.

Para encerrar esta parte, optamos por esclarecer que tudo o que se desenvolveu aqui serve como base de nossa compreensão sobre os activismos e movimentos sociais. As ideias e categorizações abordadas

não são excludentes entre si, mas se complementam de modo a servir como base teórica para a nossa pesquisa. Como mencionado, não buscamos por ora um grande aprofundamento, mas trazer à tona algumas questões importantes para o prosseguimento da leitura, partindo do entendimento dos movimentos sociais enquanto processos, que são educativos.

## 2.2. FAVELIZAÇÃO E ILEGALIDADE: “UM MAL NECESSÁRIO”

O período que se abre a partir da década de 1990 no Brasil, sob a influência do intenso avanço do neoliberalismo, é marcado por um refluxo e institucionalização dos movimentos sociais populares urbanos e por um crescimento alarmante da exclusão social e da ocupação irregular e favelização nos centros urbanos. A solução encontrada pelo Estado para tentar assegurar a superação da crise que assolava o país foi um golpe pesado que atingiu em cheio os segmentos populares da população: a ênfase na informalidade. A promoção do setor informal surge para, em parte, retirar o próprio Estado da esfera social. De acordo com Gohn (2006), as políticas para o setor informal visam resgatar um pouco da legitimidade do Estado, que, normatizando aquele setor, faz com que situações informais de trabalho ou habitação sejam redefinidas, não sendo mais percebidas como excludentes e negadoras de direitos sociais. Muda-se a lógica dos programas de políticas públicas que, baseando-se na relação custo-benefício, apelam ao comunitarismo para este fim.

A criatividade popular, o saber contido nas práticas tradicionais herdadas dos antepassados são reapropriados como forma de rebaixamento de custos. O resultado tem sido a instauração de um novo padrão de urbanização, de segunda categoria; a institucionalização da segregação social existente, e a desqualificação dos direitos de cidadania, criando-se uma cidadania inferior (GOHN, 1991, p. 36).

Os diversos problemas sociais que se multiplicam são fruto do modelo de desenvolvimento escolhido pelo governo brasileiro, que embora tenha conseguido estabilizar a economia com a criação de uma nova moeda (o real), teve um altíssimo custo social relacionado à sua abertura ao capital financeiro. Como afirma Gohn (2006), este último tem no capital especulativo um setor que atua completamente desvinculado do processo produtivo (formal ou informal), que pela sua

volatilidade migra sem o mínimo compromisso com os processos de desenvolvimento das nações onde investem. Esse caminho intensificou a lógica excludente no Brasil, que através da modernização de algumas regiões em poucas décadas, deslocou milhares de pessoas do campo para as cidades, transformadas em mão de obra de reserva e sem as mínimas garantias de direitos básicos para sua cidadania. Mas isto não é o bastante para explicar as mudanças na estrutura de classes ocorridas a partir dos anos 1990, porque além da mão de obra migrante, o desemprego também atinge pessoas que nem sequer foram incorporadas (ou que foram incorporadas precariamente) ao mercado de trabalho, e que nem mesmo foram expulsas de atividades em extinção. Ou seja, o aumento de produtividade da indústria brasileira não carrega consigo a diminuição das taxas de desemprego, ao mesmo tempo em que gera diversos impactos negativos relacionados à força de trabalho: precarização das condições de trabalho, com aumento da informalidade; instabilidade, com a ampliação das subcontratações e terceirizações; e, conforme Souza (2012, p. 183), “no limite, estímulo ao incremento de estratégias de sobrevivência ilegais, especialmente as relacionadas ao subsistema varejo do tráfico de tóxicos”.

Podemos entender que onde se territorializa precariamente essa população excluída, as opressões sociais acabam sendo substancialmente acentuadas, devido ao fato de esses espaços mais vulneráveis tornarem-se uma espécie de “terra de ninguém”, onde a “lei é do mais forte” (MARICATO, 2010). Além da estruturação do tráfico, que é responsável por diversos tipos de violências e sujeições da população, podemos notar elevados índices de homicídios, dentre outros problemas. Para além da “guerra ao tráfico”, a segurança do Estado, protagonizada pelas polícias, muitas vezes acaba por reproduzir nas suas práticas preconceitos enraizados e difundidos pela mídia e outros meios, encarando o sujeito favelado e periférico muitas vezes enquanto um potencial criminoso. Daí decorre, por exemplo, o número assustador de pessoas – negras, principalmente – mortas ou desaparecidas. Quanto às mulheres, se a falta de segurança e a falta de leis de amparo e/ou cumprimento das mesmas já é débil na “cidade oficial”, nas áreas de pobreza a situação é pior (o que também vale para a população LGBT), o que facilita a ocorrência de casos de assédios, agressões, estupros e feminicídios. O abandono de mulheres com as crianças também é muito comum, e a falta de amparo legal acaba por sustentar um alto índice de mães de família sustentando crianças sozinhas e sem pensão, o que intensifica sua condição de pobreza e favorece o distanciamento das

crianças em relação à educação, dedicando seu tempo ao trabalho – que, quando ilegal, tende a reduzir drasticamente suas expectativas de vida<sup>40</sup>.

Sabe-se, conforme Maricato (2011), que a ocupação irregular de terras urbanas no Brasil é realidade intrínseca do processo de urbanização e tem uma dimensão gigantesca. Isso não ocorre, de modo geral, por influência de setores organizados da esquerda e movimentos sociais, mas é algo estrutural e institucionalizado pelo mercado imobiliário excludente e também se deve ao histórico das políticas sociais que não tiveram a resolução do problema como foco. E como se trabalhou no capítulo anterior, a dissimulação ideológica tem um papel fundamental na manutenção dessa realidade.

Em termos de habitação, é importante compreender a diferenciação existente entre a realidade das cidades dos países centrais e a dos países periféricos, que tem a ver com a regulação estatal sobre o espaço urbano e o alcance do mercado imobiliário formal. Isto porque nas “cidades centrais”, o Estado aplica uma regulação efetiva do solo urbano, enquanto nas “cidades periféricas” a maioria da população acaba por ocupar áreas informais, segregadas em relação à chamada “cidade oficial”, devido à não aplicação das leis e planos urbanísticos (vide capítulo anterior). Em países (semi)periféricos como o Brasil, a maior parte da população (cerca de 70%) encontra-se fora do mercado privado formal e necessitariam de subsídios para moradia. Isto é, o mercado formal ou legal restrito (sendo ele um produto de luxo para uma pequena parcela da população) é característica estrutural do modelo de cidade periférica baseada no lucro especulativo das terras e imóveis, que combinado à escassez de moradia, segregação e informalidade, possibilita um maior êxito – isto se deve ao fato de estes três últimos elementos não ocorrem de forma completamente espontânea, mas serem produtos históricos desse modelo de cidade (MARICATO, 2010).

---

<sup>40</sup> De acordo com os dados da Anistia Internacional no Brasil, referentes ao período entre 2004 e 2007, 192 mil brasileiros foram mortos, sendo que um número inferior (170 mil) foi detectado em países como Iraque, Sudão e Afeganistão. Isso significa que se matou mais no Brasil do que nas 12 principais zonas de guerra no mundo. De acordo com os últimos levantamentos feitos pelo grupo, 56 mil pessoas foram assassinadas em solo brasileiro em 2012, sendo 30 mil jovens e, entre eles, 77% negros. (Fonte: Carta Capital. In: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/violencia-brasil-mata-82-jovens-por-dia-5716.html>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

Devido às restrições do mercado formal e falta de alternativas habitacionais, a população de baixa renda, os excluídos e excluídas, que passam a proliferar proporcionalmente à intensificação da urbanização nos moldes corporativos, passam a ocupar as áreas “que sobram”, desinteressantes à especulação: encostas, mananciais, mangues, áreas de inundação e áreas públicas em geral de preservação ou proteção ambiental. As leis acabam sendo por muitas vezes flexibilizadas, para que as cidades comportem a massa de despossuídos, a mão de obra barata tão importantes à reprodução e acumulação do capital.

Maricato (2010) considera que ao levarmos em conta a dimensão do número de favelas e o número de pessoas/famílias que nelas “invadem” terras para morar, podemos entender que há um consentimento do Estado nos países subdesenvolvidos no que se refere à gigantesca ocupação irregular do solo urbano. Esse consentimento serve à flexibilização das leis, sendo o mercado o definidor das terras que podem ser ocupadas pela pobreza urbana – isto é, onde não há interesse do mercado a ocupação ilegal é permitida. Vale lembrar que mesmo nesses casos o mercado pode se beneficiar depois, avançando sobre áreas ocupadas pela população pobre e passíveis de regularização.

Em outro trabalho, a autora define favela a partir da “condição jurídica totalmente ilegal de propriedade do lote” (MARICATO, 2011, p. 153). Apesar de reconhecer a rejeição do termo invasão por parte dos movimentos sociais, ela usa-o para buscar uma precisão jurídica, tratando-se da ocupação da terra alheia (frequentemente pública ou de propriedade confusa) por falta de alternativas, na maioria absoluta dos casos. Segundo a autora:

Se considerarmos que toda população moradora de favelas invadiu terras para morar, estaremos nos referindo a mais de 20% da população do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre (LABHAB, 1999), 28% da população de Fortaleza (LABHAB, 1999) e 33% da população de Salvador (SOUZA, 1990). Nas cidades do Norte e Centro-Oeste (Belém, Manaus, Porto Velho, Rio Branco, Cuiabá/Várzea Grande) essa relação pode se revelar mais grave devido ao alto e recente crescimento demográfico decorrente de movimentos migratórios. Na cidade do Recife, segundo o próprio IBGE, a população moradora de favelas chega a 40%. **Os dados mostram que a invasão de terras é quase mais regra do que**

**exceção nas grandes cidades”** (MARICATO, 2011, pp. 153-154, grifo nosso).

Se considerarmos loteamentos ilegais, que não constituem, geralmente, terras invadidas, mas têm diversas ilegalidades, o problema se acentua de modo assustador. “Se somarmos os moradores de favelas aos moradores de loteamentos ilegais temos quase a metade da população dos municípios do Rio de Janeiro e de São Paulo (MARICATO, 2011, p. 154). Desde a última virada de século, a oferta de lotes ilegais em São Paulo ultrapassou a soma de todas as formas legais de unidades habitacionais do mercado privado. Maricato (2011) busca sempre pontuar o fato de que a gigantesca ilegalidade que estamos abordando não é fruto de ação de lideranças subversivas contrapondo-se à lei, mas resultado de um processo de urbanização que segrega e exclui ao mesmo tempo que necessita ceder em alguns pontos para manter uma ordem.

Por mais que a ocupação de terras e imóveis na constituição das favelas, ou mesmo na ocupação por sem teto, seja uma afronta aos princípios da propriedade privada, isso acaba sendo tolerado ao levar-se em conta que “*sem a válvula de escape representada por essas saídas ilegais, os pobres urbanos não teriam como sobreviver – e o sistema não seria viável, entrando em colapso*” (SOUZA, 2006, p. 305, grifo no original). Para Souza (2006), essa tolerância é um indício de “*inteligência sistêmica*” que cumpre com o papel de manter viva a economia urbana e a ordem social vigente. A informalidade da economia dos pobres é, portanto, um mal necessário à economia capitalista urbana, ao garantir condições de subsistência às pessoas que, se não fosse por isso, não teriam alternativas ao desemprego e, por consequência, ao desespero (fator de elevação da criminalidade). Deste modo, há uma comercialização de bens baratos entre os pobres, permitindo sua reprodução social, caracterizando o que Santos (2013) denominou de circuito inferior na economia urbana<sup>41</sup>.

---

<sup>41</sup> Santos (2013) afirma que o “circuito inferior na economia urbana constitui um mecanismo permanente de integração que oferece um número máximo de oportunidades de emprego com um volume mínimo de capital. [Correspondendo] às condições gerais de emprego e disponibilidade de dinheiro, assim como às necessidades de consumo de uma importante fração da população” (p. 67). O autor critica a denominação deste circuito de “setor informal”, que o trata como algo paralelo ao “setor formal”. Isto porque seu funcionamento é dirigido por leis, sendo ele um subsistema complementar ao

Souza (2006) não deixa de comentar que há um perigo para as elites e Estado frente a esses modos de ocupação ilegal/irregular (podendo ser os imóveis privados ou públicos), principalmente nos casos em que isso se dá de forma organizada, por sujeitos coletivos dotados de uma consciência social – como no caso dos/as sem teto. Mas este é um ponto chave e contraditório na produção capitalista do espaço urbano, pois a pobreza precisa se reproduzir de um lado e o sistema e a ordem social, de outro. O uso da ideologia e do clientelismo acabam por exercer um papel importante para a manutenção da “paz social”.

### 2.3. A TERRITORIALIZAÇÃO COMO RESISTÊNCIA

Campos (2005) considera que do mesmo modo que os quilombos o foram, os cortiços e as favelas também são formas espaciais de resistência ao poder constituído por parte dos segmentos populares, onde as pessoas que ocupam esses espaços são sujeitos responsáveis pela história socioespacial das cidades. O autor afirma que assim como os quilombolas e sua organização social devem ser considerados movimentos de resistência ao Império, as favelas (enquanto estrutura espacial) e os favelados devem ser considerados movimentos de resistência às políticas públicas de improviso e segregação por parte do Estado republicano.

Concordamos com o autor nesse sentido, e enquadramos nessa resistência as diversas formas de territorialização da pobreza urbana que ocorrem de forma ilegal. Mesmo que haja uma certa permissividade do Estado, como dito anteriormente, ainda assim esses processos caracterizam uma maneira de lutar contra a exclusão social, pela subsistência, pelo espaço mínimo de reprodução da vida cotidiana.

Dentro disso, destacamos as territorializações em áreas centrais – como é o caso da Ocupação Palmares, a ser analisada no Capítulo 3 – devido ao fato de irem à contramão das pressões dos processos de segregação espacial. Se levarmos em conta que a retenção de terras ociosas urbanizadas pela especulação imobiliária tem como consequência a ampliação massiva da extensão horizontal das periferias metropolitanas e que cada vez se torna mais difícil para os segmentos populares obterem suas moradias próximas aos principais centros, podemos classificar esses modelos de territorialização da pobreza

---

circuito superior, que o domina. Ambos fazem parte de um sistema maior, que é o sistema urbano.

urbana, em áreas centrais, como territorializações de resistência – no caso, ao modelo de urbanização dominante, corporativo, produzido pelos interesses das elites por meio do mercado imobiliário.

É evidente que a resistência, nesse caso, na maioria das vezes, não ocorre por uma tomada súbita de consciência social, mas, antes de tudo, pela necessidade. Os grupos sociais atingidos por problemas urbanos primários não vão necessariamente “problematizar os problemas”, isto é, abdicar de interpretações fatalistas e/ou conformistas em prol de uma percepção da injustiça social que tais problemas expressam. Porém, essa percepção de injustiça social que a condição da pobreza gera, sendo ou não precedida de conscientização política, pode servir como uma espécie de gatilho para possíveis compreensões e ações – o que Souza (2012) chama de “mundanização” das causas desses problemas (e também de suas possíveis soluções). Em confronto com o fatalismo e o conformismo, essa mundanização pode gerar uma superação das posturas de passividade e resignação, abrindo novas possibilidades de ação por parte destes sujeitos. Essas possibilidades podem ser das mais variadas matizes, desde ações individualistas e despolitizadas, como assaltos e sequestros, ou mesmo o comércio ilegal (como o de narcóticos), “até uma mobilização fortemente política, passando por iniciativas “comunitárias” como engajamento junto a uma associação de moradores” (SOUZA, 2012, p. 48). Mesmo que os níveis de privação e exclusão sejam muito parecidos, as dinâmicas sociais frente a essas situações são as mais diversas. Portanto, não colocamos aqui a politização como efeito necessariamente determinado pela percepção de uma ou mais situações de injustiça social, mas como uma possibilidade que pode inclusive desencadear diferentes fatos políticos e ações coletivas, como revoltas e quebra-quebras, por exemplo. Ou até mesmo ações coletivas com níveis de organização política mais consistentes, como ativismos e movimentos sociais.

Neste mesmo sentido, baseada no legado metodológico de E. P. Thompson, Gohn (1991) destaca a importância da observação do cotidiano das classes populares (para a análise dos movimentos populares), afirmando que os sentimentos de injustiça e exclusão surgem da forma como as pessoas vivenciam as situações de carência. A partir disso, estes sentimentos, em determinados contextos, podem vir a se expressar socialmente como revolta. A experiência vivida e percebida pelos agentes, enquanto um modo cultural, determina os valores e as ações e as aprendizagens a partir dessas experiências que, quando

somadas, têm o potencial de construir uma cultura política capaz de impulsionar processos organizativos/educativos.

Quando um determinado grupo social toma a atitude de ocupar uma área no espaço urbano, entendemos que este está se territorializando. Ao mesmo tempo em que está, obviamente, se reterritorializando, pois, de algum lugar veio. Isto é, des-territorializou-se e/ou foi des-territorializado por algum tipo de pressão no território em que se encontrava<sup>42</sup>. Esse processo faz parte da própria lógica de produção do espaço no capitalismo e que se expressa de forma mais intensa nas metrópoles de países da (semi)periferia do sistema, como o Brasil. A mobilidade e fluidez facilitada dos grandes grupos econômicos cria, em contrapartida, essa falta de mobilidade e de poder dos setores populares e, por consequência, sua instabilidade no território (HAESBAERT, 2009).

O processo de territorialização levado a cabo por grupos sociais excluídos<sup>43</sup> (ou incluídos precariamente), quando assumem a tarefa e os riscos de ocuparem determinada área – seja ela pública ou privada – constitui uma demonstração de poder, uma tensão, que tende a gerar uma conflitualidade que abre diferentes possibilidades. Como afirma Haesbaert (2011, p. 33) onde há poderes heterônomos “podem ser gestados movimentos sociais de resistência, articuladores de territórios/territorialidades mais alternativos ou mais autônomos”<sup>44</sup>.

Cabe aqui iniciarmos uma discussão teórica sobre os conceitos de território e territorialidade, relacionando-os com a dimensão espacial da pobreza urbana e dos ativismos/movimentos sociais.

Silveira (2011) cita Corrêa (1994, p. 251) para afirmar que

---

<sup>42</sup> [...] “como já indicavam Deleuze e Guattari, desterritorialização como processo distinto, dissociado da territorialização, não existe. [...] Desterritorialização (sempre hifenizada), tal como a multiterritorialização de nosso tempo, carrega sempre a multivalência, o múltiplo, o sincrético ou, para usar o termo da moda, uma condição híbrida” (HAESBAERT, 2009, p. 365).

<sup>43</sup> Processo que pode ser entendido como “territorialização precária” (HAESBAERT, 2009).

<sup>44</sup> Entendemos que essa rebeldia não é exclusividade dos ativismos e movimentos sociais, mas uma necessidade de sobrevivência das camadas populares que, no mercado imobiliário formal, não têm espaço. As territorializações podem ocorrer tanto de forma mais espontânea ou organizadas politicamente. No caso da Ocupação Palmares – nosso sujeito de pesquisa – temos num primeiro momento a ocupação espontânea da área, pela necessidade mais imediata e, depois, inicia-se um processo de organização política.

[...] “etimologicamente território deriva do latim *terra* e *torium*, significando terra pertencente a alguém. Pertencente, entretanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas sim à sua apropriação”. E esta envolve, segundo o geógrafo brasileiro, duas dimensões: uma política e outra afetiva. Enquanto a primeira refere-se ao controle de fato de uma porção do espaço por parte de instituições ou grupos, a segunda é dada pelas práticas de grupos distintos definidos em função da raça, religião, sexo, idade e outros atributos. Na interface, a territorialidade seria o conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um agente social – Estado, empresas ou grupos sociais – num dado território (p. 41).

Indo de encontro a essa formulação, Haesbaert (2011) destaca a interação dos processos lefebvrianos de dominação e apropriação para comentar que o território não envolve somente um controle físico/material, mas também um controle/poder simbólico, através da construção de identidades territoriais, por exemplo. Sobre esse último caso em específico, destaca que o “controle” (e o próprio poder) se exerceria no campo do vivido e dos simbolismos – indissociáveis na visão de Lefebvre. Segundo o autor, Lefebvre afirma que “espaços de representação, mais vividos que concebidos”, são “penetrados de imaginário e simbolismo, eles têm por origem a história de um povo” [...], o espaço vivido “se vive, se fala”, “tem um nó ou centro afetivo” (HAESBAERT, 2011, p. 24). Haesbaert enfatiza a importância de se distinguir território em sentido estrito e territorialidade. Segundo ele, reduzir a territorialidade à dimensão simbólico-cultural do território, especialmente no que tange aos processos de identificação territorial, caracteriza uma abordagem superficial. A territorialidade deve ser encarada como “algo abstrato”, embora não se reduzindo radicalmente ao caráter de abstração analítica. Ela é uma “abstração” enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existindo e podendo inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural<sup>45</sup>. Por isso o autor

---

<sup>45</sup> [...] “mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado – como no conhecido exemplo da “Terra Prometida” dos Judeus” (HAESBAERT, 2004, p. 10).

destaca que o poder também deve ser devidamente considerado, nas concepções de território, no seu sentido simbólico. A rigidez da separação entre território como dominação (material) e território como apropriação (simbólica) é o que faz com que muitos autores e autoras ignorem a complexidade e a riqueza da “multiterritorialidade” em que estamos imersos (HAESBAERT, 2004).

De acordo com a definição de Sack, territorialidade é a “tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica” (2011, p. 76), uma “estratégia para estabelecer diferentes níveis de acesso a pessoas, coisas e relações” (SACK, 2011, p. 78). Para ele,

[...] a territorialidade forma o pano de fundo para relações espaciais humanas e concepções de espaço e indica que as relações espaciais humanas não são neutras. Pessoas não apenas interagem no espaço e se movem através do espaço como bolas de bilhar: interação humana, movimento e contato são também casos de transmissão de energia e informação, para afetar influenciar e controlar as ideias e ações de outros e o acesso deles a recursos. Relações espaciais humanas são os resultados de influência e poder. Territorialidade é a forma espacial primária que o poder assume (SACK, 2011, pp. 88-89).

Souza (2011, p. 99), por sua vez, afirma que territorialidade é “sempre uma interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço” e que “o território *não* é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, *as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial*” (p. 97, grifo no original). Para ele há uma distinção a ser feita entre: 1) territorialidade no singular: que remete a algo extremamente abstrato, que é o que faz de qualquer território um território (conforme a definição de território citada acima); e 2) as territorialidades no plural, significando os tipos gerais que podem ser classificados os territórios conforme suas propriedades, dinâmica, etc. O autor exemplifica: “territórios contínuos e territórios descontínuos singulares são representantes de duas territorialidades distintas, contínua e descontínua” (SOUZA, 2011, p. 99). Portanto, os “territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica” (SOUZA, 2011, p. 81). Ao utilizar um exemplo sobre as especificidades de diferentes

territorialidades, como a da prostituição e o tráfico de drogas no Rio de Janeiro, o autor traz a discussão sobre os territórios-rede, a fim de

[...] construir uma ponte conceitual entre o *território* em sentido usual (que pressupõe contiguidade espacial) e a *rede* (onde não há contiguidade espacial: o que há é, em termos abstratos e para efeito de representação gráfica, um conjunto de pontos – *nós* – conectados entre si por segmentos – *arcos* – que correspondem aos fluxos que interligam, “costuram” os nós – fluxos de bens, pessoas ou informações –, sendo que os arcos podem ainda indicar elementos infra-estruturais presentes no substrato espacial – p. ex., estradas – que viabilizam fisicamente o deslocamento dos fluxos) (SOUZA, 2011, p. 93, grifo no original).

A complexidade dos territórios-rede, articulando, interiormente a um território descontínuo, vários territórios contínuos suscita a necessidade de deixar-se de lado a ideia de exclusividade de um poder em relação a um dado território, pelo fato de, em um território qualquer, haver a possibilidade de diversas formas de poder em escalas variáveis. As formas são variadas e os limites não coincidem, mas tudo se encontra superposto no espaço, constituindo diferentes territórios e, por consequência, diferentes territorialidades, sendo que estas podem entrar em contradição por causa de eventuais atritos entre os diferentes poderes aí constituídos (SOUZA, 2011).

Haesbaert (2009) também questiona a forma dicotômica em que muitas vezes são tratados os territórios e as redes, como unidades distintas ou até mesmo antagônicas, sendo que, para ele, “a rede pode ser vista como um elemento constituinte do território” (HAESBAERT, 2009, p. 282). Salienta que as denominações “territórios-zona” e “territórios-rede” são utilizadas como referenciais teóricos (“tipos ideais”), mas que na realidade efetiva não são passíveis de serem identificados separadamente, e complementa:

Numa concepção reticular de território ou, de maneira mais estrita, de um território-rede, estamos pensando a rede não apenas enquanto uma forma (abstrata) de composição do espaço, no sentido de um “conjunto de pontos e linhas”, numa perspectiva euclidiana, mas como o componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território e que,

conjugada com à “superfície” territorial, ressalta seu dinamismo, seu movimento, suas perspectivas de conexão [...] e “profundidade”, relativizando a condição estática e dicotômica (em relação ao tempo) que muitos concedem ao território enquanto território-zona num sentido mais tradicional (HAESBAERT, 2009, p. 286).

Essa crítica é fundamental para a noção de que vivemos hoje uma multiterritorialidade, em contraposição à ideia frequentemente difundida de desterritorialização, que “seria uma espécie de “mito” (HAESBAERT, 1994, 2001b, 2004), incapaz de reconhecer o caráter imanente da (multi)territorialização na vida dos indivíduos e dos grupos sociais” (HAESBAERT, 2004, p. 01), servindo este mito como instrumento ideológico de legitimação do neoliberalismo.

As implicações políticas desta distinção são importantes, pois sabemos que a disponibilidade do “recurso” multiterritorial – ou a possibilidade de ativar ou de vivenciar concomitantemente múltiplos territórios – é estrategicamente muito relevante na atualidade e, em geral, encontra-se acessível apenas a uma minoria. Assim, enquanto uma elite globalizada tem a opção de escolher entre os territórios que melhor lhe aprouver, vivenciando efetivamente uma multiterritorialidade, outros, na base da pirâmide social, não têm sequer a opção do “primeiro” território, o território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana (HAESBAERT, 2009, p. 360).

Para o autor, “falar em multiterritorialidade e territórios-rede, moldados no e pelo movimento, implica reconhecer a importância estratégica do espaço e do território na dinâmica transformadora da sociedade” (HAESBAERT, 2004, p. 18).<sup>46</sup> Isto é:

---

<sup>46</sup> “Inspiramo-nos aqui no “sentido global de lugar” proposto por Doreen Massey (2000 [1991]). Criticando as visões mais reacionárias que vêem o lugar apenas como um espaço estável, de fronteiras bem delimitadas e identidades fixas, um pouco como nos territórios-zona aqui comentados, a autora propõe uma visão “progressista” de lugar, “não fechado e defensivo”, voltado para fora e adaptado a nossa era de compressão de tempo-espaço” (HAESBAERT, 2004, p. 18).

O território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta hoje um sentido multi-escalar e multi-dimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, de uma multiterritorialidade. E toda ação que efetivamente se pretenda transformadora, hoje, necessita, obrigatoriamente, encarar esta questão: ou se trabalha com a multiplicidade de nossos territórios, ou não se alcançará nenhuma mudança positivamente inovadora. Os movimentos anti-globalização e anti-neoliberalismo que o digam, zapatistas à frente. Pensar multiterritorialmente é a única perspectiva para construir uma outra sociedade, ao mesmo tempo mais universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhecadora das diferenças humanas (HAESBAERT, 2004, p. 19).

Concordamos, com o que Souza (2009) levanta em termos da importância de, dando a necessária atenção às particularidades brasileiras, latino-americanas e da (semi)periferia capitalista em geral, explorar na pesquisa o papel do espaço na dinâmica dos ativismos e movimentos sociais, como um caminho para compreender melhor as potencialidades e os limites dos mesmos. “E isso pressupõe estar atento tanto para os processos e as dinâmicas em escala mundial quanto para as peculiaridades de cada país e cidade [...]” (SOUZA, 2009, p. 16).

Zibechi (2007) afirma que, diferentemente do velho movimento operário e camponês, os movimentos atuais estão promovendo um novo padrão de organização do espaço geográfico, onde surgem novas práticas e relações sociais. Não se considera a terra só como meio de produção (superando uma concepção economicista). O território é o espaço de construção coletiva de uma nova organização social, “donde los nuevos sujetos se instituyen, instituyendo su espacio, apropiándose material y simbólicamente” (ZIBECCHI, 2007, p. 26).

Para o autor, os novos caminhos pelos quais transitam os movimentos sociais (latino-americanos) são respostas aos estragos causados pela onda neoliberal dos anos 1980, que destruiu em grande medida as formas de vida dos setores populares, dissolvendo e decompondo as formas de produção e reprodução, territoriais e simbólicas, que configuravam seu entorno e sua vida cotidiana. Portanto, boa parte das características comuns dos movimentos sociais das últimas décadas derivam da territorialização dos movimentos, isto é, dos laços que constroem com os espaços físicos muitas das vezes

recuperados ou conquistados através de suas lutas. É a resposta encontrada para o enfrentamento à reformulação efetuada pelo capital dos seus modos de dominação, onde a “desterritorialização” produtiva exerceu um forte papel de fragilizar os movimentos, que se obrigaram a encontrar novos espaços para territorializar suas resistências.

Em meio ao debate sobre as características em comum<sup>47</sup> dos movimentos nas últimas décadas, em que destaca-se a questão territorial, Zibechi (2007) também levanta: a busca pela autonomia, tanto em relação ao Estado como em relação aos partidos e coletividades vanguardistas; o trabalho pela revalorização da cultura e a afirmação dos povos e setores sociais (onde se incluem as diferenças étnicas e de gênero); a capacidade de formar suas próprias lideranças<sup>48</sup>; o novo papel das mulheres, que ao enfrentarem o machismo, cada vez mais conquistam lugares destacados nas organizações e têm papéis decisivos nas lutas; a preocupação com a organização do trabalho e relação com a natureza; e, por último, as novas formas de ação que tendem a ser mais autoafirmativas, revelando traços e sinais de identidade dos grupos e lutas.

Para Zibechi (2007, p. 26), “las nuevas territorialidades son el rasgo diferenciador más importante de los movimientos sociales latinoamericanos, y lo que les está dando la posibilidad de revertir la derrota estratégica”. A territorialização dos movimentos sociais constitui, deste modo, uma tática fundamental de enfrentamento e resistência à multiterritorialização do capital financeiro que molda o espaço urbano através de ações excludentes. Como exemplo, temos vários movimentos sociais urbanos, como os/as piqueteros/as na Argentina e os/as sem teto no Brasil, que

têm no espaço uma fonte de referência identitária essencial [...], um símbolo de suas agendas de demandas [...], como espaços privilegiados de mobilização e/ou arenas de confronto primário com as forças repressivas do Estado [...] e, como

---

<sup>47</sup> Compreendemos todas essas características como resultantes de – ao mesmo tempo que são e instauram novos – processos educativos, fundados e construídos a partir da dinâmica dos movimentos na interação entre as diferentes dimensões da sua vida cotidiana, que podemos analisar com maior rigor com base nos conceitos thompsonianos trabalhados neste texto.

<sup>48</sup> “Los movimientos están tomando en sus manos la educación y la formación de sus dirigentes, con criterios pedagógicos propios a menudo inspirados en la educación popular” (ZIBECHI, 2007, p. 24).

se isso não bastasse, diversas práticas espaciais insurgentes lhes fornecem, também, componentes essenciais de seu repertório de formas de protesto e resistência (ocupação de imóveis, bloqueio de estradas, marchas e outras modalidades de territorialização temporária de espaços públicos...) (SOUZA, 2009, p. 20, grifo no original).

No mesmo sentido, Souza e Teixeira (2009), defendem a importância dos conceitos de lugar<sup>49</sup> e território<sup>50</sup> no entendimento dos movimentos sociais e ativismos como “agentes modeladores do espaço” para além da materialidade, incorporando também o plano do simbólico que, apesar da relação constante, não é redutível à anterior. Para os autores:

Os “agentes modeladores”, ao produzirem espaço, não modelam apenas formas visíveis e palpáveis, diretamente. Os agentes sociais, ao protagonizarem processos e práticas de significação e resignificação espacial [...], também “modelam” imagens espaciais, assim interferindo (ou buscando interferir) na maneira como a sua identidade (espacial) é construída e apreendida por outros agentes sociais. Ao mesmo tempo em que essa face das práticas dos agentes se associa (e amiúde pressupõe) práticas de territorialização, ou seja, de controle espacial, também constitui uma dimensão da “política de identidade” dos protagonistas – vale dizer, de seu desejo de, também com a ajuda da produção de subjetividade, tornarem-se o mais possível

---

<sup>49</sup> “Um território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. [...] é como se fosse um “campo de força”, definido pelas relações de poder entre os agentes e tendo como referência um substrato espacial” (SOUZA e TEIXEIRA, 2009, p. 33, grifo no original).

<sup>50</sup> “[U]m “lugar” é um espaço dotado de significado, um espaço vivido e percebido, intersubjetivamente construído e relativamente ao qual se desenvolve uma “topofilia” (SOUZA e TEIXEIRA, 2009, p. 33). Após criticarem o tratamento “abstrato” dado ao conceito pelos geógrafos “humanísticos”, os autores definem que “o “lugar” é o espaço social qualificado e considerado sob um ângulo específico, que é aquele do simbolismo e do significado; é um espaço percebido e vivido, ou mais exatamente, as próprias imagens sociais, em sua interação com as identidades espaciais, formam os “lugares”, que não se confundem com o substrato espacial em si” (*ibid.*, p. 34).

“senhores de sua identidade”, o que, se jamais é inteiramente possível, por outro lado representa o passo crucial de cavar uma trincheira político-simbólica. Em outras palavras trata-se de produzir uma representação social (ou antes, nesse caso, representação sócio-espacial) de si mesmos, a qual possa contrapor-se a representações outras, eventualmente hostis, depreciativas e potencialmente deslegitimadoras de suas práticas e solapadoras de sua autoestima coletiva (SOUZA e TEIXEIRA, 2009, p. 33, grifo no original).

Compreendemos a territorialização, para além de uma necessidade de subsistência, como tática fundamental de grupos sociais hegemônicos na luta por maior autonomia, por visibilidade e por direitos, isto é, por cidadania. Esse processo se insere na gama de processos educativos que são inerentes a formação dos movimentos sociais.

Os territórios estão vinculados aos sujeitos que os instituem, marcando-o conseqüentemente com as suas maneiras de encarar e reproduzir as relações sociais. Se a proposta de organização política dos sujeitos é diferencial, isso se reflete no modo como produzem e modelam o espaço o qual estão inseridos (ZIBECHI, 2007). O ato de ressignificar o espaço cria um elo de reciprocidade entre os sujeitos e o próprio espaço, que influencia – numa relação dialética – a formulação da sua identidade coletiva dos primeiros.

Conforme Zibechi (2007, p. 199), “si ese sujeto no encarnara relaciones sociales diferentes, contradictorias con la sociedad hegemónica, no tendría necesidad de crear nuevas territorialidades”.

A experiência adquirida frente às diferentes opressões pode desencadear os sentimentos de indignação e rebeldia que, aos poucos, podem gerar distintas formas de resistências. Esse caminho influencia a formação de ações coletivas que podem atingir graus menores ou maiores de organicidade e consciência política (podendo vir a tornar-se ativismos e/ou movimentos sociais), onde a solidariedade é um elemento muito importante no sentido do reconhecimento de si (dos problemas enfrentados cotidianamente decorrentes de conseqüências em comum) no/a outro/a. A formação dos movimentos sociais carrega consigo um indissociável caráter educativo – como trataremos na sequência – e consideramos a dimensão espacial/territorial das ações coletivas como um fator crucial nesse processo, levando em conta as subjetividades que influem na construção de identidades coletivas.

## 2.4. TERRITÓRIO, CIDADANIA E O CARÁTER EDUCATIVO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O Brasil jamais teve cidadãos. Nós, a classe média, não queremos direitos, nós queremos privilégios, e os pobres não tem direitos. Não há, pois, cidadania neste país, nunca houve! (Milton Santos)<sup>51</sup>.

Para Santos (2011), a questão do território no Brasil tem relação intrínseca com a questão da cidadania – e o que ele chama de elaboração brasileira do não cidadão. Após criticar o período do “milagre econômico” e o pensamento economicista que, colocando os interesses do mercado acima do bem comum foram responsáveis pela retirada da cidadania de uma grande massa<sup>52</sup>, o autor comenta que numa sociedade verdadeiramente democrática é o modelo econômico que deve subordinar-se ao modelo cívico, partindo-se do cidadão para a economia e não vice-versa. Por isso ele propõe uma abordagem interdisciplinar, única a dar conta dos fenômenos ligados à modernidade, mudando o enfoque no tratamento dos problemas humanos: recuperando o cidadão.

A ideia de modelo cívico, para o autor, se incluiria nesse novo tipo de preocupação formando-se, entre outros, de dois componentes essenciais: a cultura e o território. O componente cívico seria o que esperamos da ideia de civilização, o modo de vida desejável para todos e todas, desenvolvido através de uma visão comum do mundo e da sociedade, do indivíduo enquanto ser social e das suas regras de convivência<sup>53</sup>. Já o componente territorial supõe, por um lado, a instrumentação do território para o fornecimento de bens e serviços

---

<sup>51</sup> Citação extraída de uma cena do documentário *Encontro com Milton Santos ou O Mundo Global visto do lado de cá* (TENDLER, 2006), dirigido por Silvio Tandler [transcrição nossa].

<sup>52</sup> Ao mesmo tempo que alienou essa massa da noção de que deveria obter direitos que garantissem sua cidadania.

<sup>53</sup> Santos exemplifica com “a atribuição do chamado salário-mínimo, isto é, da quantidade mínima de dinheiro capaz de assegurar uma vida decente para cada qual e sua família, [que] não pode ser estabelecida em função dos simples mandamentos da “economia”, mas da cultura. Quando aceitamos que sejam pagos salários de fome a uma boa parte da população, é certo que estamos longe de possuir uma verdadeira cultura” (SANTOS, 2011, p. 81).

indispensáveis a todos e todas, não importa onde esteja a pessoa; e por outro lado, “uma adequada gestão do território, pela qual a distribuição geral dos bens e serviços públicos seja assegurada” (SANTOS, 2011, p. 81).

A cidadania deve ser, portanto, o resultado de um quadro de vida, material e não material, que inclua a economia e a cultura, sendo que

Ambos têm que ver com o território e este não tem apenas um papel passivo, mas constitui um dado ativo, devendo ser considerado como um fator e não exclusivamente como reflexo da sociedade. É no território tal como ele atualmente é, que a cidadania se dá tal como ela é hoje, isto é, incompleta. Mudanças no uso e na gestão do território se impõem, se queremos criar um novo tipo de cidadania, uma cidadania que se nos ofereça como respeito à cultura e como busca da liberdade (SANTOS, 2011, p. 81).

De acordo com Gohn (2012), a cidadania é um elemento de união na relação entre movimentos sociais e educação. A autora justifica essa ideia contextualizando historicamente a ideia de cidadania desde a sua origem (1789), quando o cidadão era considerado somente o proprietário privado, esclarecido (o sujeito político burguês). Os setores dominantes da ordem burguesa justificavam a não cidadania da classe trabalhadora pelo fato de esta estar acostumada com trabalhos pesados e embrutecedores. Seriam incapazes de governar suas vidas por princípios de ordem moral e suas ações desordeiras ameaçariam a ordem. Portanto, a educação para a cidadania não era necessária para a classe trabalhadora porque ela não teria condições de tornar-se cidadã.

No século XVIII a questão da cidadania se resume a uma questão educativa. A consolidação do capitalismo necessita da educação como forma de controle social e para a divisão do trabalho, além de uma formação mínima que tornasse o povo “ordeiro e obediente”. Não era necessário instruir, racionalizar o indivíduo, mas sim a economia, produção, tempo das pessoas, ritmo dos corpos, disciplina das mentes, para criar um cidadão passivo. “Ou seja, a única educação que interessava era a formação e produção da mercadoria para o trabalho” (GOHN, 2012, p. 18).

Houve um deslocamento do conteúdo da cidadania no século XIX, quando ela passa a ser para todos e todas, para as massas, porém com fins disciplinadores, buscando proporcionar um convívio social

harmonioso, como instrumento ideológico de ocultamento dos conflitos socioespaciais. Já o século XX traz novas acepções para a cidadania. No projeto burguês enfatiza-se os direitos dos indivíduos mais como deveres e a questão da cidadania deixa de ser conquista da sociedade civil, passando a ser competência do Estado. No mesmo período, o neoliberalismo traz consigo a acepção de cidadania relacionada à globalização, indicando o pertencimento a uma grande comunidade, a “aldeia global”. Arelada a essa ideia, vem uma noção de educação bastante conservadora: educar para a cooperação geral. A escola passa a exercer um papel fundamental na difusão ideológica, estigmatizando romanticamente os modos de vida rurais e tradicionais, tachados de atrasados, em prol da supervalorização da sociedade urbanizada, onde estariam o progresso e o cidadão civilizado. “O livro didático é o representante máximo desse projeto” (GOHN, 2012, p. 19), transmitindo e reproduzindo a ideia de meritocracia, além de diferentes formas (mais ocultas) de opressões e preconceitos.

Mas o que mais nos interessa, para os fins desta pesquisa, é outra acepção de cidadania que surge no século XX, forjada por setores organizados da sociedade civil como um modelo de ruptura: a cidadania coletiva.

O que impulsiona essa acepção são as mais diversas opressões a que a sociedade está sujeita dentro da ordem socioespacial capitalista, que faz com que diferentes grupos sociais se organizem em ativismos e movimentos sociais. A exploração e dominação de classe intensificadas pelo modelo neoliberal, as intolerâncias de gênero, orientação sexual e etnia (entre tantas outras) e seus desdobramentos, sustentadas pela reprodução de um modelo de sociedade com fortíssimas influências do machismo, da heteronormatividade, do racismo e da xenofobia, traz à tona esses novos cidadãos coletivos que passam a reivindicar autonomia, visibilidade e direitos sociais de diferentes naturezas.

Nessa acepção de cidadania a educação vai ocupar lugar central. Construindo-se nos processos de luta que são, em si próprios, movimentos/processos educativos. Gohn (2012, p. 21), afirma que:

A cidadania não se constrói por decretos ou intervenções externas, programas ou agentes pré-configurados. Ela se constrói como um processo interno, no interior da prática social em curso, como fruto do acúmulo das experiências engendradas. A cidadania coletiva é constituidora de novos sujeitos históricos: as massas urbanas espoliadas e as camadas médias expropriadas. A

cidadania coletiva se constrói no cotidiano através do processo de identidade político cultural que as lutas geram.

Nesse ponto, a autora dialoga com Santos (2012, p. 82), quando este afirma que:

A cidadania, sem dúvida, se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito, enraizado na cultura. É, talvez, nesse sentido, que se costuma dizer que a liberdade não é uma dádiva, mas uma conquista, uma conquista a manter. Ameaçada por um cotidiano implacável, não basta à cidadania ser um estado de espírito ou uma declaração de intenções.

Essas afirmações nos levam ao encontro do que Gohn (2012) convencionou chamar de caráter educativo dos movimentos sociais. Para falar nisso, deve-se pensar em processos educativos que se desenvolvem fora dos modelos convencionais escolares, o que implica em ter uma “concepção de educação que não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos do processo pedagógico”. Este caráter educativo se constrói de várias formas, “em vários planos e dimensões que se articulam e não determinam nenhum grau de prioridade” (GOHN, 2012, p. 21).

Destas, destacam-se três: a) a dimensão da organização política; b) a dimensão da cultura política; e c) a dimensão espacial-temporal.

Segundo Gohn (2012, pp. 21-22), a consciência que se adquire “progressivamente através do conhecimento sobre quais são os direitos e os deveres dos indivíduos na sociedade hoje, em determinadas questões por que se luta, leva concomitantemente à organização do grupo”, o que constitui o que ela chama de dimensão da organização política. Esse processo não é espontâneo e participam dele vários agentes – as assessorias (grupos de apoio), por exemplo, desempenham um papel fundamental. A consciência se constrói a partir da agregação de informações dispersas, com a experiência e o conhecimento dos diferentes atores do cenário político ao qual o grupo está inserido através de suas lutas e reivindicações. O tortuoso processo de participação proporciona que ativistas se apropriem de informações e produzam conhecimentos diversos.

A construção da cidadania coletiva se realiza quando, identificados os interesses opostos, parte-se para a elaboração de estratégias de formulação de demandas e de táticas de enfrentamento dos oponentes. Este momento demarca uma ruptura

com a postura tradicional de demandatários de bens de consumo coletivo: não se espera o cumprimento de promessas, organizam-se táticas e estratégias para a obtenção de um bem por ser um direito social (GOHN, 2012, p. 22).

Sobre a dimensão da cultura política, Gohn (2012) traz à tona as ideias de Thompson<sup>54</sup> para afirmar que o acúmulo de experiência exercitado na prática cotidiana dos movimentos sociais tem um papel fundamental nos processos educativos que vão se desenvolvendo ao longo do tempo, onde as experiências vivenciadas no passado, como opressão, negação de direitos, entre outras, são resgatadas no imaginário coletivo do grupo de forma a fornecer elementos para a leitura do presente. Ou seja, a fusão do passado e do presente tem o poder de transforma-se em força social organizada. Esse acúmulo de experiência vai gerando uma consciência social que se materializa em ações que passam a ser determinantes dos eventos futuros. Deste modo,

Aprende-se a não ter medo de tudo aquilo que foi inculcado como proibido e inacessível. Aprende-se a decodificar o porquê das restrições e proibições. Aprende-se a acreditar no poder da fala e das ideias, quando expressas em lugares e ocasiões adequadas. Aprende-se a calar e a se resignar quando a situação é adversa. Aprende-se a criar códigos específicos para solidificar mensagens e bandeiras de luta, tais como músicas e folhetins. Aprende-se a elaborar discursos e práticas segundo os cenários vivenciados. E aprende-se, sobretudo, a não abrir mão de princípios que balizam determinados interesses como seus (GOHN, 2012, p. 23).

Nesse processo, vai-se descobrindo os conflitos e problemas existentes e até então ocultos. Vai-se estabelecendo uma noção da origem das diferenças sociais e aos poucos os agentes causadores dos diferentes tipos de opressão vão vindo à tona. Tudo isso vai se constituindo num processo em que atores opositores (Estado, elites, etc.), atores aliados (assessorias, outros movimentos, sindicatos, etc.) e o próprio grupo social em questão (com seus costumes, cultura, acordos e tradições), através das suas interações, possibilitam a este último uma

---

<sup>54</sup> Cf. THOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Grijalbo, 1979.

aprendizagem que tem a capacidade de instaurar uma percepção das injustiças e o sentimento da necessidade da luta e da resistência (*la digna rabia*, como diriam os indígenas neozapatistas no sul do México).

É inegável a importância que a cultura e a dimensão do simbólico adquirem nessa relação. Souza (2009) afirma que nem sempre o papel da cultura foi devidamente valorizado ou mesmo compreendido em décadas passadas – quando estudava-se a “primeira geração” do que ele chama de “novos movimentos sociais urbanos” –, mas que recentemente recebeu uma nova atenção nos estudos voltados para a “segunda geração” desses movimentos, a partir das décadas de 1980 e 1990. Concordamos com o autor quando menciona que embora a perda de força do economicismo e a valorização da cultura devam ser saudadas com ânimo, é preciso ter cautela. Isto porque também houve, em contrapartida, o fortalecimento de uma outra forma de pensamento simplificador da realidade: o culturalismo.

Nesse sentido, as ideias de E. P. Thompson têm muito a contribuir na tarefa de compreender os processos educativos que se constituem no seio dos ativismos e movimentos sociais. Lima afirma que a “noção de cultura figura na obra thompsoniana como uma das condições materiais e de identidade que permeiam o processo de formação da consciência, das necessidades e dos interesses de classe” (2008, p. 11). Desta forma, Thompson não substitui vulgarmente a primazia ortodoxa do econômico por uma igual primazia do cultural, mas, “pelo contrário, articula de forma dialética as relações do econômico e o cultural para oferecer uma explicação mais crítica sobre a dinâmica da luta de classe” (LIMA, 2008, p. 11). Para Thompson, classe é uma formação tanto econômica, quanto cultural, sendo uma categoria histórica capaz de descrever as pessoas em relação ao decurso do tempo e às maneiras “pelas quais se tornam conscientes de suas relações, como se separam, unem, entram em conflito, formam instituições e transmitem valores” (THOMPSON, 2001, p. 260 *apud* LIMA, 2008, p. 44)<sup>55</sup>. As relações produtivas e o modo de produção, assim como os costumes, as necessidades e expectativas das pessoas, não são estáticos, mas estão em franco diálogo e mudança. Por isso Lima (2008, p. 44), destaca que “Para entendermos o conjunto de relações, congruências e contradições, é necessário lançar mão de outro conceito histórico: ‘experiência’”.

---

<sup>55</sup> Cf. THOMPSON, E. P. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Sergio (orgs.). Campinas: Unicamp, 2001.

A articulação conceitual entre os conceitos thompsonianos de: experiência, classe e cultura, criam “uma plataforma de sustentação para um estudo do lugar da cultura nos movimentos sociais que contemple a “materialidade histórica” desse processo” (LIMA, 2008, p. 11). Para o autor, a utilização do conceito de “experiência” tem como consequência imediata para as ciências sociais encarar mulheres e homens nem como sujeitos autônomos, individualizados e separados de um contexto, nem considerá-los como simples massa ou “turba”, mas sim como afirma Thompson (1981, p. 182 *apud* LIMA, 2008, p. 45)<sup>56</sup>, como

Pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) das mais complexas maneiras (sim, ‘relativamente autônomas’) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.

Deste modo,

A classe é vista como um processo no qual as pessoas, enfrentando o mesmo contexto material de exploração e opressão imposto por um sistema de relações de produção que elas nem escolheram, nem criaram ou aprovam, dividem a mesma cultura e modo de vida. A partir desta perspectiva, as relações produtivas são todas as relações materiais e sociais pelas quais a vida social é produzida e reproduzida e, dessa maneira, a experiência vivida de classe necessariamente se intersecciona e é influenciada por outros sistemas de poder e dominação, sejam eles culturais, ideológicos ou materiais (como, por exemplo, modo de produção, gênero, raça, etnia, afiliação partidária, religião) (LIMA, 2008, p. 46).

Para Thompson, a mesma experiência vivida partilhada pelas pessoas produz uma consciência e uma cultura comuns em resposta a essa experiência, e isso é o que caracteriza o processo histórico da formação de classe. É proveniente e ao mesmo tempo condicionado pela luta de classes e, portanto, produto das maneiras pelas quais as pessoas

---

<sup>56</sup> Cf. THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

se organizam, resistem e agem coletivamente na busca pela superação da exploração que é percebida por elas (LIMA, 2008).

Essas ideias proporcionam um interessante diálogo com Gohn (2012), quando a autora traz à discussão a dimensão espacial-temporal<sup>57</sup> do caráter educativo dos movimentos sociais – trazendo consigo a geograficidade deste último. Através desta dimensão percebe-se o processo pelo qual os grupos sociais hegemônicos vão se reconhecendo enquanto oprimidos, relacionando a sua própria história com o desenvolvimento histórico da sociedade de um modo mais geral, através da historicização dos problemas sociais – que ocorrem nos meios coletivos e momentos formativos diversos em que a organização proporciona. Isso “leva à identificação de uma dimensão importante do cotidiano das pessoas, a do ambiente construído, do espaço gerado e apropriado pelas classes sociais na luta cotidiana” (GOHN, 2012, p. 25), isto é, a territorialização (como forma de resistência), que constitui elemento fundamental na formulação da identidade coletiva do que pode vir a ser um movimento social.

Com base nas ideias de Thompson, Lima traz o que podemos compreender como uma aproximação do que seria o entrecruzamento das diferentes dimensões do caráter educativo dos movimentos sociais:

A cultura popular de uma época, por exemplo, só pode ser entendida se contextualizada nos momentos históricos específicos a que pertencem. Situando a cultura “no lugar material que lhe corresponde”, podemos entendê-la como agente formador, ao mesmo tempo que é consequência, da luta e consciência de classe.

É nesse espaço/tempo material específico que cultura e experiência se entrecruzam, na consolidação e defesa de interesses e direitos, unindo fragmentos de antigas estruturas e expectativas em relação à luta contra a intrusão verticalizada de novas formas de desapropriação (2008, p. 37).

Para Gohn, a dimensão espacial-temporal “possibilita uma grande articulação entre o chamado saber popular e o saber científico,

---

<sup>57</sup> Como já mencionamos, as três dimensões trabalhadas encontram-se indissociavelmente relacionadas e interagindo entre si, porém as separamos, da mesma forma como fez a autora (GOHN, 2012), de modo que possamos analisá-las de uma maneira mais didática.

técnico, codificado” (2012, p. 25), pois as categorias espaço e tempo são muito importantes no imaginário popular. Essa ideia nos remete a proposta feita por Santos *et al* (2000), de considerar o espaço geográfico como sinônimo de território usado: sendo este tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas. As autoras e autores afirmam que “O *território usado* constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes [...] convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo” (SANTOS *et al*, 2000, p. 03, grifo no original). E complementam:

A geografia deve estar atenta para analisar a realidade social total a partir de sua dinâmica territorial, sendo esta proposta um ponto de partida para a disciplina, possível a partir de um sistema de conceitos que permita compreender indissociavelmente objetos e ações.

O *território usado*, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso.

Para os atores hegemônicos o *território usado* é um recurso, garantia da realização de seus interesses particulares. Desse modo, o rebatimento de suas ações conduz a uma constante adaptação de seu uso, com adição de uma materialidade funcional ao exercício das atividades exógenas ao lugar, aprofundando a divisão social e territorial do trabalho, mediante a seletividade dos investimentos econômicos que gera um uso corporativo do território. Por outro lado, as situações resultantes nos possibilitam a cada momento, entender que se faz mister considerar o comportamento de todos os homens, instituições, capitais e firmas. Os distintos atores não possuem o mesmo poder de comando levando a uma multiplicidade de ações fruto do convívio dos atores hegemônicos com os hegemonzados. Dessa combinação temos o arranjo singular dos lugares. **Os atores hegemonzados têm o território como um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico**

**local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares.** É neste jogo dialético que podemos recuperar a totalidade (SANTOS *et al*, 2000, pp. 11-13, itálico no original, negrito nosso).

O que buscamos exemplificar com isso é que, no processo de organização política, ativismos e movimentos sociais vão construindo um conhecimento que pode muito bem dialogar com os saberes científicos. A proposta de Santos *et al* (2000) para uma análise coerente do espaço geográfico aproxima-se, de certa forma, com a maneira a qual se dá o processo educativo em que esses sujeitos vão tomando a consciência de si no tempo e no espaço, na medida em que vão situando sua condição de vida e suas lutas no tempo e no espaço. Como afirma Santos, “Somente a partir da unidade do espaço e do tempo, das formas e do seu conteúdo, é que se podem interpretar as diversas modalidades de organização espacial” (1979, pp. 42-43). Acreditamos que a dimensão espacial-temporal do caráter educativo tende a proporcionar essa noção aos ativismos e movimentos sociais, o que é evidenciado nos momentos de se pensar a conjuntura e estabelecer suas estratégias e táticas para a atuação política.

## 2.5. A REDESCOBERTA DA EDUCAÇÃO PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Para Zibechi (2007), uma novidade nessa virada de século é a força com que alguns movimentos tomaram a educação em suas mãos. E isso tem duas dimensões: por um lado é a educação como forma de construção dos movimentos, convertendo-se em um aspecto essencial da vida cotidiana. Por outro lado, há a criação de espaços educativos nos próprios territórios dos movimentos, desafiando Estado e o modelo de educação que reproduz a lógica do sistema.

É com o exemplo das maneiras que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra lida com a educação que Zibechi (2007) destaca algo que considera muito mais importante do que a intervenção do movimento na educação ou da comunidade na escola, que é o fato do movimento converter-se em um sujeito educativo. Com isso, todos seus espaços ações e reflexões passam a ter uma intencionalidade pedagógica. Para ele, isso é uma mudança revolucionária na forma de se entender tanto a educação como o

movimento social. Considerar o *movimento social como princípio educativo*<sup>58</sup> pressupõe que todos os espaços e ações, que todas as pessoas, são espaço-tempos e sujeitos pedagógicos. Deste modo, “la educación en estas condiciones no tiene fines ni objetivos, mas allá de re-producir el movimiento de lucha por la tierra y por un mundo nuevo” (ZIBECHI, 2007, p. 31). Resumidamente, o princípio pedagógico que guia o movimento é transformar-se transformando. A educação é encarada como um clima social inserido em relações sociais e o processo educativo dependerá do tipo de clima e do carácter que as relações sociais se estabelecem em um determinado espaço-tempo. “Pero una concepción diferente, [...] una educación en movimiento, no otorga garantías acerca de los resultados a los que llegará” (ZIBECHI, 2007, p. 32), o que é uma característica básica da educação não formal, como veremos adiante.

Ao basear-se nas ideias de Caldart, Zibechi (2007, p. 32) destaca quatro critérios que fazem dos movimentos sujeitos pedagógicos:

[...] el movimiento como tal, no como institución sino como capacidad de mover-se; el ambiente de fraternidad comunitario; la producción como aspecto central de la transformación de nuestro mundo; y las formas de vida que emergen de estas prácticas cotidianas.

Sobre o carácter educativo, com o foco nos movimentos populares, Gohn (2012) aborda alguns temas importantes sobre os estudos acerca dos movimentos sociais e da educação popular<sup>59</sup> para fundamentar a seguinte hipótese: os movimentos sociais populares são formas renovadas de educação popular. O que não vem a ocorrer através de programas previamente estabelecidos, mas através de princípios que fundamentaram programas de educação popular<sup>60</sup>. As metodologias de

---

<sup>58</sup> Cf. CALDART, Roseli Salet. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 2000.

<sup>59</sup> Gohn (2010) destaca a importância de se diferenciar a modalidade educação popular de educação não formal. Para a autora, a diferença existe porque a educação popular faz alusão à categoria povo, possuindo recorte de faixa social. Já a educação não formal possui um carácter mais universal, abarcando todos os seres humanos, independentemente de classe social, idade, sexo, etnia, religião, etc.

<sup>60</sup> Programas “formulados por agentes institucionais determinados, tais como grupos de assessorias articulados a Igrejas, a partidos políticos, a universidades,

operacionalização dos programas formuladas pelos agentes assessores acabaram por ser aplicadas e difundidas no seio dos movimentos, a partir das lideranças de parte da população organizada.

Gohn (2012) destaca alguns fatos que considera curiosos acerca da literatura sobre educação popular e movimentos populares no Brasil até a o início da década de 1990. Primeiramente, a autora destaca que houve um desenvolvimento autônomo da literatura sobre educação popular e movimento social popular urbano, embora as duas temáticas tenham um objeto comum de reflexão: as populações tidas como carentes e marginalizadas da sociedade. Depois aborda a produção das ciências sociais no Brasil no período dos programas sobre educação popular e destaca que houve um momento de quebra dessa separação, que é quando a educação popular passa de algo mais formalmente estruturado para a construção coletiva no engajamento com movimentos sociais embrionários. “Tudo o que estimulasse as energias da sociedade civil, o saber dos oprimidos, a fala do povo, etc. era bem-visto e aceito como a alternativa política possível” (GOHN, 2012, p. 52). A politização não mais se utilizava de rudimentos da educação formal, mas passava a ocorrer de forma mais direta. Isso se passa em meio a busca por alternativas no enfrentamento do regime militar autoritário, a partir da década de 1970. “Assume-se o caráter político dos trabalhos e desassume-se seu caráter de educação para a alfabetização e/ou escolarização entrecortado pela politização” (GOHN, 2012, p. 53).

Com a decadência dos estudos sobre a educação popular em meados da década de 1980, as ciências sociais voltam o seu foco para a investigação dos movimentos sociais de variados matizes, com destaque para os movimentos sociais populares urbanos. Estes estudos são, para a autora, “uma continuidade da produção sobre a educação popular, com uma diferença básica: não se trata mais de analisar programas, mas sim manifestações concretas produzidas por grupos organizados” (GOHN, 2012, p. 55).

Não existe “movimento social puro, isolado, formado apenas por participantes populares, da base. Sempre há a presença de elementos externos ao grupo mandatário” (GOHN, 2012, p. 55), pertencentes a outra categoria social. Estes elementos são as assessorias, que atuam no sentido de fazer a conexão entre os programas de educação popular e os movimentos sociais, interagindo e criando laços de afinidades e

---

a instituições governamentais nacionais e internacionais, a sindicatos, etc.” (GOHN, 2012, p. 49).

objetivos em comum frente às demandas, o que tende a fortalecer uma coesão ideológica cada vez maior.

Cabe marcar aqui, que a mudança de foco dos estudos sobre educação popular para os estudos dos movimentos sociais populares urbanos acompanha o processo histórico em andamento, no qual as assessorias passaram a ter uma relação pedagógica mais orgânica com os movimentos, com processos educativos mais politizados sendo produzidos no seio destes. Isso ocorre numa relação mais direta entre participantes e assessorias. Conforme Gohn (2012, p. 56), nessa década, [...] os grupos organizados de assessorias, particularmente os vinculados à ala progressista da Igreja Católica, passaram a [...] militar junto às populações periféricas no sentido de organizá-las para pressionarem os poderes públicos. Esta linha de atuação funcionou bem até a metade da década de 1980. A partir daí, as assessorias entraram em crise porque as cúpulas religiosas passaram a pressionar e a punir este tipo de atuação. Alguns movimentos sociais também entraram em crise. Outros se transfiguraram em agências do novo poder local constituído a partir das administrações populares eleitas pelo voto popular.

Para a autora, o que caracteriza o caráter educativo dos movimentos populares propriamente ditos é o fato de os movimentos sociais serem uma extensão das práticas educativas desenvolvidas pelos programas de educação popular progressistas, onde “a educação é autoconstruída no processo e o educativo surge de diferentes fontes, a saber” (GOHN, 2012, pp 56-57):

- a) Da aprendizagem gerada com a experiência de contato com fontes de exercício de poder.
- b) Da aprendizagem gerada pelo exercício repetido de ações rotineiras que a burocracia estatal impõe.
- c) Da aprendizagem das diferenças existentes na realidade social a partir da percepção das distinções nos tratamentos que os diferentes grupos sociais recebem de suas demandas.
- d) Da aprendizagem gerada pelo conjunto com as assessorias contratadas ou que apoiam o movimento.
- e) Da aprendizagem da desmistificação da autoridade como sinônimo de competência, a qual seria sinônimo de conhecimento. O

desconhecimento de grande parte dos “doutores de gabinete” de questões elementares do exercício cotidiano do poder revela os fundamentos desse poder: a defesa de interesses de grupos e camadas.

Tudo isso cumpre com um papel primordial no sentido do empoderamento dos indivíduos participantes bem como do movimento social como um todo, enquanto sujeito coletivo – que, por decorrência das diversas formas de aprendizagens, torna-se um sujeito pedagógico (ZIBECHI, 2007). “Este saber gera mobilizações e inquietações que põem em risco o poder constituído, ainda que seja um poder exercido por uma administração dita popular” (GOHN, 2012, p. 57). O saber popular politizado adquire assim o potencial de desnudar os diferentes mecanismos de dominação ocultos pela ideologia, multiplicando as possibilidades de ações rumo aos seus objetivos, destacando-se as possibilidades de pressão e interferências no poder público. Como resposta, é muito comum que o poder público venda com rótulo de participação métodos meramente consultivos, buscando desmobilizar as forças sociais dos movimentos através da burocracia da máquina estatal.

Sobre as formas de manifestação do caráter educativo que a prática nos movimentos populares gera, Gohn (2012) destaca que as alterações educativas a partir do cotidiano operam principalmente na natureza das relações sociais. A politização de participantes individuais (a consciência individual) é uma das faces mais visíveis nesse processo, porém é no plano coletivo que o resultado é mais importante. O campo de forças estabelecido no conflito entre movimentos e os controladores dos bens demandados por eles caracteriza um processo educativo amplo em que todos os agentes envolvidos passam por transformações (tanto internas como nas relações entre si). Essas relações são responsáveis pela rearticulação das táticas e estratégias dos diferentes agentes no conflito, para a obtenção de seus objetivos. É como um jogo de xadrez, onde uma jogada mal pensada pode determinar uma derrota ou pelo menos uma dificuldade muito maior para a disputa em andamento.

Como exemplo, Gohn (2012) cita os movimentos populares no Brasil dos anos 1980, que tiveram papel fundamental na orientação dos avanços democráticos que a sociedade civil obteve no período, fazendo-se representar na transição levada a cabo constitucionalmente. Porém,

[...] a qualidade e o sentido das relações sociais transformadas nos processos de interação movimento-poder governamental são múltiplos. Isto porque o processo é permeado por lutas

constantes, divergências de grupos com interesses conflitantes. Assim sendo, os efeitos educativos nas massas e nos dirigentes defensores das classes dominantes são também diversos. O efeito educativo para estes traduziu-se num conhecimento dos sentimentos e das aspirações populares, conhecimento este que serviu de base para a rearticulação da hegemonia das classes dominantes, em crise desde o final dos anos 1970 (GOHN, 2012, p. 59).

O que consolida definitivamente essa rearticulação é o projeto de poder conservador que assume o governo federal no Brasil, marcado pela figura do então presidente Fernando Collor de Mello. As políticas assistencialistas criam rupturas dentro dos movimentos populares, debilitando suas capacidades de organização. Os processos de burocratização e cooptação intensificam cada vez mais a crise dos ativismos e movimentos sociais – à qual mencionamos no início deste capítulo. Crise de organização e de identidade, poderíamos dizer, levando em conta os limites, riscos e possibilidades da atuação por meio do Estado e de órgãos públicos (ou até mesmo de parcerias com a iniciativa privada) e partidos políticos para a obtenção de vitórias concretas em torno dos bens demandados pelos movimentos e de avanços para a produção de outro modelo de cidade.

Em texto mais recente, Gohn (2010, p. 09) afirma que desde os anos 1980 vinha trabalhando “com o pressuposto de que os movimentos sociais e outras práticas associativas coletivas tinham um caráter educativo, para seus participantes, para aqueles que eram alvo dos protestos e demandas e para a sociedade em geral”. Porém, a autora afirma que não havia ainda conseguido exemplificar bem esse caráter por meio de uma categoria analítica. A construção da categoria educação não formal foi para ela a “luz no fim do túnel”, possibilitando exemplificar o processo de aprendizagens e a construção de saberes.

Gohn (2010) critica o dualismo que é usual quando se fala em educação, dividindo-a entre educação formal e educação informal, para afirmar a importância da educação não formal, que é completamente diferente da educação informal e tem campo próprio. Por isso, distingue e demarca as principais diferenças entre os três conceitos<sup>61</sup>.

---

<sup>61</sup> A autora afirma trabalhar sob uma “perspectiva que aborda a Educação como promotora de mecanismos de inclusão social, que promove o acesso aos direitos de cidadania” (GOHN, 2011, p. 23). É uma concepção, portanto, ampliada, que

### A educação formal pode ser caracterizada

[...] como aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados, a educação não formal é aquela que se aprende no “mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianos; e a educação informal como aquela na qual os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização gerada nas relações e relacionamentos intra e extrafamiliares (amigos, escola, religião, clube, etc.). A informal incorpora valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados. [...] São valores que formam as culturas de pertencimento nativas dos indivíduos. Contrariamente, a educação não formal não é nativa, ela é construída por escolhas ou sob certas condicionalidades, há **intencionalidades no seu desenvolvimento**, o aprendizado não é espontâneo, [...] não é algo naturalizado (GOHN, 2010, pp. 15-16, grifo nosso).

Na educação formal, quem educa são professores e professoras, além dos/as demais profissionais que trabalham no ambiente escolar. Os espaços onde ela ocorre são os territórios das escolas, que são instituições regulamentadas e organizadas segundo determinadas diretrizes. O modo como se educa “pressupõe ambientes normatizados, com regras, legislações e padrões comportamentais definidos previamente. Perfil do corpo docente e metodologias de trabalho são previamente normatizados” (GOHN, 2010, pp. 17-18). Dentre os objetivos da educação formal, destacam-se o ensino e a aprendizagem de conteúdos sistematizados historicamente, regulamentados por leis – como por exemplo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996. O que caracteriza os principais atributos da educação formal é o seu caráter metódico, através da divisão por idade/classe de conhecimento. Ela requer para isso tempo, local específico, pessoal especializado, a “normatização das formas de organização de vários tipos (inclusive a curricular), sistematização sequencial das atividades, tempos de progressão, disciplinamento, regulamentos e leis, órgãos superiores etc.” (GOHN, 2010, p. 19). Seu

---

alarga os domínios da Educação para além dos muros escolares, resgatando ideais como, por exemplo, a civilidade.

resultado esperado é, “além da aprendizagem efetiva (que, infelizmente nem sempre ocorre), que haja uma certificação com a devida titulação que capacita os indivíduos a seguir para graus mais avançados” (GOHN, 2010, p. 20).

A educação informal, por sua vez, tem como agentes educadores a família de um modo geral, amigas e amigos, vizinhas e vizinhos, colegas da escola, ambientes religiosos, mídia de massa, entre outros. Seus espaços educativos são “demarcados por referências de nacionalidade, localidade, idade, sexo, religião, etnia, etc. A casa onde se mora, a rua, o bairro, o condomínio, o clube [...], a igreja ou local de culto [...], o local onde se nasceu, etc.” (GOHN, 2010, p. 17). O modo como se educa está relacionado à espontaneidade do desenvolvimento das relações, segundo gostos, preferências e pertencimentos. “Os saberes adquiridos são absorvidos no processo de vivência e socialização pelos laços culturais e de origem dos indivíduos” (GOHN, 2010, p. 18). Em termos de finalidade, a educação informal “socializa os indivíduos, desenvolve hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar no uso da linguagem, segundo valores e crenças de grupos que se frequenta ou que pertence por herança, desde o nascimento” (GOHN, 2010, pp. 18-19). No que se refere aos principais atributos, na educação informal não há organização e sistematização. São as práticas e experiências anteriores as responsáveis por repassar os saberes. Deste modo, o passado orienta o presente numa atuação mais voltada ao campo das emoções e sentimentos, caracterizando um processo permanente. Os resultados não são esperados, mas acontecem através do “desenvolvimento do senso comum nos indivíduos, senso esse que orienta suas formas de pensar e agir espontaneamente” (GOHN, 2010, p. 21).

Já no caso da educação não formal, “há a figura do educador social<sup>62</sup>, mas o grande educador é o “outro”, aquele com quem

---

<sup>62</sup> “O Educador Social [agentes que atuam nos processos da educação não formal] ajuda a construir com seu trabalho espaços de cidadania no território onde atua. Esses espaços representam uma alternativa aos meios tradicionais de informação que os indivíduos estão expostos no cotidiano, via os meios de comunicação [...]. Nestes territórios um trabalho com a comunidade poderá construir um tecido social novo em que as figuras de promoção da cidadania poderão surgir e se desenvolver, tais como os “tradutores sociais e culturais”. Esses tradutores são aqueles que se dedicam a buscar mecanismos de diálogo entre setores sociais usualmente isolados, invisíveis, incomunicáveis, ou

interagimos ou nos integramos” (GOHN, 2010, pp. 16-17). Os espaços educativos são nos territórios onde há grupos efetuando processos interativos intencionais, isto é, com finalidades específicas que são compartilhadas. O modo como “se educa” está mais relacionado à troca de saberes, pela experiência e socialização, que se dá na interação entre os indivíduos no processo em que constroem juntos, onde a intencionalidade na ação é fundamental. Diferentemente da educação informal, a educação não formal não é herdada, mas sim adquirida.

Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados *a priori*, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. Um modo de educar é construído como resultado do processo voltado para os interesses e as necessidades dos que participam. A construção de relações sociais baseadas em princípios de igualdade e justiça social, quando presentes num dado grupo social fortalece o exercício da cidadania. A transmissão de informação e formação política e sociocultural é uma meta na educação não formal. (GOHN, 2010, p. 19).

Ela forma os indivíduos para a civilidade e para uma visão e entendimento de mundo mais altruísta e solidária, em oposição ao egoísmo e individualismo difundidos por valores fundados no conservadorismo e na meritocracia, que usualmente reproduzem preconceitos e intolerâncias frente à diversidade humana.

A educação não formal atua sobre aspectos subjetivos, trabalhando e formando a cultura política, desenvolvendo laços de pertencimento e a construção de uma identidade coletiva. O que tende a fortalecer cada vez mais um grupo, ao criar seu acervo sociocultural e político. Sua força e potencial dependerá “da qualidade deste acervo, como foi construído, que experiências o constituiu, quem foram os agentes socioculturais e políticos que participaram do processo, qual a sua cultura política, que projetos tinham ou desenvolveram” (GOHN,

---

simplesmente excluídos de uma vida cidadã, excluídos da vivência com dignidade. [...] A cogestão democrática dos trabalhos desenvolvidos com a comunidade é um suposto e pressuposto insubstituível neste trabalho de tradução” (GOHN, 2010, pp. 52-53).

2010, p. 20). De acordo com Gohn (2010, p. 21), a educação não formal pode desenvolver, como resultados, uma série de processos, como:

- Consciência e organização de como agir em grupos coletivos.
- A construção e reconstrução de concepção(ões) de mundo e sobre o mundo.
- Contribuição para um sentimento de identidade com uma dada comunidade.
- Forma o indivíduo para a vida e suas adversidades (e não apenas o capacita para entrar no mercado de trabalho).
- Quando presente em programas com crianças ou jovens adolescentes, a educação não formal resgata o sentimento de valorização de si próprio (o que a mídia e os manuais de autoajuda denominam, simplificarmente, como autoestima); ou seja, dá condições aos indivíduos para desenvolverem sentimentos de autovalorização, de rejeição dos preconceitos que lhes são dirigidos, o desejo de lutarem para ser reconhecidos como iguais (como seres humanos), dentro de suas diferenças (raciais, étnicas, religiosas, culturais, etc.).
- Os indivíduos adquirem conhecimentos a partir da sua própria prática, os indivíduos aprendem a ler e interpretar o mundo que os cerca.
- Desenvolve a cultura política do grupo.

A autora define o conceito de educação não formal, portanto, como

[...] um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagens e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais (GOHN, 2010, p. 33).

Deste modo, a educação não formal apresenta um campo próprio, com intencionalidades, onde o eixo é a formação para a cidadania e a emancipação social dos indivíduos. Suas práticas ocorrem, de modo geral, para além dos muros das escolas, em organizações e ações coletivas como movimentos sociais, associações comunitárias,

formações políticas e lutas sociais diversificadas – cabe lembrar que a educação não formal, assim como os próprios movimentos sociais, como mencionado, não possuem necessariamente um posicionamento político progressista ou de esquerda, embora seja o foco nesta pesquisa.

Assim mesmo, quando Gohn (2010) enumera e resume os principais objetivos da educação não formal, entendendo-a como uma educação para a cidadania, nota-se sua aproximação com as pautas e demandas reivindicatórias de movimentos sociais de caráter progressista. Os objetivos são:

- a) Educação para justiça social.
- b) Educação para direitos (humanos, sociais, políticos, culturais etc.).
- c) Educação para liberdade.
- d) Educação para igualdade e diversidade cultural.
- e) Educação para democracia.
- f) Educação contra toda e qualquer forma de discriminação.
- g) Educação pelo exercício da cultura e para a manifestação das diferenças culturais (pp. 39-40).

Podemos compreender o processo organizativo dos movimentos sociais, construindo sua força social através de ações interativas e com intencionalidades compartilhadas, como um processo educativo integrante do que a autora conceitua como educação não formal. As diversas práticas construídas neste processo desdobram-se em diferentes processos educativos onde, além do próprio movimento social e seus apoiadores/as, também seus opositores/interlocutores e a sociedade como um todo – e isso depende em grande medida da força social e legitimidade das demandas do movimento – acabam tendo contato com as questões e se posicionado sobre elas.

De acordo com Gohn,

[...] os movimentos sociais sempre têm um caráter político (não confundir com partidário), que criam e desenvolvem um campo político de forças sociais na sociedade civil, contribuindo para seu desenvolvimento político. Eles politizam as demandas socioeconômicas, políticas e culturais, inserindo-as na esfera pública da luta política. Trata-se de coletivos que no processo de ação sociopolítica desenvolvem uma identidade, de

forma que se apresentam como atores coletivos (2006, p. 252).

Na base da resistência e da luta por visibilidade os movimentos sociais trazem à tona temáticas importantíssimas que, embora muitas vezes presentes nos currículos da educação formal, acabam sendo ocultadas ou tratadas sem a devida atenção e relevância. É também por esse caminho que os movimentos, influenciando diferentes agentes, gestam as possibilidades de ganhos concretos de autonomia e cidadania para os grupos sociais que estão mais sujeitos às diversas formas de opressão.

### **CAPÍTULO 3 – TERRITORIALIZAÇÃO COMO RESISTÊNCIA E O CARÁTER EDUCATIVO DA OCUPAÇÃO PALMARES**

A Ocupação Palmares foi iniciada no Maciço do Morro da Cruz (MMC) no ano de 2012, por trabalhadores e trabalhadoras pobres e migrantes que já não podiam sustentar as suas famílias e pagar os aluguéis. Essa é a realidade de milhares de famílias na Grande Florianópolis, que criam e recriam a sua reprodução material cotidiana no improviso, à sua maneira. A ocupação ilegal dos morros e de outras áreas irregulares não é algo raro na capital catarinense e, assim como em todas as grandes cidades brasileiras, é algo intrínseco ao modo como foi produzido seu espaço urbano. Neste capítulo, trabalharemos com uma análise do processo organizativo da Ocupação Palmares ao longo de sua trajetória, analisando o seu caráter educativo enquanto movimento socioterritorial de luta por moradia. Primeiramente, consideramos necessário trazer uma breve contextualização histórica de como se deu a territorialização da pobreza em Florianópolis, assim como no MMC.

#### **3.1. BREVE HISTÓRICO DA TERRITORIALIZAÇÃO DA POBREZA EM FLORIANÓPOLIS**

Um pedacinho de terra,  
perdido no mar!...<sup>63</sup>

A segregação espacial, a ocupação dos morros e a formação das favelas têm raízes profundas em Florianópolis, sendo que nesses processos históricos podem-se identificar alguns marcos cruciais, articulados por interesses dos grupos hegemônicos da cidade, que estão associados às conjunturas nacionais e internacionais. Neste subcapítulo percorreremos por algumas questões referentes a este tema.

A perspectiva de universalizar práticas higiênicas e dar um aspecto sadio à Florianópolis, nos anos iniciais da República no Brasil<sup>64</sup>,

---

<sup>63</sup> Trecho do Hino Oficial do Município de Florianópolis, escolhido em concurso promovido em 1965 pela Prefeitura Municipal. Em 08 de julho de 1968 o projeto foi sancionado, vindo a ser a lei nº 871. A poesia foi composta por Cláudio Alvim Barbosa (Zininho) e intitulada Rancho de Amor à Ilha. A década de 1960 foi marcada por um *boom* na urbanização e aumento populacional na cidade, intensificando diversos problemas sociais, como a segregação espacial e a favelização.

gerou grandes alterações nas paisagens e a promoção de interferências para a população, através da indução a comportamentos homogêneos e disciplinados. As obras de saneamento, em nome da higiene e saúde pública, interferiram no modo de vida de vários sujeitos sociais, moldando condutas, normatizando comportamentos, impondo uma “nova ordem” urbana (NECKEL, 2003).

Uma conjunção de fatores levou a administração municipal a tomar as medidas que foram implantadas na virada do século e nas décadas seguintes. A Proclamação da República trouxe consigo a consolidação de uma elite política e econômica que, no anseio de transformar a capital da província em uma cidade dita “moderna”, passou a importar os padrões de comportamento europeus que já se difundiam entre as elites de outros centros urbanos do país – como a capital, Rio de Janeiro – e, em detrimento disso, cresceu o sentimento de repulsa tanto às populações tradicionais como às pobres. O povo açoriano ficou marcado como um símbolo do colonialismo e do atraso e a adoção de novos padrões arquitetônicos para construção das edificações na área central, no lugar das tradicionais casinhas de porta e janela, foi uma alternativa encontrada para esconder essa “herança”.

O temor que as epidemias de doenças diversas – que marcaram o século XIX na cidade – causavam em toda a população possibilitou a quem defendia mudanças urbanas reforçarem seus argumentos de controle social em meio ao combate às pestes. Os casos recorrentes de doenças, deixando muitos mortos, deixavam a sociedade alarmada, e a constante ameaça de epidemias mantinha em evidência as preocupações higienistas que passariam a influenciar a condução da saúde pública, das posturas, decisões e projetos de infraestrutura e serviços urbanos (SANTOS, 2009).

No início do século XX, as preocupações com doenças infecciosas, como a tuberculose, passaram a ser tratadas cada vez mais diretamente com obras sanitárias, incluindo as demolições de casas e cortiços. O tema da higiene pública passou assim a ser relacionado definitivamente às condições das moradias. O departamento de higiene pública apontava as condições precárias das casas de aluguel como focos de moléstias contagiosas. “Como os pobres eram os mais assolados pelas epidemias e viviam em geral de aluguel eram os mais forçados a abandonar as residências” (SANTOS, 2009, p. 393).

---

<sup>64</sup> Isto é, a partir de 15 de novembro de 1889.

As reformas que foram feitas no centro consolidaram a urbanização excludente como modelo a ser seguido nas décadas seguintes. O discurso ideológico da “regeneração” da população pobre teve um peso fundamental na consolidação das políticas públicas de caráter higienista, como as inspeções a domicílios e intervenções urbanísticas. Foram realizadas várias transformações e interferências do poder público no espaço urbano e o auge do movimento pelas reformas urbanas e sanitárias deu-se com a construção da Avenida Hercílio Luz (originalmente prevista para chamar-se “Avenida do Saneamento”), entre 1919 e 1922, em grande parte dos terrenos que compunham os bairros da Tronqueira e da Toca (ARAUJO, 1989; AREND, 2005; SARDÁ, 2005). A canalização do “Rio da Bulha”, o aterro da várzea alagável, a construção das duas alamedas, a demolição dos casebres e cortiços, a “renovação urbana”, significaria a expulsão definitiva dos pobres para fora do que era considerado o perímetro urbano de Florianópolis durante a década de 1920 (SANTOS, 2009).

A Avenida Hercílio Luz<sup>65</sup> criou uma linha simbólica que determinava uma fronteira entre a área central e as encostas dos morros, e era exaltada na época como sendo a “pedra angular” do saneamento na cidade. Sua construção causou a demolição de diversos cortiços da área central e conseqüentemente, a retirada da população que, em grande

---

<sup>65</sup> Podem-se compreender, em certa medida, os motivos de tal homenagem através do que nos diz Araujo (1989, p. 162): “Ao assumir pela segunda vez o governo do Estado em 1918, como vice-governador em exercício, Hercílio Luz fez do saneamento da região litorânea de Santa Catarina um dos principais pontos de sua administração. Em relação a capital, os fenômenos relativos à população de maneira geral – saúde, doença, assistência aos pobres, abastecimento urbano, estatísticas demográficas, medidas de controle sobre endemias e epidemias, etc. - foram reequacionados e assumidos cada vez mais como serviços de caráter permanente e cada vez menos como socorros episódicos. A partir daí, e de maneira indissociável, o espaço urbano (localização dos bairros e suas condições sanitárias, suas construções, seus habitantes, sua proximidade em relação ao centro da cidade, limpeza das ruas, a situação do mercado público, o antigo problema da localização do cemitério e do matadouro, os hospitais e os asilos) constituiu-se mais amplamente como superfície de intervenção e de controles que, pretendendo-se instaurar de maneira sistemática, foram, apesar de suas restritas realizações práticas, erigidos em objetos de enfáticos discursos e de manifestações que se disseminaram na cidade à época.”

parte, passou a habitar os bairros pobres como o da Figueira, da Toca, da Pedreira e da Tronqueira. Estes bairros constantemente eram motivos de críticas por parte dos jornais da época, que condenavam abertamente os “péssimos hábitos” dos moradores dessas localidades (SARDÁ, 2005). Esta população também sofreu com o avanço das obras sanitárias, e a população foi sendo empurrada morro acima. Como afirma Neckel:

A Pedreira, a Figueira e a Tronqueira – antigos bairros da região central – foram alvos sistemáticos de mudanças, inclusive com a retirada em bloco de quase toda a população destas áreas, pelo fato de inúmeras casas terem sido demolidas. Neste processo, as pessoas existiam apenas como objetos que deveriam ser retificados e, se necessário, retirados de cena, para que a cidade – sujeito máximo – alcançasse o progresso e a modernidade (2003, p. 66).

Novas leis e ações foram estabelecidas pela Diretoria de Higiene para limitar as diversas atividades relacionadas às fontes de renda da população pobre e também o seu direito de viver e circular na área central de Florianópolis. Exigia-se um padrão de cidadãos e cidadãs ditos/as “honestos/as e trabalhadores/as”, indicando sua inserção no mercado de trabalho formal da cidade. Os/As demais, independentemente das oportunidades formais empregatícias, eram tachados/as de vadios/as e seus comportamentos fortemente combatidos e criminalizados pela elite local (NECKEL, 2003).

A garantia da segurança individual e da propriedade para as camadas médias e altas eram os focos por excelência do governo e “todos os mendigos, vadios, doentes e principalmente os negros recém libertos, sem casa e sem trabalho eram desconsiderados a participar na construção da república” (SANTOS, 2009, p. 397). A pobreza não era encarada como processos sociais e históricos, mas como desvios morais e sociais, sendo criminalizada ostensivamente.

A ordem social da república que se realizava não era a da inclusão, não tratava de incluir os pobres a uma nova condição, de trazê-los às novas possibilidades materiais, sociais, mas de adaptar principalmente sua presença física, existência, permanência, estadia, por fim sua vida, principalmente na cidade. Essa adaptação ocorreu basicamente pela exclusão, segregação, separação e isolamento (SANTOS, 2009, p. 397).

A saúde pública, higiene e salubridade, temas de discursos técnicos e científicos supostamente “despolitizados”, cumpriram o papel de motivar e legitimar a segregação e criminalização da pobreza urbana através dos modelos de conduta social restritivos. Esse processo foi claramente conflituoso, produzindo grandes tensões na medida em que modelava o espaço marginalizando uma grande parcela da população (NECKEL, 2003, p. 72).

Nota-se, portanto, como a segregação espacial em Florianópolis não é um processo recente. O Maciço Central do Morro da Cruz<sup>66</sup>, por exemplo, começa a ser ocupado por escravos libertos no final do século XIX. Mas é na década de 1920 – mais precisamente em 1921, dois anos depois do início da canalização do Rio da Bulha – que, através da contínua demolição de casebres e dura fiscalização de cortiços, expulsão e criminalização dos pobres do centro, que se inicia a ocupação intensa dos morros na cidade.

No perímetro urbano delimitado pelas duas baías (Norte e Sul) à oeste e pela Avenida do Saneamento (atual Avenida Hercílio Luz) à leste, foram concentradas as reformas urbanas, científicas, racionais, higienistas, sanitaristas, que seguiram sob a influência dos modelos das grandes cidades (PIMENTA e PIMENTA, 2005; SANTOS, 2009). “Assim, o pobre passava das casinhas de porta e janela aos cortiços e destes aos Morros” (SANTOS, 2009, p. 487).

Ao tornarem-se comuns os casos de locatários que optavam por abandonar cortiços em busca dos morros, livrando-se das multas e aluguéis, os proprietários acabavam tendo dificuldades para conseguir pessoas interessadas em viver de aluguel nos cortiços e, muitas vezes, demoliam os prédios para vender o material e o terreno. As exigências legais de tipo de construção – e os gastos necessários – obrigavam aos proprietários subirem os preços dos aluguéis, para que os imóveis adquirissem um padrão socioeconômico mais elevado. Locais baratos para morar na cidade tornaram-se raríssimos, intensificando o movimento de ocupação dos morros. Em 1926, foi inaugurada a Ponte Hercílio Luz. Essa grande obra de engenharia surgiu como um marco para a elite local: de uma cidade que passava, finalmente, do atraso para um novo tempo, supostamente portador do tão sonhado progresso (SANTOS, 2009).

---

<sup>66</sup> Trataremos do Maciço Central do Morro da Cruz com maior profundidade no próximo subcapítulo.

Florianópolis teve, de acordo com Santos (2009), duas fases de demolições que vieram a configurar definitivamente a paisagem da cidade. Uma ligada ao contexto higienista, do final do século XIX, até a década de 1900, e outra, mais ligada ao contexto de modernização e embelezamento urbano, entre a década de 1910 e 1920. Deste modo, a territorialização das elites ocorreu nas áreas demolidas, sobre os extintos cortiços em que vivera a população pobre.

De acordo com Santos (2009), a territorialização das elites prosseguiu nas décadas que se sucederam da seguinte maneira:

A partir da década de 1940, a expansão da cidade ocorreu com o loteamento das chácaras em torno do centro da cidade. À década de 1960, a expansão urbana ocorreu pelo adensamento das áreas centrais com a verticalização das construções (p. 608, nota 1036).

Não houve nenhuma política de moradia para as pessoas pobres que sofreram com esse processo segregacionista em Florianópolis e, como uma forma de amenizar a tensão que estava posta, o governo municipal não restringiu a ocupação dos morros. Diminuíram-se, assim, as pressões sobre o governo relacionados aos problemas de moradia, ao passo que a pobreza subia, precariamente, os morros da cidade. Compreendemos este momento como um marco histórico das investidas do governo e das elites pela segregação e invisibilização da pobreza em Florianópolis. Processos que são, como veremos, notadamente atuais.

As localizações privilegiadas da área conurbada de Florianópolis – em especial na Ilha de Santa Catarina – foram produzidas durante décadas, com o Estado tendo fundamental protagonismo, através da seletividade dos investimentos. Esse fato vincula-se à distribuição das classes sociais no espaço intraurbano, e é um processo dirigido pela classe dominante, através da apropriação dos territórios onde pretendeu expandir suas áreas de residência e lazer (SUGAI, 2002). A segregação que produziram para si as camadas dominantes da população, concentrando-se ao longo do eixo viário formado pelas vias expressas e de trânsito rápido, caracteriza como ocorreu a segregação espacial (VILLAÇA, 2000) na área conurbada de Florianópolis (SUGAI, 2002). Com esse modelo de territorialização das elites, foram-se ampliando as desigualdades socioespaciais na cidade. O favorecimento da mobilidade dessa parcela da população foi intensificando a segregação espacial. De acordo com Santos:

O próprio poder público torna-se criador privilegiado de escassez; estimula, assim, a

especulação e fomenta a produção de espaços vazios dentro das cidades; incapaz de resolver o problema da habitação, empurra a maioria da população para as periferias; e empobrece ainda mais os pobres, forçados a pagar caro pelos precários transportes coletivos e a comprar caro bens de consumo indispensáveis e serviços essenciais que o poder público não é capaz de oferecer (2005, p. 123).

Sugai (2002) afirma que, além de selecionarem seus territórios e determinarem as localizações das infraestruturas e serviços públicos em torno desses territórios, através da governança, as elites florianopolitanas ainda mantiveram os investimentos voltados para beneficiar as áreas onde estão territorializadas, produzindo

[...] uma estrutura segregada bem-sucedida, pois, além de ter se apropriado de espaços privilegiados, ter consolidado bairros segregados, ter produzido a acessibilidade e aproximação entre esses bairros, ter mantido parcela significativa das camadas populares no território continental e, ainda, de ter garantido os constantes e intensivos investimentos públicos no eixo privilegiado da Ilha, conseguiu tornar o seu projeto de cidade hegemônico, obtendo, nesse processo, o apoio de parte das classes médias e camadas populares. Durante a formação desta estrutura segregada desempenharam importante papel o fator geográfico e o uso da ideologia (SUGAI, 2002, p. 168).

Foi principalmente a partir da década de 1960, com o crescimento do aparelho de Estado, o advento da Universidade Federal de Santa Catarina, a implantação da Eletrosul e das sedes de outras empresas estatais (além das obras rodoviárias e de saneamento), que Florianópolis rompeu a estagnação e passou a acelerar seu crescimento. Impulsionado pelo turismo, que trazia investimentos, pessoal técnico especializado e contingentes populacionais de todas as camadas sociais, o processo de conurbação intensificou-se através da expansão dos municípios da área continental, onde passou a concentrar-se grande parcela da migração de baixa renda (PIMENTA, 2005).

O crescimento populacional conhecido por Florianópolis nas décadas de 1950 e 1970 seria suplantado pelo crescimento de São José, Palhoça e Biguaçu nas décadas subsequentes [...]. A lógica

especulativa de valorização do preço da terra foi, certamente, a grande responsável pela divisão acentuada entre continente e ilha. Florianópolis que, em 1960, abrigava 58,20% da população da área conurbada, possu[ía em 2005] 49,26% do total dessa população. São José e Palhoça foram os principais receptores dos trabalhadores locais até 1991, com taxas elevadíssimas de crescimento urbano (Palhoça cresce 6,3% e 5,47% nas décadas de 70 e 80) [...] São José, que atingiu 7,52% e 4,28% nas décadas de 70 e 80, apresentou traços de saturação na [...] década [de 1990] (2,45%), indicando a ocupação atual de áreas mais longínquas ao centro da capital, como é o caso de Biguaçu, que cresceu 3,90% ao ano, perdendo somente para Palhoça (4,63% ao ano) que mantém a liderança da atração populacional da área conurbada (PIMENTA, 2005, pp. 39-40).

Houve um *boom* na expansão de das áreas de territorialização da pobreza urbana com a conclusão da BR-101 em 1970 e a inauguração da nova ponte de ligação entre a Ilha e o continente em 1975 – além da abertura de novas vias e pavimentação dos acessos viários existentes. As novas indústrias que surgiram e a flexibilização das leis de construção nos municípios vizinhos a Florianópolis – principalmente São José – também contribuíram para a densificação, verticalização das construções e o intenso crescimento da informalidade na área continental em todo esse período e nas décadas que se seguiram.

Florianópolis teve um aumento populacional na década de 1990 que foi marcado por duas levas de migrantes: na primeira metade da década, majoritariamente constituída de camadas de baixa renda e, na segunda metade, marcada pelas camadas de maior rendimento. Neste mesmo período houve uma relativa redução do índice de pobreza na capital e na área conurbada como um todo, ao passo que houve também um aumento das desigualdades, com as camadas de baixa renda concentrando-se cada vez mais fora da capital e, distantes do eixo privilegiado da classe dominante (SUGAI, 2002).

Nesse período houve uma intensificação do turismo, com grande influência das vantagens cambiais internacionais, o que atraía uma grande quantidade de estrangeiros/as (principalmente argentinos/as) tanto para locação, como para compra de imóveis de veraneio – ou efetuar novos negócios imobiliários. Esse contexto, associado à propaganda da qualidade de vida na “Ilha da Magia” foi, aos poucos,

intensificando a segregação e descaracterizando a cidade, substituindo-se as paisagens provincianas por um cenário cada vez mais característico da urbanização neoliberal. Comunidades pesqueiras, tradicionais e agrícolas foram perdendo espaço, sendo desterritorializadas, tendo como opções os morros ou bairros periféricos – principalmente em áreas de risco; áreas de encostas; faixas de domínio das rodovias; áreas loteadas por grilagem; terrenos alagadiços (como manguezais e áreas à beira de rios). Destino semelhante ao de migrantes de baixa renda, isto é, a mesma sorte da pobreza urbana, de modo geral (PIMENTA, 2005).

A área conurbada de Florianópolis – conjuntamente com São José, Palhoça e Biguaçu – apresentava em 2005 uma população total estimada de 774.776 habitantes (IBGE, 2005 *apud* INFOSOLO/UFSC, 2006). Esses municípios apresentaram – e seguem apresentando, impulsionados pela construção civil e propagandas de índices elevados de qualidade de vida e rendimentos médios – altas taxas de crescimento anual da população nos últimos anos. Florianópolis, no período 1991-2000, teve um crescimento médio anual de 3,34% ao ano, muito superior à média do crescimento brasileiro que, no mesmo período, foi de 1,63% ao ano, sendo que a tendência nas principais capitais brasileiras foi de um crescimento abaixo da média nacional (INFOSOLO/UFSC, 2006).

No período 2000-2005 o município do contexto conurbado que obteve a maior aumento demográfico foi Palhoça, que teve um acréscimo populacional de 21%, seguido de Biguaçu, que ampliou em 18,2% o seu total populacional, mantendo ambos o crescimento demográfico sempre maior do que os demais municípios nas últimas décadas. Deve-se considerar que a população de Palhoça e Biguaçu, que tiveram o maior acréscimo populacional no período 2000-2005, foram os que apresentavam os menores rendimentos já em 2000, sendo que nesses municípios, respectivamente, 26,4% e 29% dos chefes de família recebiam até 2 salários mínimos (IBGE, 2000). Considerando os recentes levantamentos do IBGE que apontaram o ritmo crescente de trabalhadores informais no país - que no período 1997-2003 cresceu 8%, sendo que a população ocupada cresceu 4% (IBGE, 2005) -, assim como esse expressivo aumento populacional na área conurbada de Florianópolis,

em especial nos seus redutos mais pobres, confirma-se a expansão progressiva de suas periferias e certamente da ocupação informal do solo urbano (INFOSOLO/UFSC, 2006, p. 08).

A Figura 2 nos auxilia na visualização de como, sucessivamente ao longo dos anos, foi ocorrendo a territorialização da pobreza urbana na Grande Florianópolis.

Esse aumento populacional (tanto de pobres quanto de ricos), associado a fatores como o alto nível de investimentos imobiliários e turísticos – principalmente na porção insular – e o fato de uma grande parte do território ser demarcado como área de conservação e preservação ambiental – em Florianópolis, essas áreas correspondem a cerca de 42% do território –, a realidade que se impõe é a de disputas cada vez mais intensas pela ocupação do solo urbano, onde a distribuição desigual dos investimentos públicos favorece a especulação e dificulta o acesso à terra pela população de baixa renda, refém de um processo crescentemente intenso de segregação espacial (INFOSOLO/UFSC, 2006).

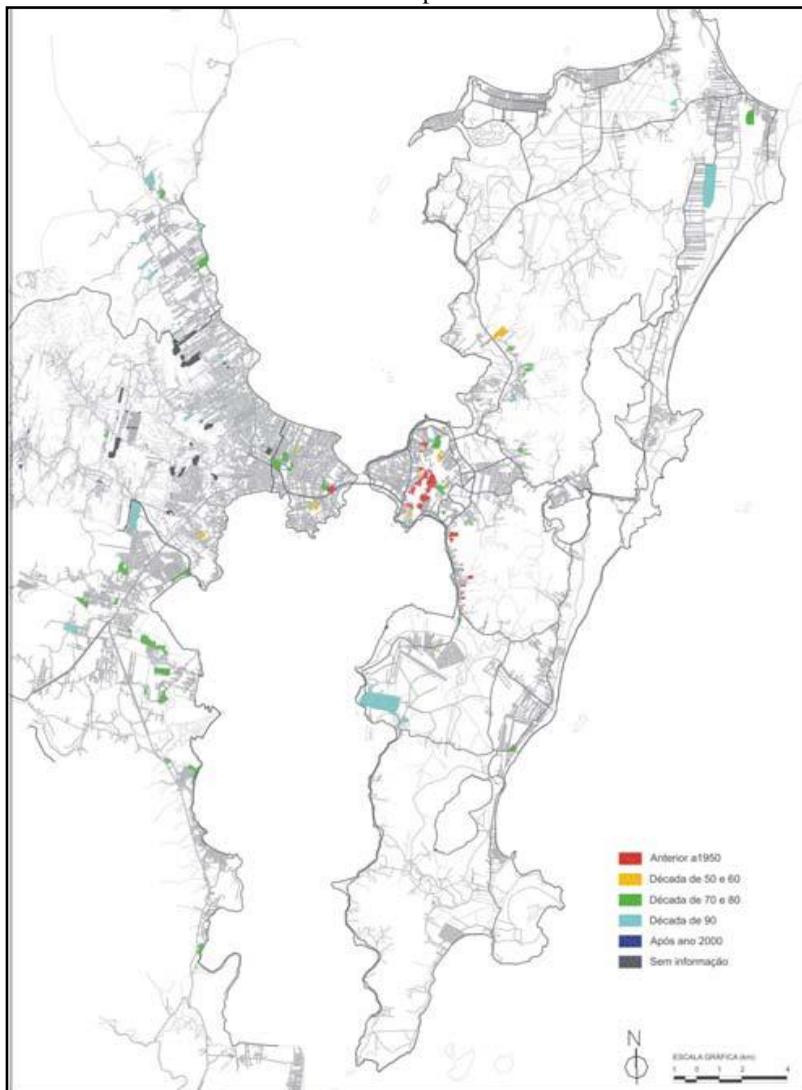
O município principal da área conurbada, Florianópolis, conta com a maior parte da população: cerca de 51,2% (INFOSOLO/UFSC, 2006). Com base em dados do IBGE de 2007, Dantas (2012, p. 72) afirma que a população do município, que em 1996 era de 271.281 habitantes, passou para 406.564 habitantes no ano de 2007, denotando um crescimento de 49,9%.

Segundo o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Florianópolis – PMHIS de 2012, “estima-se que o déficit habitacional quantitativo em Florianópolis é de aproximadamente 7.842 domicílios. Isto representa 13,85% das famílias de 0 a 3 SM<sup>67</sup> do município” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2012, p. 18). Mas estes dados possuem defasagem e, se considerarmos as moradias inadequadas, o aumento da população e a demanda que é forçada às periferias, para os demais municípios da conurbação, teremos na Grande Florianópolis um aumento muito significativo do número de famílias nesta condição. Em levantamento elaborado pelo Grupo INFOSOLO/UFSC (2006, p. 14), por exemplo, apenas no município de Florianópolis, foram cadastrados 61 assentamentos precários, “os quais que continham no total mais de 13.100 moradias”.

---

<sup>67</sup> Leia-se: Salários Mínimos.

Figura 2 - Áreas de territorialização da pobreza urbana na área conurbada de Florianópolis.



Fonte: INFOSOLO/UFSC (2006).

Sobre o déficit habitacional em Florianópolis e a grande contradição do processo de segregação espacial na cidade, Pimenta e Pimenta comentam:

Vastas planícies da Ilha de Santa Catarina estão desabitadas, não como medida de preservação, mas, ao contrário, como zonas destinadas a intensas urbanizações futuras. Aos pobres resta a degradação ambiental, comprimindo-se em assentamentos superpovoados (2005, p. 125).

É usual que as ocupações ilegais sejam atribuídas ou vinculadas sempre à população pobre, o que ocorre devido a preconceitos historicamente construídos e reproduzidos. Mas não se pode ignorar que as elites também se utilizam – e muito – dessas práticas, embora não recebam a mesma atenção e repercussão negativa. Conforme Pimenta, “Inúmeras irregularidades ocorrem nas camadas sociais mais altas sem que o poder público tenha sido capaz de intervir eficazmente. Ocupação de áreas de orla, áreas de uso público e áreas de cume de morro” (2005, p. 47), são algumas das facetas mais visíveis desses processos.

Para além das irregularidades para fins habitacionais, estão os grandes empreendimentos comerciais que também atropelam as legislações ambientais e zoneamentos do município e/ou, através de influência na governança, alteram as leis. Dentre muitos outros, podemos citar três grandes exemplos em Florianópolis: o *shopping* Iguatemi, construído em área de mangue; o Costão Golf, condomínio residencial de alto padrão e apelo turístico, com campos de golfe, construído em área de dunas sobre o sistema aquífero Ingleses-Rio Vermelho; e o projeto de hotel de 18 andares com marinas da Hantei, na Ponta do Coral, que é área de marinha.

Florianópolis é uma cidade que, expressando as características de metrópole corporativa (SANTOS, 2005) em sua área conurbada, é fortemente influenciada pelos interesses “mercadófilos” (SOUZA, 2006) na produção de seu espaço intraurbano. Um exemplo de como essa mentalidade é difundida por governos elitistas pode ser notado na fala do ex-governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira – com dois mandatos entre 2003 e 2010 – em entrevista<sup>68</sup> à TV Barriga Verde (TVBV, afiliada à Rede Bandeirantes), quando expressou indignação frente ao atravancamento protagonizado por órgãos ambientais diante de um projeto de construção de condomínio com campos de golfe nas

---

<sup>68</sup> A entrevista foi ao ar no dia 03 de abril de 2007. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=TXc7PwJ7ocU>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

dunas (citado acima) e, referindo-se à Vila do Arvoredo (chamada pejorativamente de “Favela do Siri”), comentou com indignação:

Por que não se proíbe a proliferação de favelas, que jogam, me permita a expressão irada, cocô pra praia, pra provocar doença nas nossas crianças? Por que é que não se atua nisso aí pra impedir? A favela pode poluir a praia, agora um resort, um hotel, um campo de golfe, pra atrair turista e gerar emprego e renda, não pode.

O ex-governador, na mesma entrevista, cita outras localidades em que projetos de megaempreendimentos em áreas de proteção ambiental estavam embargadas e, clama à consciência das pessoas para que compreendam o bem que tais investimentos privados trariam à população da cidade.

É muito evidente, em Florianópolis, como o empresariado se utiliza da via institucional pública em favorecimento de interesses privados. Nobre e Carvalho afirmam que a política urbana estatal em Florianópolis vende a imagem da cidade a partir de três ramos principais de atividade:

- Investimento pesado num turismo de retorno financeiro rápido, ajustando de certa forma a economia da cidade ao ciclo que começa em meados de dezembro e vai até meados de fevereiro, quando a população em certos momentos chega a triplicar;
- Incentivo a megaempreendimentos, como sinal inconfundível de modernização e/ou retorno financeiro, tais como grandes *shoppings*, grandes vias de ligação entre partes da cidade, elevados, aterros, duplicações de vias, centros de convenções, o Sistema Integrado de Transporte, etc.;
- Planos diretores para diversas regiões da ilha, que preveem projetos de modernização rápidos e impressionantes, sem consultas prévias às comunidades afetadas (2004, p. 94).

Para Lüchmann *et al* (2004), Florianópolis vive uma crise de planejamento urbano, em que há uma disputa de projetos e representações do que seria uma cidade melhor. Isso se manifestou principalmente no processo de construção dos planos diretores locais, que servem para exemplificar a falta de diálogo entre sociedade civil e Prefeitura. Segundo a autora:

Entre os diversos planos diretores, como o do distrito de Santo Antônio de Lisboa, Ingleses Sul e Santinho, Campeche, região do Rio Tavares/Tapera e Lagoa da Conceição, ao menos em dois casos (Ingleses, Campeche e regiões de belas praias e cujas comunidades têm crescido muito nos últimos anos), os planos apresentados pelo poder municipal foram elaborados exclusivamente por técnicos do IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis), sem qualquer diálogo com a comunidade. Os resultados, além de autoritários, foram no mínimo mirabolantes. Estradas por cima de dunas, campos de golfe, trapiches para transatlânticos, etc. Para o Campeche, o projeto previa remodelamento do bairro a tal ponto que ele comportaria 400 mil pessoas, sendo que a população do município inteiro, segundo o censo populacional do IBGE de 1996, era de 271.281 habitantes (2004, p. 62).

O que buscamos retratar nessa breve explanação sobre Florianópolis é o processo histórico e a dimensão da segregação espacial que está posta a partir dos interesses exorbitantemente destoantes entre as elites e população empobrecida. Essas disputas territoriais criam as pressões excludentes que afastam cada vez mais a população de baixa renda o acesso à cidade oficial.

Essa é uma grande contradição de centros urbanos dinâmicos economicamente, como no caso de Florianópolis, que atraem mão de obra barata proveniente de diferentes localidades para a acumulação de capital, principalmente na construção civil<sup>69</sup>, mas que não possibilitam a essa mão de obra o direito à cidade e à moradia.

Esses agentes modeladores do espaço sem o direito formal ao espaço acabam se territorializando precariamente, constituindo a “não cidade”. Embora a tendência para essa parcela da população seja ocupar as áreas periféricas, grande parte opta por áreas mais centrais, resistindo

---

<sup>69</sup> Conforme Dantas (2012, p. 57): “Ao mesmo tempo em que são indesejáveis, os/as favelados/as são fundamentais no processo produtivo capitalista, já que fornecem farta força de trabalho. No que tange à realidade de uma cidade como Florianópolis, que nos últimos quarenta anos experienciou um *boom* no que se refere à especulação imobiliária, esta farta força de trabalho proveniente dos morros se dirige, sobretudo à construção civil (pedreiros, ajudantes de pedreiros, marceneiros, mestre de obras, eletricitas práticos, etc.)”.

às pressões da segregação e aproximando-se da cidade oficial, como ocorre na ocupação dos morros. Seguiremos tratando do assunto ao abordarmos na sequência as realidades do Maciço do Morro da Cruz e da Ocupação Palmares.

### 3.2. O MACIÇO DO MORRO DA CRUZ (MMC)

No coração da Ilha de Santa Catarina uma região com mais de 30 mil habitantes é mantida invisível. Desde o fim da escravidão a população continua crescendo e se organizando em comunidades distintas (CARNEIRO e RECHIA, 2009).<sup>70</sup>

O Maciço do Morro da Cruz (MMC) é onde mais se concentram pessoas em situação de pobreza em Florianópolis (TOMÁS, 2012). Dantas (2012) traz em seu trabalho os seguintes dados da Prefeitura Municipal de Florianópolis (2009): o MMC possui uma área total de 2,1 milhões de metros quadrados e possui uma população estimada em 22.708 moradores, distribuída entre 17 comunidades. Desta área, 675 mil metros quadrados são de ocupação humana. Porém, para o autor, estes dados acerca da população e, principalmente acerca do número de comunidades existentes, não são confiáveis e há divergências. Até mesmo porque os processos de ocupação na localidade são muito dinâmicos e há comunidades não cadastradas pela PMF. “Para as lideranças comunitárias do Maciço do Morro da Cruz, estima-se que existam, praticamente, 30.000 pessoas residindo nos morros, o que equivale a quase 8% da população absoluta da capital” (DANTAS, 2012, p. 52).

O MMC tem uma localização central na Ilha de Santa Catarina, margeando o perímetro urbano do Centro do município na sua porção oeste, e também tendo suas encostas, em muitas localidades, voltadas para – e próximas a – áreas onde o solo é altamente valorizado, como

---

<sup>70</sup> Estas frases dão início ao documentário *Maciço*, que retrata o modo de vida e o cotidiano da população que vive nas diferentes comunidades do Maciço do Morro da Cruz, em Florianópolis. Produzido por Pedro Machado Carneiro em parceria com Karen Christine Rechia e lançado no ano de 2009, o filme traz à tona a realidade da exclusão social e da riqueza sociocultural dessa população que não aparece nos cartões postais e propagandas turísticas sobre o município.

por exemplo, o caso do bairro Agrônômica<sup>71</sup> ao norte e dos bairros dos arredores da Universidade Federal de Santa Catarina (como Trindade, Carvoeira e Pantanal), na porção leste. Suas paisagens são testemunhos representativos do histórico de segregação espacial e territorialização da pobreza na cidade, pois são estas áreas as “rotas de fuga” para a população de baixa renda em diferentes momentos do processo de urbanização em Florianópolis. A representação cartográfica da Figura 3 traz a localização do MMC e demonstra sua centralidade no município.

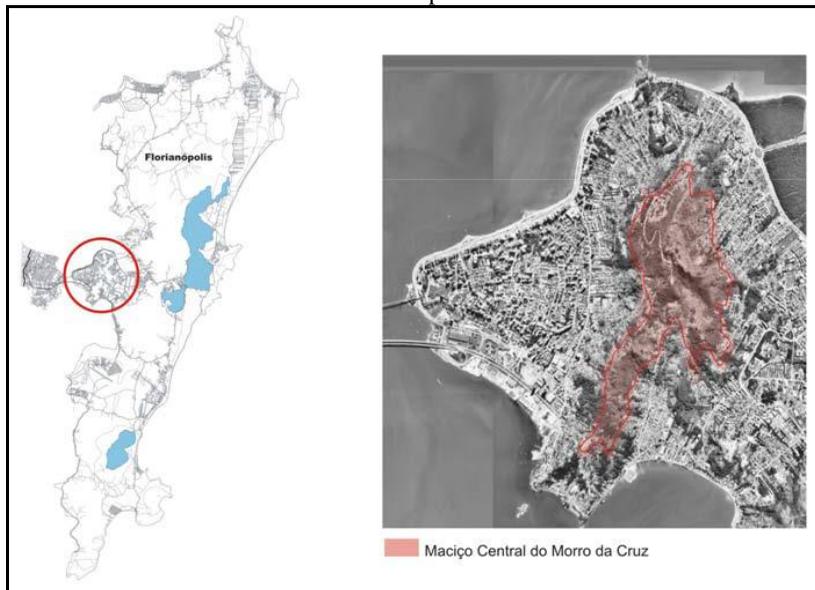
Tomás (2012) descreve o MMC da seguinte maneira:

A suntuosa orla marítima da cidade se contrapõe produzindo tensos contrastes entre as ruelas, barracos e casas que encontramos ao subir o morro em qualquer uma das comunidades do MMC – em alguns casos, e principalmente entre os próprios moradores, podemos identificar 23 nomes de localidades entre as urbanizações existentes – situação que se deve a algumas pequenas comunidades que ao crescerem se aproximaram e acabaram por “integrar-se” a outras nas adjacências. Estas distintas territorialidades entre as comunidades produzem conflitos que delimitam algumas tênues fronteiras do MMC (p. 130).

---

<sup>71</sup> Neste bairro é onde situam-se boa parte das áreas mais nobres da cidade, com os metros quadrados de valor mais elevado. Os prédios que margeiam a Avenida Beira Mar Norte, voltados para o mar da Baía Norte, são um símbolo da territorialização das elites florianopolitanas e, por isso mesmo, um destino usual de diferentes tipos de manifestações de caráter popular na capital catarinense.

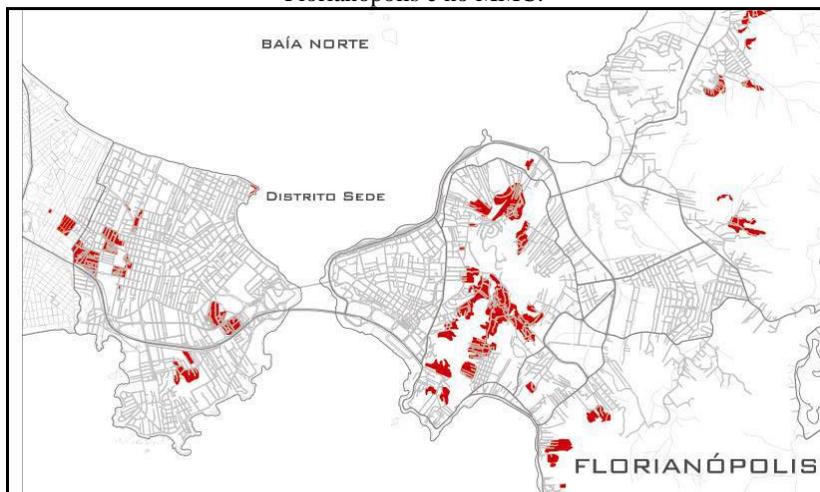
Figura 3 - Representação da localização do MMC na área central de Florianópolis.



Fonte: INFOSOLO/UFSC (2006).

O Grupo INFOSOLO/UFSC (2006) realizou um importante levantamento sobre favelas e assentamentos precários na área conurbada de Florianópolis, encontrando 171 favelas e assentamentos consolidados nos quatro municípios, ocupados por um total aproximado de 27.786 domicílios. As estimativas eram de que 111.144 pessoas habitassem esses assentamentos, isto é, 15% da população da área conurbada de Florianópolis. Desses assentamentos, 61 foram encontrados em Florianópolis, 67 em São José, 26 em Palhoça e 16 em Biguaçu. Das 171 favelas, cerca de 65% dos domicílios localizam-se na área continental, sendo que 34,2% do total dos domicílios (cerca de 9.527) localizam-se na Ilha. Chama muita atenção o fato de que a maior concentração de favelas ocorre na área central da Ilha, ao redor do Maciço Central do Morro da Cruz. De acordo com a pesquisa, foram contabilizadas 21 favelas e assentamentos consolidados nas encostas do MMC, abrangendo 15,8% das famílias assentadas precariamente na área conurbada. Podemos analisar os resultados desse estudo através da Figura 4, que mostra os assentamentos precários da área central de Florianópolis.

Figura 4 - Localização dos assentamentos precários na área central de Florianópolis e no MMC.



Fonte: INFOSOLO/UFSC (2006).

A ocupação inicial do Morro da Cruz ocorreu em três etapas, de maneiras distintas (SANTOS, 2009; DANTAS, 2012; TOMÁS, 2012). Num primeiro momento (segunda metade do século XVIII), suas encostas começam a ser ocupadas por populações marginalizadas socialmente à época, como “os negros alforriados, escravos fugidos, marinheiros, soldados pobres e açorianos, pois foi também refúgio destes durante as invasões espanholas” (TOMÁS, 2012, p. 138). Esta ocupação deu-se de forma lenta e seguiu assim por praticamente todo o século XIX.

A etapa seguinte ocorre de maneira bem mais expressiva, a partir da virada para o século XX, impulsionada pelas ideias higienistas que consolidaram reformas sanitárias e de embelezamento expulsando os/as pobres do perímetro urbano central. Associado a esse contexto, um intenso processo de ocupação dos morros do MMC também foi efetivado por parte das famílias das pessoas que trabalharam na construção da Ponte Hercílio Luz (inaugurada em 1926), consolidando comunidades como Morro do Mocotó, Morro do Bode e Morro da Queimada. Essas famílias acabaram buscando as áreas mais elevadas, onde ainda não haviam edificações – modelo característico de ocupação do MMC ao longo do tempo, “de baixo para cima”.

Já a terceira etapa caracteriza-se pela migração da população majoritariamente pobre e negra proveniente dos municípios de Biguaçu e Antônio Carlos nas décadas de 1950 e 1960. Esse movimento se deu por conta da atratividade das oportunidades de trabalho no ramo da construção civil, que se expandia intensamente em Florianópolis – principalmente na década de 1960. Esse período inicial constituído em três etapas originou e consolidou a primeira comunidade do MMC, o Mont Serrat (DANTAS, 2012). Segundo Tomás (2012):

O Morro da Cruz seria um dos escassos lugares onde uma família pobre poderia encontrar uma área, ocupar um terreno, comprar uma “posse”, ou alugar uma casa muito próxima ao centro de Florianópolis (p. 139).

Por “muitos e muitos anos as comunidades do Morro da Cruz tiveram sua existência negada ou ignorada pelos poderes públicos locais, como se constituíssem uma porção invisível d[a] cidade” (TOMÁS, 2012, p. 288). Para se ter uma ideia da dimensão da exclusão que essas comunidades sempre tiveram em relação à cidade oficial, cabe mencionar o grande período que o Mont Serrat, desde seu surgimento, resistiu sem o atendimento de serviços básicos, pois, como observa Dantas (2012, p. 69), “o serviço de abastecimento de água encanada só veio a ocorrer na década de 1980 e o serviço de energia elétrica (precário) em 1952”.

Contraditoriamente, eram provenientes do Mont Serrat e das demais comunidades mais antigas do MMC (como Mocotó e Queimada) as pessoas responsáveis pela edificação desta mesma cidade oficial, trabalhando na crescente indústria de construção civil. Esta última atraía a mão de obra barata que, cada vez mais, adensava a ocupação dos morros<sup>72</sup>. Foi o trabalho de muitos e muitas habitantes do MMC que efetivou a verticalização pela qual passou Florianópolis a partir da década de 1950 – período em que foi elaborado o primeiro plano diretor do município e que os prédios passaram a ter mais de quatro andares (DANTAS, 2012).

---

<sup>72</sup> Inclui-se nesta mão de obra barata “as lavadeiras, empregadas domésticas, carregadores do Mercado Público e serventes da construção civil” (TOMÁS, 2012, p. 288), entre outros/as que, independentemente do gênero ou função no trabalho, participaram da produção do espaço urbano florianopolitano, direta ou indiretamente, nas variadas formas em que seu produziam mais valia para a acumulação de capital das elites envolvidas nos mais diversos setores.

O expressivo êxodo rural que o Brasil como um todo enfrentaria nas décadas seguintes fez com que o MMC tenha recebido sucessivas levadas de migrantes camponeses/as das mais variadas localidades de Santa Catarina e também, posteriormente e até os dias de hoje, de outros estados e regiões do país. Ou seja, grande parte da população que ali se constituiu é originária do campesinato que entra em decadência com as mudanças tecnológicas e fundiárias que se dão no campo com o avanço do agronegócio oligopolista. Enquanto capital do estado, com suas vantagens empregatícias nos setores público-institucional, do turismo e da construção civil, Florianópolis fora – e ainda é – um destino muito atraente e, por isso, vem recebendo muitos/as migrantes em busca de novas possibilidades<sup>73</sup>.

De acordo com Dantas (2012), os laços de solidariedade e parentesco sempre foram uma importante base de sustentação para as migrações em direção ao MMC. Isso ocorre devido à segurança que é passada a pessoas conhecidas e familiares para que possam efetivar suas mudanças para a cidade, cientes de que terão onde morar e possibilidades de emprego. Para o autor (2012, p. 69), é importante

[...] ressaltar que os lotes diminutos de terras que eram vendidos aos moradores das comunidades dos morros pertenciam às mesmas empresas de construção civil onde grande parte destes moradores trabalhava. Contudo, tal territorialização – maciço do Morro da Cruz - deve ser compreendida também a partir das relações de poder e dos conflitos que ocorrem

---

<sup>73</sup> Esse adensamento da pobreza urbana em Florianópolis originou processos de territorialização em diferentes localidades, impulsionando a periferização e conurbação em seu tecido intraurbano. De acordo com o Grupo INFOSOLO/UFSC: “A partir dos anos 60, a população de mais baixa renda que chegava a Florianópolis resultante do processo de migração rural-urbana, começou a localizar suas moradias, principalmente, em três grandes ocupações nas áreas continentais da Capital: 1) Morro da Caixa, próximo à cabeceira da ponte de acesso à Ilha; 2) o bairro do Monte Cristo, na divisa com o município de São José; e 3) no percurso da atual BR-282, hoje a principal via de acesso da cidade de Florianópolis. Ao longo dos acessos viários então existentes e que faziam a conexão entre o município de São José e de Florianópolis, em especial nos atuais bairros de Barreiros, Roçado e Campinas, foram ocorrendo ocupações de terras pela população migrante. Portanto, além da ocupação das encostas do maciço central, na Ilha, iniciava-se a ocupação das periferias de Florianópolis, na parte continental” (2006, pp. 18-19).

entre as diferentes comunidades, já que não se trata de um território homogêneo em termos de demandas coletivas. Neste espaço social, as tensões se expandem para os riscos ambientais de ocupação das encostas e variações climáticas, além dos efeitos da violência urbana (incluindo hodiernamente o narcotráfico) numa luta antinômica que envolve a “busca continuada pela paz e as tentativas de controle através da violência ‘legítima’ do Estado, [muitas vezes] geradoras de novas violências no cotidiano dos cidadãos” (XIII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2009, p. 11-12).

O Morro da Cruz foi se constituindo, portanto, ao longo dos tempos, com as sucessivas territorializações que deram origem a diferentes comunidades. Essas distintas territorialidades configuram entre si variados graus de afinidades (ou não), fruto de um diversificado “caldo” sociocultural decorrente da multiplicidade de ritos, culturas e origens das pessoas que ali residiam/residem. Mas se por um lado, há conflitos e desavenças – principalmente relacionados à questão do tráfico de drogas e à criminalidade violenta –, ligados aos demais problemas enfrentados pela população do MMC como um todo, por outro lado estes mesmos conflitos (entre outras coisas) têm o potencial de gestar relações de solidariedade diante da percepção das experiências em comum vivenciadas cotidianamente por estes sujeitos.

Não se trata aqui, cabe dizer, de uma “romantização” das relações e os laços entre sujeitos nos espaços de pobreza, pois é evidente que qualquer espaço de convívio onde há diversidades socioculturais e diferentes formas de territorialização terá conflitos. E como já mencionamos, é nítido também como as opressões nestes espaços acabam sendo intensificadas. Isto é, quanto mais subjetividades marginalizadas socialmente (religiosidade, gênero, sexualidade, raça, naturalidade, etc.) os sujeitos acumulam à sua situação de pobreza, maiores as dificuldades para obter respeito e dignidade para a sua (sobre)vivência cotidiana. Conforme afirma Dantas (2012, p. 74):

[...] as comunidades do maciço do Morro da Cruz apresentam ainda níveis frágeis de envolvimento social, embora se encontrem na mesma situação no que tange à ausência de políticas públicas qualificadas no atendimento à saúde, educação, urbanização e sanitização em seus espaços de convívio. Os conflitos étnico-raciais, as brigas de

gangues pelo controle de áreas do narcotráfico, acrescentam mais subsídios de complexificação diante de uma pretensa unidade político-organizativa destas comunidades.

Porém, concordamos com o autor que os laços de solidariedade que acontecem em espaços de favelização não devem ser subestimados e, no caso do MMC, temos como exemplo de frutos da solidariedade e organização política a experiência do Fórum do Maciço do Morro da Cruz (FMMC).

O FMMC ocorreu através da convergência das diferentes comunidades do MMC formando uma única composição social organizada. Essa unidade possibilitou um acúmulo de poder político no sentido de conseguir pressionar e adquirir conquistas mais abrangentes frente ao poder público, diferentemente do tratamento pontual e disperso que se dava a cada comunidade anteriormente à sua consolidação. Segundo a Tomás (2012), “a própria expansão da cidade legal para leste, ao contornar de forma excludente o conjunto dessas comunidades, acaba por conferir-lhes uma identidade comum” (p. 290). O que fez com que as próprias comunidades tenham tomado para si a sua caracterização enquanto um território – do Maciço (Central) do Morro da Cruz –, o que foi decisivo para a formação do FMMC enquanto ação coletiva unificada por melhorias nas condições de vida dos/as habitantes do MMC a partir do ano de 1999 – e que viria a lutar pela efetiva implantação das ZEIS<sup>74</sup> nesta área tempos depois.

De acordo com Dantas (2012), a história do FMMC se entrelaça à trajetória de vida de sua principal liderança, o padre Vilson Groh. Mas sua origem está profundamente relacionada, principalmente, com os movimentos sociais surgidos na década de 1980. O autor cita o trecho de uma entrevista deste líder comunitário que nos auxilia a desvendar essa relação e o contexto da época. Nas palavras de Groh,

[...] o movimento que mais se destacou dentro desse contexto foi o Movimento Sem Teto, tendo como apoio o CAPROM (Centro de Apoio e Promoção do Migrante). A luta pela terra, no espaço urbano, a partir dos anos 1980, começou a redemocratizar o país, desvelando, na Grande

---

<sup>74</sup> ZEIS é a sigla de Zona Especial de Interesse Social. As ZEIS são áreas ocupadas por assentamentos habitacionais populares onde se aplicam normas específicas para regularização fundiária, urbanização e edificação, as quais se superpõem às normas gerais do Plano Diretor.

Florianópolis, como em muitos outros territórios, a problemática do solo urbano. Esta luta reafirmou a presença/identidade negra, indígena e cabocla frente à cidade, no direito de ter direitos. É dentro desta trama que as comunidades foram sendo construídas, desde o início dos anos 1980 até 1996, período em que as lideranças populares – negras, caboclas, açorianas – transitaram entre o instituído e o não-instituído, assumindo papéis e funções diversas dentro dessas instâncias. Esses papéis e funções percorreram desde as representações nas formas organizativas internas de cada comunidade, passando pelos conselhos populares, até o orçamento participativo, que instituiu um novo espaço no público, articulando uma relação a um tempo horizontal e vertical entre Estado e Sociedade Civil. Essa presença dos líderes populares que tensionaram o Estado na relação com a Sociedade Civil gerou um espaço que Tarso Genro denominou de esfera não-estatal de controle. Essa esfera pública não-estatal de controle é o fio que eu chamo de fio condutor (2009, p. 11-12 *apud* DANTAS, 2012, pp. 77-78).

Ainda no sentido de não “romantizarmos” a realidade social dos espaços populares, também se faz necessário destacar que: a organização do FMMC não foi algo que ocorreu espontaneamente por parte de moradores e moradoras pobres revoltados/as com a sua condição e os problemas pelos quais enfrentavam, mas que se deu através da atuação de agentes externos (assessorias) relacionando-se com a população das comunidades do MMC.

O FMMC teve sua gênese “bastante comprometida com os partidos políticos e determinados setores da Igreja Católica” (DANTAS, 2012, p. 78). Nesse processo, Vilson Groh teve papel destacado, estando à frente do Centro de Apoio e Promoção do Migrante (CAPROM)<sup>75</sup> – o

---

<sup>75</sup> Dantas (2012, p. 78) afirma que: “Durante o governo do peemedebista Edison Andrino (1986-1988), o CAPROM contou com vários funcionários pagos pela própria prefeitura para recepcionar e encaminhar os/as migrantes para os seus futuros locais de moradia. Muitas reivindicações do CAPROM foram atendidas, como foi o caso da ‘feira das verduras’, onde a prefeitura cedia gratuitamente um transporte para trazer os alimentos diretos dos produtores (fossem eles

qual tinha o apoio de voluntários provenientes das universidades públicas locais e da administração municipal – e do Centro de Educação e Evangelização Popular (CEDEP) – ONG apoiada pela Igreja Católica para projetos educacionais e financiada por ‘agências de solidariedade internacionais’. Ou seja, o FMMC seguia pela mesma trajetória à qual direcionaram-se os movimentos sociais populares urbanos nas principais cidades brasileiras da segunda metade dos anos 1980, caracterizada pela efervescência redemocratizante e por uma atuação aproximada com setores partidários e da política institucional.

Os movimentos sociais consolidados não só influenciavam à distância, mas tiveram papel marcante nas articulações populares em Florianópolis. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)<sup>76</sup>, por exemplo, sendo o principal movimento social organizado no país, auxiliou nas experiências das ocupações irregulares e desordenadas em Florianópolis – que se agudizavam tanto na Ilha quanto nas periferias –, principalmente com as táticas de ocupação de terras e imóveis ociosos e com os exemplos de seu modelo de estrutura organizativa (DANTAS, 2012).

A conjuntura nacional de abertura institucional para processos participativos na elaboração de planos diretores e destinação dos orçamentos repercutiu em Florianópolis, principalmente a partir da experiência rara de uma gestão não conservadora na Prefeitura Municipal – a chamada Frente Popular (1993-1996) composta por: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Popular Socialista (PPS), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Verde (PV), Partido Comunista do Brasil (PC do B) e Partido Socialista Brasileiro (PSB) (DANTAS, 2012).

Embora a boa receptividade da autoridade político-institucional na esfera administrativa da Frente Popular em Florianópolis tenha sido fundamental para dar visibilidade aos problemas estruturais de moradia, alimentação e

---

pequenos agricultores ou pescadores), tendo como consumidores as ‘comunidades da periferia’”.

<sup>76</sup> O MST nasceu da “articulação das lutas pela terra retomada no final da década de 1970, especialmente na região centro-sul do Brasil, expandindo-se aos poucos para todos os entes federativos do país. [Este movimento social] teve a sua gênese entre 1979 e 1984, sendo criado formalmente no ‘Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra’ em janeiro de 1984 na cidade de Cascavel/PR” (CALDART, 2001 *apud* DANTAS, 2012, p. 84).

infraestrutura das comunidades periféricas, a continuidade de seus propósitos foi interrompida nas gestões posteriores. No final da década de 1990, já no governo de Ângela Amin (1997-2000), os problemas estruturais no maciço do Morro da Cruz continuavam os mesmos: esgoto a céu aberto, lixo, proliferação de ratos, perigo de deslizamentos nas encostas, crianças com elevado índice de verminoses, etc. Porém, o que havia mudado era, justamente, o jogo de forças sociais entre o aparato estatal e as comunidades dos morros, fruto da experiência obtida durante a administração da Frente Popular (DANTAS, 2012, pp. 85-86).

Deste modo, há de se reconhecer o papel dos canais de participação popular da segunda metade dos anos 1990 em Florianópolis para a consolidação do FMMC enquanto uma organização de caráter popular influente na política do município. Experiências históricas vinculadas à problemática migratória, à regularização fundiária dos/as sem teto e à organização política das comunidades pesqueiras e dos pequenos agricultores também contribuíram para a articulação política das comunidades dos morros. O debate e as ações coletivas de combate ao narcotráfico foram outros fatores preponderantes para seu fortalecimento (DANTAS, 2012).

Dantas (2012) – diferentemente de TOMÁS (2012) – destaca que o FMMC não pode ser compreendido enquanto um movimento social, principalmente porque mesmo apresentando demandas comuns, não se desvincula completamente do institucional, já que seu principal campo de atuação e negociações políticas é exatamente a esfera político-institucional. Decorre deste fato que suas conquistas tenham dependido em grande medida das oscilações políticas das gestões públicas em vigor. O autor afirma que

[...] composições sociais como o FMMC podem ser enquadradas em *organizações de articulação e mediação política*, onde estas formas de mediação se dão na interlocução e nas parcerias mais institucionalizadas entre a sociedade civil e o Estado (audiências públicas, assembleias, conferências políticas, OP, conselhos setoriais de políticas públicas, Agenda 21, etc.). Desse modo, o FMMC asseguraria nestes espaços institucionalizados, “oportunidades do exercício do ‘controle social pela cidadania’, considerado

como um meio político adequado e legítimo para a expansão da democracia (DANTAS, 2012, p. 88, grifo no original).

Ou seja, o FMCC cumpria com um papel aglutinador de diversos ativismos sociais (de bairro) articulados nas comunidades do MMC e em parceria com outros setores progressistas que atuavam politicamente na cidade. Seu modelo de organização por comissões (segurança, ambiente, trabalho e renda, educação, informação) efetivava debates e ações em torno de questões transversais às diferentes comunidades do maciço (DANTAS, 2012).

Na virada do século XX para o XXI os problemas sociais seguiram latentes no MMC. Dantas (2012) relata que em um estudo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) realizado em 2002 – por iniciativa da professora Maria Dolores Buss, do Laboratório de Análises Ambientais (LAAM), vinculado ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) –, fez um diagnóstico do MMC através de pesquisas e questionários em 13 comunidades. Os resultados obtidos das análises indicaram que

[...] as prioridades destas comunidades eram: transporte, habitação, saneamento e lixo, organização comunitária, educação ambiental, conhecimento das áreas de preservação permanente e a situação das áreas de risco. [Também] identificou-se que 57% das famílias das comunidades do maciço sobrevivem com até um salário mínimo mensal, através dos serviços domésticos (25%) e construção civil (35%) especialmente (MARTINS, 2009c) (p. 92).

Em 2005 as comunidades do maciço do Morro da Cruz já concentravam 35% da população empobrecida de Florianópolis e a atuação do FMCC deu uma grande visibilidade às comunidades do MMC e à pobreza urbana de Florianópolis frente a órgãos públicos e à imprensa e, por consequência, à opinião pública em geral (DANTAS, 2012). Tudo isso influenciou as mudanças de atitudes dos governos municipais em relação a essas comunidades, tanto no sentido de perceber suas demandas como em não mais tratá-las pontualmente, mas sim de forma articulada e holística. Tal contexto foi decisivo para a aprovação pela Câmara de Vereadores do Projeto de Lei sancionado pelo Prefeito Municipal para a regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) do Maciço do Morro da Cruz, no ano de 2005

(TOMÁS, 2012), projeto que viria a ser financiado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)<sup>77</sup>, do Governo Federal.

Os projetos no maciço deveriam beneficiar 5,6 mil famílias, através da melhoria das condições de habitação, infraestrutura, água, esgoto, energia elétrica e pavimentação. Investimentos em recuperação/educação ambiental e geração de emprego e renda também foram previstos. Ao todo, o investimento previa um montante de R\$ 54,6 milhões, sendo que R\$ 25 milhões seriam de responsabilidade da União; R\$ 14,6 milhões da prefeitura; e R\$ 15 milhões do governo do estado (DANTAS, 2012, p. 92).

A partir daí o FMMC – que estava fortemente envolvido nas discussões do Plano Diretor Participativo (PDP) – acabou mudando o seu foco, e os debates passaram a realizar-se prioritariamente acerca da implementação dessas ZEIS, no intuito de buscar garantir melhorias como “a regularização fundiária e a implementação de equipamentos comunitários como creches, equipamentos de lazer, posto de saúde [e] polícia comunitária” (TOMÁS, 2012, p. 291). O PAC acabou, portanto, desmobilizando as comissões do FMMC e a sua atuação nas ‘leituras comunitárias’<sup>78</sup> em torno do PDP de Florianópolis (CARRIJO, 2009 *apud* DANTAS, 2012).

Os setores do poder público mais ligados ao empresariado conseguiram, deste modo, desarticular dois importantes fóruns que obstruíam a efetivação de interesses elitistas para o espaço urbano de Florianópolis: o FMMC, no que tange às obras de infraestrutura na área

---

<sup>77</sup> O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é um programa do Governo Federal iniciado em 2007, no segundo mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2007-2010). O programa consiste no investimento em obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país.

<sup>78</sup> As ‘leituras comunitárias’ representavam uma das etapas da elaboração do plano diretor em Florianópolis, formada pelos seguintes itens: a) instalação do processo de planejamento participativo; b) levantamento da realidade do município; c) leitura técnica; d) leitura comunitária; e) definição do macrozoneamento, das diretrizes e dos instrumentos; f) projeto de lei e g) implementação e gestão do plano diretor. As leituras comunitárias eram realizadas em audiências públicas, identificando as principais prioridades das comunidades (PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO, s.d. *apud* DANTAS, 2012, p. 95, nota 74).

do MMC e o Núcleo Gestor do PDP, no que tange às políticas e direcionamento dos investimentos em todo o município.

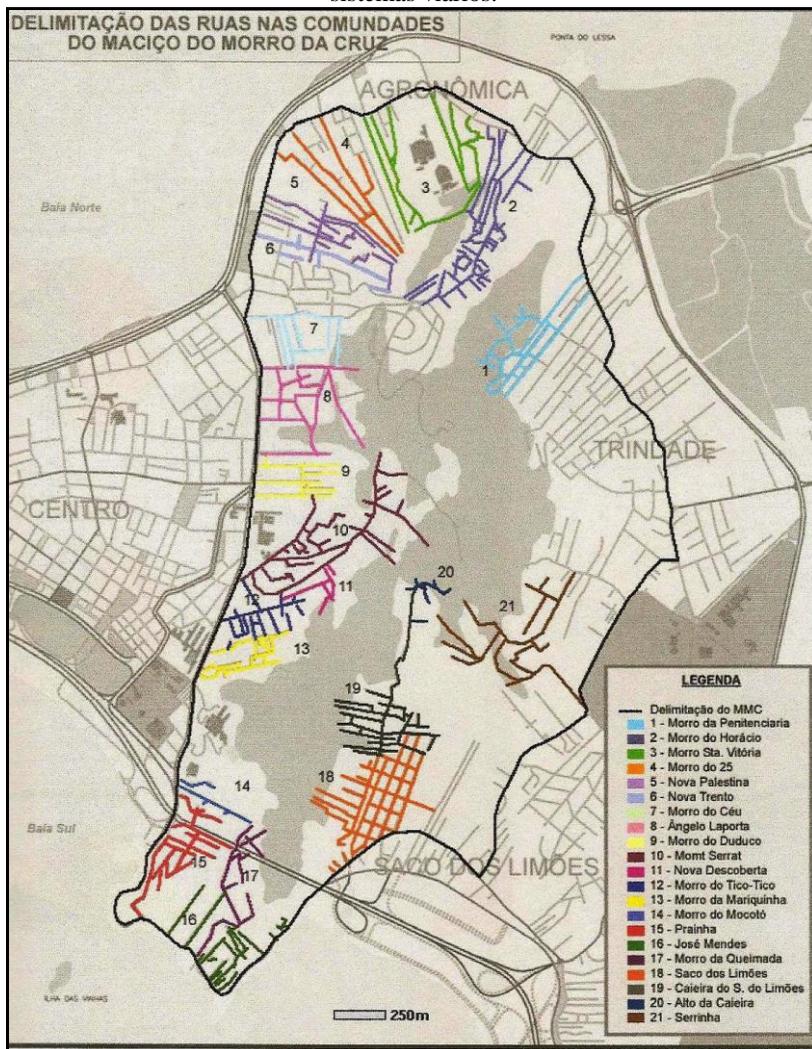
As grandes quantidades de verbas liberadas pelo governo federal não tiveram a destinação esperada, sendo investidas em obras gerais de infraestrutura, como a abertura e pavimentação de ruas e instalação de redes de abastecimento de água, energia elétrica e de esgotos. Obras que são, obviamente, necessárias, mas que não incidem no problema da habitação, ao passo que cumprem com o papel de valorização fundiária das terras do MMC. Nesse sentido, a inauguração da Avenida Transcaeira (em 2012) viria a ser um marco para as comunidades do MMC, que passaram a interligar-se por esta via. O que também veio a ser um marco para o município como um todo pois, ao também ligar o Centro à área da UFSC (e também ao Saco dos Limões), por cima da barreira natural que é o MMC, a via tornou-se um acesso muito eficaz para o trânsito entre estes setores da cidade<sup>79</sup>.

De acordo com Pimenta e Pimenta, “Apenas a comunidade do Alto da Caeira realiza a conexão entre a baía sul e os bairros centrais da área insular de Florianópolis, fazendo com que esta área seja de grande interesse da especulação imobiliária” (2004, p. 06). Na Figura 5, que traz uma representação das vias das diferentes comunidades do MMC, pode-se notar a localização estratégica da comunidade do Alto da Caeira, situada entre a Serrinha e o Mont Serrat. Embora a publicação desta representação seja datada de 2007 (ano em que a Avenida Transcaeira ainda não havia sido inaugurada), pode-se perceber também como a ligação entre estes bairros viria a facilitar o acesso viário entre os bairros Trindade e Saco dos Limões com o Centro de Florianópolis – como veremos adiante, a Ocupação Palmares encontra-se em uma área entre as comunidades Alto da Caeira e Serrinha.

---

<sup>79</sup> Todos os dias em Florianópolis, nos horários de pico, ocorrem filas enormes e tráfego lento em todos os acessos ao Centro que contornam o MMC. A Avenida Transcaeira é hoje uma possibilidade de “cortar caminho” em relação a esses trajetos e de fugir dos congestionamentos. Porém, possivelmente este atalho só não caiu ainda nas graças dos segmentos de média e alta renda da sociedade florianopolitana pelos estigmas que carregam consigo os morros e as favelas.

Figura 5 - Representação cartográfica das comunidades do MMC e seus sistemas viários.



Fonte: HENNING (2007 *apud* DANTAS, 2012).

As obras do PAC-Florianópolis passaram a ter o acompanhamento de um Núcleo Gestor composto por representantes, de cada comunidade específica (voltando-se ao atendimento pontual), sem qualquer relação institucional com o FMCC. Nesse processo, algumas

lideranças comunitárias foram cooptadas<sup>80</sup> pelo poder público municipal, sendo envolvidas nas obras do PAC para suas comunidades e enfraquecendo politicamente o FMMC. Com isso, o ‘controle social’ das obras de infraestrutura nos morros do maciço foi perdido em meio às táticas postas em prática pela PMF, esvaziando e enfraquecendo o FMMC, que até então havia sido uma importante instância popular de discussão e pressão frente aos interesses hegemônicos na cidade.

Já o Núcleo Gestor, que desde 2006 debatia sobre os rumos do PDP – formado por representantes do poder público, movimentos sociais, ambientalistas, centros comunitários, associação de moradores, sindicatos e entidades de classe – foi destituído pela prefeitura de Florianópolis em 2009. Essa ação configurou uma manobra histórica da PMF em favor da iniciativa privada e agentes imobiliários, ao enviar o projeto do Plano Diretor (no qual a participação fora apenas uma alegoria) para a Câmara de Vereadores – considerada pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) uma instância mais legítima do que o Núcleo Gestor – com grandes alterações no que havia sido elaborado (DANTAS, 2012, p. 95). À destituição do Núcleo Gestor e de seus 13 núcleos distritais, seguiu-se a contratação da Fundação CEPA (Centro de Estudos e Planificação do Ambiente), com sede na Argentina, para a sistematização das propostas realizadas. O projeto final da CEPA passou longe das demandas das comunidades e a tecnocracia mais uma vez saiu vitoriosa.

O projeto do PAC-Florianópolis para o MMC segue hoje em andamento e, como já foi dito, pouco se fez além das obras infraestruturais que favorecem a valorização do solo – como as obras viárias e do Parque Natural do Maciço do Morro da Cruz<sup>81</sup>, inaugurado

---

<sup>80</sup> De acordo com Dantas (2012, p. 97): “Esta cooptação implementou-se de diferentes maneiras, a saber: 1) personificação das comunidades dos morros a partir da visibilidade de algumas poucas lideranças; 2) promessas verbais do poder público em períodos eleitorais, ludibriando as lideranças e, por conseguinte, as respectivas comunidades; 3) baixa escolarização e desconhecimento dos processos legais por parte das lideranças comunitárias sobre a implementação de obras públicas, que devem obedecer a prazos, padrões urbanístico-arquitetônicos e ser devidamente publicizado para as comunidades locais”.

<sup>81</sup> O Parque Natural do Maciço do Morro da Cruz possui na sua sede uma área de cerca de 40 mil metros quadrados, localizada no topo do morro, e que pode ser acessada pela avenida do Antão ou pela comunidade do Monte Serrat. A área total destinada ao parque é de aproximadamente 1,495 milhão de metros

e aberto ao público em 2013. No que se refere à regularização fundiária, principal demanda das comunidades, não houve até hoje muito progresso.

A experiência do FMMC traz à tona a questão delicada que envolve os movimentos sociais populares urbanos e ativismos de bairro historicamente, no que se refere à relação com o Estado. O que nos remete ao alerta feito por Souza (2006, p. 462, grifo no original), ao mencionar que “A relação com o Estado, necessária e defensável em algumas situações, é arriscada. *Estruturalmente e no longo prazo*, o Estado tende a ser uma armadilha ao domesticar e cooptar ativismos”.

No caso das ZEIS do MMC, uma conjunção de fatores parece estar “preparando o terreno” para um processo de elitização destas áreas. O que deixa um grande ponto de interrogação sobre os rumos da habitação de interesse social na região. Se essas ZEIS terão efetivadas as regularizações fundiárias ou se essa população será expulsa num novo impulso segregacionista para as periferias sob a influência da especulação imobiliária crescente, é algo que depende da correlação de forças entre os atores envolvidos.

### 3.3. A OCUPAÇÃO PALMARES: UM MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL

Se não há igualdade... para os pobres!  
 Que não haja paz... para os ricos!  
 Roda a baiana! Fala mais alto!  
 Desce do morro e ocupa o asfalto!<sup>82</sup>

A Ocupação Palmares está localizada no alto do Maciço do Morro da Cruz, em uma área central do município de Florianópolis, mais especificamente no bairro Carvoeira, próxima ao limite com os

---

quadrados. De acordo com a secretaria de Habitação de Florianópolis foram investidos nas obras R\$ 1.795.461,63, sendo que 71% vieram do governo federal e 29%, da Prefeitura de Florianópolis. O Parque foi adequado ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (Fonte: DC. Disponível em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2013/11/parque-do-macico-abre-as-portas-para-a-comunidade-neste-sabado-em-florianopolis-4349982.html>>. Acesso em: 22 de maio de 2015).

<sup>82</sup> Palavras de ordem entoadas pelos/as ativistas da Ocupação Palmares desde sua primeira manifestação no Centro de Florianópolis (realizada no dia 11 de julho de 2013).

bairros Saco dos Limões e Trindade, no limite entre as comunidades Serrinha I e Alto da Caeira do Saco dos Limões. Esta ocupação tem uma ótima localização em termos de proximidade com o Centro da cidade e os bairros próximos à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) – onde há um comércio pulsante, com diversas oportunidades de emprego e também um valor elevado dos imóveis, devido à dinâmica do cotidiano universitário. Voltada para a porção sudoeste da Ilha de Santa Catarina, a Ocupação Palmares possui uma vista privilegiada do mar da Baía Sul estendendo-se da ilha à parte continental, como é possível notar na Figura 6.

A ocupação da área foi iniciada no segundo semestre do ano de 2012, em uma das poucas áreas não ocupadas que margeavam as encostas da recém-inaugurada Avenida Transcaeira. Porém, esta ocupação só passou a constituir-se enquanto comunidade, com maior número de casas, no ano seguinte, quando mais famílias que viviam de aluguel em diferentes áreas do MMC, e também de outras partes, passaram a ocupar a área. No início do mês de julho de 2013, período conturbado de manifestações massivas por todo o Brasil e também em Florianópolis, veio à tona a situação da ocupação. Isso ocorreu por intermédio da grande mídia, em decorrência da cobertura de uma ação de despejo efetuada por parte da Prefeitura Municipal de Florianópolis para casas construídas recentemente na localidade. Este fato ocasionou a aproximação de diferentes grupos envolvidos com a problemática habitacional da Grande Florianópolis, em solidariedade àquelas famílias.

Figura 6 - Vista do entardecer a partir da entrada da Ocupação Palmares.



Fonte: Do autor (jun. 2015).

O número de famílias a construir suas casas na ocupação estava a ampliar-se naquele momento. Na tentativa de fugir do aluguel para poderem se sustentar, as famílias faziam prestações em madeiras, adquiriam materiais abandonados, recebiam doações de outras famílias e construam as casas em mutirões solidários. Essas casas eram levantadas em pouco tempo. Geralmente em menos de um dia uma nova casa já estava apta a ser habitada (ou coabitada, já que na maior parte dos casos mais famílias dividiam uma mesma casa).

Entre o mês de julho e o início do mês de agosto de 2013, a Floram<sup>83</sup>, juntamente com a Defesa Civil, a Polícia Militar de Santa Catarina e a Guarda Municipal de Florianópolis, efetuou ações de despejo demolindo quatro casas em operações que não foram

---

<sup>83</sup> “A FLORAM (Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis), entidade pública, sem fins lucrativos, instituída pela Lei Municipal 4.645/95, tem por objetivo a execução da política ambiental em Florianópolis”. In: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/floram/index.php?cms=a+fundacao&menu=5>>. Acesso em: 04 mar. 2014.

respaldadas por estudo técnico, documentação da área ou mandado judicial. As ações foram efetuadas através da contratação de uma empresa por parte da PMF, com funcionários utilizando-se de motosserra e marretas para a destruição das casas.

Afirmou-se que a ação seria pela segurança das famílias que se encontravam em área alto de risco de deslizamento (R3) e que não havia a necessidade de nenhuma documentação, devido às atribuições da Floram. As pessoas do poder público responsáveis pelas operações também alegaram a legalidade das demolições devido ao fato de que as casas não estariam sendo ocupadas. Porém, na ação do dia 01 de agosto, as pessoas que ali moravam estavam em seus locais de trabalho durante o ocorrido e quando retornaram encontraram suas casas demolidas e seus bens espalhados pelo terreno, não recebendo nenhuma compensação ou alternativa (pode-se visualizar o resultado da ação do dia 01 de agosto na Figura 7). Também não houve diálogo ou negociações prévias com as pessoas lesadas pelas ações. A mesma situação se manteve posteriormente, ficando à cargo das moradoras e moradores da ocupação movimentarem-se em prol da abertura de diálogo e de um atendimento mais humanizado por parte da PMF – o que viria a marcar a trajetória da ocupação até a atualidade.

Figura 7 - Morador observando seus pertences e sua casa demolida, no dia 01 de agosto de 2013.



Fonte: Karina Schaefer/Tudo Sobre Floripa<sup>84</sup> (ago. 2013).

A situação provocada por essas intervenções no local deixou as pessoas que viviam na ocupação muito assustadas, ao passo que gerou um forte sentimento de indignação e revolta. O contato com grupos de assessorias, que se mobilizaram em uma rede de apoio, auxiliou na perspectiva de organizar ações voltadas para a solução dos problemas que essas pessoas passaram a enfrentar e, de um modo geral, de lutar por moradia. Este momento é um marco para a ocupação enquanto sujeito coletivo, quando superaram o caráter mais espontâneo da ação coletiva (ocupação da área) para começar a refletir e agir sobre a sua realidade (organização). Com o passar do tempo e, principalmente, a partir das condições adversas que as famílias seguiram enfrentando por causa das

---

<sup>84</sup> Disponível em:

[www.tudosobrefloripa.com.br/index.php/desc\\_noticias/floram\\_demole\\_casa\\_d\\_e\\_ocupantes\\_da\\_serrinha\\_sem\\_mandato](http://www.tudosobrefloripa.com.br/index.php/desc_noticias/floram_demole_casa_d_e_ocupantes_da_serrinha_sem_mandato)>. Acesso em: 25 jun. 2015.

recorrentes intervenções na área, os laços de solidariedade e a identidade coletiva foram se fortalecendo, como veremos adiante<sup>85</sup>.

Para que possamos adentrar no debate sobre o caráter educativo presente no processo organizativo que vem se desenvolvendo na Ocupação Palmares, como representação de uma experiência de educação não formal – e trazermos mais elementos do histórico deste sujeito coletivo, associando-os à temática – é crucial que resgatem a discussão teórica iniciada no subcapítulo 2.1 deste texto, onde trabalhamos, com base nas ideias de Gohn (1991; 2006) e Souza (2006; 2009), uma breve explanação acerca de nosso entendimento relacionado à noção de movimentos sociais.

Retomando as ideias de Gohn (2006), em parte de seu esforço por uma definição, a autora pontua que os movimentos sociais são ações sociopolíticas

[...] que se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. (2006, p. 251).

Embora tenhamos até aqui apenas apresentado brevemente o momento inicial do conflito na Ocupação Palmares, podemos notar que a situação relatada já constituía os germens de um processo organizativo que vai ao encontro das colocações de Gohn (2006) sobre movimentos sociais. Entendemos que há um processo pelo qual os sujeitos coletivos atravessam rumo à sua constituição enquanto movimentos sociais propriamente ditos. Este processo nunca é linear, mas sim contraditório, tortuoso, de constantes desconstruções e reconstruções, sujeito a fluxos e refluxos. O fato de um grupo ter determinadas características de um movimento social não necessariamente o torna um movimento social, ao passo que não impede que este seja analisado enquanto um movimento

---

<sup>85</sup> Até aqui, neste subcapítulo, buscou-se apenas trazer uma breve referência aos fatores que foram o estopim para que estas pessoas iniciassem um processo organizativo. Retomaremos o histórico e a trajetória da Ocupação Palmares com maior profundidade ao longo do texto.

social em potencial. Isto é, um grupo organizando-se como ativismo<sup>86</sup> social – entendido como a atividade pública organizada dos atores sociais, relativamente duradoura (SOUZA, 2006) – e desenvolvendo elementos que podem vir a torná-lo movimento social – que “é um termo que deve ser reservado para ações coletivas organizadas, de caráter público e relativamente duradouras particularmente ambiciosas” (SOUZA, 2006, p. 10, grifo no original).

Nossa análise da trajetória da Ocupação Palmares, enquanto sujeito coletivo organizando-se através de um processo organizativo/educativo, que caracteriza uma experiência de educação não formal, é muito bem representada por Gohn (2010, pp. 63-64), quando a autora afirma que:

O poder local de uma comunidade e as possibilidades emancipatórias e civilizatórias de organizações, movimentos ou instituições, como a escola, não existem *a priori*, não são inatas ou constitutivas dos indivíduos ou instituições. Esses poderes têm que ser organizados, adensados em função de objetivos que respeitem as culturas e diversidades locais, que criem laços de pertencimento e identidade sociocultural e política. **Forças sociais se constroem em processos, por meio das relações compartilhadas, pactuadas, interativas.** Esses processos levam o nome de educação não formal e os agentes que atuam nos mesmos são denominados educadores sociais (grifo nosso).

Nesta linha, Souza (2010) comenta que o adjetivo dialógico é uma grande contribuição de Paulo Freire (2005) para se pensar as ações

---

<sup>86</sup> Cabe destacar que a compreensão do termo ativismo aqui, não se refere à ideia de “ação pela ação”, como entende Paulo Freire (2005, p. 90) ao comentar que ao minimizar a reflexão, isto negaria a práxis verdadeira e impossibilitaria o diálogo nas práticas educativas. Entende-se ativismo *social* como um processo coletivo protagonizado por um grupo relativamente organizado e durável, dentro do qual encontram-se os movimentos sociais. Conforme já explicamos, partilhamos das ideias de Souza quando afirma que “o conceito intermediário entre ação coletiva e movimento é ativismo social: assim como todo ativismo é uma ação coletiva, mas nem toda ação coletiva é um ativismo, todo movimento social é um ativismo, mas nem todo ativismo é um movimento social. Conceitualmente, movimento social é um subconjunto de ativismo, que por sua vez é um subconjunto de ação coletiva” (2009, p. 10, grifo no original).

coletivas em geral, que se organizam numa perspectiva crítica de mudança social. Souza também destaca que o alcance político-filosófico da obra freireana – sintetizado na e simbolizado pela sentença lapidária “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho; os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 2005) – não parece ter sido devidamente apreciado. Para o autor:

A defesa que Freire faz, em seu *Pedagogia do oprimido* (FREIRE, 1986), do ato de educar não apenas como dialético, mas sim como verdadeiramente dialógico, vale dizer, fundado no diálogo e infenso à autoritária concepção tradicional de educação, que ele sugestivamente chama de “bancária” (em que o professor “deposita” conteúdos na cabeça de seus alunos, os quais são, assim, reduzidos a um papel passivo), possui nítida relevância” (SOUZA, 2010, p. 36, nota 5, grifo no original).

Para Freire (2005), a dialogicidade é a essência da educação como prática da liberdade. Ela se dá nas relações horizontais, através da palavra. Segundo o autor, a palavra verdadeira é o que possui o potencial de transformar o mundo e a palavra só é verdadeira enquanto práxis, quando articula ação e reflexão. Para ele, não se muda o mundo em silêncio, já que “Existir, humanamente, é *pronunciar* o mundo, é modificá-lo. O mundo, pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos *pronunciantes*, a exigir deles novo *pronunciar*” (p. 90, grifo no original). Pronunciar o mundo, portanto, é um ato de criação e recriação, é compreendê-lo para poder modificá-lo (e que deve ser feito em comunhão). Sem o diálogo não há comunicação, e sem comunicação não há verdadeira educação. “A educação autêntica [...] não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A *com* B, mediatizados pelo mundo” (p. 97, grifo no original). Esse diálogo se faz com uma intencionalidade, uma esperança, pois sem isso se tornaria vazio e estéril. O diálogo verdadeiro também não se faz sem um pensar verdadeiro, crítico, que perceba a realidade como processo. Este modelo de educação, como prática da liberdade, opõe-se à educação antidialógica, “bancária”, onde a pronúncia do mundo já vem pronta. Podemos trabalhar essas ideias fazendo uma analogia com os movimentos sociais enquanto modelos de dialogicidade, enfrentando o *status quo* e a ideologia dominante (antidialógicos), problematizando-os e agindo sobre eles e sobre a sua própria realidade.

Gohn (2010, pp. 58-59) também resgata Paulo Freire ao tratar da emancipação sociopolítica dos excluídos via a educação não formal. A autora comenta sobre a importância da compreensão de que a educação sozinha não emancipa ninguém, embora seja essencial para a emancipação. Isto porque os sujeitos autodeterminados e livres dos constrangimentos e mazelas que os aprisionam só estarão de fato emancipados se compreenderem o caráter não estático da realidade (enquanto processo), podendo refletir sobre ela percebendo-se “como sujeitos históricos que podem se posicionar, emitir opiniões, fazer escolhas, construir rumos para suas vidas”.

A contribuição de Freire para a reflexão sobre educação e movimentos sociais é bastante rica, e é resgatada também por Boneti (2007). O autor afirma que, de acordo com Paulo Freire, movimento social e processo educativo não se encontram separados, mas constituem juntos um mesmo elemento, “uma vez que entende-se que todo processo educativo, por si só, guarda consigo um movimento de transformação do sujeito e da coletividade” (p. 56).

Boneti (2007) afirma que processos educativos se fazem presentes em qualquer movimento social por serem os

[...] aprendizados que conduzem a tomadas de iniciativas que promovem as mudanças e os fortalecimentos das relações sociais e de grupos a partir do desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, competências, valores, princípios, hábitos e atitudes (p. 56).

Diante disso, ressaltamos nosso entendimento de que a práxis de constituição de um movimento social caracteriza um processo educativo, prene de novas aprendizagens e trocas de saberes que se desdobram e tomam corpo ao longo de sua trajetória. O caráter educativo dos movimentos sociais educa não só seus participantes entre si, na construção dialógica de sua organização, mas também àqueles que são alvo das suas reivindicações e a sociedade em geral. Isso ocorre ao darem visibilidade às suas demandas, que colocadas em evidência passam a ser problematizadas pelos diversos atores que, direta ou indiretamente, posicionam-se diante dos conflitos desencadeados ao tomarem conhecimento.

Portanto, cabe retomar o modelo elaborado por Gohn (2006, p. 266) para que possamos desenvolver a análise de nosso sujeito de pesquisa com base em uma espécie de roteiro de seu processo organizativo. Como mencionado, a autora elabora algumas “fases” que

compreendem o que seria uma “trajetória de vida” de um movimento social. A saber:

- 1 – Situação de carência ou idéias e conjunto de metas e valores a atingir.
- 2 – Formulação das demandas por um pequeno número de pessoas (lideranças e assessorias).
- 3 – Aglutinação de pessoas (futuras bases do movimento) em torno das demandas.
- 4 – Transformação das demandas em reivindicações.
- 5 – Organização elementar do movimento.
- 6 – Formulação de estratégias.
- 7 – Práticas coletivas de assembleias, reuniões, atos públicos etc.
- 8 – Encaminhamento das reivindicações.
- 9 – Práticas de difusão (jornais, conferências, representações teatrais, etc.) e/ou execução de certos projetos (estabelecimento de uma comunidade religiosa, por exemplo).
- 10 – Negociações com os opositores ou intermediários por meio dos interlocutores.
- 11 – Consolidação e/ou institucionalização do movimento.

Não temos a pretensão de considerar os movimentos sociais de forma simplista, como processos lineares que ocorrem por etapas. Como a autora afirma, não se trata necessariamente de uma ordem sequencial, mas de momentos que caracterizam o desenvolvimento de seu processo organizativo. Este modelo nos serve apenas como fio condutor e como representação de nosso entendimento dos movimentos sociais enquanto processos em construção (organizativos e educativos).

De acordo com Gohn (2006), para caracterizar-se como um movimento social um grupo deve estar constituído enquanto um coletivo social, e para isso é necessário que possua uma identidade em comum. “Ser negro, ser mulher defender as baleias ou não ter teto para morar são atributos que qualificam os componentes de um grupo e dão a eles objetivos comuns para a ação. Há uma realidade em comum, anterior à aglutinação de seus interesses” (p. 245). Por esse motivo, antes de adentrarmos mais especificamente no processo organizativo em si, é importante que façamos uma análise de quem são esses sujeitos e suas origens, quais são as suas afinidades, laços de identidade e os fatores que os motivaram a ocupar a área. Para isso, é necessário compreender que as famílias da Ocupação Palmares são atores do mesmo processo

histórico que exploramos há pouco, de migração de contingentes de população empobrecida para Florianópolis e também de ocupação/territorialização irregular do Maciço do Morro Cruz – que compreendemos como uma forma de resistência às pressões da segregação espacial que se mantém “empurrando” essas pessoas para a periferia metropolitana. Muitas destas famílias vivem há anos no município, estando inclusive cadastradas na chamada “fila de espera” por moradia da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA) da PMF – que pouco tem avançado ao longo dos anos, como presenciamos o próprio secretário admitir em reunião do Conselho Municipal de Habitação, realizada no dia 18 de junho de 2015.

Seu V., primeiro morador a construir sua casa na comunidade, expressa muito bem o que impulsionou as famílias a buscarem ocupar a área, através do relato que segue:

Eu já tô aqui há 40 anos... e... eu nunca tive um canto assim pra dizer assim que esse, essa terra aqui é minha. Sempre lutando, lutando, ajuntando dinheiro, mas sempre as condições mais ruins, mais precárias. E aí o pobre vocês sabe que num tem aquelas condições que o rico tem né, de chegar e botar uma casa assim... de comprar o terreno e botar uma casa. A gente pobre, a gente não tem essas condições. Então eu viajei de Maceió, Alagoas, pra cá, e aqui durante esses anos que eu vivo vivendo aqui, essa área aqui ela sempre foi cheia de mato, nunca foi ocupada. Então eu me vi apertado no aluguel de casa, que eu tenho uma mãe parálitica, tenho uma sobrinha agora que tá grávida, tenho cinco filhos... Então eu me vi apertado, comecei a passar até necessidade, e resolvi entrar nesse pedaço aqui. Eu abri um caminho por baixo ali do mato, o que era o quadrado da minha casa, e comecei a construir. Depois que eu terminei a minha casinha, o meu primo entrou comigo e já pegou um pedaço do lado ali, e começamos a construir a casa aos pouquinhos. Aqui, na moradia aqui que eu tô, eu já tô há oito meses que tô morando aqui. E depois de três casas feitas, aí foi que a prefeitura veio dar reconhecimento que tava sendo uma área de invasão né, e começou vim aqui derrubando as casas que nem, derrubou primeiro a casa do meu sobrinho. A gente construímos de novo, eu falei

pra ele que íamos construir e construímos, nessa próxima vez agora vieram, derrubaram ali, a casa de uma senhora que tem oito filhos, que já tá vivendo de favor, vive ali na casa dos irmãos, derrubou a casa dum primo meu também que mora a família tudo junto, tem até duas irmãs que têm três filhos e num tem marido, mora sozinho. E a gente tivemos uma reunião na prefeitura, e ficaram... que eu não sei nem explicar, que nem sim nem não, de arrumar um canto pra botar a gente, pra resolver o, a situação da gente, se a gente vai ficar aí, se vai arrumar um canto pra gente, porque... a gente já somos cadastrados. Eu sou cadastrado desde ali o morro da Penita [Penitenciária], a minha família tudinho é cadastrado, então, a gente temo direito. Não só nós como várias pessoas aí no mundo, que vive aí debaixo de uma ponte, vive aí abandonado aí no meio das drogas, por quê? Porque não tem um lar pra morar. Tem pai que não tem as condições, as vezes de dar o que o filho quer, isso aí eu me revolto. Porque na hora do voto, na hora de administrar esses homens lá dentro, eles vai através da gente. Eles não vai lá pra dentro se não ser pela gente. É através da gente que eles tão ali dentro. É através da gente que eles tão ali na caneta. É através da gente que eles tão, fazendo, botando posto, botando creche pra criança que até isso eu tô vendo faltar. É falta de vaga pra criança em creche também. Isso aí, eu tô vendo faltar porque eu tenho cinco filhos, e eu tenho três que não tá na creche porque, o que a minha mulher já andou, eu já perdi até a conta. E tô aqui pra lutar pelos meus direitos, e ajudar o povo que, a se despertar, e a lutar também pelos direitos de nós todos. É o que eu tenho a falar. (Seu V.).<sup>87</sup>

---

<sup>87</sup> Transcrição na íntegra de entrevista concedida ao CMI-Floripa (Centro de Mídia Independente) no dia 13 de julho de 2013, que precedeu uma marcha até a Prefeitura Municipal de Florianópolis, em protesto às remoções que vinham ocorrendo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yr4MbTl-MUQ>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

Algumas famílias, como a de Seu V., foram removidas de outras áreas de encostas do MMC e cadastradas pela PMF, recebendo (ou não) o benefício do aluguel social. O aluguel social serve como uma solução temporária para os problemas de habitação, mas não representa um encaminhamento efetivo, já que retira as famílias de sua moradia, as beneficia com alguns meses de aluguel e as reinsere no mercado de aluguéis de imóveis, voltando a comprometer a renda familiar.

As famílias da ocupação sofrem com a mesma lógica que exige que o poder público estabeleça medidas de habitação e interesse social, mas que, sem condições de esperar pelo desenrolar dos projetos e sem a expectativa e horizontes de uma solução à médio prazo, tomaram para si a tarefa de garantir uma forma de habitar que viabilize condições básicas de subsistência.

Conforme relatos de moradores/as há ali hoje famílias que moravam no Morro da Penitenciária (também localizado no MMC) na segunda metade da década de 1990 e de lá foram despejadas de suas casas pelo fato de estarem localizadas em áreas também consideradas de risco. Porém, afirmam que estas mesmas casas ainda estão lá, sendo habitadas por outras pessoas, enquanto eles/as não foram realocados/as, apesar de terem sido cadastrados/as pela PMF e, por esse motivo, acabaram voltando ao aluguel.

Em entrevista mais recente, realizada para esta pesquisa, Seu V. comenta um pouco do que passou com sua família enquanto dependia do aluguel, até decidir iniciar a ocupação da área que veio a tornar-se a Ocupação Palmares:

Às vezes a gente tinha um dinheiro para pagar o aluguel, outras vezes a gente não tinha. Porque nós tinha que comprar remédio pros nossos filhos. Ou se não, nós tinha que fazer as compras e quando a gente não pagava aquele mês o dono vinha pedindo a casa. Então tinha dia que a gente conversava com eles, pra eles esperar. Então, ali, às vezes a gente ficava sem comer porque nós tinha que pagar 2 mês de aluguel, um atrasado e o outro vencido. Então a gente às vezes comprava na venda, aonde ali a gente começava a passar necessidade. Porque, quando o outro mês que nós ia receber ou nós comprava, fazia uma feira, e ficava devendo, ou nós tinha que pagar pra gente não ver o povo, aqueles dono das venda olhar a gente com olho mau, né? Porque a gente comprou fiado, aí já ia falar “Comprou, precisou e não

pagou!” Então eu sou uma pessoa que eu gosto dos meus negócio certinho. Então nessa luta, nessa convivência que nós vem aí, nesse sofrimento aí, sem ter uma casa... Foi aí que eu olhei pra aqui, pra esse pedaço de terra e entrei pra aqui para construir a minha morada. Aonde eu tô morando e mudou tudo. A minha vida mudou. Mudou a vida do meus filho. Aonde... quando eu vivia no aluguel, aonde eu já passei por muitos porão, não tinha casa pra alugar mais, vivia nos porão aí aonde chovia e ficava mofado e aí eu via meus filho doente. Arriscando perder o meus filho por falta de moradia. Foi aí que eu entrei aqui, graças a Deus mudou. Aonde meus filho é difícil estarem doente. Ficar doente. Então mudou em tudo. Hoje eu posso ajuntar um dinheirinho. Hoje eu posso comer bem. Hoje eu posso dizer que eu posso comer bem. Eu posso comer o que eu quero comer. Aonde antigamente eu não podia. Só ficava no desejo, na vontade (Seu V.).

Assim como Seu V. e a maioria das pessoas da Ocupação Palmares, Dona A. também é natural de Maceió/AL, e comenta em entrevista sobre os motivos que a fizeram mudar-se para Florianópolis há cerca de 15 anos:

Eu vim de Maceió, Alagoas, e eu vim da minha terra em busca de um futuro melhor pras minhas filhas. Atrás de trabalho porque lá é bem difícil. E... a vida lá é bem caótica, pra emprego mesmo é bem ruim, então foi pra isso que eu vim pra cá. [...] Na verdade, há muitos anos atrás veio um primo meu, que é o F. Foi ele que veio a primeira vez pra cá, acho que no máximo tem uns vinte anos, ou bem mais do que isso, porque eu era menina, então foi através dele que a gente foi vindo, foi vindo pra cá, até... vim todo mundo. E sempre atrás de um emprego né (Dona A.).

E sobre as razões que a motivaram a construir sua casa e trazer sua família para morar na Ocupação Palmares, ela alega o mesmo motivo que, em geral, fez com que as demais famílias também ocupassem a área.

Olha... foi, a gente entramos aqui porque pagar aluguel é difícil... Bem difícil mesmo, então, o salário que tu ganha tu não consegue pagar aluguel. Umas kit net aí que tu arruma é o que,

uma cozinha, um quarto, que faz a cozinha e a sala tu paga quinhentos, seiscentos reais. Tu ganha o quê? Oitocentos reais pra tu pagar quinhentos reais de aluguel não tem como. Não dá (Seu M.).

As mesmas motivações foram alegadas por Seu M. que, mesmo mudando-se para a ocupação há menos tempo, logo tornou-se uma das lideranças juntamente com Seu V. e Dona A., devido à sua experiência em outros processos de organização relacionados à luta por moradia. Questionado sobre sua trajetória até chegar na Ocupação Palmares, ele relata:

Bom, eu vim de Maceió porque lá o desemprego... entendeu... assola o desemprego. Então a gente tem que procurar novos horizontes, procurar lugares melhores. Então eu achei aqui em Santa Catarina o local adequado, onde pelo menos tem emprego. Entendeu? Dá pra você manter a sua família. O problema da moradia é porque em tudo o aluguel é muito caro. Então é por isso que nós vamos pros lugares mais arredios da cidade, como ocupação, como periferia. Entendeu? Porque hoje, Santa Catarina, ela dá amplitude pra você trabalhar. Certo? Mas ela não dá condições de moradia digna, pelo preço, pelos valores do aluguel. Então isso aí é o que faz que a gente venha pra esses lugares mais arredios da cidade, como ocupação... (Seu M.).

Seu M. comenta em sua entrevista como se deu, aos poucos, a mudança da família para Santa Catarina, e que mesmo residindo inicialmente em um dos bairros mais periféricos do município de São José/SC, já enfrentava dificuldades com o aluguel.

Primeiro eu vim sozinho, aí consegui um emprego e depois foi que eu trouxe a minha esposa, a minha sogra. Depois eu trouxe meu cunhado... [...] Morava na Colônia Santana. Lá que onde o aluguel era muito caro. Foi por isso que eu segui e hoje estou aqui (Seu M.).

Após passarem por outra ocupação urbana, de maiores proporções, no município de Florianópolis, Seu M. e sua família mudaram-se para a Ocupação Palmares, substituindo uma família que decidiu se mudar. Como afirma:

O que me fez chegar até aqui foi os valores dos aluguéis. E a Ocupação Palmares... ela tem mais

uma organização aonde a gente vê que tem uma estrutura que a pessoa pode se alicerçar e depois ter pelo menos o seu cantinho pra poder cuidar da sua família melhor (Seu M.).

É muito comum o pensamento de que nas favelas a maior parte das famílias não pagam aluguel, devido ao fato de serem ocupações irregulares. Porém, isto não é bem verdade. Nas metrópoles brasileiras o mercado de aluguel ocupa um lugar de destaque dentre as formas de acesso à moradia nos assentamentos informais (INFOSOLO, 2006). Em Florianópolis e, mais especificamente, no MMC, a realidade não é diferente e este mercado vem crescendo nos últimos anos. Em seus estudos sobre a Serrinha, Lonardoní (2007, p. 134) identificou que “aproximadamente 19% dos imóveis são alugados e que o mercado de locação se consolida, com relativa rapidez, como uma importante alternativa de acesso à moradia neste assentamento”. Segundo a autora, o acirramento pelas disputas territoriais nas áreas informais urbanas decorre da expansão do aluguel, o que acaba dificultando o acesso à moradia para a população de baixa renda e agravando a situação da desigualdade e da informalidade de modo geral. A autora afirma ainda que a existência do mercado de aluguel está intimamente ligada à centralidade que um assentamento informal possui em relação ao contexto urbano, o que se comprova na Serrinha ao verificar o crescimento do mercado informal de aluguel concomitantemente à ampliação dos investimentos (públicos e privados) e melhorias de infraestrutura e urbanização nas suas proximidades (região onde localiza-se a UFSC e no próprio MMC).

Lonardoní (2007) afirma que o mercado de aluguéis na Serrinha passou a ter grande relevância a partir dos anos 2000, pois em meados da década de 1990 a atividade mais comum era a comercialização de terrenos e imóveis. A grande procura por imóveis na região e a possibilidade de verticalização foram responsáveis pelo aumento expressivo do mercado deste tipo de mercado na Serrinha e do aumento dos preços. A maior densidade de imóveis disponíveis e também os preços mais altos seguem a mesma lógica do mercado formal, referente à disponibilidade de infraestrutura.

A pesquisa da autora trouxe resultados muito relevantes. Segundo ela:

Na Serrinha, o valor dos aluguéis apresentou variação entre R\$50,00 e \$450,00 sendo que, em alguns casos, a prestação mensal representava cerca de 4% do valor total do

imóvel. No setor imobiliário formal esse índice varia de 0,5% a 0,9% para imóveis residenciais. Com rendimentos desta grandeza é possível recuperar valor equivalente ao patrimônio em menos de três anos e, portanto, trata-se de uma oportunidade de obter rendimentos consideráveis em relação aos investimentos efetuados. Esta perspectiva retroalimenta o mercado de aluguel dentro da comunidade, pois incentiva outros moradores a reinvestir nos imóveis e ampliá-los para alugar.

Por outro lado, os altos valores cobrados pelos aluguéis comprometiam em média 25% da renda domiciliar, sendo que em alguns casos chegou a 50%, afetando outras necessidades básicas de sobrevivência destas famílias [...] para a grande maioria, o aluguel elimina as poucas perspectivas de acesso à moradia própria, visto que absorve os recursos que poderiam permitir a compra de um terreno e a construção de um imóvel (LONARDONI, 2007, p. 135).

Mas a autora ressalta que esses dados não devem nos levar a resumir a problemática dos aluguéis informais à condição de locatários/as explorados/as por locadores/as que se beneficiam da ocupação informal, falta de taxas e de regulação. Isto porque no cerne da questão do aluguel informal há uma relação de redistribuição de rendimentos entre as famílias pobres, resultado da falta de perspectivas de melhores condições de sobrevivência para elas. Embora o aluguel agrave a condição de pobreza e afaste a perspectiva de acesso à moradia própria dos/as locatários/as, atribuir aos/às locadores/as essa responsabilidade é ignorar o contexto estrutural do sistema ao qual ambos/as fazem parte como explorados/as, estando na base de sustentação do processo de reprodução e acumulação de capital (LONARDONI, 2007). Como abordado no item 2.2 do capítulo anterior, a informalidade habitacional urbana enquanto instrumento de rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho é o fator preponderante para a consolidação dessa realidade. Não se calcula o custo da habitação ao se pensar a renda mínima, e o Estado faz vistas grossas aos processos de ocupação irregular como uma forma necessária de regulação para a acumulação de capital, tornando a autoconstrução

em áreas ilegais (geralmente ambientalmente frágeis e/ou de risco) algo intrínseco ao modelo de urbanização seguido no Brasil<sup>88</sup>. “A mercantilização do acesso à moradia é resultado das disputas por terra nas áreas informais urbanas e indicam o esgotamento da alternativa de ocupação e o agravamento do acesso à moradia para a população de baixa renda” (LONARDONI, 2007, p. 137).

Dona A. afirma que muita coisa mudou na sua vida e de sua família a partir dos momentos em que passaram a não precisar mais pagar o aluguel:

Olha depois que eu cheguei aqui que eu não pago mais aluguel então eu consigo dar um, um futuro, uma coisa melhor pra minhas filhas. Um alimento melhor, porque se tu paga aluguel, tu não tem condições de sobreviver o resto do mês inteiro com aquele resto que fica, sempre falta alguma coisa. Então se a gente não paga aluguel dá pra gente dar uma comida melhor, uma roupa melhor, um calçado pros filhos que a gente tem, porque a gente vive pra eles mesmo né. Então, se tu não paga aluguel dá pra tu fazer isso. É difícil, com o dinheiro que a gente ganha hoje em dia nesse Brasil, não dá, mas a gente vai apertando e sempre dá, mas se for voltar pro aluguel, meu deus do céu... Vai ser difícil (Dona A.).

Assim como ela, Seu V. também relata um pouco das dificuldades pelas quais passou com a sua família e a diferença e importância que teve para suas vidas a constituição da Ocupação Palmares enquanto seu local de moradia.

Então... em uma ocupação, a nossa casa, a gente aprende a ter mais responsabilidade. A gente aprende é... como é... a gente aprende a valorizar algo que a gente nunca teve. E quando a gente tem, que a gente sabe que é necessário para a gente, aí a gente aprende a ter uma responsabilidade muito grande com algo que a

---

<sup>88</sup> “O conteúdo das políticas e dos programas direcionados ao problema da habitação e à informalidade habitacional obedece a esta dinâmica. A partir da década de 1980, as políticas alternativas como urbanização e regularização de favelas predominaram como solução de moradia para a população de baixa renda e ratificaram a tolerância do Estado em relação às ocupações ilegais de terra urbana” (MARICATO, 1995, *apud* LONARDONI, 2007, p. 137).

gente nunca teve. Que é uma moradia, é uma casa, é um teto pra gente botar nossa cabeça, nós dormir e não pensar que amanhã nós temo um aluguel pra pagar. Então... é aí que nasceu essa ocupação. Aonde eu tenho uma mãe que ela é paraplégica. E eu tenho uma irmã, que cuida da minha mãe, que passava por esse mesmo processo de levar xingamento, de tá correndo com a minha mãe de um lado pro outro. Aonde hoje a gente não pode... aonde a gente hoje tá com ela. E a gente não vive correndo com ela de um lado e do outro. Hoje ela tem o cantinho dela. Hoje ela sai da caminhinha dela, ela se senta no sofazinho dela. Então é muito significativo isso aí pra gente. A gente ter a nossa moradia (Seu V.).

Sobre Florianópolis e a realidade dos assentamentos informais de baixa renda, Pimenta e Pimenta (2005, p. 126) afirmam que há um aparente contra-senso que faz com que as “áreas de risco e preservação ambiental [sejam] os únicos terrenos acessíveis para os pobres, numa ilha que tem em seu interior um imenso vazio de planícies”. Destacam ainda que, mesmo nos morros, as áreas de mais fácil acesso e mais seguras são objetos de loteamentos para as camadas médias e altas. O autor e a autora estudaram a área do Alto da Caeira do Saco dos Limões, que é a zona de ocupação mais recente e das mais empobrecidas do MMC – e que, contraditoriamente, vem se tornando uma das mais interessantes aos olhos do mercado imobiliário, principalmente após a construção da Avenida Transcaeira e demais infraestruturas de urbanização. Esta pesquisa serviu como uma forma de auxiliar na estruturação de um plano comunitário para o MMC. Em artigo intitulado *Habitação e qualidade de vida urbana no Maciço Central de Florianópolis – SC*, Pimenta e Pimenta (2005) compartilham os resultados de sua pesquisa na comunidade.

Como já mencionado, é na divisa desta comunidade com a Serrinha I onde localiza-se a Ocupação Palmares, e pode-se perceber que muitas das características dos hábitos e formas de ocupação/edificação predominantes nos resultados do estudo ocorrem de modo muito semelhante na ocupação. Por exemplo, o fato de que apenas pouco mais da metade das pessoas (56,99%) construiu sua casa comprando material de construção e também de que pelo menos dois terços dos/as moradores/as construíram suas próprias casas (autoconstrução).

A maneira de construção que mais ocorre é a mesma em que se dá na Ocupação Palmares: as casas são, geralmente, suspensas sobre pilares e construídas de madeira. Mais da metade das casas (55,91%), de acordo com Pimenta e Pimenta (2005), são feitas desse material no Alto da Caeira. Começa-se com um pequeno módulo em madeira, para depois serem feitos os acréscimos, como outros cômodos e também o fechamento da parte inferior ao módulo, onde está a estrutura de sustentação – que podem ser também em madeira, mas que muitas vezes são feitos de tijolos e concreto, como costuma ser no caso dos banheiros. A Figura 8, fotografia de uma das casas da Ocupação Palmares, ilustra estas semelhanças.

Figura 8 - Vista de uma das casas da Ocupação Palmares a partir da rodovia.



Fonte: Do autor (fev. 2014).

Há um dado no estudo de Pimenta e Pimenta (2005) que diverge do que ocorre em nosso sujeito de pesquisa: o fato de apenas 3,23% das pessoas terem declarado ter contado com trabalho de outras pessoas, em regime de mutirão. Na Ocupação Palmares é marcante a solidariedade no processo de construção das casas. Elas são construídas através de mutirões com pessoas das diferentes famílias que ali vivem

(ou mesmo de fora). Quando as pessoas não têm condições de ajudar – como nos casos de pessoas idosas e jovens, ou pessoas sem experiência<sup>89</sup> –, faz-se o mutirão com quem se disponibiliza a ajudar, das diferentes maneiras pelas quais conseguem contribuir, de acordo com as suas possibilidades.

Seu V. nos conta um pouco sobre o modo como as casas são construídas:

As casas aqui, quando nós começamos a construir, muitos ficaram com medo de entrar. Então eu limpei aqui, o meu pedacinho, aonde eu construí o meu primeiro pedacinho de casa, de 3x4, sozinho. Aonde que foi quando as pessoas começaram vir para o meu lado. Então, nós fizemos um conjunto, um mutirão e cada casa foi tudo construído em mutirão, em parceria, cada um fazia algo que sabia fazer. Aqueles que não sabia pregar um prego, carregava a madeira. Aqueles que não dava pra carregar, desamassava um prego. E aqui ensinamo. Quem não sabia pregar, aprendeu a pregar um prego. Quem não sabia bater um nível, nós ensinamo bater um nível para que essas casas hoje chegassem no nível que elas estão. Então aqui, a gente trabalhamo tudo em conjunto. E uma ocupação, ela não é realizada em uma pessoa só. Uma ocupação ela é realizada, ela é levantada, com união, com parceria. Porque se não tiver parceria, uma ocupação ela não chega no nível que a Ocupação Palmares hoje se encontra (Seu V.).

Os mutirões ocorrem principalmente nos momentos mais complicados, como por exemplo, após as ocorrências de intervenções com a demolição de casas por parte do poder público. Em todas estas ocasiões a comunidade se juntou imediatamente para iniciar a

---

<sup>89</sup> A grande maioria dos homens adultos tem experiência com obras e construção civil. Na pesquisa de Pimenta e Pimenta (2005), “72,4% responderam que tinham experiência na construção de imóveis. Esse alto índice explica-se pela quantidade de trabalhadores da construção civil presentes na população, o que facilita o domínio das técnicas necessárias para empreender a construção da moradia” (PIMENTA e PIMENTA, 2005, p. 136). Essa contradição, de construtores/as sem moradia, foi o que instigou e impulsionou nossa pesquisa a tomar forma.

reconstrução das casas – momentos em que o autor teve a oportunidade de estar junto, ajudando e aprendendo – trabalhando exatamente da forma descrita acima por Seu V.. Sempre que necessário, todas as mulheres e homens pegavam as ferramentas nas mãos, separavam as madeiras, desentortavam os pregos, traziam água e comida, faziam as medidas e os nivelamentos, entre outras tarefas, em momentos que representam muita resistência e força de vontade, além de união e solidariedade.

Nota-se nestas situações que suas experiências de vida em comum e os processos semelhantes de des-re-territorialização pelos quais passaram e os quais partilham entre si, auxiliam, através do sentimento de solidariedade, na constituição de uma identidade coletiva. A solidariedade dá-se – para além dos laços familiares – na percepção recíproca de sua condição enquanto parte de uma população pobre e excluída do direito à cidade e à moradia, de não cidadãos/ãs na busca por melhores condições de vida. Estas situações nos remetem à análise de PERLMAN (2002), quando comenta que

A favela propicia uma comunidade onde se pode contar com amigos e vizinhos para favores recíprocos; sempre existe alguém com quem deixar as crianças; há um vizinho com geladeira, onde o leite do bebê pode ser conservado fresco no verão; alguém tem uma máquina de costura para um conserto rápido. Além disso, é possível comprar mantimentos a crédito nos comerciantes locais [...] de maneira que, mesmo se o dinheiro faltar, é possível alimentar a família. Este nível de partilha pode parecer trivial, mas é de importância absoluta para os que vivem à margem da subsistência. Onde falta o atendimento governamental, constitui um sistema mínimo de assistência social e de bem-estar familiar patrocinado pela comunidade (pp. 236-237 *apud* DANTAS, 2012, p. 74).

A solidariedade na ocupação perpassa as diferenças existentes entre as pessoas. As diferenças de naturalidade e religião, por exemplo, não constituem entraves para o bom relacionamento e a ajuda mútua na construção das casas e nas tarefas e atividades cotidianas. Na Ocupação Palmares, a maioria das moradoras e moradores são nordestinos/as ou filhos/as de nordestinos/as, com grande predominância do estado de Alagoas (Maceió, principalmente). No que se refere às religiões a maior parte é evangélica e há, inclusive, uma igreja dentro da ocupação, onde

ocorrem os cultos – e, em muitas das vezes, as reuniões da ocupação. Mas também há católicos/as e adeptos/as de religiões de matriz africana.

É importante destacar que a maior parte das pessoas na Ocupação Palmares são negras, o que acentua notavelmente o preconceito e estigmatização que sofrem por parte da polícia e funcionários/as dos órgãos da PMF (além da mídia convencional), sendo o racismo somado à xenofobia (o que pôde ser notado em diversos momentos de negociação ou em tensões durante as ações de demolição) e à criminalização da pobreza, tratamentos usualmente enfrentados pelas populações que vivem nas favelas e assentamentos informais em geral. Por outro lado, os estigmas compartilhados tornam-se elementos de resistência que favorecem a solidariedade e a identificação coletiva, tão importantes para sua politização e organização enquanto sujeito coletivo.

De acordo com Souza (2006, p. 311), um dos maiores desafios da atualidade para a massa de despossuídos/as e oprimidos/as é a tarefa de (re)inventar suas identidades coletivas em conjunto, com o objetivo de criar uma sinergia transformadora. Segundo o autor, a realidade atual das ruínas deixadas pelo capitalismo semiperiférico globalizado e pós-fordista formou um grande contingente de pessoas que se assemelha menos à “classe trabalhadora” ou “proletariado” no sentido marxista, correspondendo cada vez mais ao que Marx e Engels nomeavam pejorativamente de *lumpenproletariat*<sup>90</sup> (“proletariado em farrapos” ou

---

<sup>90</sup> Temos concordância com Souza (2009, p. 17), quando afirma que “O pensamento marxista clássico – diferentemente, ao menos em parte, do pensamento libertário – via o “lumpemproletariado” [*Lumpenproletariat*, literalmente “proletariado em farrapos”] com desprezo e desconfiança; em contraste com o proletariado organizado, empregado e temporariamente desempregado – e, assim, parte do “exército industrial de reserva” –, o “lumpemproletariado”, constituído por desempregados crônicos e subempregados, simbolizados para Marx e Engels, em uma Europa vitoriana, por prostitutas, ladrões, jogadores, cafetões, etc., seria economicamente parasitário e potencialmente reacionário. Especialmente em países [semi] periféricos como o Brasil, o “hiperprecariado” – termo que tenho sugerido em substituição à demasiadamente preconceituosa e redutora expressão “lumpemproletariado” – não se restringe a grupos desviantes em relação à moral burguesa, e muito menos merecem ser considerados como meramente reacionários ou potencialmente reacionários. Os sem-teto brasileiros e, na Argentina [...] os *piqueteros*, demonstram que desempregados crônicos e trabalhadores informais podem, eventualmente, exercer um protagonismo

“subproletariado”), que constitui uma classe de trabalhadores/as precarizados/as, subempregados/as e desempregados/as. Para o autor,

É hercúleo o desafio de se (auto-)organizar e costurar solidariedades e identidades coletivas para além da própria precarização comum a quase todos (identidade *vitimizadora* → identidade *de luta* → *protagonismo insurgente*), tendo por base social um grupo heterogêneo, formado por pessoas em sua maioria quase completamente absorvidas por necessidades de subsistência e mesmo devoradas pelas seqüelas da extrema precariedade socioeconômica (2006, p. 311, grifo no original).

Dentro desta perspectiva, os/as sem teto e ocupantes de imóveis encontram-se, segundo Souza (2006), entre os mais aguerridos e críticos ativismos e movimentos urbanos da atualidade. O que decorre em grande medida devido às suas condições de vida precárias, que exigem soluções urgentes, e sua tática primordial de luta e enfrentamento: a ocupação. Se, por um lado, há diversos movimentos de sem teto organizados em redes nas mais diversas escalas<sup>91</sup>, há também grupos sociais que pela sua condição e sem uma politização prévia utilizam-se da tática de ocupação como forma de subsistência, colocando-as em prática de modo espontâneo, que pode adquirir um caráter diferente dependendo da sua trajetória e das relações que estabelecem (conflito com proprietários/as e/ou poder público institucional, aproximação de assessorias e formação de redes de apoio, etc.).

Boneti (2007) destaca a importância que tem o projeto coletivo na relação entre movimentos sociais e processo educativo, que acaba por aparecer em algum momento, no processo de organização, na forma de

crítico e antissistêmico relevante e fecundo. Sem embargo, as dificuldades de organização decorrentes da pobreza, vulnerabilidade e dispersão ocupacional de seus integrantes, seguem sendo um desafio maior, que demanda pesquisa, reflexão e debate”. Essa realidade é evidenciada quando se acompanha de perto a dinâmica de uma ocupação urbana como a Palmares.

<sup>91</sup> De acordo com Souza, “No Brasil, o movimento dos sem-teto possui um potencial que não deve ser subestimado. Várias organizações impulsionam esse movimento, e a radicalidade delas varia, assim como sua expressão numérica e seu alcance. As organizações dos sem-teto vão desde o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), organização fundada em 1997 e que se faz presente em diversas cidades brasileiras, até organizações em escalas microlocal” (2006, p. 288).

planejamento político e operacional. Este planejamento, em movimentos que nascem de modo espontâneo, surgirá durante o seu desenvolvimento. Caso contrário, conforme o autor, aquele nunca terá chegado a ser um movimento social propriamente dito. A Ocupação Palmares é um exemplo de ativismo que nasce sem uma organização política *a priori* (seu próprio nome, inclusive, só passa a existir *a posteriori*), num processo de territorialização como resistência à segregação espacial e a dependência do mercado de aluguéis devido à falta de moradia, o que trazia consigo a precarização latente da vida das famílias, com o comprometimento de sua subsistência. A organização, neste caso, vai se intensificar no decorrer do processo, quando a área ocupada vira alvo de um conflito, produzindo novas experiências e saberes através da interação dos indivíduos em coletivo, desenvolvendo uma consciência social e fortalecendo a sua identidade. Isto é, o processo educativo é construído na ação, na prática, no envolvimento com o coletivo, no estabelecimento de objetivos e de um projeto político, criando-se uma agenda para suas práticas a partir das intencionalidades comuns ao grupo (primordiais na educação não formal).

Mesmo tendo a ciência das dificuldades de se definir empiricamente e com precisão se um sujeito coletivo como a Ocupação Palmares atravessa a difícil linha de distinção entre o que seria um movimento social urbano propriamente dito ou “mero” ativismo social urbano (cf. SOUZA, 2006), optamos por enquadrá-la em nossa análise no primeiro caso, levando em consideração as formulações de Pedon (2013). Este autor considera a espacialidade dos movimentos sociais para subdividi-los em dois tipos: movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais. A diferenciação ocorre basicamente a partir da relação que é estabelecida pelo movimento com o espaço no qual se insere. Um movimento socioespacial se inscreve nas estruturas espaciais já existentes, mas não necessariamente as coloca em questão. Isto é, busca-se gerir certas demandas no âmbito de um determinado espaço sem buscar introduzir elementos novos, sejam eles materiais ou imateriais<sup>92</sup>. Um movimento socioterritorial (a exemplo

---

<sup>92</sup> O autor cita exemplos como uma forma de facilitar o entendimento. Para ele, “Movimentos sociais como o movimento feminista, os movimentos antirracistas, o movimento pelo reconhecimento dos homossexuais [assim como de toda a comunidade LGBT] e os sindicatos possuem uma espacialidade, de forma que, para eles, a denominação de movimentos socioespaciais é adequada.

dos/as sem teto, como no caso da Ocupação Palmares), por sua vez, tem como um de seus principais objetivos a conquista do território, o que se realiza, sobretudo, através de uma tática de ação direta, a ocupação. A ocupação é um processo social e político complexo, que se caracteriza como uma forma de luta popular de resistência à ordem territorial estabelecida, que marginaliza sujeitos e impede o seu acesso ao espaço. Os movimentos socioterritoriais desenvolvem os processos de espacialização e territorialização ao ocuparem uma área determinada; criando e recriando as experiências de resistência de quem não possui terra ou um teto para a sua reprodução. A ocupação contém pelo menos duas partes, os/as ocupantes e as forças que estão em oposição a estes sujeitos – e essa tensão é parte constitutiva do conflito que faz o movimento existir/resistir.

Os movimentos socioterritoriais buscam, por meio das ocupações, criar uma ruptura na ordem pública, problematizando o modelo hegemônico e excludente de produção do espaço, e sua expressão geográfica por meio da realização de ocupações caracteriza “um importante elemento definidor da identidade-territorialidade desses movimentos, elemento que faz parte de suas agendas” (PEDON, 2013, p. 219). As formulações do autor demonstram que o ato de ocupar é também uma das formas que o caráter educativo dos movimentos socioterritoriais se manifesta, o que pode ser notado quando ele afirma que

A realização de uma ocupação decorre da consciência construída na realidade em que se vive. É a um só tempo, um aprendizado e um processo histórico de construção das experiências de resistência. A iniciativa de ocupar uma área rural ou um prédio deve desenvolver um conjunto de procedimentos que toma forma e vai aos poucos definindo uma metodologia de luta popular. Os componentes constitutivos de uma ocupação são: a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, a consciência e a identidade, a experiência e a resistência, a

---

O sindicato, por exemplo, possui uma base territorial de jurisdição na qual pode instituir delegacias ou seções [...]. O movimento pelo reconhecimento dos homossexuais tem nas passeatas [...] uma das formas mais expressivas de dar visibilidade às suas demandas [...]. Contudo, em nenhum dos casos o espaço constitui um elemento basilar da própria identidade (PEDON, 2013, p. 190).

concepção de terra de trabalho contra terra de negócio e exploração, o movimento e a superação (Fernandes, 2000b) (2013, p. 191).

Pedon diferencia movimentos socioterritoriais de meras mobilizações coletivas, com base na constituição de uma agenda voltada para a conquista do território, além da organização sistemática e permanente na busca por seus objetivos.

As mobilizações podem ser espontâneas quando elas possuem uma organização limitada no tempo e no espaço, mas, também podem assumir caráter permanente. Se no transcurso dessa permanência seus membros passarem a tomar medidas sistemáticas destinadas a superar as barreiras colocadas à sua organização e passarem a estabelecer planos e metas, aí estaremos diante de um quadro com grande potencial de gerar um movimento socioterritorial<sup>93</sup> (PEDON, 2013, p. 197).

O movimento socioterritorial é uma forma de organização da classe trabalhadora que tem por base os grupos que fazem parte das populações excluídas e subordinadas. Essas pessoas assumem a identidade de sem terra ou sem teto e posicionam-se contra os agentes responsáveis por lhes colocarem nessa condição. Na cidade, fazem parte dos movimentos sociais populares urbanos e seu objetivo principal é o “acesso à moradia, *lôcus* da dinâmica familiar, do descanso e da intimidade” (PEDON, 2013, p. 196), e o que lhes dá a possibilidade de reprodução do seu trabalho. O alvo desses movimentos no espaço urbano é quase sempre o domínio do capital imobiliário especulativo que, frequentemente auxiliado pela intervenção estatal, tem seus lucros potencializados por meio de ações como revitalizações, desocupações, remanejamentos e investimentos diretos.

Segundo Pedon (2013), esses conflitos podem ser compreendidos como uma expressão espacial da contradição existente no desenvolvimento da sociedade capitalista, isto é, a luta de classes. Isso se dá através das formas de manifestação do poder no território: a

---

<sup>93</sup> É importante perceber, conforme o que exploraremos no próximo subcapítulo, que a Ocupação Palmares segue essa trajetória descrita pelo autor, de uma organização de caráter mais espontâneo que se inicia com a ocupação da área, mas que se intensifica política e culturalmente a partir do momento em que se inicia o conflito.

apropriação e a dominação. Os territórios apropriados são utilizados à serviço das necessidades e possibilidades de uma coletividade, indo além da concepção e uso funcionalista do espaço, possibilitando uma relação simbólica e identitária com o mesmo. Já os territórios dominados são espaços caracterizados por uma concepção e uso utilitarista e funcionalista, onde a principal finalidade é o controle dos processos naturais e sociais, por meio das técnicas, submetendo-os à lógica da produção e do consumo.

Os movimentos socioterritoriais, portanto, são formas de mobilização social que transformam espaços em territórios, que territorializam-se, são desterritorializados e se reterritorializam, carregando consigo suas territorialidades. O espaço transforma-se em território através da conflitualidade e suas territorialidades são manifestadas em desacordo com a ordem socioespacial vigente.

Um movimento socioterritorial [...] é uma organização que tem como objetivo criar as capacidades de introduzir novas formas de apropriação e uso dos territórios. Seu objetivo é a instauração de uma nova territorialidade. Mesmo limitadas e/ou estritamente localizadas, essas novas territorialidades implicam transformações nas relações sociais e na configuração dos lugares. Na constituição do território, o espaço é apropriado de forma a fazer dele o espaço da ação. Esse espaço é formado por seus participantes, líderes e mediadores, todos eles sujeitos da ação política que tem na sua territorialidade a legitimação de sua ação (PEDON, 2013, pp. 185-186).

Diante disso, podemos compreender que todo movimento socioterritorial busca, ao se apropriar de um espaço, se autoafirmar impondo a sua territorialidade e imprimindo no espaço o conjunto de seus valores, ideias e vontades. O espaço, ao tornar-se território, torna-se um trunfo. Nesse processo, torna-se base da criação e recriação das experiências de resistência e transformação das relações sociais por parte dos movimentos socioterritoriais, sendo quase impossível separar a experiência de resistência das territorialidades (PEDON, 2013), o que vai de encontro à ideia de territorialização como resistência (abordada no item 2.3 deste trabalho).

A identidade coletiva é um fator essencial para o surgimento e a consolidação de movimentos sociais. Ela é impulsionadora dos mesmos e os fortalece na medida em que ela mesma é fortalecida, através do

princípio de solidariedade, quando são percebidas as mazelas compartilhadas/experimentadas por todos/as no grupo social (além de seus valores culturais e políticos), como a condição de exclusão social, segregação espacial e subordinação. Esse fortalecimento se dá com a criação de espaços/momentos interativos de trocas de experiências, organização e mobilização, que vão criar a agenda e o projeto político, num processo contínuo que retroalimenta os níveis de organização e identidade.

Gohn (2006, p. 261) afirma que a identidade dos movimentos decorre de seus projetos e não é apenas

[...] fruto das representações que o movimento gera ou constrói, para si mesmo ou para os outros. A identidade é uma somatória de práticas a partir de um referencial contido nos projetos. Ela não existe apenas no plano ideacional, não se trata de uma categoria simbólica ou de natureza exclusivamente cultural. A identidade se firma no processo interativo, nas articulações. Ela confere caráter progressista ou conservador aos movimentos. O conjunto das práticas deve ser analisado para compreender como o dissenso se transforma em consenso e gera uma identidade em que a representação criada é a de unidade. A solidariedade política deve ser investigada enquanto o grande elemento agregador de interesses difusos e heterogêneos dos diferentes atores em cena.

Para a autora, o princípio da solidariedade é o que faz a articulação entre os diferentes atores envolvidos, a partir de uma base referencial comum de valores e ideologias construídos na trajetória do grupo, ou advindos dos usos e tradições que são compartilhados pelo conjunto. Solidariedade não significa, no entanto, que há harmonia interna, pois dentro dos movimentos sempre vai haver conflitos e/ou opiniões divergentes. “Mas a forma como se apresentam no espaço público, o discurso que elaboram, as práticas que articulam nos eventos externos, criam um imaginário social de unicidade, uma visão de totalidade” (GOHN, 2006, p. 253). A solidariedade é, portanto, o princípio que costura as diferenças internas e projeta para fora, para o outro (não movimento), uma determinada representação simbólica coerente e articulada, que se traduz em propostas claras e objetivas que demonstram essa unicidade entre os indivíduos que são representados pelo sujeito coletivo-movimento social. Gohn esclarece que essa

representação se dá pelos códigos político-culturais construídos através da sistematização das demandas. A autora cita Melucci para explicar que a codificação das demandas varia de acordo com a cultura política local, isto é, “segundo o repertório das tradições culturais e forças sociopolíticas de uma dada conjuntura histórica onde o movimento está ocorrendo” (GOHN, 2006, p. 253).

O desenvolvimento da cultura política de um grupo (neste caso, um movimento social/socioterritorial) é um dos principais resultados proporcionados pela educação não formal. A cultura política não é apenas uma herança de tradições passadas, mas se constrói ao longo da trajetória do sujeito coletivo, de forma viva e operante, a partir da experiência vivenciada no cotidiano. “O conjunto das práticas sociais, que são informadas pelas ideologias e representações, configuradas pelo projeto do movimento, gera sua cultura política” (GOHN, 2006, p. 259)<sup>94</sup>.

Nesse ponto, podemos retomar as ideias trabalhadas no encerramento do item 2.4 deste trabalho, compreendendo que a formação da cultura política de um sujeito coletivo/movimento social está intimamente relacionada com a experiência vivida e percebida por seus indivíduos que, nas suas relações entre si e com o mundo se percebem enquanto sujeitos históricos dentro de uma estrutura (modo de produção e regulação, sistema político, imaginário instituído, etc.). A leitura que o sujeito, no caso o movimento social, faz dessa estrutura em relação à sua existência e seus objetivos é a análise da conjuntura. Souza (2006) afirma que embora não se possa explicar os ativismos e movimentos sem uma contextualização estrutural, são as condições conjunturais que definem a sua emergência e, principalmente, a sua agressividade, permanência, e eficácia maiores ou menores. As condições conjunturais são, portanto, lidas pelos sujeitos históricos no processo de constituição de sua experiência. O autor resgata Thompson para definir experiência como o quadro analítico-conceitual em que

[...] pessoas (...) experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua

---

<sup>94</sup> Gohn (2006) destaca que Thompson elaborou muitas contribuições acerca da natureza, força social e a construção da cultura política enquanto um processo político e cultural. Essa categoria de análise opera nos níveis interno e externo, contribuindo para a configuração das práticas e procedimentos dos movimentos.

*consciência e sua cultura (...)* das mais complexas maneiras (sim, ‘relativamente autônomas’) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classes resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 182 *apud* SOUZA, 2006, p. 287, grifo no original).

A conjuntura é, portanto, uma instância de mediação entre a estrutura e os ativismos/movimentos, e é através de sua leitura que será formada pelos indivíduos e grupos sociais a sua experiência de percepção e (auto) constituição sujeitos históricos, protagonistas, demandantes/resistentes. Souza (2006) ainda destaca a dimensão espacial como parte integral e essencial à formação da experiência, que é particularmente intensa nos casos de ativismos e movimentos que tem suas reivindicações diretamente ligadas à questão territorial, a ponto desta relação ser definidora da identidade das pessoas envolvidas. É este o caso de movimentos socioterritoriais como a Ocupação Palmares, que têm as ocupações, a apropriação do território e a relação simbólica que se estabelecem com o mesmo como elementos fundamentais na definição de sua identidade, o que configura a territorialidade desses grupos sociais (PEDON, 2013).

#### 3.4. A OCUPAÇÃO PALMARES E SUA ORGANIZAÇÃO: A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL EM MOVIMENTO

Olha eu acho que agora a gente ainda consegue falar com eles né, porque antes tu não conseguia nada, eles sempre bloqueavam, não te, não te davam espaço. Então agora eles, a gente consegue ver que eles também querem nos ouvir. Então se todo mundo se organizar, todo mundo nas reunião vir e ver que isso daí é bom pra gente, então ajuda, lá na frente vai ser bom pra gente. Porque com organização a gente consegue tudo né,

sem organização a gente não consegue nada (Dona A., 2015).<sup>95</sup>

Os movimentos socioterritoriais, como a Ocupação Palmares, se constituem conforme a sua capacidade de articulação e seu grau de organização. A sua agenda é o que possibilita a amarração entre esses dois componentes. Pedon (2013) afirma que a agenda dos movimentos é uma prática política que ocorre em três momentos. Primeiramente, há a comunicação, quando ocorrem as reuniões em que os/as ativistas socializam valores e ideias. Depois, há a constituição de um “espaço interativo”, em que se dá o processo de aprendizado por meio da interação que é baseada na troca de experiências e saberes das diferentes trajetórias de vida. Nesse processo, é fortalecida entre os indivíduos (e como grupo) a consciência da condição de excluídos/as e subordinados/as. A agenda de um movimento socioterritorial traz em si, portanto, a identidade dos indivíduos que compõem o coletivo, como por exemplo, a condição de ser sem teto. Por último, há os espaços geradores de sujeitos, onde são construídas suas próprias experiências. “Esse momento é o da reflexão e da redefinição das estratégias e objetivos, mostrando que as agendas não se dissociam da ação, permanecendo em contínua reformulação” (PEDON, 2013, p. 199). Esses três momentos demonstram que a construção e conquista do espaço de socialização política são fundamentais para o desenvolvimento das diferentes experiências no processo de formação desses sujeitos coletivos, numa importante relação educativa/dialógica.

Basicamente, os movimentos socioterritoriais são mobilizações coletivas, com um considerável nível organizativo, que possuem uma agenda onde estão sintetizadas as suas propostas. Organização e agenda compreendem e relacionam os processos de conformação identitária e as espacialidades e territorialidades desses movimentos. Ou seja, eles se estruturam a partir das suas agendas de luta, onde estão relacionados os seus propósitos e ideologias, os interlocutores (negociações com Estado e demais agentes) e as estratégias de ação, além de ser um instrumento de conformação identitária (que está fortemente ligada à apropriação e conquista territorial). Pedon afirma que as agendas dos movimentos socioterritoriais são uma forma de manifestação de suas

---

<sup>95</sup> Este relato de Dona A. refere-se à conquista da abertura de diálogo com a Prefeitura mediante a organização da Ocupação Palmares como movimento social de luta por moradia.

intencionalidades e as ocupações constituem a sua materialização. Segundo o autor,

O espaço produzido é, a um só tempo, o espaço da produção das ideias e o espaço por elas produzido. Ao produzirem território por meio das ocupações, os movimentos socioterritoriais expressam ou materializam suas *Intencionalidades*. Em suas agendas, os movimentos formalizam suas *Intencionalidades* na condição de sujeito coletivo e fundamento de sua identidade. Os movimentos socioterritoriais urbanos têm como *Intencionalidade* o desejo da conquista da moradia, em sentido restrito, ou, em sentido amplo, quando incorporam à sua agenda a conquista por melhores condições de habitação (PEDON, 2013, p. 204, grifo no original).

Essas agendas – compreendidas como formalização de suas intencionalidades e fundamento de sua identidade – são formuladas em meio a uma tensão, que gera um conflito. São nessas condições que os movimentos socioterritoriais surgem, compreendidos como um coletivo de pessoas que se organiza para atuar conjuntamente com a finalidade de produzir alguma mudança socioespacial.

Iniciamos este subcapítulo com esta explanação com o objetivo de demonstrar a relação entre o processo organizativo (entendido como educativo) dos movimentos sociais à nossa concepção de educação não formal (cf. GOHN, 2010; 2011). Se a formalização das intencionalidades e a busca por colocá-las em prática a fim de conquistar seus objetivos são imprescindíveis no processo de organização de um movimento social, são também as intencionalidades o fator que diferencia a educação não formal da educação informal. É através da interação e percepção de questões em comum entre os indivíduos membros que determinados sujeitos coletivos, através de suas intencionalidades compartilhadas e construídas em conjunto, que são formulados processos educativos que visam a superação de sua situação específica e a conquista de suas demandas. De acordo com Gohn (2011, p. 111):

Um dos supostos básicos da educação não formal é o de que a aprendizagem se dá por meio da prática social. É a experiência das pessoas em trabalhos coletivos que gera um aprendizado. A produção de conhecimentos ocorre não pela absorção de conteúdos previamente

sistematizados, objetivando ser apreendidos, mas o conhecimento é gerado por meio da vivência de certas situações-problema. As ações interativas entre os indivíduos são fundamentais para a aquisição de novos saberes, e essas ações ocorrem fundamentalmente no plano da comunicação verbal, oral, carregadas de todo o conjunto de representações e tradições culturais que as expressões orais contém.

A educação não formal tem um caráter coletivo, é a ação grupal que a faz acontecer. Ela é uma práxis concreta da coletividade. Ocorre a partir de relações sociais, tendo a mediação de agentes assessores, e é fortemente marcada por elementos de intersubjetividade à medida em que a comunicação se desenvolve. É basicamente, o motor que põe determinados sujeitos coletivos em movimento. É basicamente o processo que pudemos acompanhar na Ocupação Palmares, e que explanaremos com maior profundidade agora.

Pode-se considerar que o conflito e o processo organizativo da Ocupação Palmares se iniciaram na manhã do dia 04 de julho de 2013, quando três casas foram demolidas em uma operação da PMF, sob o comando da Floram e com o acompanhamento e escolta da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC). A ação ocorreu sem a apresentação de um mandado judicial e os funcionários de uma empresa contratada utilizaram-se de motosserra e marretas para serrar e destruir as casas de madeira. No local, havia mais de 12 famílias que já ocupavam o terreno há meses, coabitando algumas casas enquanto as demais eram construídas. Entre essas famílias, algumas estavam há tempos à espera dos conjuntos habitacionais prometidos pelo governo à população do MMC.

As famílias já se reconheciam como uma comunidade coesa, mas iniciaram o processo de ocupação/territorialização da área de forma mais espontânea, não organizada. Embora a ação de apropriação da área já configurasse uma demonstração de rebeldia frente à lógica excludente do mercado imobiliário e de alugueis, o grupo só veio a assumir a causa da luta por moradia a partir do contato e da solidariedade de moradores e moradoras da Ocupação Contestado<sup>96</sup> e seus grupos de apoio

---

<sup>96</sup> A Ocupação Contestado foi iniciada em São José/SC no segundo semestre de 2012, após a remoção de cerca de 200 famílias que ocuparam uma área por sugestão do então prefeito do município, Djalma Berger – em campanha eleitoral juntamente com o seu irmão e então prefeito de Florianópolis/SC,

(assessorias). Uma assembleia foi marcada para reuni-los/as, na qual também foram convidadas outras famílias da região que pagavam aluguel e tinham interesse em somar-se à luta da nova ocupação. Esta primeira assembleia ocorreu no dia 09 de julho, onde foi marcada uma marcha até a Floram para o mesmo dia (11 de julho) em que estava programada uma grande manifestação<sup>97</sup>, que fez parte das jornadas de luta de junho de 2013 (conhecidas como J13).

Na noite anterior à marcha e à manifestação as pessoas da ocupação produziram seus materiais reivindicando a moradia digna juntamente com ativistas da sua recém-formada rede de apoio – grupos e indivíduos que já atuavam junto à Ocupação Contestado e a luta por moradia na Grande Florianópolis e que passaram a fazer apoiar a nova ocupação. No dia seguinte, os grupos da rede de apoio e estudantes universitários/as subiram o morro até a ocupação, produziram mais

---

Dário Berger. Em comícios eleitorais, os dois políticos prometeram que regularizariam a moradia para as famílias que estivessem com as suas casas construídas sobre o terreno pertencente à imobiliária Suvec Ltda. Porém, após o pleito eleitoral e a derrota de Djalma para a candidata Adeliana Dal Pont, não houve a regularização. Em vez disso, ocorreu uma operação de remoção que contou com a presença de 200 policiais. As famílias tiveram uma hora para recolher seus bens antes que retroescavadeiras derrubassem todas as casas. A partir de então, todas as pessoas desalojadas ficaram temporariamente num ginásio municipal, onde passaram a se organizar com o apoio de assessorias até que ocupassem uma outra área do município que se encontrava em litígio e intensificassem a sua organização. Atualmente, as famílias seguem ocupando a área em suas casas de maneira, e negociam há anos com a prefeitura a construção de um conjunto habitacional.

<sup>97</sup> Nesta data, estavam marcadas manifestações, greves e paralizações em todo o país, fruto das mobilizações iniciadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) contra as tarifas do transporte coletivo em São Paulo e que se espalharam por todo o Brasil. Na ocasião, milhares de pessoas tomaram as ruas entre os meses de junho e julho em diversas cidades do país, em um fenômeno que se mostrou um tanto complexo a partir do momento em que as reivindicações se ampliaram para além da questão do transporte e culminaram com o surgimento, inclusive, de pautas conservadoras. A grande mídia (com destaque para a Rede Globo) teve um papel fundamental no processo de desvirtuamento da pauta original das jornadas, utilizando o seu poder ideológico em prol de seus objetivos, ao noticiar que as manifestações tinham um caráter patriótico e representavam o descontentamento da população brasileira com a governança do Partido dos Trabalhadores (PT) no Governo Federal.

faixas e bandeiras junto aos/às moradores/as, e atravessaram com eles/as o MMC, marchando rumo ao Centro da cidade, entoando palavras de ordem e chamando todas as comunidades do MMC a somarem-se à sua luta. Iniciou-se às 15 horas a manifestação que contou com a paralização geral de trabalhadores/as de todos os setores e reuniu milhares de pessoas nas ruas centrais de Florianópolis.

Esse dia foi determinante para (o que viria a ser) a Ocupação Palmares – e histórico para todas as organizações envolvidas com a luta por moradia na Grande Florianópolis –, que se uniu a ativistas moradores/as da Ocupação Contestado para levar a sua causa à manifestação (cf. Figura 9 e Figura 10). Desta forma, deram visibilidade ao problema e à situação de conflito que passaram a enfrentar em decorrência das intervenções e demolições de casas no local. Nesse momento, a ocupação ainda não tinha um nome e o grupo se autodenominava “Serrinha”. Manifestar-se foi algo completamente novo para a maioria das pessoas da ocupação, que além de reivindicarem direitos ao lado de milhares de pessoas, contribuíram para atrair a atenção da opinião pública sobre a questão da moradia, um problema latente em toda a cidade.

Figura 9 - Moradores/as da ocupação em marcha com a rede de apoio.



Fonte: CMI-Floripa<sup>98</sup> (jul. 2013).

<sup>98</sup>Disponível em:

<<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2013/07/521696.shtml>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

Figura 10 - Faixa pintada por moradores/as da Ocupação Palmares.



Fonte: CMI-Floipa<sup>99</sup> (jul. 2013).

No domingo seguinte, houve a primeira confraternização entre moradores/as da ocupação com a Ocupação Contestado, que foi uma festa com feijoada, organizada na área onde está localizada esta última, em São José/SC. Estreitar os laços com uma ocupação que já vinha de um processo de remoção, organização e luta por moradia foi muito importante para as pessoas da ocupação que estava surgindo, que viam tudo como novidade. Lá puderam conversar com os moradores e moradoras sobre questões em comum que vivenciaram, sobre como funcionava uma ocupação internamente, além, é claro, de poderem estar presentes e conhecer o local onde essas pessoas se territorializaram e a partir do qual se organizavam.

No primeiro dia de agosto, uma das casas reconstruídas após as demolições anteriores foi novamente posta abaixo (cf. Figura 11 e Figura 12), em nova operação organizada pela PMF sob o comando da Floram. Desta vez, não foi respeitada a inviolabilidade do domicílio (direito fundamental assegurado pela Constituição Federal), já que as

---

<sup>99</sup>Disponível em:

<<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2013/07/521685.shtml>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

casas se encontravam habitadas, com móveis, eletrodomésticos e demais pertences dos moradores em seu interior. Notou-se, deste modo, uma mudança de postura em relação ao que ocorreu nas ações anteriores em relação às casas já ocupadas. Anteriormente, nestes casos, as pessoas foram apenas notificadas pelas construções, sujeitas a um processo judicial. Durante as demolições do dia 04 de julho, o próprio Fiscal responsável pela operação, Nelson Bertoldi, informou em entrevista à RIC MAIS<sup>100</sup> o seguinte:

Estão sendo demolidas as [casas] que não estão habitadas ainda. [...] Na verdade todas as casas aqui estão em risco, era uma área de preservação que foi invadida. O que a gente tá fazendo é demolindo as que não têm nada por dentro... não têm móveis, não têm habitação ainda.

Nesta situação em específico, os moradores da casa demolida, três jovens que tinham entre 20 e 24 anos de idade, naturais de Maceió e que residiam em Florianópolis há mais de um ano, trabalhavam em Jurerê Internacional (no norte da Ilha de Santa Catarina) durante a demolição. No retorno de seu expediente, encontraram a casa completamente destruída e seus bens espalhados pelo terreno, por entre as tábuas quebradas e serradas (cf. Figura 7). Como já comentado, além de não haver a apresentação de um mandado judicial, não houve a apresentação de nenhum estudo ou laudo técnico que comprovasse o motivo pelo qual alegou-se que foi efetuada a demolição. Também não houve diálogo com esses moradores e tampouco foi oferecida alguma alternativa ou auxílio.

---

<sup>100</sup> Entrevista disponível em:

<http://ricmais.com.br/sc/infraestrutura/videos/casas-irregulares-sao-derrubadas-e-populacao-se-revolta-no-macico-do-morro-da-cruz-em-florianopolis/>. Acesso em: 12 jul. 2015 [transcrição nossa].

Figura 11 - Funcionários iniciando a demolição de uma casa.



Fonte: Jorge Pires/PMF/Floram<sup>101</sup> (ago. 2013).

Figura 12 - Funcionário demolindo, com uma marreta, a casa já vazia.



Fonte: Jorge Pires/PMF/Floram<sup>102</sup> (ago. 2013).

---

<sup>101</sup> Disponível em:

<<http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina&noti=9620>>.

Acesso em: 12 jul. 2015.

A diretora de Fiscalização da Floram, Elisa Neli Rehn, em entrevista ao jornal Hora de Santa Catarina<sup>103</sup> no dia do ocorrido, afirmou que “A medida foi preventiva e a Floram tem poder de polícia para decidir por uma demolição, sem qualquer mandado”. De acordo com ela, as ações foram motivadas por denúncias, sendo medidas preventivas para evitar o crescimento desordenado no local, que estaria em Área de Preservação Permanente (APP) e sob risco de deslizamento. E também justificou o ocorrido da seguinte maneira:

“Decidimos pela demolição para evitar que novas famílias voltem a ocupar. O município tem o dever de tomar as medidas devidas, ou não vamos controlar as ocupações irregulares nunca”.

A ação torna perceptível que os procedimentos da PMF, ao lidar com a população de baixa renda – mesmo que cadastradas em seus planos habitacionais –, soam um pouco contraditórios com o que aparece escrito em seu Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS)<sup>104</sup>, como por exemplo:

O princípio da **defesa da dignidade da pessoa humana** [que] abrange a valorização e respeito à vida e à cidadania, reconhecendo e assegurando o atendimento humanizado a todas as pessoas, com respeito às diversas identidades religiosas, culturais, étnico-raciais, geracionais, de gênero, de orientação sexual e das pessoas com deficiência (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2012, p. 69, grifo no original).

Também é importante destacar que a operação foi muito bem aparelhada (como em todas as outras), contando com o apoio e a escolta da PMSC e da Guarda Municipal de Florianópolis (GMF). Mesmo

<sup>102</sup> Disponível em:

<<http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina&noti=9620>>.

Acesso em: 12 jul. 2015.

<sup>103</sup> Entrevista disponível em:

<[horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/noticia/2013/08/floram-derruba-barraco-de-madeira-no-alto-do-macico-do-morro-da-cruz-4220043.html](http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/noticia/2013/08/floram-derruba-barraco-de-madeira-no-alto-do-macico-do-morro-da-cruz-4220043.html)>. Acesso em: 18 jun. 2015.

<sup>104</sup> O PMHIS (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2012) foi elaborado e assinado por representantes de muitos dos órgãos e funcionários/as públicos/as que se envolveram nas ações de remoção e penalização de moradores/as da Ocupação Palmares.

assim, a PMF alegou em seu sítio virtual que a Floram fez a retirada da construção em uma “fiscalização de rotina”, conforme a notícia que pode ser lida na Figura 13.

Figura 13 - *Print screen* de notícia sobre a demolição de uma casa na Ocupação Palmares.

The image is a screenshot of a news article from the website of the Prefeitura de Florianópolis (PMF). The page header includes the PMF logo and navigation links: HOME, CIDADE, GOVERNO, SERVIÇOS, NOTÍCIAS, MÍDIA, OUVIDORIA, and a link for 'Secretaria e-mail con'. The article is dated 01/08/2013 and is categorized under 'FLORAM - Meio Ambiente'. The main headline is 'FLORAM retira construção irregular do alto da Caieira'. Below the headline is a sub-headline: 'Construção que foi erguida irregularmente em área de preservação Permanente foi retirada pela Fiscalização Ambiental'. A photograph shows a small, makeshift wooden structure with a caption: 'foto/divulgação: Jorge Pires' and 'Casa estava em Área de APP e de risco eminente'. The article text states: 'Na tarde desta quinta-feira (01/08) a Fiscalização da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis (FLORAM) em vistoria de rotina no Maciço do Morro da Cruz identificou a construção irregular em área de Preservação Permanente, com agravante de declive considerado uma área de risco, e por este motivo imediatamente procedeu o desfazimento da obra.' At the bottom of the article, it says 'A ação contou com o apoio da Guarda Municipal e Polícia Militar'. On the left side of the page, there is a sidebar with navigation options: MANCHETES, ÚLTIMAS NOTÍCIAS, CALENDÁRIO, AGENDA DE EVENTOS, and a 'FAZER CONSULTA:' section with search filters for editoria, entidade, assunto, and período.

Fonte: PMF/Floram<sup>105</sup> (ago. 2013).

A revolta que a ocorrência provocou nos moradores e moradoras da ocupação, que já vinham sendo acompanhados/as por diferentes grupos envolvidos com a questão da moradia na cidade, foi o estopim para o início de um processo organizativo de maior vigor, com a consolidação de assembleias semanais, onde passaram a tomar todas as suas decisões em coletivo, e a formulação de objetivos em comum, que se tornavam o esboço de sua agenda. Fazia frio na cidade e as assembleias ocorriam geralmente na parte externa das casas, sempre em volta de uma fogueira. Em outros momentos eram realizadas em alguma das casas – quando cabiam todas as pessoas presentes, embora em

<sup>105</sup> Disponível em:

<<http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina&noti=9620>>. Acesso em: 27 mai. 2015.

alguns casos muitos/as ficassem acompanhando do lado de fora, devido à falta de espaço.

Foi também neste momento em que houve o batismo da ocupação, que passou a chamar-se Ocupação Palmares, simbolizando as suas origens alagoanas, a negritude e a resistência, em referência ao Quilombo dos Palmares<sup>106</sup>. O nome escolhido pelos/as ativistas moradores/as da Ocupação Palmares segue uma espécie de tradição muito comum nas ocupações dos/as sem teto que se organizam enquanto ativismo/movimento social. Souza e Teixeira (2009), em sua análise sobre o movimento dos/as sem teto no Rio de Janeiro e em São Paulo afirmam que os domínios do poder e do simbólico (presentes nos conceitos de território e lugar, respectivamente) devem ser tão enfatizados quanto a produção material do espaço numa pesquisa envolvendo movimentos sociais. Para os autores. “é importante buscar compreender como os agentes modeladores do espaço criam imagens espaciais (ou “representações sócio-espaciais”), fenômeno cuja ocorrência se dá frequentemente durante ou após o processo de territorialização” (p. 29). Sobre isso, destacam o simbolismo presente na toponímia que é introduzida pelo movimento, onde os nomes escolhidos para as ocupações ajudam a compreender a importância que de certos valores políticos e programáticos. Em sua análise, os autores comentam que, mesmo não sendo uma “regra”, é usual que as ocupações sejam batizadas com nomes usados como homenagem a importantes ícones das lutas emancipatórias, caracterizando um “investimento simbólico que carrega consigo um variado arco de intencionalidades. A primeira e mais evidente é associar o espaço a algum tipo de luta emancipatória, mas outros elementos podem ser elencados” (p. 58).

Souza e Teixeira (2009) afirmam que

Os nomes das ocupações podem ser agrupados em duas classes: a classe das homenagens a indivíduos específicos, via de regra personalidades que, na história do Brasil [mas também da América Latina e de outras partes do mundo], exerceram algum tipo de papel ou

---

<sup>106</sup> O Quilombo dos Palmares é um dos grandes símbolos de rebeldia, luta e resistência da população negra na historiografia brasileira. Localizado no estado de Alagoas, foi uma grande comunidade livre, formada por escravos/as fugidos/as, principalmente, dos engenhos de açúcar. Chegou a ter uma população de cerca de 20 mil habitantes e resistiu por quase um século (1602-1694) contra as investidas militares em seu território (RODRIGUES, 1999).

resistência ao *status quo*; e a classe das alusões ou homenagens a sujeitos coletivos (p. 56, grifo no original).

Em Florianópolis a “regra” se mantém se analisamos os nomes dados pelos/as ativistas às três ocupações organizadas que marcaram o cenário político da luta por moradia nos últimos quatro anos: Ocupação Contestado<sup>107</sup>; Ocupação Palmares; e Ocupação Amarildo de Souza<sup>108</sup>. Em termos educativos, a escolha desses nomes tem importância fundamental tanto para criar uma identidade coletiva voltada à resistência e à emancipação, como para resgatar a história de sujeitos e eventos do passado (e/ou mesmo atuais). Essas histórias são resgatadas e constantemente revisitadas pelos/as ativistas em conversas e reuniões, e são levadas para outras instâncias da sociedade civil onde as pessoas, ao

---

<sup>107</sup> A Guerra do Contestado foi um conflito armado ocorrido na região fronteira a oeste dos estados de Santa Catarina e Paraná (que disputavam a mesma), protagonizado pela população cabocla que fora expulsa de suas terras (devido à construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande), e também por milhares de trabalhadores/as migrantes que ficaram sem emprego depois de terminadas as obras da ferrovia. Foi o levante de uma população extremamente pobre lutando por território contra os governos estaduais e o Estado republicano, além de empresas privadas, como a proprietária da ferrovia (*Brazil Railway Company*) e a madeireira *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*. A população rebelde (que teve forte influência messiânica) resistiu por 46 meses, de 1912 a 1916, sendo derrotada pelo Exército brasileiro e as polícias dos dois estados. (Fonte: UOL Educação. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/guerra-do-contestado-conflito-alcancou-enormes-proporcoes.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

<sup>108</sup> Amarildo de Souza, ajudante de pedreiro e morador da favela da Rocinha, desapareceu no dia 14 de julho de 2013 (quando tinha 48 anos). Naquela noite, Amarildo teria sido conduzido por policiais militares à sede da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Rocinha para uma averiguação e desde então nunca mais foi visto. Concluiu-se que ele foi torturado e morto por esses policiais. Por conta disso, vinte e cinco policiais militares, todos da UPP da Rocinha, foram denunciados por tortura seguida de morte. Desses, 16 também respondem por ocultação de cadáver. A Polícia Civil fez diversas buscas na mata, mas nunca conseguiu encontrar o corpo de Amarildo. Por todo o Brasil, foi lançada uma campanha com a pergunta “Cadê o Amarildo?”. O caso tornou-se representativo da criminalização da pobreza, da violência policial nas favelas e do genocídio da população negra e de baixa renda no país (Fonte: Brasil Post. Disponível em: <[http://www.brasilpost.com.br/2015/06/23/bope-amarildo-rio\\_n\\_7641476.html](http://www.brasilpost.com.br/2015/06/23/bope-amarildo-rio_n_7641476.html)>. Acesso em: 24 jul. 2015.

tomarem conhecimento da história da ocupação, têm contato com outras histórias que também são, de alguma forma, parte das suas próprias histórias.

Os movimentos sociais, principalmente os populares, costumam aglutinar às suas bases e lideranças as assessorias, que apoiam e se envolvem com as suas lutas. Nos movimentos sociais populares urbanos esses grupos e indivíduos tem papel importantíssimo no sentido de trazer informações e fortalecer os processos educativos que desenvolvem a cultura política do coletivo. Sobre isso, Gohn afirma que os movimentos sociais

[...] têm estreitas relações com uma série de outras entidades sociopolíticas, como partidos e facções políticas – legais ou clandestinas –, Igrejas, sindicatos, ONGs – nacionais e internacionais –, setores da mídia e atores sociais formadores de opinião pública, universidades, parlamentares em âmbito municipal, estadual e federal, setores da administração governamental, pequenos e médios empresários, etc., articulados em redes sociais com interesses comuns. [...] Entre o movimento e o conjunto de atores externos pode haver uma identificação, em termos da carência (material ou moral) e/ou desejo de mudança de uma dada realidade social; como pode haver identificações parciais em função de certos objetivos estratégicos” (253).

Zibechi (2006) também comenta que a participação de setores da classe média (com formação secundária e muitas vezes universitária) tem grande contribuição para os movimentos populares, facilitando a sua auto-organização e a sua auto-formação através de novos conhecimentos e capacidades que são compartilhados no coletivo.

Os grupos que apoiavam a Ocupação Palmares de forma mais orgânica no início de seu processo organizativo foram a Frente Autônoma de Luta por Moradia (FALM), as Brigadas Populares, o Coletivo Marighella e o Coletivo Catarina de Advocacia Popular<sup>109</sup>. Foi

---

<sup>109</sup> Este coletivo de assessoria jurídica atua na defesa de movimentos sociais e seus/suas integrantes quando criminalizados/as pelo envolvimento nas causas e lutas sociais. O CCAP teve grande importância para a organização e a resistência da Ocupação Palmares, através de apoio para a formulação das defesas contra as autuações realizadas pela Floram e também com sugestões

com estas assessorias que a Ocupação Palmares formulou a sua agenda, a sua estratégia e suas as suas táticas para a atuação política e negociação com a PMF.

A rede de apoio também era composta por mais coletividades, que prestavam apoios mais pontuais como, por exemplo, o Movimento Passe Livre de Florianópolis (MPL-Floripa)<sup>110</sup>, que além de deslocar ativistas para a ocupação durante a operação de demolição (e em manifestações), demonstrou publicamente o seu apoio e ajudou a divulgar e convocar pessoas para somarem-se à marcha que foi programada pela ocupação rumo à Floram, e que tinha o objetivo de questionar a ilegalidade da ação e cobrar por uma abertura de negociação. Segue abaixo um trecho da nota publicada pelo MPL-Floripa, no dia 04 de agosto de 2013:

[...] O Movimento Passe Livre de Florianópolis vem a público declarar repúdio à atitude irresponsável dos órgãos da prefeitura. A questão ambiental não pode servir de pretexto para jogar na rua as famílias pobres, até porque a defesa da natureza parece só entrar em primeiro plano quando se está tratando da população mais fragilizada da cidade. A legislação ambiental foi diversas vezes ignorada ou relativizada quando a vez era dos grandes empreendimentos milionários, responsáveis pelo processo de especulação imobiliária em Florianópolis, que expulsa os pobres do centro e torna os aluguéis cada dia menos acessíveis à população. Assim como a luta

---

para os encaminhamentos das demandas da ocupação, como por exemplo a criação de uma Associação de Moradores.

<sup>110</sup> “O Movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um *transporte público de verdade*, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada. [...] O MPL foi batizado na Plenária Nacional pelo Passe Livre, em janeiro de 2005, em Porto Alegre. Mas antes disso, há seis anos, já existia a Campanha pelo Passe Livre em Florianópolis. Fatos históricos importantes na origem e na atuação do MPL são a Revolta do Buzu (Salvador, 2003) e as Revoltas da Catraca (Florianópolis, 2004 e 2005). Em 2006 o MPL realizou seu 3º Encontro Nacional, com a participação de mais de 10 cidades brasileiras, na Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST” (Fonte: TarifaZero.org, grifo no original. Disponível em: <<http://tarifazero.org/mpl/>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

pelo transporte, a luta pela moradia é travada a fim de garantir a todos e todas o direito à vida digna na cidade. São lutas que devem caminhar de mãos dadas para exigir que nossos direitos sociais básicos sejam prioritários em relação aos interesses financeiros de poucos.

A FLORAM abandonou o local não só porque não tinha nenhuma autorização legal para estar lá, mas também porque imediatamente uma rede de apoio se armou em solidariedade aos moradores/as da ocupação. No entanto, a ameaça de despejo continua pairando sobre a comunidade e é preciso fortalecer o apoio. Logo após a ação violenta da prefeitura os/as moradores/as e apoiadores/as se reuniram para reerguer as casas que foram demolidas, mostrando a união e a solidariedade local. Na sexta-feira a comunidade fez uma assembleia onde se decidiu manter a resistência, agora com um nome de luta para a ocupação: **Palmares!** O MPL-Floripa declara seu apoio aos guerreiros e guerreiras da Palmares e convoca todos/as a se somarem na luta pelo direito a moradia, a começar por amanhã: **Segunda-feira, dia 5 de Agosto, às 8h00 da manhã os/as moradores/as da Ocupação Palmares vão descer em marcha até a sede da FLORAM no prédio da prefeitura (Conselheiro Mafra, 656 – Centro). Todos/as estão convocados/as! Participe e ajude a divulgar!**

Por uma vida sem catracas e sem cercas, Movimento Passe Livre – Florianópolis! (Fonte: MPL-Floripa<sup>111</sup>, grifo no original).

Como consta na nota do MPL-Floripa, a operação do dia 01 de agosto somente foi interrompida com a chegada de membros da rede de apoio, que questionaram a legalidade da ação juntamente com advogadas populares do CCAP – que viriam a prestar assessoria jurídica para os moradores e moradoras que foram notificados/as.

---

<sup>111</sup> Disponível em: <<https://mplfloripa.wordpress.com/2013/08/04/nota-de-apoio-do-mpl-floripa-a-resistencia-da-ocupacao-palmares/>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

Como encaminhamento unânime da assembleia imediatamente posterior à ação de demolição, foi marcada uma marcha rumo ao prédio da prefeitura (onde localiza-se a Floram), conforme anunciado pelo MPL-Floripa, que também contribuiu com um cartaz para a divulgação da manifestação nas redes sociais virtuais. O cartaz pode ser visto na Figura 14.

Figura 14 - Cartaz produzido pelo MPL-Floripa em apoio à Ocupação Palmares.



Fonte: MPL-Floripa<sup>112</sup> (ago. 2013).

A manifestação contou com mais de 40 pessoas, que atravessaram o MMC marchando desde a Ocupação Palmares rumo ao Centro de Florianópolis. Assim como havia ocorrido no dia 11 de julho, músicas foram cantadas e palavras de ordem gritadas, convocando a população do MMC a lutar por moradia. A chegada ao prédio da prefeitura foi conflituosa, pois a Guarda Municipal tentou barrar a entrada dos/as manifestantes. Mesmo assim a manifestação ocupou o

<sup>112</sup> Disponível em: <<https://mplfloripa.wordpress.com/2013/08/04/nota-de-apoio-do-mpl-floripa-a-resistencia-da-ocupacao-palmares/>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

saguão de entrada do prédio e ali permaneceu fazendo muito barulho. Os/as manifestantes exigiam uma reunião com a Floram para que se encaminhasse uma solução às famílias desabrigadas e à situação da ocupação como um todo.

Muitos/as funcionários/as tacharam as pessoas que se manifestavam de “baderneiras” e a Floram negava-se a recebê-las. Mesmo assim todos/as permaneceram ocupando a parte inferior do prédio, alegando que não sairiam dali sem uma reunião – almoçaram ali, inclusive, com o auxílio de um sindicato que comprou e disponibilizou marmitas. Através da persistência dos/as ocupantes, a Floram acabou cedendo e recebeu parte do grupo (cf. Figura 15). O posicionamento da Floram era de que a casa foi derrubada por estar em Área de Preservação Permanente (APP) e de que se tratava de área de alto risco de deslizamento, informação corroborada pela Defesa Civil. Como resultado da reunião, o órgão da prefeitura (juntamente com a Defesa Civil) e a ocupação fecharam um acordo: que não haveria novas demolições se não fossem erguidas mais casas no local. Também foi marcada uma nova reunião para resolver o problema, que contaria com a presença da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA). Os/as moradores/as se comprometeram a não erguer mais casas até a data da reunião, 07 de agosto, quando deveriam receber um parecer da SMHSA sobre as possibilidades de realocação das mais de 20 famílias que se dividiam nas nove casas erguidas até então. Em contrapartida, os órgãos da Prefeitura presentes se comprometeram a, além da suspensão das demolições, estudar a possibilidade de dar uma solução mais imediata às famílias que ficaram sem as casas, tendo como possibilidades a indenização, reconstrução das casas ou realocação na região.

Figura 15 - Reunião realizada após ocupação do saguão do prédio da PMF.



Fonte: Professor Lino Peres<sup>113</sup> (jul. 2013).

Os encaminhamentos da reunião foram considerados uma grande vitória para a ocupação, que havia conseguido atingir os objetivos esperados com a sua manifestação. Entre uma reunião e outra, as famílias contaram com a presença da Secretaria de Assistência Social na ocupação, que fez os cadastros de todas elas.

A reunião seguinte ocorreu como combinado, no dia 07 de agosto, e uma equipe da SMHSA esteve presente no Plenarinho da Câmara de Vereadores com moradores/as da Ocupação Palmares e representantes de sua rede de apoio, juntamente com a Floram, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e a Defesa Civil. O objetivo principal era dar encaminhamento urgente à situação das famílias. Os debates foram tensos e acirrados, mas o encaminhamento da reunião anterior foi mantido: a Floram não executaria demolições mediante o compromisso de que não se permitisse novas construções na

---

<sup>113</sup> Disponível em: <http://professorlinoperes.blogspot.com.br/2013/08/moradores-da-serrinha-exigem-posicao-da.html>. Acesso em: 11 jul. 2015.

ocupação, pois a Defesa Civil definia a área na categoria R3 (alto risco de deslizamento).

O que houve de novidade em relação à reunião anterior foi a sugestão de que as famílias prejudicadas pelas demolições fossem realocadas em uma área pertencente à UFSC, próxima à ocupação (deste modo, os/as moradores/as não ficariam prejudicados/as por distâncias maiores para irem ao trabalho ou levarem filhos/as para creches ou escolas) – o vereador Lino Peres, responsabilizou-se por fazer o diálogo com a Reitoria da universidade. A Prefeitura analisaria como e quem construiria as casas para as famílias e/ou apresentaria outra solução dentro de um prazo que foi estabelecido.

Após o vencimento do prazo acordado, nenhuma casa havia sido construída na ocupação, mas a Prefeitura apenas havia feito os cadastros, não contatando representantes para dar algum parecer. Cerca de dois meses se passariam até que os/as ativistas desistissem de esperar, organizando uma nova marcha até a Prefeitura para fazer novas cobranças. Esse período ficaria marcado por uma reavaliação estratégica e maior organização interna da Ocupação Palmares, através de debates nas assembleias semanais, que costumavam ocorrer sempre às terças-feiras à noite. Os/as ativistas moradores/as da ocupação também passaram a resolver por si mesmos/as questões e necessidades cotidianas às quais a PMF não concedeu auxílio, embora tenha prometido, como por exemplo as questões de saúde e higiene (banheiros improvisados), e também de infraestrutura (acessos, iluminação, escadas, etc.). Houve também, na mesma época, uma grande aproximação e fortalecimento das relações com a Frente Autônoma de Luta por Moradia (FALM), que seria a assessoria da rede de apoio a atuar de maneira mais orgânica e permanente – somente a FALM e o CCAP seguiram atuando com a Ocupação Palmares após o ano de 2013. Essa relação veio a cumprir com um papel importantíssimo no processo organizativo/educativo que se constituiu na ocupação.

A FALM já atuava junto à Ocupação Contestado, e passou a apoiar a Ocupação Palmares desde que a sua situação apareceu na mídia (no dia 04 de julho). P., um dos/as ativistas da FALM, destaca isso e também afirma em sua entrevista os motivos que o levaram a aproximar-se da Ocupação Palmares:

O meu envolvimento com a Ocupação Palmares se deu através da Frente Autônoma de Luta por Moradia, que já vinha desenvolvendo um trabalho social em outras comunidades, como a da Ocupação Contestado, em São José, um ano

anterior. Graças aos esforços de toda uma rede de solidariedade às famílias que ali estavam sendo noticiadas pelas mídias alternativas, e grupos de apoio, pude acompanhar de perto todo o processo em que as 23 famílias ainda sofrem gradativamente. Estar cooperando num processo de ocupação testifica a gravidade da pauta e incentiva-nos a posicionarmos em relação ao sistema que gera desigualdades. Como não atuamos junto a partidos políticos nem entidades do terceiro setor, nos colocamos lado a lado com os problemas enfrentados pelas famílias, ora buscando apoio jurídico, midiático, saúde e ora incentivando esse protagonismo coletivo (P.).

A descrição presente no sítio virtual da organização corrobora com o relato do ativista. De acordo com a própria FALM:

A Frente Autônoma de Luta por Moradia (FALM) é um coletivo que luta pelo direito à moradia digna e atua na construção de um movimento organizado para este fim. O desrespeito institucional a esse direito é uma realidade cotidiana de milhões de pessoas no país e, em Santa Catarina, o déficit habitacional é cerca de 200 mil moradias. Em Florianópolis, são quase 30 mil famílias que vivem sem teto ou em condições precárias. De outro lado, setores que lucram com a especulação imobiliária contam com mais de 18 mil imóveis vazios na cidade. Diante dessa conjuntura, entendemos que a luta por moradia não é apenas uma questão de suprimento de necessidades básicas, mas uma questão política e econômica alicerçada em uma dinâmica de exclusão sistemática das populações mais pobres.

Para enfrentar e transformar essa situação, a FALM atua de acordo com os princípios de autonomia, horizontalidade e autogestão. Através da inserção em comunidades, buscamos apoiar a construção do movimento social ombro a ombro, a partir da sua organização autônoma e de seu empoderamento. A organização e o protagonismo popular são elementos fundamentais para a construção de uma luta projetada ao longo prazo. A luta por moradia não se restringe à conquista da

casa própria, mas está ligada um contexto mais amplo, em que a luta pelo direito à cidade é um caminho para a alcançar a transformação social (Fonte: FALM<sup>114</sup>).

Buscando maior transparência na sua relação com a ocupação, a FALM lançou em setembro de 2013 um panfleto que divulgou para moradores e moradoras, no qual esclarecia seus objetivos para atuar enquanto assessoria (cf. Anexo A) nesse espaço. No material, os/as ativistas da FALM esclarecem o seu papel na ocupação, ao mesmo tempo em que destacam o que esperam realizar com o seu trabalho:

Estamos participando da Ocupação Palmares porque acreditamos que essa luta é muito importante, pois une muitas famílias para reivindicar uma necessidade básica de milhares de pessoas da Grande Florianópolis, o direito à moradia. Queremos ajudar na construção desse movimento, lado a lado com as moradoras e moradores, mas sabendo que as decisões devem vir de quem realmente vive na Ocupação e constrói essa luta diariamente. Este é um espaço de resistência e luta por uma vida digna, justa e livre.

Defendemos também que o movimento desenvolva **autonomia**, ou seja, no processo de organização e luta todos/as aprendemos a nos organizar e **decidir** sobre os rumos do movimento. Nós, da Rede de Apoio, podemos ajudar, mas as decisões devem vir das moradoras e moradores, porque o movimento é dos/as sem-teto. Cada morador ou moradora deve ser protagonista dessa luta e ter orgulho do que ela representa!

Acreditamos que somente trabalhando juntos/as e com organização podemos aumentar cada vez mais nossa força para atingirmos nossos objetivos. E pra que isso ocorra, entendemos que a melhor maneira é através da **autogestão**, que significa que todos, homens e mulheres, devem ter os mesmos direitos e deveres na participação, nas

---

<sup>114</sup> Disponível em: <<https://frenteautonoma.wordpress.com/quemsomos/>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

tarefas e tomadas de decisões, já que estão todos/as lutando juntos/as pela mesma causa.

Esperamos que, além de conquistar moradia digna para moradoras e moradores da *Ocupação Palmares*, essa luta leve a outras ocupações e novos movimentos de reivindicação. Nessa sociedade, a juventude, trabalhadoras e trabalhadores precisam **conquistar** cada direito, pois nada vem de presente dos de cima (empresários e governantes), então a luta não termina apenas com uma casa nova. É com a nossa luta hoje que entendemos a nossa sociedade e aprendemos juntos/as a transformá-la!

Nosso objetivo de longo prazo é construir um mundo em que não existam padrões e empregados/as, milionários e povo sem-teto, mas onde todas as pessoas tenham seus direitos respeitados, sejam mulheres ou homens, negras ou brancas, gays, desempregadas e pobres. Um mundo sem divisão entre **classes sociais** ou qualquer outro tipo de **opressão**. Vamos construir esse mundo juntos/as com nossa luta!

L., outra ativista da FALM, comenta sobre a importância que dá ao seu envolvimento com a ocupação. Segundo ela:

Estar atuando na Palmares me trouxe um acúmulo de experiência política resultante de trocas provenientes da inserção na comunidade. Além de poder comprovar a importância e necessidade da luta por moradia” (L.).

Especificamente sobre o papel da FALM na ocupação, ela afirma que:

A FALM teve um papel essencial na comunidade, que foi justamente contribuir com a existência de uma organização interna, sempre pautando a importância de estarmos organizados para se inserir nesta luta e dando as ferramentas necessárias para que isso se concretizasse.

Outras conquistas importantes se deram na integração da comunidade no debate de luta por moradia feito na Grande Florianópolis, na articulação com grupos de mesma bandeira e aproximação com outros movimentos como o de mobilidade urbana e luta por terra, maior visibilidade através da mídia assim como o

diálogo feito frente ao poder público para garantir soluções imediatas e a possibilidade de uma futura moradia digna. A nossa maneira de atuar junto à ocupação se difere de outras organizações que muitas vezes se inserem em espaços como este, agindo de maneira autoritária e tendo como objetivo a autopromoção. A FALM não representa a ocupação e nem toma as decisões por ela, nosso papel é de estar lado a lado com a comunidade, dando o apoio necessário para que o movimento se fortaleça rumo ao seu objetivo final e para que a comunidade alcance sua autonomia a ponto de não sermos mais necessários (L.).

No mesmo sentido, P. também faz uma declaração sobre a importância que vê no papel da FALM como assessoria e na sua relação com a Ocupação Palmares. De acordo com ele:

A FALM foi tão importante quanto a organização do próprio espaço. Na verdade, trata-se de ver a FALM como uma ferramenta de apoio logístico em meio a um processo já dado anteriormente, pois a ocupação surgiu ou surgiria independente da FALM. Isso denota algo importante, de que a demanda existe e ela está sujeita a qualquer iniciativa propositiva em relação ao que vem de fora. Por este coletivo vir de um campo de caráter libertário, ou seja, exclui definitivamente quaisquer indícios de autoritarismo, vanguardismo dirigente, autopromoção e demais práticas comuns na esquerda, foi que teve um rápido acesso à ocupação ganhando positivamente uma forte rede de relações de confiança. Esta reciprocidade fortalece o movimento em luta já que o objetivo final (moradia) tem de ser simétrico com os meios (autonomia política). Desta forma, a FALM atua com amplo grau de conferência em relação à comunidade, ou seja, não pode falar/escrever/se colocar por seus moradores, sem que, por questões de ética, a comunidade detém todo o poder, tanto nas tomadas de decisões quanto nas de ações. Por isso, por um caráter consultivo e de solidariedade, o coletivo age de forma a ampliar a autonomia da própria comunidade e, de certa forma, resguarda-la de outros agentes externos à sua política. A garantia de sua autonomia é o

principal objetivo da FALM em todos os seus trabalhos sociais (P.).

Os meses de agosto, setembro e outubro, como comentado, caracterizaram um período voltado para a organização interna e formação política e, ao mesmo tempo, de espera por posicionamentos da Prefeitura – o que não viria a acontecer. Como um modo de trabalhar politicamente a questão habitacional, seus elementos e fatores conjunturais que criam a problemática da luta por moradia, as assessorias passaram a construir junto à ocupação, em diferentes momentos, mostras de filmes. Entre os vídeos escolhidos nas primeiras passagens, estiveram presentes um vídeo sobre a Ocupação Contestado intitulado *A casa que o prefeito deu pra nós*<sup>115</sup>, produzido pelo extinto coletivo do Centro de Mídia Independente de Florianópolis (CMI-Floripa)<sup>116</sup> e também um pequeno documentário sobre o Utopia e Luta<sup>117</sup>, um assentamento urbano localizado em um edifício na área central de Porto Alegre/RS (conquistado através de ocupação e organização). Esses e outros vídeos foram importantes para que moradores/as percebessem a amplitude da temática e também que, por isso mesmo, não estão sozinhos/as na sua causa. O trabalho com vídeos também se mostrou muito importante devido ao fato de que grande parte das pessoas ali não leem ou tem dificuldades com a leitura – muitos/as não têm o ensino fundamental completo e pouquíssimos/as completaram o ensino médio.

Os problemas de saúde e higiene eram grandes, relacionados principalmente à falta de banheiros e saneamento. Esta foi uma das

---

<sup>115</sup> O vídeo pode ser assistido em: <<https://vimeo.com/51933986>>. Último acesso do autor em: 24 jul. 2015.

<sup>116</sup> “O **CMI Brasil** é uma rede de produtores e produtoras independentes de mídia que busca oferecer ao público informação alternativa e crítica de qualidade que contribua para a construção de uma sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente. O **CMI Brasil** quer dar voz a quem não tem voz constituindo uma alternativa consistente à mídia empresarial que frequentemente distorce fatos e apresenta interpretações de acordo com os interesses das elites econômicas, sociais e culturais. A ênfase da cobertura é sobre os movimentos sociais, particularmente, sobre os movimentos de ação direta (os "novos movimentos") e sobre as políticas às quais se opõem” (Fonte: CMI Brasil. In: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/about.shtml>>. Acesso em: 24 jul. 2015 [grifo no original].

<sup>117</sup> O vídeo pode ser assistido em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nLgdW-GHRY4>>. Último acesso do autor em: 24 jul. 2015.

principais reivindicações nas reuniões com a Prefeitura, mas que tampouco obteve posicionamento. Diante disso a ocupação organizou-se para elaborar o saneamento para todas as casas, contando com a ajuda de uma estudante de Engenharia Sanitária e Ambiental da UFSC, trazida pela FALM. Isso também foi debatido e decidido coletivamente, através das assembleias semanais. Entre a opção por banheiros secos e encanamentos ligados à rede de esgoto, optou-se pela segunda opção. A partir de então, as medições foram feitas, os fundos foram levantados, faltando somente a instalação e a construção dos banheiros. Este trabalho não era novidade e seria facilmente executado, já que grande parte das pessoas da ocupação trabalham ou têm experiência na área de construção civil. Porém, mesmo com tudo organizado e tendo o acompanhamento e orientação da estudante, optou-se por esperar um posicionamento da PMF.

Além do saneamento, entre os debates mais importantes que ocorreram nas reuniões estiveram: a questão da formulação de um estatuto interno, no sentido de estabelecer regras para o coletivo; a questão do zoneamento da área em que foi construída a ocupação (que abordaremos adiante); e, principalmente, a estratégia para lidar com a falta de posicionamento da Prefeitura em detrimento de suas necessidades mais prementes, como a construção dos banheiros – que foram sendo construídos aos poucos – e sobre até que ponto a PMF estaria cumprindo com o acordo, pois sentia-se a necessidade de construção de novas casas devido ao grande número de pessoas coabitando cada casa.

Os debates nas assembleias e a ausência da Prefeitura levaram ao entendimento de que a luta da Ocupação Palmares necessitava de maior divulgação, principalmente no MMC, onde muitas vezes o poder público fez uma propaganda negativa através de lideranças comunitárias cooptadas e funcionários/as de órgãos públicos. Utilizavam-se de discursos que colocavam os/as moradores/as da ocupação como oportunistas, querendo passar na frente de milhares de famílias que também estavam aguardando as suas moradias na fila de espera por habitação. Com discursos xenófobos, pessoas ligadas à PMF buscaram em muitos momentos colocar possíveis aliados contra a Ocupação Palmares. Esta última, juntamente com as assessorias, organizou-se diante da necessidade de quebrar esses discursos e mostrar às comunidades ao redor que as pessoas que viviam na Ocupação Palmares também eram vítimas de um mesmo processo excludente e do descaso

da Prefeitura com a questão habitacional do MMC e da cidade como um todo.

Foi por isso que um panfleto informativo foi formulado nas assembleias. O ato de construir coletivamente materiais como este, entre ativistas das assessorias e da ocupação, foi muito importante na relação educativa entre todos os indivíduos. Todos os temas pertinentes à organização sociopolítica enquanto movimento social de luta por moradia eram alvos de diálogos e reflexões e desenvolviam-se por meio de trocas de saberes provenientes de diferentes lugares, mas com intencionalidade em comum.

Na Figura 16 e na Figura 17, pode-se acompanhar o resultado final do primeiro material produzido pela Ocupação Palmares, no qual além de se apresentar e explicar a sua situação, a ocupação também convocava todos os interessados e interessadas a somarem-se à sua luta.

Figura 16 - Primeiro panfleto da Ocupação Palmares (frente).

**PALMARES RESISTE!**

Este é um material produzido por nós, moradoras e moradores da Ocupação Palmares, para esclarecer à população porque estamos resistindo e lutando. Muitas das famílias que aqui vivem foram cadastradas pela secretaria de habitação, mas continuaram sem teto e sem uma perspectiva de ter onde morar. Frente ao completo desinteresse da prefeitura sobre a falta de moradia na cidade, resolvemos tomar nas mãos a resolução do problema, ocupando um espaço vazio no alto do Maciço do Morro da Cruz.

**DE QUE LADO A PREFEITURA SAMBA?**

Existem hoje em Florianópolis milhares de famílias que gastam grande parte da renda com aluguel, vivem de favor, ou aglomerados em situações instáveis e pouco dignas. Ao mesmo tempo, na mesma cidade, erguem-se mansões, condomínios e hotéis à beira do mar, na restinga ou na orla das lagoas sem nenhuma intervenção real da Prefeitura. Esta mesma prefeitura, quando se trata de áreas de moradia popular e de baixa renda, coloca abaixo casas de famílias à base de marreta e motosserra, deixando-as sem teto, alegando questão ambiental. Por que os ricos podem e os pobres não?

A moradia digna é reconhecida no mundo inteiro como direito humano e fundamental para a dignidade das pessoas e famílias. Está garantida, assim como educação e saúde, na constituição brasileira, que é a lei máxima, superior às outras. Ou seja, garantir a moradia é dever do governo!

Além disso, desde 2005, foi estabelecido por lei, pela Câmara de Vereadores, que a prefeitura deveria abastecer o Maciço do Morro da Cruz de estruturas urbanas como escolas, postos de saúde e moradias populares. Milhares de famílias foram cadastradas e aguardam as casas prometidas há quase dez anos, sem resultado. Existe a obrigação legal, a necessidade das famílias, os terrenos estão vazios e ainda assim o que se tem é só uma espera sem fim.



Por isso devemos nos perguntar: pra quem governa esta prefeitura? Que interesses ela defende? Por que não atua de fato na construção de uma cidade democrática, para todos? Por que não cumpre as obrigações que tem com o povo, mas facilita os interesses de grandes empresários e construtoras para vê-los lucrar cada vez mais? Onde estão as moradias populares do Maciço do Morro da Cruz? Por que nunca saíram do papel? Onde a prefeitura espera que nós moremos?

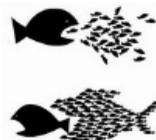
Fonte: Arquivo pessoal do autor (ago. 2013).

Figura 17 - Primeiro panfleto da Ocupação Palmares (verso).

**A GENTE NÃO MORA EM PROMESSAS, NEM EM FOLHAS DE PAPEL!**

Quando o Estado, com seus governos, não se presta a resolver os problemas que tem a obrigação de resolver, devemos nos organizar para questioná-lo. Além disso, nessa situação, o povo tem o direito de resistir pelas próprias maneiras. Caso contrário, viverá rodeado de promessas vazias e papéis que nada garantem. Por isso é necessário que nós, que lutamos pela moradia, estejamos juntos e organizados para pressionar a Prefeitura a atender nossas necessidades!

**Por que nos organizar?** A organização é a soma de forças com um objetivo comum. Com ela podemos estar juntos com aqueles que defendem os mesmos interesses que nós, e juntos podemos aumentar cada vez mais nossa força para atingirmos nossos objetivos.



**Como pressionar?** Nós, moradoras e moradores da Ocupação Palmares, cansamos de esperar promessas mentirosas e decidimos agir diretamente para que nossas vozes fossem ouvidas e nossa situação tivesse visibilidade. Por isso, ocupamos a área que estamos vivendo hoje. A ocupação de terrenos é uma tática histórica de pressão dos movimentos de luta por moradia e não podemos deixá-la de lado. Até mesmo porque não temos condições de pagar aluguéis, temos nossas famílias para sustentar e em algum lugar precisamos morar para ter uma condição digna de vida.

**NOSSOS DIREITOS SÓ A LUTA FAZ VALER!**

Queremos lutar ombro a ombro com todos que passam pela mesma dificuldade que nós, pois sabemos que nossos inimigos são empresários da especulação imobiliária e os políticos que não têm compromisso com o povo. **Muitas vezes a tática deles para nos combater é tentar colocar o povo contra o povo.** Não podemos cair nessa armadilha, pois sabemos que o povo organizado lutando pelo seus direitos é mais forte. No Brasil todo há milhares de famílias que conseguiram garantir sua moradia na luta, pressionando os governos a atenderem essa necessidade básica.

**O POVO UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO!**

Sabemos que não estamos fazendo nada de errado. Pelo contrário, estamos no caminho certo para garantir nossos direitos e, por isso, convocamos a todos e todas que queiram se unir nessa luta a somar as forças conosco. *Traga sua família para a nossa assembleia semanal. Ela ocorre todas terças-feiras, a partir das 19:30, na Ocupação Palmares, no alto do Morro da Cruz.*



Fonte: Arquivo pessoal do autor (ago. 2013).

A rotina na ocupação permaneceu assim durante o período citado, voltada mais para questões internas de organização enquanto movimento e também de organização do espaço. Um regimento interno foi sendo esboçado, discutindo-se item a item e tendo como referência o regimento de outra ocupação. Debates sobre a necessidade de participação de todos/as os/as moradores/as eram recorrentes e vinham acompanhados de cobranças internas. Decisões importantes para o coletivo, como por exemplo a “lei do silêncio” em dias úteis e nos finais de semana, foram temas de debates acalorados que, no fim, acabavam com encaminhamentos consensuais. Às vezes, as assembleias semanais eram acompanhadas de filmes e discussões e em alguns finais de semana eram realizadas atividades de confraternização.

Assim passaram-se semanas na Ocupação Palmares. Porém, a espera pela Prefeitura chegou ao seu limite e decidiu-se por uma nova cobrança. Os/as moradores/as se sentiam de mãos atadas ao não poderem fazer melhorias nas suas casas e/ou construir novas casas, e também esquecidos/as, pois nenhum atendimento foi prestado às suas famílias. Ao mesmo tempo, muitas famílias de fora passaram a procurar a ocupação querendo participar e construir as suas casas, pois também se encontravam em dificuldades com os aluguéis. Acabaram sendo incluídas numa espécie de lista de espera, a partir da qual muitas dessas famílias viriam a somar-se a outra ocupação que surgiria no norte da Ilha de Santa Catarina, em dezembro do mesmo ano – a Ocupação Amarildo de Souza.

No dia 18 de outubro de 2013, uma nova marcha foi organizada até o prédio da Prefeitura com o objetivo de pressionar por uma nova reunião sobre a situação da Ocupação Palmares (na Figura 19 consta o cartaz de convocação da manifestação). Para isso, foi elaborada pela FALM e a ocupação uma carta expondo o seu histórico e os seus problemas. A carta foi liberada em mídias alternativas e redes sociais, para a imprensa, grupos de apoio e também lida na Prefeitura. Após um tumulto com soldados da Guarda Municipal, a manifestação foi atendida e o assessor da Floram marcou uma reunião na câmara de vereadores, para a segunda-feira seguinte (21 de outubro), onde também estaria presente a SMHSA.

Nesse momento, já se tinha um conhecimento maior sobre o zoneamento da área da ocupação, fruto de pesquisas e debates entre as assessorias e a Ocupação Palmares. Em diferentes momentos, foram levados às assembleias mapas impressos no tamanho A3 e discutiu-se as características do terreno. Deste modo, percebeu-se que: a) de acordo

com os níveis de declividade, apenas uma parte da área da ocupação configura APP (sendo que todas as casas viriam a ser autuadas por estarem em área de APP); e b) toda a área da ocupação encontra-se dentro de uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS).

Uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) é uma área demarcada para urbanização e habitação popular. A ZEIS onde está a ocupação é parte integrante das ZEIS implementadas no MMC a partir do ano de 2005, no processo descrito anteriormente em que o FMMC teve papel fundamental para a garantia e consolidação. Instituídas através da Lei Complementar Municipal 207/2005, que veio a classificar muitas comunidades como tal, prevendo inúmeras benfeitorias e a possibilidade da regularização fundiária das áreas ocupadas, as ZEIS deveriam ter sido uma conquista importante dos movimentos que compunham o FMMC (TOMÁS, 2012). Porém, até hoje pouco se vê de implementação de sua razão de ser, em prol de grupos de inclusão precária, como é o caso das famílias da Ocupação Palmares – em adaptação nossa, pode-se ver na representação da Figura 18 a localização aproximada da Ocupação Palmares dentro dos limites da ZEIS do MMC à qual faz parte, além de sua proximidade à UFSC.

É importante destacar que

Para uma área ser gravada como ZEIS é necessária a aplicação de várias ações de diferente natureza, como a inserção em Planos Municipais de Habitação Social que levem em conta a dimensão social e ambiental. No plano devem ser previstas ações de geração de emprego e renda, melhoria de infraestrutura, regularização fundiária, instalação de equipamentos urbanos tais como escolas, creches, postos de saúde e etc. (TOMÁS, 2012, p. 38).

Uma ZEIS concede ao poder público uma grande variedade de possibilidades para uma atuação socialmente comprometida, que poderia gerar ações efetivas para a resolução de diversos problemas enfrentados no MMC como um todo e, mais especificamente, do caso da Ocupação Palmares. Como afirmam BARROS *et al* (2010, p. 96, grifo nosso):

[...] a instituição de uma área ocupada como ZEIS permite que se estabeleçam, para aquela porção do território, parâmetros urbanísticos especiais que respeitam a forma de ocupação realizada pela comunidade. Assim, pode-se admitir, por exemplo, sistemas viários compostos por vias mais estreitas, que melhor se adaptem a ocupações

em áreas de elevada declividade ou mesmo **consolidar ocupações em áreas de preservação ambiental, diminuindo a necessidade de remoção de moradias no processo de regularização fundiária**. O instituto permite também que sejam implantados mecanismos que impeçam a posterior expulsão dos moradores dos núcleos regularizados por segmentos sociais de maior poder econômico, atraídos pela valorização desses terrenos.

Também é importante destacar, de acordo com o artigo 3º da Lei Complementar Nº 207/2005 do município de Florianópolis, que:

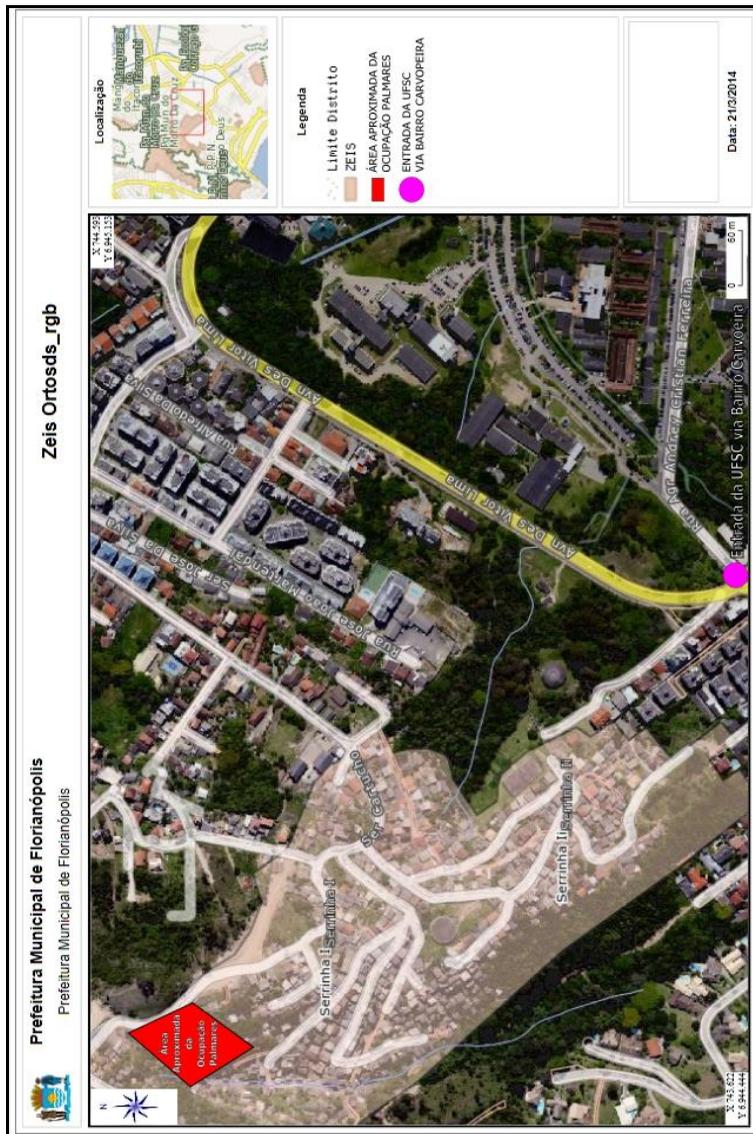
Nas ZEIS do Morro da Cruz, o Poder Executivo fica autorizado a promover projetos de regularização fundiária e urbanística e de edificações, nos termos da legislação específica de cada ZEIS.

§ 1º Os projetos de regularização fundiária e urbanística deverão prever acessibilidade para pedestres e veículos de segurança; delimitar parques e APPs por vias ou ciclovias; fazer reconhecimento oficial de logradouros e numeração de imóveis; e propiciar a integração das comunidades carentes com os bairros do entorno e com a cidade.

§ 2º As edificações situadas em áreas de risco ou no interior da poligonal do Parque do Morro da Cruz **poderão ser relocadas** pela Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental (*apud* TOMÁS, 2012, p. 260, grifo nosso).

Como já mencionado na explanação sobre o MMC, das benfeitorias necessárias a um verdadeiro *interesse social*, pouco foi feito além das obras de infraestrutura que, antes de tudo, cumprem com o papel de favorecer a valorização fundiária. Enquanto isso, as regularizações e/ou novos projetos habitacionais para as famílias de baixa renda mal saíram do papel, atendendo um número irrisório de famílias se comparado com a demanda.

Figura 18 - Representação da área aproximada da Ocupação Palmares inserida em uma ZEIS.



Fonte: PMF [organização nossa]<sup>118</sup> (mar. 2014).

<sup>118</sup> In: <[http://geo.pmf.sc.gov.br/geo\\_fpolis/](http://geo.pmf.sc.gov.br/geo_fpolis/)>. Acesso em: 20 mar. 2014

Conforme a pesquisa feita e debatida nas assembleias da ocupação, a área onde ela está localizada, que é parte de uma ZEIS, apresenta a classificação relacionada aos diferentes índices de declividade, que são: Área de Preservação Permanente (APP – acima de 46,6% de declividade) e Área de Preservação com Uso Limitado (APL – entre 30% e 46,6% de declividade)<sup>119</sup>, que é passível de edificações, além de uma porção com declividade menor do que 30%<sup>120</sup>. Porém, as ações de demolição foram feitas sem a apresentação de um laudo técnico atualizado da área, que comprovasse que as casas demolidas estariam mesmo em área de risco e/ou que ao menos demonstrasse uma leitura do grau de declividade dos terrenos das casas, que definiria se estão ou não em uma porção considerada APP.

Essas informações e o apoio da assessoria jurídica do CCAP, possibilitaram às pessoas atuadas pela Floram que organizassem recursos judiciais com uma defesa bem embasada, exigindo a impugnação do auto de infração (o que seria feito em todos os casos a partir de então). O primeiro recurso foi feito para a primeira casa construída após o acordo sacramentado em agosto, que foi atuada pela Floram no início de outubro. A casa foi levantada diante da compreensão dos/as ativistas da Ocupação Palmares de que houve o descumprimento do acordo por parte da PMF, conforme trecho da carta<sup>121</sup> produzida pela FALM junto à ocupação e divulgada no ato do dia 18 de outubro:

Todos esses motivos nos dão a certeza de que as ações truculentas e atuadas que sofreram as famílias tem um caráter ilegal e demonstra claramente a política preconceituosa de

---

<sup>119</sup> “Área de Preservação com Uso Limitado (APL – entre 30% e 46,6%): são aquelas que pelas características de declividade do solo, do tipo de vegetação ou da vulnerabilidade dos fenômenos naturais, não apresentam condições adequadas para suportar determinadas formas de uso do solo sem prejuízo do equilíbrio ecológico ou da paisagem natural. Portanto, podem ter determinados tipos de construção, desde que autorizadas”. Disponível em: <<http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/floram/index.php?cms=areas+de+preservacao&menu=0>>. Acesso em: 04 mar. 2014.

<sup>120</sup> Dados obtidos no sítio virtual do Geoprocessamento Corporativo da PMF. In: <[http://geo.pmf.sc.gov.br/geo\\_fpolis/](http://geo.pmf.sc.gov.br/geo_fpolis/)>. Acesso em: 14 fev. 2014.

<sup>121</sup> Manifesto “Palmares RESISTE!”. Disponível em: <<https://frenteautonoma.wordpress.com/2013/10/17/manifesto-palmares-resiste/>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

criminalização da pobreza que exerce essa prefeitura, que governa apenas para as elites. Comprovamos isso ao analisar todo o esforço que se faz para garantir a construção de empreendimentos em áreas escancaradamente ilegais ao passo que se tenta por A mais B definir como ilegais áreas ocupadas por famílias que nada mais buscam que uma vida digna com a garantia de um direito básico que é a moradia, tomando em suas mãos uma tarefa que o governo não cumpre. Como bem disse um morador dessa Ocupação: “A gente não mora em promessas, nem em folhas de papel”. Promessas que não se cumprem é só o que a prefeitura sabe fazer. No dia 05 de agosto a ocupação Palmares organizou um ato e marchou até a prefeitura no centro da cidade para cobrar explicações sobre as demolições ilegais e exigir uma resolução para a situação das famílias que lá moram, nessa negociação garantiu-se uma reunião na Câmara de Vereadores, no dia 07 de agosto, em que ficou acordado que as moradoras e moradores não construiriam mais casas durante um prazo de 20 dias, e nesse período a PMF afirmou que resolveria o problema de todas as famílias, uma vez que existem 23 famílias coabitando as 9 casas remanescentes. A ocupação cumpriu sua parte do trato e não construiu mais nenhuma casa nesse prazo. No entanto, a prefeitura, como é de seu costume, não cumpriu sua parte, pois apenas visitou a ocupação para cadastrar as 23 famílias, mas não deu nenhum encaminhamento ou solução para a situação.

Mais de dois meses depois do prazo acordado, a prefeitura parece esquecer suas promessas e deveres. Os moradores e moradoras, cansadas, começaram a construção de uma nova casa que foi imediatamente notificada pela Floram. Surpreende a rapidez da PMF em criminalizar essas pessoas, enquanto quase nada é feito para resolver o problema da moradia na cidade. Novamente a notificação acusa um morador de construir em Área de Preservação Permanente, o que sabemos ser uma

arbitrariedade, conforme consta na defesa dessa acusação.

É por isso que a Ocupação Palmares decidiu novamente marchar em ato até a Prefeitura para cobrar as promessas não cumpridas e mostrar que o povo sabe lutar pelos seus direitos, e moradia digna para todas e todos é um deles. Exigimos que a Prefeitura cesse imediatamente as autuações arbitrárias e viabilize a construção de moradia digna para todas essas famílias, bem como todos serviços básicos, como saneamento, creche e escola para as crianças, acesso à saúde e transporte urbano. A Prefeitura, ao não possibilitar um comprovante de residência aos moradores, faz com que todos esses direitos básicos lhes sejam negados.

A reunião do dia 21 de outubro (cf. Figura 20), na Câmara de Vereadores, foi marcada por muita tensão desde o começo. A Ocupação Palmares mais uma vez mobilizou-se para descer o morro junto às assessorias, pessoas e coletividades solidárias à sua luta. Porém, a grande maioria das pessoas foi barrada na entrada do prédio por soldados da Guarda Municipal. Poucas pessoas haviam entrado no prédio e a Prefeitura exigia que apenas elas participassem da reunião. Estas pessoas tiveram que negociar, em discussões ríspidas, a entrada e participação de mais ativistas da Ocupação Palmares e assessorias na reunião. Deste modo, chegou-se a um acordo: dez representantes da ocupação e dez representantes do poder público fariam a reunião.

A mesma carta apresentada na última manifestação foi lida na reunião, na qual exigia-se alguma ação da Prefeitura. Ao final, o encaminhamento foi o comprometimento da SMHSA em resolver a situação das pessoas que tiveram as casas demolidas. Foi marcada uma nova reunião, que seria realizada na semana seguinte, para discutir os rumos do desse encaminhamento. O contato de um dos ativistas foi deixado com o secretário responsável e foi mantido o acordo de que a partir da reunião casas não seriam construídas e nem ampliadas.

Figura 19 - Panfleto de divulgação da manifestação do dia 18 out. 2013.

**Palmares, RESISTE!**



A Prefeitura Municipal de Florianópolis descumpriu seu acordo com as moradoras e moradores da Ocupação Palmares ao nada fazer para resolver a situação das famílias que seguem dividindo as casas que restaram no local após as ações de demolição. Por isso que convidamos todas as pessoas e organizações solidárias à luta por moradia para fortalecerem a manifestação que ocorrerá na Prefeitura.

**Horário de saída da Ocupação: 13:30**

**Contra os despejos!**



**Sexta-feira, 18 de Outubro**

Fonte: FALM<sup>122</sup> (out. 2013).

<sup>122</sup> In: <<https://frenteautonoma.wordpress.com/2013/10/17/manifesto-palmares-resiste/>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

Figura 20 - Reunião realizada no dia 21 out. 2013.



Fonte: Arquivo pessoal do autor (out. 2013).

Durante a reunião, a Prefeitura alegou que o motivo de nada ter sido feito até então foi a falta de resposta sobre a situação e as possibilidades de realocação no terreno pertencente à UFSC, alegando que o ofício sobre a resposta, que foi negativa, acabara de chegar. A tarefa de contato com a UFSC na reunião anterior foi assumida pelo vereador Lino Peres, e foi a ele que a PMF culpou pela inação da SMHSA. Para além disso, a própria Secretaria Municipal de Comunicação da Prefeitura declarou que o vereador estaria incentivando ocupações em áreas irregulares, referindo-se ao caso da Ocupação Palmares. A esta acusação, o Gabinete do vereador respondeu em seu sítio virtual com texto intitulado “Nota de repúdio do vereador Lino Peres a declarações da Prefeitura Municipal de Florianópolis”<sup>123</sup>. Segue abaixo o texto na íntegra:

Diante da notícia veiculada na mídia local, a partir de texto produzido e encaminhado pela Secretaria Municipal de Comunicação da Prefeitura de Florianópolis e na qual o vereador Lino Peres é acusado, de forma inverídica e leviana, de

---

<sup>123</sup> Disponível em: <<http://professorlinoperes.blogspot.com.br/2013/10/nota-de-repudio-do-vereador-lino-peres.html>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

incentivar ocupações e estimular a construção de residências em áreas de risco e de preservação, o vereador vem a público declarar que:

1) Nunca incentivou ocupações dessa natureza. Ao contrário, defende historicamente, como professor, pesquisador e cidadão, o direito à moradia digna e em áreas qualificadas da cidade;

2) A sua intervenção, no caso da referida ocupação, como está explícito nas duas notícias abaixo, cujos links foram extraídos do blog do mandato, foi no sentido de promover uma intermediação, nas dependências da própria Prefeitura e da Câmara de Vereadores de Florianópolis, nas quais, depois das manifestações dos moradores e dos representantes da Prefeitura, acordou-se que as ocupações ou expansão de casas cessariam na área de risco mencionada com as seguintes condições:

a) que a FLORAM, através da Guarda Municipal, cessasse as demolições das casas no local referido;

b) far-se-ia a cadastramento das famílias no local para efeitos de atendimento futuro da demanda habitacional;

c) a Secretaria de Assistência Social visitaria a área para acompanhar as famílias em suas necessidades;

d) que o vereador Lino Peres, como professor da UFSC, se dispusesse a contatar a Reitoria desta Universidade para verificar a possibilidade de realocação das famílias em questão para o terreno da UFSC que colinda com o lado leste da Serrinha.

Logo depois, o vereador contactou a Reitoria, a qual lhe informou que a área da UFSC é alvo de litígio por abrigar 60 famílias que estão sendo acionadas pela Advocacia Geral da União e assim não poderia abrigar estas novas famílias referidas. Com esta manifestação da Reitoria, através de sua Chefia de Gabinete, o vereador informou ao Secretário da Habitação e Saneamento Ambiental, Rafael Hahne, da impossibilidade de relocar as 17 famílias [o número correto é de 23 famílias] no local mencionado. Sendo assim, a questão voltaria

ao âmbito da prefeitura para a solução deste problema social.

Em face dos fatos expostos, fica claro que o vereador Lino Peres, em vez de incentivar as pessoas a promoverem as ocupações, como afirma a prefeitura, buscou contribuir para dar solução a um conflito social e habitacional que é obrigação constitucional da prefeitura resolver. Além disso, há anos, como professor universitário, ele pesquisa e orienta trabalhos acadêmicos e ações concretas voltadas à preservação ambiental em consonância com o direito à moradia, como estabelecem as Leis 369/2007 e 11.977/2009.

Infelizmente, as sucessivas administrações municipais de Florianópolis, há décadas, não tem se empenhado em zelar pela preservação, através de adequada fiscalização, e, ao mesmo tempo, implementar uma política habitacional não-excludente e sustentável. Se assim fosse, a nossa cidade não estaria sofrendo os dilemas que hoje enfrenta nestas áreas de conflito. Basta lembrar os recentes e bem-sucedidos exemplos política habitacional adequada de Medellín, na Colômbia, e de Diadema em São Paulo.

Nesse sentido, cabe destacar, ainda, a forma como o poder público está tratando o caso das famílias na Serrinha, que foram tiradas do local há três meses, sem o menor respeito a direitos humanos elementares, revelando tratamento discriminatório. A própria nota enviada na sexta-feira à imprensa, na qual o vereador Lino Peres é acusado, cita o fato de serem em “grande maioria oriunda de outros estados”, o que mostra uma postura xenófoba, mesmo porque parte expressiva das populações que vivem nos bairros de baixa, média e alta renda na Capital é oriunda de outras cidades de Santa Catarina e de outros estados.

Em face desses fatos, o vereador Lino Peres exige, portanto, que a Prefeitura Municipal de Florianópolis prove a acusação formulada na nota, de incitação de ocupações na área em questão ou em qualquer outra área ou de suposta “postura irresponsável” deste vereador. Em um

Estado Democrático de Direito, o ônus da prova é de quem acusa.

Também repudia veementemente a postura da coordenação da Secretaria Municipal de Comunicação da Prefeitura, que divulgou a notícia aos órgãos de imprensa sem ouvir o vereador e, ao ser procurada pela Assessoria de Comunicação do Gabinete para esclarecimentos, desligou o telefone, atitude incompatível com profissionais à frente de um órgão público.

Após a reunião do dia 21 de outubro, uma vez mais as famílias da ocupação ficaram à espera de ações da PMF, não podendo resolver alguns problemas que ainda persistiam, como o da falta de banheiros nas casas e o saneamento – o que tinha um efeito degradante para a área e anti-higiênico para as famílias. A PMF não entrou em contato novamente e também não marcou a reunião à qual se comprometera. Como em todas as outras reuniões de negociação, nenhum documento foi assinado com os compromissos firmados e, diante da falta de avanço e das necessidades de melhorias nas condições de vida das famílias, novas casas seriam construídas.

Durante os meses de novembro e dezembro de 2013 as atenções nas assembleias voltaram-se para a questão do regimento interno e o saneamento. Uma nova manifestação ainda foi organizada, no dia 09 de dezembro, reivindicando um espaço emergencial, a possibilidade de construir e/ou ampliar as casas, ou ao menos o aluguel social para as famílias que ficaram sem as suas casas (possibilidade levantada pelo poder público nas reuniões anteriores). Porém, a PMF estava fechada ao diálogo e soluções não foram apresentadas.

Os/as ativistas da Ocupação Palmares seguiram formulando coletivamente seus acordos e transformando o seu espaço. Novas casas surgiram – uma delas transformou-se em uma igreja para cultos evangélicos (religião da maioria dos/as moradores/as) – e banheiros foram sendo finalmente construídos, através da instalação do encanamento que foi ligado à rede de esgotos. Com isso, a ocupação assumiu para si questões que há meses reivindicava junto à Prefeitura, mas não reconhecia nenhum retorno. Se por um lado, a ocupação acusava a Prefeitura de não cumprir com suas promessas, por outro a Prefeitura também acusava a ocupação de descumprir os acordos.

A virada do ano e o início de 2014 ficaram marcados pelo surgimento de uma nova ocupação em Florianópolis, à qual contou com a solidariedade dos/as ativistas da Ocupação Palmares. A Ocupação

Amarildo de Souza (mais conhecida como “Ocupação Amarildo”) foi iniciada na madrugada do dia 16 de dezembro de 2013, quando cerca de 60 famílias ocuparam um terreno no norte da Ilha de Santa Catarina. A área ficava localizada na Rodovia SC-401, a dois quilômetros do trevo de acesso a Jurerê. Esta ocupação teve uma repercussão muito grande na mídia devido às suas proporções e o nível do enfrentamento. A área ocupada, que estava desabitada e tinha entre 600 e 900 hectares, era de propriedade de Artêmio Paludo, um dos fundadores do frigorífico Seara e ex-deputado estadual pelo partido Arena, entre 1978 e 1986. O terreno estaria reservado para um empreendimento imobiliário com moradias de alto padrão e campos de golfe. Segundo os/as ativistas que ocuparam a área, ela foi grilada durante a ditadura militar e desmatada na década de 1990, com a finalidade de produzir camarão – o que não teria dado certo.

Não temos o objetivo de um aprofundamento no histórico desta ocupação, mas consideramos importante destacar seu papel de, unindo-se solidariamente às outras duas ocupações organizadas da Grande Florianópolis – Palmares e Contestado –, fortalecer e dar ainda mais visibilidade à luta por moradia na cidade<sup>124</sup>, ocupando a mídia, universidades e diversos outros espaços com as pautas e reivindicações da causa. As três ocupações passaram a mostrar juntas quem eram e o que acontecia com as pessoas que construam os edifícios e grandes empreendimentos e que assumiam os empregos mal remunerados em Florianópolis. Como afirma Arine Pfeifer Coelho, em reportagem<sup>125</sup> do sítio virtual da Rádio Campeche<sup>126</sup>:

---

<sup>124</sup> Cabe destacar que a Ocupação Amarildo não lutava apenas por moradia, pois tinha um caráter rururbano. Seus e suas ativistas levantavam a consigna por “Terra, trabalho e teto”, exigindo terra para poder morar, trabalhar e produzir alimentos orgânicos/saudáveis. Isso está sendo possível atualmente, após a conquista por essa ocupação, junto ao INCRA, de um assentamento no município de Águas Mornas/SC. Foi neste território que a partir do dia 03 de julho de 2014 formou-se a Comuna Amarildo.

<sup>125</sup> Reportagem publicada no dia 04 fev. 2014. Disponível em: <<http://radiocampeche.com.br/ocupacao-amarildo-recebe-apoio-de-organizacoes-e-da-populacao-na-luta-por-moradia-e-justica-social/>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

<sup>126</sup> A Rádio Campeche é uma rádio comunitária localizada no bairro Campeche, no sul da Ilha de Santa Catarina. Em seu sítio virtual, ela é definida da seguinte maneira: “Somos uma entidade sem fins lucrativos que luta por uma comunicação livre e horizontal em nosso bairro, que se identifica com as lutas

Muitos são trabalhadores vindos de vários lugares do país para incrementar a mesma construção civil que tem gerado tanta riqueza para os empresários do setor nos últimos anos. São também diaristas, faxineiros e atendentes de hotéis e pousadas, garçons, vendedores ambulantes, jardineiros e mesmo quem perdeu o emprego e tem que se virar em biscates: gente que trabalha duro para garantir o dia a dia e para quem é difícil pagar os valores dos aluguéis na cidade. A maioria precisa percorrer longas distâncias diariamente porque não consegue o dinheiro necessário para morar perto do trabalho. Sem esses trabalhadores, boa parte dos empreendimentos de Florianópolis não teria como funcionar.

Na mesma reportagem, há a declaração de uma moradora da Ocupação Amarildo que demonstra muito bem como se dá a relação educativa entre os/as ativistas, o que também caracteriza o cotidiano de outras ocupações, como Contestado e Palmares. A autora comenta:

O barraco da Dona Mara, de 72 anos, quase voou na última tempestade. Ela conta que agora vai receber a ajuda de outros moradores para pregar uns reforços na estrutura e evitar os estragos do vento: “Todo dia que a gente acorda, a gente aprende coisas diferentes”. A solidariedade é um dos aprendizados cotidianos para quem vive na Ocupação Amarildo, onde as tarefas são todas compartilhadas: o preparo das refeições coletivas, a segurança, o cuidado com os pequenos, a elaboração das regras de convívio, que são definidas em assembleias semanais das quais todos os moradores podem participar.

Arine Pfeifer Coelho ainda destaca a forma como a Ocupação Amarildo cresceu rapidamente, reflexo do problema habitacional da cidade, além de mostrar a importância que os ativismos urbanos, levantando a bandeira da luta por moradia, têm no sentido de educar a sociedade como um todo sobre o problema, através de suas práticas. Segundo ela:

---

populares e movimentos sociais que buscam um mundo mais justo e sustentável”. (Fonte: Rádio Campeche. In: <<http://radiocampeche.com.br/apoie-a-radio/>>. Acesso em: 24 jul. 2015).

A dimensão do problema da moradia fica clara no próprio crescimento da Amarildo. Em um mês e meio, o número de famílias acampadas na área passou de 60 para 725. “Todos os dias chegam famílias novas. Algumas vêm com os movimentos sociais, outras vêm espontaneamente”, conta Pépe, um dos organizadores da ocupação, que faz parte do MST. Sim, há movimentos sociais e partidos no apoio e organização do acampamento. Não são apenas os grandes empresários e ruralistas que se organizam no Brasil para manter privilégios seculares, como o latifúndio e a regularização de terras griladas. Foi por causa da organização popular que a moradia se tornou um direito constitucional na década de 1980, e é a força desses movimentos que impulsiona a concretização desse direito. Deles fazem parte não apenas quem precisa de moradia, mas todos que lutam por uma sociedade mais justa.

Muitas destas famílias chegaram ali através da Ocupação Palmares e da Ocupação Contestado. Estas ocupações, dentro de suas dimensões limitadas, cadastraram diversas famílias sem teto que as procuraram e que não puderam acolher, possibilitando que tivessem na Ocupação Amarildo uma alternativa para construir as suas casas. Assim como a Ocupação Palmares recebeu o apoio da Ocupação Contestado em seus primeiros momentos de organização, essas duas ocupações também se somaram de modo solidário à Ocupação Amarildo. Isso ocorreu de diferentes maneiras: na ajuda para a construção das casas; com doações; com transporte; com falas e palestras nas assembleias; com apoio nas manifestações e negociações; e também no processo de levar o debate da questão da moradia em muitas atividades organizadas por essas ocupações ou nas quais eram convidadas para contribuir com as suas experiências.

P., ativista da FALM que esteve presente em grande parte desses eventos, destaca em um trecho da sua entrevista a importância que a relação solidária e de aproximação entre as ocupações teve para os/as ativistas da Ocupação Palmares (e das demais) e também para ampliar o debate sobre moradia na cidade. Segundo ele:

[...] a Palmares, enquanto comunidade organizada em torno da luta por moradia, passa a somar peça fundamental em todo o debate sobre política habitacional e de direito à cidade na Grande

Florianópolis, onde outras ocupações da mesma região, se unem para fortalecer os laços de solidariedade e dar visibilidade às suas demandas. Desde então, o diálogo com o poder público tem surtido efeito graças ao empoderamento que essas comunidades obtiveram, seja por meio de redes de apoio ou pelas ações diretas, fruto de trabalho de movimento social organizado. Apesar da pauta ser limitada à questão da moradia, ou melhor, de possuir um teto digno, a sua luta é legítima já que a questão habitacional vai muito além de quatro paredes, pois ela transversaliza outros direitos e outras demandas como por exemplo, o transporte público, a educação, saúde, trabalho e lazer. Ou seja, o direito à cidade como forma de conquista democrática possui seu papel fundamental nesse processo de cidadania transformadora. Inserida nestes processos de resistência-experiência a comunidade retém as ferramentas de uma verdadeira reeducação, seja através de solidariedade orgânica entre seus moradores, autoconstrução e reforma de casas, como de associação institucional de moradores. O papel político que a Palmares possui e se demonstra fazer valer seu protagonismo popular se torna tão importante quanto um órgão do executivo ou do legislativo (P.).

Dentre as atividades que as três ocupações participaram juntas, podemos destacar duas que caracterizam bem a visibilidade que trouxeram às suas realidades e ao problema da habitação. Uma delas, foi a grande marcha organizada pela Ocupação Amarildo (que ficou conhecida como Marcha – ou Roleção<sup>127</sup> – dos Amarildos), no dia 07 de fevereiro de 2014, que pode ser considerado um momento histórico para os movimentos sociais da cidade, quando centenas de pessoas

---

<sup>127</sup> O termo “roleção” foi uma alusão aos chamados “rolezinhos”, fenômeno que ganhava a mídia nacional na época, quando jovens de baixa renda passaram a marcar encontros e ir em peso aos *shoppings*, nas maiores cidades do país (deixando os/as proprietários/as dos estabelecimentos comerciais em desespero, por um medo preconceituoso de possíveis roubos e arrastões). No “Roleção” dos Amarildos, a população sem-teto de Florianópolis ocupou a Avenida Beira Mar Norte, reduto da população de alta renda, onde estão localizados os metros quadrados mais caros da cidade.

marcharam em solidariedade àquelas famílias. A marcha percorreu a Avenida Beira Mar Norte (cf. Figura 21 e Figura 22) até o Fórum Desembargador Eduardo Luz, no Centro de Florianópolis. Lá houve uma audiência conciliatória que teve como encaminhamento um acordo concedendo mais dois meses àquela ocupação, podendo manter-se no terreno sem intervenção policial e reintegração de posse. Isto foi considerado uma vitória, pois esperava-se que fosse tempo suficiente para que o INCRA providenciasse uma área para o assentamento das famílias. A marcha também foi apoiada por vários sindicatos, movimentos sociais, organizações e partidos de esquerda da cidade.

Figura 21 - “Marcha dos Amarelos” ocupando a Avenida Beira Mar Norte.



Fonte: FALM<sup>128</sup> (fev. 2014).

---

<sup>128</sup> Disponível em: <<https://frenteautonoma.wordpress.com/2014/02/08/marcha-da-ocupacao-amarildo-070214-2/>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

Figura 22 - “Marcha dos Amareldos” passando pela Ponte Hercílio Luz.



Fonte: FALM<sup>129</sup> (fev. 2014).

Outra atividade importante foi uma mesa de debate realizada na UDESC, com o tema “Luta por Terra e Moradia na Grande Florianópolis”, que foi parte da programação da “1ª Semana integrada UDESC”, realizada no mês de março. Neste evento, moradores/as das três ocupações compartilharam as suas experiências com um auditório lotado de estudantes, professores/as e apoiadores/as. Essa foi apenas uma dentre tantas outras mesas (ou rodas) de debate em que as ocupações foram convidadas a participar e/ou construir e que tiveram um papel importante na divulgação das suas lutas e do problema em si, além da ampliação das suas redes de apoio.

Iniciador da Ocupação Palmares e com presença marcante também auxiliando no processo organizativo da Ocupação Amarelido, Seu V. destaca em sua entrevista a importância que teve para a primeira a sua relação com as assessorias, universitários/as e rede de apoio em geral. Ele afirma:

Olha, depois que foi realizada aqui a ocupação, aonde eu tive a ajuda dos universitários. Aonde veio muitas ajudas pra gente lutar junto por esta

<sup>129</sup> Disponível em: <<https://frenteautonoma.wordpress.com/2014/02/08/marcha-da-ocupacao-amarildo-070214-2/>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

moradia. Aonde eu... eu era uma pessoa que quando não tinha um lar, eu era uma pessoa discriminada, os meus pensamentos eram tudo negativo. Aonde hoje eu penso positivo, tudo pra mim eu acredito que vai dar certo. Porque quando a gente está lutando sozinho é uma coisa. E quando a gente tá lutando e a gente tem um apoio, aí tudo muda. Porque uma andorinha só, ela não faz verão. Mas quando nós tem 3, 4, 5 junto da gente lutando pelo aquele objetivo é muito significante. E a nossa fé, ela aumenta em todos aspectos. Então, a minha vida mudou muito. Mudou muito porque hoje eu acredito. Hoje eu acredito que a gente pra adquirir algo, a gente tem que lutar. Porque se eu fosse ficar parado, só olhando pra esse pedaço de terra, aonde poderiam vir outras pessoas e entrar aqui. Então eu me alevantei acreditando que eu ia conquistar que nem eu conquistei e falta pouco para eu ter posse de uma vez e não me incomodar (Seu V.).

Sobre as dificuldades pelas quais passou até que a ocupação à qual iniciou chegasse a um nível elevado de organização e força social, Seu V. comenta:

Essa ocupação, ela nasceu com muita luta, com muita luta mesmo. Aonde eu ainda vivo lutando. Aonde eu já vim lutando. Aqui, essa casinha mesmo, para eu fazer, eu não tinha dinheiro para comprar uma dúzia de tauba, eu não tinha. Aonde eu saí pedindo, eu sim, eu já tinha o terreno. Eu saí pedindo, a um e a outro. Saí pedindo nas firmas pedaço de taubua. Eu ganhei taubua, eu ganhei telha. Ganhei pedaço de telha onde minha casinha é coberta com pedaço de telha. Mas graças a Deus chove e não molha dentro. Então, eu venho lutando ainda. E vou lutar ainda muito, eu sei, para adquirir isso aqui totalmente passado no meu nome e no nome das famílias que estão aqui. E o que eu posso dizer é isso. Que a luta é grande, mas nós vamos vencer (Seu V.).

Essa fala merece destaque por simbolizar muito bem as dificuldades que todas as pessoas ali passaram para construir as suas casas, e que continuaram enfrentando depois de tê-las levantado, fruto do medo de poderem ter, a qualquer momento, as suas casas derrubadas. Como comenta Dona A.:

A nossa luta mesmo é ter uma casa própria. Poder chegar amanhã e dizer “isso aqui é meu, é dos meus filhos”, não vai vim Prefeitura, não vai vim polícia, a nos tirar daqui. Porque tu dorme hoje imaginando que vai chegar a Prefeitura pra nos tirar daqui, tu vai trabalhar às vezes, tu pensa que tu vai voltar e não vai ter casa mais, tu não vai ter pra onde ir, esse é o nosso medo. O meu medo é esse, de chegar aqui e não ter mais casa pra morar. É difícil.

Embora nunca tendo tido a experiência de ver a sua própria casa sendo derrubada na Ocupação Palmares – mas destacando que já levou “*spray* de pimenta no rosto” nas ações –, Dona A. esteve presente nas diversas vezes em que houve demolições de casas dos seus vizinhos e vizinhas. Ela conta como foi lidar com estas situações:

Muito triste... Muito triste mesmo ver uma família olhar e... Tu batalhar, batalhar, batalhar pra construir aquilo ali e de repente chega a polícia e derruba tudo, na frente de criança, mulher, e tu não poder fazer nada. Então é muito triste. Tu ver uma família, um pai de família que sua tanto pra conseguir aquilo ali e dentro de um minuto, cinco minuto, foi tudo destruído (Dona A.).

Para todos os moradores e moradoras da Ocupação Palmares, certamente o momento mais marcante e que causou maior revolta, foram as operações realizadas durante o carnaval de 2014, quando as demolições foram acompanhadas de agressões (físicas e verbais), fruto da violência policial. Após cerca de oito meses sem atendimento do poder público e encarando isso como descumprimento de todos os acordos encaminhados nas diferentes reuniões com a Prefeitura, os/as ativistas seguiam construindo novas casas – já havia mais de treze casas no início de março.

Na tarde do dia 1º de março de 2014, sábado de carnaval, foi organizada pela PMF uma grande operação em que a Floram compareceu na ocupação acompanhada pela Tropa de Choque da Polícia Militar, com dezenas de soldados e cerca de dez viaturas. Após fiscais terem ameaçado confiscar materiais de construção de dois moradores, iniciou-se um confronto em que os policiais se utilizaram de sua força e armamento, agredindo moradores e moradoras (homens e mulheres, adultos/as e crianças) com balas de borracha, *spray* de pimenta e cassetetes, além das diversas agressões verbais. Um dos moradores, que

é pastor e ministra cultos evangélicos na ocupação, foi atingido por um cassete e precisou ir ao hospital, sofrendo mais de cinco pontos na cabeça. Com a chegada de integrantes da rede de apoio e a assessoria jurídica, policiais e fiscais retiraram-se rapidamente, preocupados com o resultado da ação.

Parte do material já havia sido confiscada, mas a operação ficou pela metade. Na segunda-feira, dia 03, a operação foi finalizada com a presença de um efetivo militar ainda maior. Moradores/as tiveram a sua casa demolida e todas as madeiras, além de seus pertences, móveis e eletrodomésticos, danificados e confiscados sem quaisquer medidas de compensação, em mais uma ação sem mandado judicial organizada pela Floram (cf. Figura 23 e Figura 24). Foi a quarta vez que esses mesmos jovens tiveram a sua casa derrubada dentro da Ocupação Palmares – os mesmos que sofreram com a ação no dia 04 de julho de 2013 –, mesmo tendo sido cadastrados pela PMF no ano anterior. Durante o ocorrido, a PMSC proibiu a entrada de integrantes da FALM e outros/as apoiadores/as na ocupação, liberando o acesso apenas às advogadas do CCAP e à mídia corporativa.

A operação durou cerca de três horas e teve repercussão nacional na mídia. Uma reportagem publicada no sítio virtual do Diário Catarinense<sup>130</sup> destacou a dimensão da operação: “Não se tratava de apreensão de drogas ou busca por foragidos. O esquema foi armado exclusivamente para garantir que os fiscais da Fundação Municipal do Meio Ambiente (Floram) cumprissem ordem de demolição de uma casa na Ocupação Palmares”<sup>131</sup>. A FALM produziu nos dias seguintes um pequeno vídeo com cenas do ocorrido e que denunciava a violência policial, intitulado *Ocupação Palmares resiste e vive!*<sup>132</sup>. O vídeo foi disponibilizado e amplamente divulgado na internet, em sítios e redes sociais virtuais, e seria transmitido futuramente em diversas atividades

---

<sup>130</sup>Disponível em:

<<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2014/03/demolicao-de-casa-em-area-invadida-em-florianopolis-exige-esquema-policial-4435412.html>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

<sup>131</sup> Não foi por acaso que a notícia foi publicada desta maneira. A operação realizada pela PMSC na ocupação foi muito semelhante às operações de combate ao tráfico de drogas nos morros do município.

<sup>132</sup> O vídeo pode ser acessado em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-3Af1hgW2Ug>>. Último acesso realizado pelo autor em: 14/07/2015.

em que a Ocupação Palmares foi convidada a participar – como na “1ª Semana integra UDESC” (à qual comentamos há pouco).

Figura 23 - Tropa de Choque da PMSC e pertences dos moradores desalojados.



Fonte: Emanuelle Gomes/DC<sup>133</sup> (mar. 2014).

Figura 24 - Empresa contratada levando os bens confiscados.



Fonte: Emanuelle Gomes/DC<sup>134</sup> (mar. 2014).

---

<sup>133</sup> Disponível em:

<<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2014/03/demolicao-de-casa-em-area-invadida-em-florianopolis-exige-esquema-policia-4435412.html>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

As assembleias que ocorreram após a operação foram muito importantes para a ocupação, que deu um novo salto na sua organização. Todos/as os/as ativistas compartilhavam um grande sentimento de revolta e indignação, que se refletiu em maior participação. As reuniões tornaram-se mais propositivas: experimentou-se a formação de núcleos de trabalho, juntando-se famílias pelo critério da proximidade espacial; discutiu-se a relação com a mídia corporativa, que não deveria ser feita por qualquer pessoa, mas apenas por quem fosse determinado/a pela coletividade (ou através de comunicados, como já havia sido feito antes); criaram-se táticas para lidar com pessoas infiltradas<sup>135</sup>; os/as ativistas assumiram novas tarefas internas para a organização do espaço (construção de uma lixeira coletiva da ocupação, limpeza do terreno, construção de escadas nas áreas de acesso mais complicado, etc.); começou-se a falar sobre a importância de fundar uma associação de moradores; houve muitas conversas sobre a importância da união, da solidariedade e do comprometimento, com todos/as participando. Com isso, os problemas internos passaram a ser discutidos de forma mais clara e sincera entre todos/as.

Outra coisa que chamou a atenção de forma positiva foi a ampliação da participação das mulheres, que embora sempre tenham tido destaque na resistência frente às operações da PMF e também nas manifestações, ainda participavam de maneira tímida nas reuniões. O protagonismo feminino é um problema recorrente a ser combatido internamente nos movimentos sociais. Os efeitos decorrem do machismo, que é reproduzido e frequentemente naturalizado por todos/as. A experiência de organização é muito útil para evidenciar esse problema – que é histórico, estrutural, e, portanto, muito mais amplo do que a esfera de uma ocupação – e buscar desconstruí-lo. Neste sentido, a organização de reuniões entre as mulheres tem grande efeito, para que possam compartilhar seus problemas e perceber como que o machismo as afeta cotidianamente. Embora na Ocupação Palmares não tenham

---

<sup>134</sup> Disponível em:

<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2014/03/demolicao-de-casa-em-area-invadida-em-florianopolis-exige-esquema-policial-4435412.html>. Acesso em: 12 jul. 2015.

<sup>135</sup> No início do processo organizativo da Ocupação Palmares, havia um informante infiltrado no movimento, que acabou por afastar-se logo que foi identificado pelos/as ativistas.

sido organizadas reuniões com esse fim<sup>136</sup>, as mulheres dali tiveram a oportunidade de participar de eventos com esta finalidade em outras ocupações e também na universidade.

No dia 08 de março (Dia Internacional da Mulher), houve uma atividade na Ocupação Amarildo, na qual as mulheres da Ocupação Palmares foram convidadas. O evento foi muito importante para elas, pois contou nos debates com a presença de uma mulher descendente de pessoas que viveram no Quilombo dos Palmares. Na mesma semana, diversos movimentos sociais e organizações se uniram para formar um calendário de atividades voltadas ao feminismo, que entre outras atividades contou com um evento organizado para as mulheres das ocupações, chamado “Mulheres na luta por moradia: integração de ocupações da Grande Florianópolis com pic-nic de educação sexual e saúde feminina” (cf. cartaz na Figura 25). Atividades como essas têm a capacidade de levar à vida dos/as ativistas debates e ideias que muitas vezes nunca tiveram a possibilidade de refletir sobre ou então de compartilhar com alguém, como por exemplo: sororidade<sup>137</sup> e patriarcado<sup>138</sup>, violência doméstica, aborto, sexualidade, saúde feminina,

---

<sup>136</sup> Na Ocupação Contestado, havia as reuniões do chamado Núcleo de Mulheres, onde ativistas das FALM trabalhavam junto às moradoras temáticas do feminismo e formulavam estratégias de geração de renda. Isso se mostrava muito importante, levando-se em conta que tanto as mulheres casadas como também as solteiras muitas vezes não podiam sair de casa para trabalhar devido à necessidade de cuidar das crianças.

<sup>137</sup> “O feminismo promove a Sororidade. Sororidade vem do latim, sororis irmã e idad, relativa a qualidade. Se o pacto entre os homens é conhecido como fraternidade e reconhece parceiros e sujeitos políticos excluindo as mulheres, a Sororidade é o pacto entre as mulheres que são reconhecidas irmãs, sendo uma dimensão ética, política e prática do feminismo contemporâneo” (Fonte: O machismo nosso de cada dia. Disponível em:

<https://www.facebook.com/OMachismoNossoDeCadaDia/photos/a.396729613691953.99341.396630023701912/510673952297518/?type=1&permPage=1>).

Acesso em: 24 jul. 2015..

<sup>138</sup> “Patriarcado é uma cultura, um sistema, uma civilização, um sistema econômico, um sistema político, um sistema legal, um sistema religioso, um sistema científico, e assim por diante. Mas acima de tudo, o patriarcado é um PODER. Um poder que se manifesta em todos os lugares, instituições, pessoas, hábitos, culturas, religiões, ideologias, mesmo entre mulheres. Isto porque o patriarcado socializa com os papéis e as hierarquias de gênero que existem entre homens e mulheres. O patriarcado existe há tanto tempo pois promove a sociabilidade entre homens, que se tratam como irmãos (fraternidade),

métodos contraceptivos, relacionamentos abusivos, violência sexual e/ou psicológica, LGBTfobia, culpabilização da mulher, duplas (e triplas) jornadas de trabalho feminino, etc.

Figura 25 - Calendário feminista de atividades da semana do Dia Internacional da Mulher (2014).

**Calendário feminista - Dia Internacional das Mulheres**

<p><b>sábado - 01.03</b></p> <p>&gt; Bloco Acontece: Bloco de Carnaval contra violências, lesbafobia, transfobia e homofobia 12h - Bar do Deca 16h - Praça XV</p>	<p><b>quinta - 06.03</b></p> <p>&gt; Cine-debate "Violências contra as mulheres: para além do alho roxo" Coletiva Vaidas do Desterro, 19h na ADEH (Rua Trajano, 168, 3º Andar)</p>	<p><b>sexta - 07.03</b></p> <p>&gt; Exposição de biografia de anarquistas feministas + Cine Debate + Lançamento da Livraria Libertária Lucy Parsons - LLLP CABN e FALM 19h no Instituto Arco-Iris (Travessa Raticliff, 56 - Centro)</p>	<p><b>sábado - 08.03</b></p> <p>&gt; Feira LLLP com Brechó e Artesanatos Núcleo de Mulheres Ocupação Contestado CABN e FALM 9h R. João Pinto, Centro</p> <p>&gt; Bloco "Sala de Balaia e Mete a colher" 10h na Catedral</p>	<p><b>domingo - 09.03</b></p> <p>&gt; Mulheres na luta por moradia: integração de ocupações da Grande Florianópolis com oficina e pic-nic de educação sexual e saúde feminina. CABN e FALM 15h no Bosque do CFH-UFSJ</p>
<p><b>terça - 04.03</b></p> <p>&gt; Bloco "Roda a Balana" Coletivo Somos Pagu e MML 15h no TICEN</p>	<p>&gt; Atividade da UCE 17h na sede da entidade (Alvará de Carvalho, 246)</p>	<p>&gt; Mamilos em Fúria: Oficinas e apresentações - espaço exclusivo p/mulheres. 4h na Plataforma</p>		

Fonte: FALM<sup>139</sup> (fev. 2014).

A resposta da Ocupação Palmares às operações realizadas durante o carnaval veio na terça-feira, 11 de março, em mais uma manifestação no prédio da Prefeitura (sede da Floram). Os/as ativistas saíram da ocupação pela manhã e seguiram em marcha para o Centro,

atribuindo-lhes poder. Enquanto isso, obriga as mulheres a reproduzirem e sustentar materialmente os homens, socializadas entre si como inimigas, servindo aos interesses do desejo masculino" (Fonte: O machismo nosso de cada dia. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/OMachismoNossoDeCadaDia/photos/a.396729613691953.99341.396630023701912/510673952297518/?type=1&permPage=1>>.

Acesso em: 24 jul. 2015).

<sup>139</sup> Disponível em: <<https://frenteautonoma.wordpress.com/2014/02/>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

contando com a solidariedade de ativistas da Ocupação Amarildo, além de outros movimentos, organizações e apoiadores/as. Cerca de setenta pessoas protestaram em frente à SPU (Superintendência do Patrimônio da União) e à Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) e depois encaminharam-se à Prefeitura – unindo no protesto as reivindicações das duas ocupações, que passavam por impasses distintos quanto a área em que estavam territorializadas. Os/as manifestantes almoçaram em frente à PMF, onde ativistas prepararam um “carreteiro”, com um fogareiro e panelas que levaram ao local (cf. Figura 26 e Figura 27).

Figura 26 - Manifestantes organizando almoço em frente à sede da PMF/Floram.



Fonte: Marco Favero/Hora<sup>140</sup> (mar. 2014).

---

<sup>140</sup> Disponível em:

<<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2014/03/integrantes-da-ocupacao-amarildo-de-souza-fazem-manifestacao-solidaria-a-ocupacao-palmare-em-frente-a-prefeitura-de-florianopolis-4442673.html>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

Figura 27 - Manifestantes entoando palavras de ordem em frente à PMF.



Fonte: Flavio Tin/ND<sup>141</sup> (mar. 2014).

Após a persistência da manifestação, representantes foram recebidos/as e conquistaram, pela primeira vez desde que se iniciou o conflito entre Ocupação Palmares e a PMF, um acordo documentado. Ficou acordado de que a ocupação não construiria mais nenhuma casa além das dezesseis que estavam em pé naquele momento e que, em troca, não haveria mais nenhuma demolição ou intervenção militar na área. Como contrapartida, a ocupação deveria permitir a entrada de fiscais da Floram e demais funcionários enviados pelo poder público com a finalidade de estudar a área. Também houve o compromisso por parte da PMF de atualização dos cadastros para encaminhamento da situação das 23 famílias que habitavam as casas. Embora o acordo tenha servido como segurança para os/as moradores, a contrapartida servia para que a Defesa Civil pudesse finalmente encaminhar um laudo técnico atualizado da área<sup>142</sup>, até então inexistente, o que poderia servir para agilizar a expulsão das famílias da área.

---

<sup>141</sup> Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/150137-integrantes-da-ocupacao-amarildo-se-juntam-a-ocupacao-palmares-em-protesto.html>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

<sup>142</sup> A Defesa Civil baseava-se, até então, no Plano Municipal de Redução de Riscos de Desastres, do ano de 2006, que classifica a área onde encontra-se a

No dia seguinte, a PMF já iniciou os trabalhos na ocupação, como consta em notícia<sup>143</sup> publicada no dia 12 de março de 2014 em seu sítio virtual:

Uma equipe mista da Prefeitura de Florianópolis - formada por representantes da Defesa Civil, da Floram e das Secretarias de Habitação e Assistência Social - visitou na manhã desta quarta-feira (12) a ocupação irregular conhecida como Palmares, localizada no Alto da Caieira do Saco dos Limões, no Maciço do Morro da Cruz.

Na ação conjunta, os funcionários municipais realizaram o mapeamento do local, com a quantidade de casas habitadas, as condições estruturais e o número de ocupantes por habitação. Providenciaram também o cadastramento das famílias.

A ocupação está localizada em APP (Área de Preservação Permanente) e mapeada como em risco de deslizamento pela Defesa Civil. Os profissionais foram recebidos pelos moradores, que se mostraram bastante receptivos à ação desenvolvida pelos órgãos municipais. Eles se comprometeram a não iniciar novas construções, evitando assim novas ações de demolição pela Floram.

A Fundação Municipal do Meio Ambiente deixou bem claro aos moradores que o processo administrativo referente às casas já construídas de forma irregular seguirá seu trâmite legal. Além disso, vai continuar monitorando a área e, caso ocorra alguma tentativa de ampliação ou nova construção irregular, a casa será demolida.

Os moradores comprometeram-se a não construir mais e aguardar a decisão dos processos

---

Ocupação Palmares com tendo grau de risco de escorregamento Alto (R3). Disponível em: <<http://www.ceped.ufsc.br/elaboracao-do-plano-municipal-de-reducao-de-riscos-de-desastres-de-florianopolis-pmrr-2007/>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

<sup>143</sup> Disponível em:

<<http://portal.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina&noti=11373>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

administrativos e judiciais patrocinados pela Floram. Na oportunidade, foram demarcadas 16 casas, que tiveram os seus moradores cadastrados pelas Secretarias de Habitação e Assistência Social. A Defesa Civil, por sua vez, fez uma avaliação da área e das construções.

Na visita de fiscalização, todas as casas foram numeradas e meticulosamente medidas pelos/as fiscais, que foram acompanhados/as por um geólogo responsável por fazer a análise do solo (cf. Figura 28 e Figura 29). É importante destacar que a partir do momento em que houve um acordo documentado, os/as ativistas mudaram sua tática no modo de lidar com a PMF, buscando o diálogo e a cooperação, na expectativa de terem suas necessidades mais elementares atendidas.

Figura 28 - Fiscal da Floram em frente a uma casa numerada pela PMF.



Fonte: Daniela Anjos/PMF<sup>144</sup> (mar. 2014).

---

<sup>144</sup> Disponível em:

<<http://portal.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina&noti=11373>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

Figura 29 - Fiscais dialogando com moradores/as.



Fonte: Daniela Anjos/PMF<sup>145</sup> (mar. 2014).

Nesta mesma fiscalização, um morador ou moradora de cada casa recebeu uma nova autuação por construção irregular em área de APP (com sujeição à multa de até R\$10.000,00 ou despejo) e tiveram até 20 dias para recorrer com suas defesas. A ação foi muito mal recebida por todos/as, que acionaram os/as advogados/as populares do CCAP para auxiliar no encaminhamento dos processos de defesa.

Diante disso, em assembleias realizadas na casa que funcionava também como igreja, os/as ativistas passaram a questionar as vantagens e desvantagens do acordo, já que a suposta segurança de um documento assinado, que impossibilitava demolições de surpresa, também deixava as famílias impossibilitadas de qualquer melhoria em suas casas ou nas áreas de uso coletivo. Ao passo que não se sabia qual seria o resultado das autuações, que poderiam desdobrar-se em ordens de despejo com data definida e autorizadas judicialmente.

---

<sup>145</sup> Disponível em:

<<http://portal.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina&noti=11373>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

Outras questões foram sendo levantadas e a FALM iniciou trabalhos de solidariedade à Ocupação Palmares a partir das demandas que surgiram nas assembleias. Foi a partir daí que se buscaram possibilidades de estudos para quem tinha interesse em retomá-los e também uma campanha do agasalho – em Florianópolis as temperaturas já começavam a cair em um nível raro ou mesmo inexistente em Alagoas.

O encaminhamento referente aos estudos foi buscar informações sobre Educação de Jovens e Adultos no município, através do contato com funcionários/as do setor de EJA da Secretaria Municipal de Educação. Estas pessoas foram muito atenciosas e inclusive estiveram na ocupação para avaliar as possibilidades de formação de uma turma de EJA ali mesmo. Porém, não havia quantidade de pessoas suficientes para isso e já existiam turmas de alfabetização e ensino fundamental numa escola muito próxima à ocupação, localizada na Serrinha. A notícia foi recebida com muito entusiasmo por todos/as num primeiro momento. Mas poucas pessoas se matricularam para retomar os estudos e menos ainda seguiram estudando. A realidade mostrou-se bem mais complexa quando moradores e moradoras perceberam que teriam que abdicar do pouco tempo que tinham de descanso do trabalho para entrar em uma sala de aula. Além disso, há os problemas da baixa autoestima e da falta de confiança de que “conseguirão aprender”, que são intensificados pelos vários estigmas que carregam devido às opressões que sofreram e ainda sofrem cotidianamente.

A campanha do agasalho teve grande êxito, com uma grande arrecadação de roupas. Todas as semanas chegavam novas caixas e sacolas cheias de peças de roupas de frio que eram distribuídas entre as famílias. Para não haver problemas na distribuição (que tomava muito tempo das assembleias), encaminhou-se que três moradoras ficariam responsáveis por centralizar as doações e redistribuí-las. A campanha foi realizada com pontos de arrecadação nas universidades e divulgada com cartazes e falas nas atividades às quais a ocupação participou (pode-se ver o cartaz da campanha na Figura 30.

Figura 30 - Cartaz da campanha do agasalho em solidariedade à Ocupação Palmares.



Fonte: FALM<sup>146</sup> (abr. 2014).

Diante da situação que seguia complicada, com as casas sendo coabitadas e algumas delas sem banheiros, voltou-se a pensar na necessidade de novas negociações. Os/as ativistas retomaram o estudo dos mapeamentos da área em suas assembleias. Atividades de formação com mostra de filmes também seguiram ocorrendo, onde trabalhava-se com outros exemplos de luta por moradia, conhecimentos sobre legislações urbanísticas e organização popular. Os filmes eram passados com o auxílio de um projetor e um lençol branco preso com pregadores a um grande pedaço de papelão retangular. No mesmo anteparo, projetavam-se também os mapas da área da ocupação com os zoneamentos que constavam no sítio virtual da PMF, em momentos em que as pessoas presentes também tinham a possibilidade de obter noções básicas de cartografia. Aos poucos, foi sendo elaborado coletivamente um documento a ser entregue em uma nova reunião que os/as ativistas marcariam com a SMHSA e a Floram, no qual as demandas coletivas foram sendo esmiuçadas em reivindicações mais concretas – a reunião só seria marcada após muitas ligações e quatro solicitações presenciais na Prefeitura.

<sup>146</sup> In: <<https://frenteautonoma.wordpress.com/2014/04/>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

O documento produzido, intitulado “Carta à Floram e à Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental da Prefeitura Municipal de Florianópolis – PMF”<sup>147</sup>, trazia a descrição do histórico da ocupação, dos acordos e descumprimentos, além da visão que os/as ativistas tinham do conflito e sua análise sobre a área – que era parte de uma ZEIS e, conforme a declividade, não estava totalmente dentro de APP, como constava nas autuações de todas as casas. Na carta os/as ativistas explicaram seus motivos para solicitarem a reunião e apontaram as suas reivindicações. Um trecho do documento pode ser lido abaixo:

Na terça-feira, 11 de março, foi dado um passo importante para esta negociação, quando se firmou um acordo, documentado, de que nenhuma casa seria demolida, se nenhuma outra casa fosse construída. Isso demonstra abertura para o diálogo, e é o que continuaremos buscando através dessa e de outras reuniões. Foi importante, mas apenas um primeiro passo, já que muitas coisas ainda seguem pendentes e as famílias seguem em condições precárias devido à não possibilidade de ampliação das casas para o atendimento da higiene mais essencial, como a construção de banheiros. Além de ainda haver coabitação, pois não há casas suficientes para o número de famílias – a PMF cadastrou 21 famílias pela assistência social.

A leitura que fazemos desse cenário é de que a Prefeitura precisa estar mais atenta às questões legais envolvendo esse impasse, podendo, através do cumprimento de suas obrigações, auxiliar essas famílias quanto à cidadania e inclusão social, através das condições mínimas para uma sobrevivência menos precária. [...] Por isso estamos aqui hoje, para exigir, mais do que promessas e cadastros, ações que tragam de fato melhorias para a vida das famílias. Para que possamos acreditar que a Prefeitura está buscando cumprir com a sua parte do acordo firmado.

**Portanto, reivindicamos, nesta reunião:**

---

<sup>147</sup> Este documento foi atualizado no ano de 2015. A versão mais recente pode ser lida no Anexo C.

1. A liberação imediata da construção de banheiros nas casas, pois muitas famílias encontram-se em condições precárias de higiene;
2. A garantia da permanência das 16 casas já construídas;
3. Permissão da ampliação imediata do número de casas para 21, viabilizando moradia para todas as famílias;
4. Que se permita às famílias fazerem melhorias em seus lotes;
5. Garantia de infraestrutura de saneamento para todas as casas, que pode ser feita em parceria entre famílias e órgãos públicos;
6. Construção ou permissão para que se construam infraestruturas básicas para o cotidiano e a saúde das pessoas, como escadas, hortas e espaços coletivos;
7. Não intervenção militar no território da Ocupação Palmares. Que se faça o diálogo com a comunidade, como vimos buscando fazer;
8. Cancelamento de todas as autuações, retirando as multas e ameaça de demolição das casas;
9. Que os moradores que tiveram suas casas demolidas, na ação efetuada durante o carnaval deste ano, possam reconstruir suas casas na Ocupação Palmares ou que, no mínimo, sejam relocados para área próxima.
10. Que todos os materiais e móveis que foram apreendidos nas operações acima citadas sejam devolvidos para os moradores atingidos;
11. Um documento assinado, com o parecer sobre cada um destes itens de reivindicação em que conste um prazo para a resolução desses problemas;
12. Creche para as todas as crianças e assistência social para moradores.

Agradecemos à disposição ao diálogo e esperamos que possamos avançar no que acreditamos que deva ser a efetivação do direito de todas as famílias: condições de vida digna à população de Florianópolis.

*Rede de Apoio e Ocupação Palmares*  
Florianópolis, 04 de abril de 2014<sup>148</sup>

A reunião realizada no dia 04 de abril foi marcada por muita tensão. Embora estivessem presentes representantes de todos os órgãos – Defesa Civil, SMHSA, Floram, Assistência Social e Prefeitura –, estes/as não queriam que a reunião ocorresse, fechando-se ao diálogo mesmo com todas as pessoas envolvidas na mesa. Alegou-se que na reunião anterior já havia sido assinado um acordo em que a ocupação reconhecia a área como de risco e que não faria mais nenhuma casa ou acréscimo (como banheiros). Para a procuradora do Prefeito César Souza Jr., não havia mais porque dialogar, já que agora a resolução do problema se daria com a finalização do laudo técnico que a Defesa Civil passou a elaborar<sup>149</sup> e com a consequente remoção das famílias que estava pendente na esfera jurídica. A procuradora inclusive sugeriu que apenas se protocolasse o documento, antes mesmo de sua leitura, e que a reunião fosse cancelada. Mesmo assim a reunião acabou ocorrendo, na maior parte do tempo em tom de discussão e sem uma mediação. Representantes do poder público afirmaram que não havia mais o que negociar, já que a ocupação estava em área de risco. Enquanto ativistas buscavam esclarecer que não se tratava de querer ficar na área, mas da busca de uma solução junto à PMF, que fosse além de colocar as famílias na rua.

O resultado final da reunião não trouxe nenhuma novidade para a ocupação, além da notícia de que o laudo técnico da área já estaria bem encaminhado e seria negativo para todas as famílias. Portanto, a situação da Ocupação Palmares ficaria dependendo de uma ação civil pública que, no caso de uma liminar, obrigaria todas as famílias a saírem do local. Também foi esclarecido que ali, não podiam garantir nenhuma alternativa de moradia para as famílias.

Diante do fechamento ao diálogo por parte da PMF, que não reconhecia a Ocupação Palmares enquanto uma comunidade organizada, os/as ativistas passaram a reformular sua estratégia na busca pela resolução de seus problemas, com a finalidade de abrir novas fontes de diálogo pela via institucional. As famílias não podiam ficar paradas aguardando um desfecho que já se esperava que fosse negativo. Desta forma, nas assembleias que se seguiram na ocupação iniciou-se o debate

---

<sup>148</sup> Grifo no original.

<sup>149</sup> Como já afirmado, a Defesa Civil baseava-se no Plano Municipal de Redução de Riscos de Desastres, do ano de 2006.

sobre as possibilidades de participação da Ocupação Palmares nas reuniões do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS)<sup>150</sup> – o que foi sugerido por lideranças comunitárias e até mesmo por funcionários/as da PMF – e também a criação de uma associação de moradores, com o objetivo de criar uma ferramenta que garantisse uma representatividade legalmente reconhecida e, portanto, maior peso político.

Outro motivo que impulsionou a Ocupação Palmares a criar sua própria associação de moradores, foi a falta de confiança na associação mais próxima, que chegou a procurar os/as moradores/as em diferentes momentos “oferecendo” favores de caráter notadamente clientelista. Sabia-se que a gestão desta associação tinha um relacionamento muito próximo a um ex-vereador que teve seu mandato cassado no mesmo ano. O político sofreu a cassação por ter utilizado bens, serviços e servidores públicos em prol de sua candidatura, além de comprar votos com recursos do município – através da clássica tática de pavimentação de ruas.

Enquanto o foco das assembleias na ocupação durante o resto do ano seguiu sendo a formação da associação de moradores, dois eventos foram marcantes e também se tornaram pontos de pauta entre os/as ativistas: a proposta de construção de um teleférico que ligaria o Centro do município à UFSC, percorrendo o MMC; e a Relatoria do Direito Humano à Cidade organizada pela Plataforma de Direitos Humanos – Dhesca Brasil<sup>151</sup>, que com o auxílio da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB<sup>152</sup> (Seção Local Florianópolis) colocou a

---

<sup>150</sup> O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS) foi criado em 24 de março de 2010 através da Lei Nº 8210/2010, que define seu caráter como consultivo, fiscalizador e deliberativo, com a função de acompanhar, fiscalizar e decidir sobre a Política Habitacional de Florianópolis, assim como de todos os programas e projetos a ela relacionados (AGUIAR, 2014).

<sup>151</sup> “A Plataforma de Direitos Humanos – Dhesca Brasil – é uma rede formada por 40 organizações da sociedade civil, que desenvolve ações de promoção, defesa e reparação de direitos humanos” (Fonte: Dhesca Brasil. In: <<http://www.plataformadh.org.br/quem-somos/historico/>>. Acesso em: 15 jul. 2015).

<sup>152</sup> A AGB é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que reúne geógrafos/as, professores/as e estudantes de Geografia preocupados/as com a promoção do conhecimento científico, filosófico, ético, político e técnico da Geografia para que se possa oferecer à crítica da sociedade uma abordagem geograficamente consistente dos seus/nossos problemas, com o intuito de aperfeiçoar o debate

Ocupação Palmares como um dos pontos de visita da pesquisa de campo que levantaria casos de violações de direitos humanos em Florianópolis.

A representação da Plataforma Dhesca Brasil esteve em Florianópolis para a formulação de uma de suas relatorias, tendo como principal motivador o fato de o Plano Diretor do município ter sido elaborado sem a ampla participação da sociedade civil, o que deveria ter ocorrido através da realização de audiências públicas participativas e deliberativas. O Plano Diretor também tinha recebido mais de cem emendas legislativas que alteraram seu conteúdo (novamente, sem a participação da sociedade civil). Esses problemas geraram um cenário judicialmente conflituoso, em que o Ministério Público Federal entrou em rota de colisão com a PMF, exigindo a paralização do processo de aprovação do Plano. Mas, além disso, a Plataforma Dhesca Brasil também buscou dar visibilidade aos problemas enfrentados pelas ocupações urbanas na cidade, conforme publicado em seu sítio virtual na época:

Além da questão do Plano Diretor, a cidade de Florianópolis conta com inúmeras ocupações urbanas, sem que haja qualquer tipo de mediação do conflito fundiário pelo poder público e o atendimento das necessidades básicas dos moradores dessas ocupações. Serão esses os enfoques da missão, que será acompanhada pelo Fórum Sul de Reforma Urbana, Fórum de entidades e movimentos sociais, ligados ao Fórum Nacional de Reforma Urbana e que agrega entidades do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina (Fonte: Dhesca Brasil<sup>153</sup>).

Ainda de acordo com as informações contidas no sítio virtual, as relatorias da Plataforma Dhesca Brasil costumam ocorrer por meio de missões (*visitas in loco*), audiências públicas, reuniões e pronunciamentos, contando com o envolvimento de organizações e movimentos sociais, assim como representantes do Poder Executivo, Legislativo e do Sistema de Justiça. Voltadas à perspectiva da

---

científico da Geografia e que se interessa pelo desenvolvimento de alternativas e iniciativas de promoção do bem-estar social (Fonte: AGB. In: <<http://agb.org.br/index.php/agb-em-debate/60-portal/73-historia-da-agb>>.

Acesso em: 15 jul. 2015).

<sup>153</sup> In: <<http://www.plataformadh.org.br/quem-somos/historico/>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

universalidade e indivisibilidade dos direitos, essas relatorias atuam em diferentes áreas, como é o caso da Relatoria do Direito Humano à Cidade realizada em Florianópolis, “que trabalha em prol do desenvolvimento de uma cultura de reconhecimento e respeito ao direito à cidade e na perspectiva de que o Estado deve coibir as violações e garantir a promoção e proteção deste direito”<sup>154</sup>. Para este fim, as relatorias pautam a agenda pública e propõem recomendações e medidas que devem ser tomadas pelo poder público para garantir a dignidade e proteção das pessoas em situação de violação de direitos e de vulnerabilidade.

A agenda em Florianópolis teve um dia de visitas em diversas comunidades espalhadas por todas as regiões do município e outro para a visita a órgãos públicos e entrevista às autoridades, além de uma audiência pública no auditório do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, onde ativistas da Ocupação Palmares estiveram presentes apresentando a sua situação através de palestra e apresentação do vídeo sobre a operação ocorrida no carnaval.

No que se refere às obras do teleférico (que foram inicialmente programadas para começar no segundo semestre de 2015), houve debates e polêmicas na esfera municipal que duraram muitos meses, até o engavetamento do projeto em 2015, devido à comprovação dos altos valores e consequente ineficiência<sup>155</sup>. De acordo com reportagem do Notícias do Dia<sup>156</sup>, a PMF defendia que o novo modal geraria um desafio para os problemas de locomoção no município e seria uma grande solução para a mobilidade urbana defasada, ao interligar o TICEN (Terminal de Integração do Centro) – onde circulam mais de 200 mil pessoas diariamente – à região da UFSC – onde milhares de pessoas enfrentam um tráfego lento e pesado todos os dias –, atravessando o Morro da Cruz – habitado por mais de 30 mil pessoas. A obra foi orçada em R\$64 milhões (parte dos quase R\$150 milhões

---

<sup>154</sup> Disponível em: <<http://www.plataformadh.org.br/quem-somos/historico/>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

<sup>155</sup> Conforme notícia veiculada por Rafael Martini no sítio virtual do ClicRBS, no dia 23 mar. 2015. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/visor/2015/03/23/teleférico-engavetado/?topo=67,2,18,,77>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

<sup>156</sup> Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/173380-comprevisao-de-transportar-3-mil-passageiros-hora-teleférico-deve-ficar-pronto-em-2016.html>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

destinados para obras de mobilidade urbana em Florianópolis) e seria financiada pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do Governo Federal. Em uma passagem da notícia, destaca-se o que foi falado pelo prefeito sobre a obra:

A intenção, ressalta o prefeito Souza Júnior, é fazer com que a população do Maciço do Morro da Cruz seja beneficiada com deslocamento rápido e seguro. “Vai ser bom para quem mora no Maciço. Vai ser bom para o transporte da cidade toda. E vai ser um belo atrativo turístico”, avalia Souza Júnior. Segundo a Prefeitura, o teleférico deve impactar positivamente a vida de 20% da população de Florianópolis<sup>157</sup>.

Os posicionamentos contrários e desdobramentos do caso comprovariam que o projeto estava muito mais voltado ao turismo e à gentrificação no MMC do que a uma solução para a população de baixa renda da região e da cidade como um todo. Em audiências públicas com a presença de movimentos sociais e entidades da sociedade civil, além de estudantes e professores/as universitários, vereadores/as, Polícia Militar e órgãos ambientais (como a Floram), foram questionadas as atribuições da obra do teleférico e seus impactos socioambientais. Essas audiências abordaram questões como: exposição integral do projeto, perfil dos usuários, trajeto a ser feito, fluxo/hora previsto, valor de tarifa, se a proposta estará inserida no Sistema Integrado de Transporte e com os outros modais vigentes ou futuros; e as formas de contratação dos serviços de obra e execução do projeto<sup>158</sup>. Também foi questionado o porquê de as verbas terem sido liberadas sem discussões amplas e claras com a população e o desconhecimento dos impactos ambientais da obra, já que não havia nenhum estudo e nem mesmo a Floram tinha acesso às informações do projeto (que não possuía licenças ambientais). Em entrevista à RIC MAIS, o Professor do Departamento de Automação e Sistemas (DAS) da UFSC, Werner Kraus Jr., destacou alguns pontos

---

<sup>157</sup> Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/173380-com-previsao-de-transportar-3-mil-passageiros-hora-teleferico-deve-ficar-pronto-em-2016.html>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

<sup>158</sup> Conforme notícia do Diário Catarinense, publicada no dia 10 fev. 2014. Disponível em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2014/02/audiencia-publica-na-camara-de-vereadores-vai-debater-projeto-de-teleferico-em-florianopolis-4415865.html>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

que mostravam que o projeto destoava muito das suas supostas pretensões. Segundo ele:

A ideia que a Prefeitura tem de usar um teleférico para a mobilidade urbana. Ela não fecha. Por quê? Porque a tarifa de um teleférico tem que estar na casa de uns dez reais. No mínimo! No mínimo dez reais. É... Pra subsidiar o teleférico a ponto de integrá-lo ao sistema de ônibus vai ter que pagar um subsídio de sete, oito reais por passageiro. Pra gente ter uma ideia o que isso representa: no Rio de Janeiro, um teleférico similar, consome mais de dois milhões de reais por mês dos cofres públicos em subsídios. Em Florianópolis, esse subsídio conseguiria reduzir a tarifa de ônibus, usado por 200 mil pessoas por dia, em cinquenta centavos<sup>159</sup>.

Ficava claro que a relação entre os impactos da obra e seu valor, se comparados a investimentos em outros modais, fazia com que o projeto não valesse a pena. A garantia de corredores exclusivos de ônibus com redução das tarifas e mais horários, por exemplo, seria algo muito mais efetivo para desafogar o tráfego em toda a cidade e trazer benefícios à população de baixa renda do MMC. Chega a ser absurdo pensar que a PMF esteve próxima de implementar um projeto dessa magnitude enquanto hoje, a única linha de ônibus que atravessa o MMC (que começou a circular em 2012), tem pouquíssimos horários de circulação, sendo que as vias que atravessam o MMC são as com o tráfego menos intenso na ligação entre a região da UFSC e o Centro do município. Na Figura 31, pode-se ver os horários restritos desta linha, chamada Transcaeira.

---

<sup>159</sup> Conforme notícia publicada no dia 23 mai. 2014 [transcrição nossa]. Disponível em: <<http://ricmais.com.br/sc/sc-no-ar/videos/obra-do-teleferico-no-macico-do-morro-da-cruz,-em-florianopolis,-e-alvo-de-polemica/>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

Figura 31 - *Print screen* dos horários da linha de ônibus Transcaeira no sítio virtual do Consórcio Fênix.

**consórcio.fênix** horários notícias atualizações perguntas frequentes saiba mais quem somos contato

buscar horário e itinerário da linha

Transcaeira - 191 busque por número, nome, rua ...

**Transcaeira - 191**

**Característica:** Alimentadora TICEN  
**Tempo de percurso:** 00:34 aproximado  
**Alterada em:** 23/02/2015

**Tarifa - Região Única**  
**Cartão:** R\$ 2,98  
**Dinheiro:** R\$ 3,10

**Legenda**  
 Próximo horário

Dias Úteis - Saída TICEN - Plataforma A lado 1

06:35	08:34	12:00	13:00	17:50	20:00
22:20					

Dias Úteis - Saída TITRI - Terminal Integração Trindade

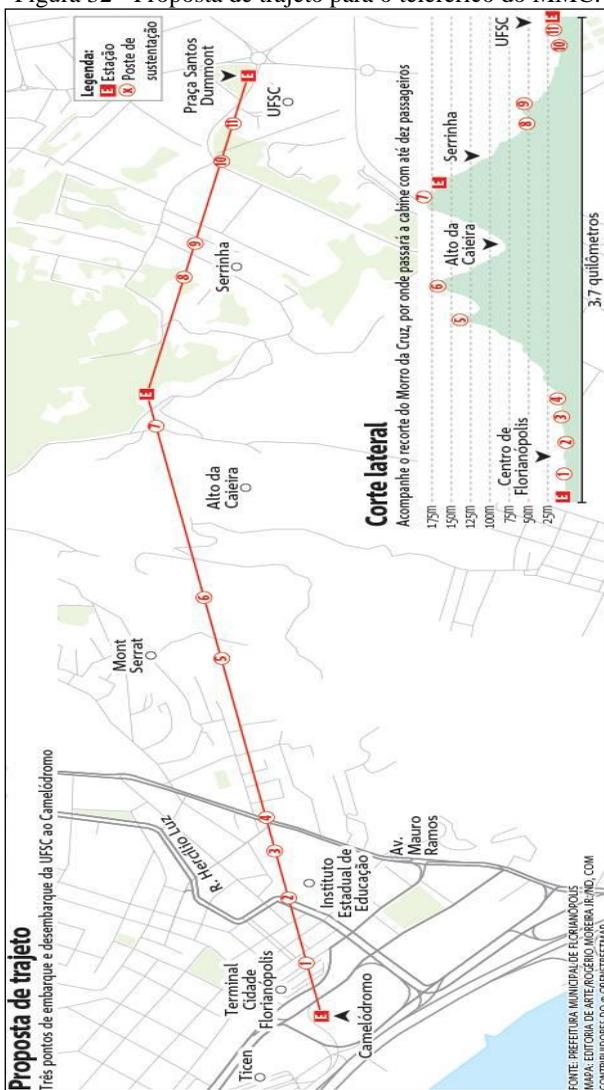
05:55	07:40	10:58	12:00	16:55	18:45
19:30	21:55				

Fonte: Consórcio Fênix<sup>160</sup> (fev. 2015).

Isso demonstra bem a diferença de tratamento das questões ambientais na cidade, por parte da PMF, quando estão envolvidos projetos voltados ao turismo e à população de alta renda. Por outro lado, trouxe um alerta à Ocupação Palmares, devido ao fato de que uma das três torres de embarque do teleférico seria construída a cerca de dez metros da ocupação, na área onde há um campinho de terra com goleiras de futebol – uma das poucas áreas de lazer do MMC, que serve como ponto de referência para encontrarmos a ocupação em imagens de satélite (o que pode ser notado na proposta de trajeto do teleférico, que consta na Figura 32). Isto fez com que se passasse a questionar se as operações na ocupação não estariam voltadas a interesses especulativos, já que a sua área certamente valorizaria muito com o megaempreendimento que, se construído, ficaria quase em frente à Ocupação Palmares. É importante levar em conta que a PMF e nenhum/a funcionário/a jamais mencionou o fato de a área ter um proprietário privado, o que viria à tona no ano de 2015, quando já se sabia que o projeto do teleférico não seria efetivado.

<sup>160</sup> In: <<http://www.consorciofenix.com.br/horarios/transcaeira.191>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

Figura 32 - Proposta de trajeto para o teleférico do MMC.



Fonte: Rogério Moreira/ND<sup>161</sup> (jun. 2014).

<sup>161</sup> In: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/173380-com-previsao-de-transportar-3-mil-passageiros-hora-teleferico-deve-ficar-pronto-em-2016.html>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

Para além das questões mencionadas, o segundo semestre de 2014, entre fluxos e refluxos, foi marcado por um distanciamento entre a Ocupação Palmares e a PMF. Não houve mais intervenções do poder público na área e os/as ativistas mantiveram-se, nesse período, construindo aos poucos o estatuto do que viria a tornar-se uma associação de moradores.

O processo de formulação do estatuto foi lento, organizado em parceria com a FALM, e iniciou-se através da utilização de um modelo como base. Nas assembleias o ponto de pauta sobre associativismo e estatuto permaneceu constante. Na elaboração do estatuto, itens eram acrescentados e outros suprimidos e, ponto a ponto, discutia-se o significado de cada um deles e de cada palavra “diferente” que levantava dúvidas. A linguagem jurídica foi sendo, de assembleia em assembleia, descoberta por todos/as, e os artigos e parágrafos do estatuto eram pensados e debatidos a partir de exemplos hipotéticos de situações que suscitariam a necessidade de levar-se em consideração o que estava escrito ali. Foi uma experiência educativa rica e lenta, de produção coletiva, consensual e autogestionária, de um documento que serviria como fio condutor das relações entre todos/as os/as ativistas moradores/as da Ocupação Palmares. Neste processo, com os exemplos de um futuro conjunto habitacional que eram dados quando se debatia algum item específico, todos/as puderam sonhar um pouco com o dia em que teriam a sua moradia e não sentiriam o medo de perderem a sua casa.

No dia 18 de novembro de 2014, foi fundada a Associação Palmares, conforme consta no Art. 1º de seu Estatuto Social (cf. Anexo B):

Com a denominação Associação Palmares, fundada em 18 de novembro de 2014, com sede na Rua Transcaeira, s/n, bairro Serrinha, Florianópolis, Santa Catarina. Terá como foro jurídico o município de Florianópolis, Santa Catarina, com capacidade de representação em todo o território nacional, sob forma de Associação Civil, autônoma, de direito privados, sem fins lucrativos e tempo indeterminado de duração, composta de número ilimitado de associados, sem qualquer distinção de crença, raça, cor, sexo, preferência partidária ou categoria social, nacionalidade e profissão. Reger-se-á pelo presente estatuto e normas de direito que lhe são aplicáveis.

Nesse período, não só o estatuto foi produzido coletivamente nas assembleias, mas também a primeira identidade visual da Ocupação Palmares (elaborada para a associação de moradores). O resultado final, assim como o nome da ocupação e da associação, resgata as raízes dos/as ativistas que são, na grande maioria, negros/as e migrantes do estado de Alagoas. Com a imagem de Zumbi dos Palmares, o logotipo pode ser visualizado na Figura 33.

Figura 33 - Identidade visual feita pela Ocupação Palmares para a sua Associação de Moradores.



Fonte: Arquivo pessoal do autor (dez. 2014).

A partir de então, a luta da Ocupação Palmares atingiu um novo patamar, que foi a sua inserção e participação das reuniões do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS). O dia 18 de junho de 2015 foi marcado pela primeira vez em que a situação da Ocupação Palmares foi um ponto de pauta específico deste Conselho, e contou com a presença do ativista nomeado Presidente da Associação Palmares,

além de membros da assessoria. Para essa reunião, a Ocupação Palmares reelaborou junto à FALM o documento que conta sua história, problemas específicos e reivindicações à PMF. O documento (que pode ser lido na íntegra no Anexo C deste trabalho) manteve o mesmo nome – Carta à Floram e à Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental da PMF –, e tem na sua parte final uma passagem que demonstra, além das suas reivindicações, a disposição da ocupação em auxiliar a PMF a resolver os seus problemas. Segue o trecho a seguir (cf. Anexo C, grifo no original):

Os moradores e moradoras da Ocupação Palmares conhecem seus direitos, que devem ser respeitados. Mesmo em caso de despejo, deverá haver uma prévia consulta para ouvir todos os envolvidos, prévia informação com a data da ação, presença de seus representantes, identificação de todos que vão executar a ação, auxílio médico aos doentes e necessitados, etc. Isto é dever do Poder Público, garantir a moradia das pessoas, que não podem ficar na condição de “sem teto”. Todo reassentamento de pessoas é necessário para sua própria proteção. Neste caso, a Ocupação Palmares lembra que é dever do Estado destinar um projeto alternativo. E que no caso de pessoas não reassentadas, deve haver uma compensação justa, não importando a forma legal da residência – as pessoas devem receber proteção mesmo se não tiverem título ou documentação formal relacionados à sua casa. Despejos forçados são considerados ilegais quando realizados com uso de força física, violência ou intimidação, que resultem em pessoas e famílias desabrigadas (e/ou agredidas), ameaças e destruição de bens das famílias afetadas.

Por isso entende-se que neste diálogo, para além das promessas e cadastros, são necessárias ações que tragam de fato melhorias para a vida das famílias. Para que possamos acreditar que a Prefeitura está buscando cumprir com a sua parte do acordo firmado no intuito encontrar uma solução para o problema. Quanto a isso, a comunidade, por meio da Associação Comunitária Palmares, se coloca aberta ao diálogo e à colaboração.

Pelo que foi exposto, solicitamos por meio do Conselho de Habitação:

1. Em não havendo a possibilidade de as famílias serem assentadas na área em que estão, que seja aberto diálogo referente a destinação para uma outra área. A Ocupação Palmares se compromete a somar esforços com o Poder Público na busca pela garantia da moradia às famílias ali residentes;
2. Reconhecimento da Associação de Moradores (Associação Comunitária Palmares) como entidade legítima de representação das famílias desta comunidade, legalmente registrada em cartório, sendo responsável por todo o diálogo com o Poder Público através de seus representantes legais;
3. Acordo para interrupção das intervenções policiais dentro da comunidade. Que toda a ação de órgãos públicos na comunidade seja agendada junto à Associação de Moradores, fazendo-se o diálogo com a comunidade e o Conselho de Habitação. Enquadra-se neste item a retenção de móveis e quaisquer pertences dos moradores;
4. Em razão de famílias encontrarem-se há mais de 2 anos em condições precárias de saneamento e higiene, a permissão para construção de banheiros nas casas, além de reformas nas casas e/ou lotes a fim de garantir a salubridade;
5. Acordo formal para a garantia de permanência das 16 casas já construídas pela Ocupação Palmares, desde o acordo feito com a PMF e Floram em reunião;
6. Permissão para que sejam viabilizadas infraestruturas básicas para o cotidiano comunitário e saúde das pessoas, como escadas, hortas e um espaço coletivo (levando-se em conta que há na comunidade crianças, mulheres grávidas, idosos/as e pessoas com necessidades especiais);
7. Que seja aberto um diálogo com a Assistência Social para que haja atenção às famílias nos casos referentes ao acesso a

creches, postos de saúde, CadÚnico, entre outras questões;

**8. Acesso a uma cópia do laudo técnico da área produzido pela Defesa Civil;**

**9. Possibilidade para um novo cadastramento por parte da PMF, tendo em vista que devido à dinâmica da comunidade, relacionada à condição precária das famílias, houve algumas alterações.**

**10. Um documento assinado, com o parecer sobre cada um destes itens de reivindicação em que conste um prazo para a análise e resolução desses problemas;**

Florianópolis, 05 de maio de 2015.

A reunião representou um grande avanço nas negociações, quando o próprio Secretário de Habitação afirmou que a comunidade seria realocada e, mesmo sem uma previsão concreta, disse que as famílias da Ocupação Palmares seriam agregadas a um dos projetos habitacionais do MMC. Diante da situação de precariedade das famílias, houve o comprometimento de que a PMF iria, antes próxima reunião do Conselho (na qual a Ocupação Palmares seria mantida em pauta), fazer um estudo *in loco* junto com a CASAN (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento), para avaliar a situação do saneamento e verificar novas possibilidades. Nesta reunião, nas declarações sobre os projetos habitacionais do município, a PMF se mostrou muito aquém de suas metas para as políticas públicas na área da habitação de interesse social, reconhecendo seus limites e colocando como entrave o repasse de verbas do Governo Federal.

Embora a visita agendada não tenha ocorrido, a Ocupação Palmares foi novamente ponto de pauta na reunião do CMHIS no dia 09 de julho de 2015 e esteve mais uma vez presente, com dois representantes da sua associação de moradores. Na ocasião, organizou-se a visita que estava pendente e que visava atender as necessidades da ocupação. Essa ocorreu no dia 15 de julho, e estiveram presentes representantes do CMHIS juntamente com representantes da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, Secretaria Municipal de Assistência Social e a Floram. Os/as funcionários/as e representantes puderam então conhecer toda a área, tirar fotos e fazer entrevistas para a elaboração de um relatório que seria encaminhado para a executiva do Conselho.

Mesmo após o acordo estabelecido, houve uma nova operação para a demolição de casas na Ocupação Palmares, no dia 17 de julho de 2015. Isso ocorreu, pois havia duas novas construções para além das 16 casas. Uma delas era um novo templo evangélico. A ação teve a presença da Floram, Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SMDU), Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA), além do acompanhamento da PMSC e GMF (cf. Figura 34). Durante o ocorrido, um fiscal da SMDU, que preferiu não se identificar, condenou as novas construções, mas também confirmou em entrevista ao Notícias do Dia<sup>162</sup> que as famílias da Ocupação Palmares serão “reassentadas”. O fiscal afirmou que:

Foi feito um cadastro de 16 casas e eles se comprometeram a não ampliar. **É uma comunidade que será reassentada** [grifo nosso]. A secretaria de habitação cadastrou todo mundo, mas agora estão construindo novas casas e desrespeitando o acordo.

Essa é a situação atual da Ocupação Palmares após um histórico conturbado, marcado por sua resistência territorializada, conflitos e negociações, organização sociopolítica e diversas experiências educativas que se desdobraram em múltiplas relações de ensino-aprendizagem entre todos os atores envolvidos. O que representa o caráter educativo do processo de construção de um movimento social/socioterritorial popular urbano que luta por moradia.

---

<sup>162</sup> Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/270162-casa-e-igreja-irregulares-sao-desmanchadas-na-serrinha-em-florianopolis.html>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

Figura 34 - Operação realizada no dia 16 jul. 2015, com a demolição de duas construções.



Fonte: Marco Santiago/ND<sup>163</sup> (jul. 2015).

P., ativista da FALM, relatou em sua entrevista um pequeno resumo dos resultados da atuação sociopolítica da Ocupação Palmares em parceria com as assessorias. De acordo com ele:

Desta parceria, conseguimos:

- dar visibilidade à comunidade, pela mídia televisiva e impressa local,
- fazer com que o poder público atendesse suas demandas específicas,
- ajudamos a colocar a Palmares na rota do debate sobre moradia na Grande Florianópolis, através de pesquisas acadêmicas, de órgãos internacionais como a ONU e UNICEF, palestras e eventos relacionados ao tema

---

<sup>163</sup> Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/270162-casa-e-igreja-irregulares-sao-desmanchadas-na-serrinha-em-florianopolis.html>>.

Acesso em: 24 jul. 2015.

- articulamos a luta por moradia de forma mais ampla, com movimentos da mesma bandeira e outros com outras pautas
- através do diálogo constante com moradores e moradoras, a necessidade da participação coletiva interna e na união
- e o principal, colocar a Palmares no caminho da moradia digna, buscando diálogo com o poder público, pelo executivo e espaços de consulta

Encerrando este capítulo, destacamos que, neste momento, há dois elementos com o poder de definir o destino da Ocupação Palmares e seus/suas ativistas. Primeiramente, se diante da promessa de realocação, continuarão se organizando para garantir que o projeto saia do papel, acompanhando o trabalho do poder público, seja pela sua participação no Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, seja por outras instâncias e, é claro, cumprindo com a sua parte nos acordos. E em segundo lugar se, garantindo a conquista da moradia, conseguirão manter a sua organização enquanto sujeito coletivo-movimento social, mantendo a tradição da solidariedade e fortalecendo outros ativismos e movimentos que lutam (ou virão a lutar) por moradia na Grande Florianópolis. Com isso, demonstrarão se a sua luta se encerrará em sua escala, microlocal, e nos seus interesses mais imediatos de satisfação de necessidades básicas materiais, ou se ela se expandirá através de seu potencial educativo.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação (formal, não formal e informal), pelo seu papel formador, é o campo prioritário para o desenvolvimento de valores. E um dos valores importantes que a emancipação necessita é o da resistência, visto como uma capacidade de força de resistir e enfrentar adversidades, mas também como capacidade de recriar, retraduzir, ressignificar as situações concretas de vivência cotidiana a partir de outras bases, buscando saídas e perspectivas novas (GOHN, 2010, p. 58).

A sociedade brasileira (como todas as outras) é constituída através de relações de poder e dominação que põem em cena os mais diversos conflitos. Esses conflitos ocorrem entre sujeitos que defendem novas concepções de mundo e relações sociais contra agentes hegemônicos que representam, defendem e difundem as concepções e relações do *status quo* vigente. Diante disso, são abertas disputas políticas, ideológicas e culturais sobre temas que dizem respeito à sociedade como um todo. Na maioria dos casos, essas disputas são extremamente desiguais, por conta do poderio instrumental e ideológico da parcela da sociedade comprometida com a parte dominante dos conflitos. Questões relacionadas às desigualdades de classe, gênero, sexualidade, etnia e raça seguem como grandes tabus e aqueles e aquelas que se esforçam para trazê-las à tona, buscando criar novos sentidos e significados às relações sociais, costumam enfrentar uma grande pressão contrária.

A mídia corporativa, a política institucional – com o predomínio de grupos de poder ligados ao mercado imobiliário, agronegócio e conservadorismo religioso – e a educação formal têm grande responsabilidade nos rumos da educação e cultura política da população brasileira, sendo notoriamente influenciadas pelos interesses hegemônicos. Isso significa que acabam por não problematizar e educar sobre questões pertinentes e urgentes como as citadas acima<sup>164</sup>. Quando

---

<sup>164</sup> Como exemplo recente do que foi exposto, podemos citar as fortes pressões protagonizadas pelas bancadas religiosas e igrejas evangélicas e católicas que

há mudanças significativas, elas acabam geralmente ocorrendo através de pressões de sujeitos coletivos que transformam tais questões em suas demandas e, traduzindo-as em reivindicações, criam sua estratégia e suas táticas para lutar por seus objetivos. Esses sujeitos, constituídos por homens e mulheres agindo na história, são os movimentos sociais.

Iniciamos essa parte final da dissertação com essa explicação para reforçar nosso entendimento do papel educativo dos movimentos sociais, que se educam nos seus processos organizativos e educam a sociedade como um todo, a partir do momento em que, travando suas lutas, difundem as problemáticas relacionadas às suas demandas, expressando os grandes nós do desenvolvimento estrutural da sociedade capitalista.

Partindo dessa percepção, buscou-se nessa dissertação analisar a especificidade do processo organizativo de uma ocupação urbana – a Ocupação Palmares – localizada na região central de Florianópolis/SC, para que fosse possível identificar no decorrer da sua curta história as manifestações de seu caráter educativo.

Para atingir nosso objetivo geral, tendo como foco as características de nosso sujeito de pesquisa, trabalhou-se primeiramente – no Capítulo 1 – com um histórico do desenvolvimento da urbanização brasileira e suas especificidades, de modo que pudéssemos compreender as origens e os principais fatores responsáveis pelos problemas sociais apresentados pelas cidades brasileiras hoje, e que são denunciados pelos movimentos sociais urbanos em suas lutas cotidianas. Nesta análise, foi possível perceber que problemas como a segregação espacial e exclusão social têm raízes muito profundas, relacionadas à concentração das terras tanto no campo como na cidade. A busca pela acumulação de capital e da importação dos padrões de desenvolvimento urbano dos

---

influenciaram governos estaduais e municipais a retirarem de seus planos de educação (formal) quaisquer menções à identidade de gênero e sexualidade. Em Florianópolis, o atual Prefeito, César Souza Jr., comprometeu-se a encaminhar à Câmara de Vereadores um Plano Municipal de Educação (PME) em que não haverá “nada que diga respeito a ideologia de gênero” (Fonte: DC. In: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/noticia/2015/07/em-reuniao-com-lideres-religiosos-prefeito-de-florianopolis-garante-que-retirara-genero-do-plano-de-educacao-4813148.html>>. Acesso em: 30 jul. 2015). Outro exemplo é a aprovação da lei que reduz a maioria penal no país para os 16 anos de idade, ignorando a necessidade de um debate amplo que leve em conta a problemática socioeconômica e racial, que faz com que a juventude negra seja a parcela da população mais atingida.

países centrais do capitalismo geraram uma urbanização acelerada e desigual, que teve como contrapartida a produção extrema de pobreza e miséria.

O modo como as elites lidaram com os diversos problemas urbanos ao longo das décadas se deu com o uso ideológico do planejamento urbano, criando ambientes de “conciliação de classes” e paz social, falsificando a realidade e difundindo a crença na técnica como solucionadora de todas as mazelas socioespaciais dos espaços urbanos. As articulações dos segmentos dominantes criaram uma representação de “cidade oficial” que ignora a maior parte dos reais problemas urbanos, marcados principalmente pela intensa ocupação ilegal do solo pela população de baixa renda. Desse modo, as ideias difundidas nos planos se aplicaram apenas a uma parte do espaço e da sociedade, reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios.

Esse processo foi necessário ao próprio modelo de urbanização levado a cabo no país. Ao ignorar-se a territorialização informal da pobreza urbana nas brechas da cidade oficial, sem acesso ao mercado formal de habitação, garantiu-se uma acumulação de capital mais expressiva, já que os baixos salários dos/as trabalhadores/as não precisavam estar regulados aos custos da sua habitação.

No Capítulo 2 desenvolvemos um pouco mais sobre esse problema, demonstrando como que a favelização e a ilegalidade foram fatores necessários, aos quais se apoiou a urbanização brasileira principalmente a partir da década de 1990, como uma tática imposta pelo Estado para remediar a crise instaurada com o avanço neoliberal no país. O aumento de produtividade da indústria brasileira não trouxe consigo a diminuição das taxas de desemprego, enquanto os/as trabalhadores/as tiveram suas condições de trabalho precarizadas, gerando instabilidade, ampliação das subcontratações e terceirizações. Esse momento histórico teve um altíssimo custo social e ampliou nos principais centros urbanos as paisagens representativas da desigualdade social e da luta de classes.

Para além da permissividade do Estado em relação às territorializações precárias e irregulares nos centros urbanos, reconhecemos nessas ações um caráter de rebeldia e resistência dos setores populares da sociedade civil. Estes setores criam e recriam seus modos de vida nessas ações, à sua maneira, dentro de espaços urbanos em que lhes são negados direitos básicos – como o próprio direito à cidade. Ao compreendermos que a territorialização da pobreza é um modo de resistir a uma urbanização excludente, destacamos aquelas

territorializações em áreas centrais ou próximas às centralidades como tendo um caráter de resistência ainda maior. Isso porque além de garantir seu espaço de reprodução e subsistência (ficando próximos dos empregos e subempregos), o fazem em localidades onde seu acesso é muito mais dificultado e sua presença muito menos desejada – grandes exemplos são as ocupações de morros e suas encostas.

Essas experiências criam as possibilidades de homens e mulheres, pertencentes à população de baixa renda, questionarem e refletirem sobre a sua situação específica. Abrem o caminho para a percepção de sua não cidadania. O próprio ato de ocupar uma área já carrega consigo uma forma de rebeldia e um caráter educativo. É uma ação direta que grafa o espaço com representações explícitas da exclusão social enfrentada por esses indivíduos. As experiências à margem da sociedade e do espaço trazem elementos que podem fortalecer nas relações entre esses sujeitos culturas políticas dissidentes. Esse caminho influencia a formação de ações coletivas que podem atingir graus menores ou maiores de organicidade e consciência política (podendo vir a tornarem-se ativismos e/ou movimentos sociais), onde a solidariedade é um elemento muito importante no sentido do reconhecimento de si no/a outro/a e fortalece as identidades coletivas.

Ainda no segundo capítulo, trouxemos o debate acerca do caráter educativo dos movimentos sociais e sua relação íntima com a ideia de cidadania. As mais diversas opressões reproduzidas dentro da ordem socioespacial capitalista fazem com que diferentes grupos sociais se organizem em ativismos e movimentos sociais na busca pela cidadania coletiva. A exploração e dominação de classe, as intolerâncias de gênero, orientação sexual, raça e etnia (entre tantas outras) e seus desdobramentos, trazem à tona esses novos cidadãos coletivos que passam a reivindicar autonomia, visibilidade e direitos sociais de diferentes naturezas, construindo em si interações educativas. Isto é, tornam-se espaços de produção da educação não formal, através de sua movimentação a partir das suas intencionalidades compartilhadas.

A educação não formal (GOHN, 2010; 2011) foi a categoria encontrada para fundamentar nossa compreensão de que os movimentos sociais, assim como outras práticas de organização coletiva, têm um caráter educativo. Esse caráter educativo se apresenta para seus participantes, para aqueles que são alvo de suas reivindicações e demandas e para a sociedade em geral. A educação não formal atua sobre aspectos subjetivos, trabalhando e formando a cultura política, desenvolvendo laços de pertencimento e a construção de uma identidade

coletiva. Isso tende a fortalecer cada vez mais um grupo, ao criar seu acervo sociocultural e político. Através da interação, intencionalidades e percepção de questões em comum, determinados sujeitos coletivos constroem em conjunto processos educativos que visam a superação de sua situação específica e a conquista de suas demandas.

Foi com base nisso que, na sequência da pesquisa (Capítulo 3), buscou-se adentrar na trajetória da Ocupação Palmares, trabalhando primeiramente um pouco do histórico e das especificidades de Florianópolis e do Maciço do Morro da Cruz (MMC), para situar o sujeito de pesquisa no seu contexto.

A Ocupação Palmares, antes mesmo de passar a organizar-se de modo mais efetivo enquanto movimento social, já apresentava um forte caráter de resistência, ao ocupar uma área situada entre duas das regiões mais movimentadas do município em termos de atividades comerciais e disponibilidade de empregos (o Centro e os bairros nos arredores da UFSC). O grande motivador da entrada das famílias na área foi a percepção de que o pagamento dos aluguéis as impossibilitava de suprir suas necessidades básicas. Isso veio a impulsionar um sentimento mútuo de solidariedade, iniciando o amálgama de sua identidade coletiva.

Dentre a grande variedade de movimentos sociais, definimos a Ocupação Palmares como um movimento socioterritorial. Isto é, um movimento que tem a sua identidade ligada ao conflito pelo território – no seu caso, sendo um movimento socioterritorial urbano, tem sua identidade relacionada ao fato de serem sem teto e lutarem por moradia. A conflitualidade surgiu no momento em que a PMF passou a intervir na área, demolindo casas. A aparição do caso na mídia já foi um dos primeiros elementos que podemos considerar como parte do processo educativo que a ocupação começa a pôr em movimento, mesmo não estando ainda organizada. Isto porque a mídia põe a temática em evidência, levando-a ao debate público. É claro que, na maioria dos casos, os veículos da mídia corporativa se posicionam contrariamente às ações, tachando os/as ativistas de desordeiros/as. Porém, por outro lado, sem a abertura de conflitos e de suas conseqüentes repercussões, a problemática (no caso, da questão habitacional) mantém-se distante da opinião pública. Mesmo assim, a repercussão na mídia foi a responsável por aproximar outros sujeitos coletivos que já se envolviam com a luta por moradia na cidade, e que vieram a dar suporte e apoio.

A partir de então iniciou-se um novo momento para os moradores e moradoras da Ocupação Palmares, quando o espaço onde se territorializaram tornou-se *lôcus* de relações educativas cotidianas,

tendo em vista que passaram a organizar-se em assembleias, transformando as suas demandas em reivindicações. Isso não ocorreu de modo simples e nem imediato, o processo organizativo iniciado foi lento e complexo, permeado pelas mais diversas aprendizagens e trocas de saberes. Em um primeiro momento, a relação com a rede de apoio trouxe uma aprendizagem que já se deu em sua prática: da manifestação e do protesto. Com isso, muitas dessas pessoas foram, pela primeira vez nas suas vidas, reivindicar direitos frente ao poder público (PMF). Isso foi algo muito representativo, pois até então não se vislumbrava a possibilidade de enfrentamento com uma instituição que parecia tão distante de suas realidades, de sujeitos excluídos dos direitos e da cidadania. A tática da manifestação e do protesto foi assumida pelo movimento, que se utilizou dela inúmeras vezes ao longo do embate.

A organização sociopolítica do grupo se intensificou conforme as assembleias foram ocorrendo, em que temas diversos foram sendo descobertos e desvelados. Passou-se a compreender, através do diálogo, questões relacionadas a direitos básicos, a processos socioespaciais excludentes, a legislações e competências do poder público, a zoneamentos e cartografia, além de modos de organização cotidiana, formulação de uma agenda e maneiras de reivindicar e pressionar o poder público a atender as suas demandas.

As assembleias também se tornaram laboratórios em que os sujeitos, aos poucos, passaram a adquirir confiança para falar em público e expor as suas ideias. Em termos de coletividade e de pôr em movimento a educação não formal – ultrapassando as diferenças e divergências internas em prol do bem comum – exercitaram a democracia direta e participativa, dialogando, se posicionando e quando preciso, nos casos de desacordo, votando sobre as decisões.

As suas decisões foram sendo unificadas nos modos como se apresentavam enquanto sujeito coletivo nos espaços externos. E essas abordagens eram sempre elaboradas através de táticas também formuladas conjuntamente (“o que deve e o que não deve ser dito”, “como se portar”, “quais ações devem ser postas em prática em que momentos”, etc.). As negociações com os interlocutores – no caso, os órgãos públicos pertencentes à PMF –, também se configuraram enquanto relações educativas. Tanto poder público quanto movimento social organizaram-se para estudar e entender um ao outro. A cada reunião de negociação, a Ocupação Palmares reorganizava suas análises em assembleias internas, com a inserção de novos elementos nos debates, e se preparava para os próximos passos tanto em relação à sua

organização interna e espacial, como para a sequência das negociações com a PMF. Do mesmo modo, o poder público também foi descobrindo quem eram os sujeitos da Ocupação Palmares, seus objetivos e suas carências e, com isso, também organizou e reorganizou suas táticas e seus planejamentos. A dialética do conflito fez com que ambos os lados se mantivessem constantemente trocando conhecimentos, o que repercutia internamente em cada um deles, gerando sempre novas situações e possibilidades.

Em meio ao conflito com o poder público e a sua organização interna, a Ocupação Palmares envolveu-se com uma grande variedade de indivíduos e grupos, participando de diversos eventos e atividades. Todas essas relações se mostraram importantes no sentido em que os/as ativistas da ocupação difundiam em diferentes espaços os seus problemas e o seu conflito, levantando a bandeira da luta por moradia. Por outro lado, tinham acesso a outros problemas sociais que são pautas específicas de outros ativismos e movimentos sociais, como por exemplo: a luta contra as tarifas do transporte coletivo, a luta de estudantes no movimento estudantil por condições de permanência, a luta contra a privatização de espaços públicos, a luta dos/as professores/as e outras categorias na busca por melhores salários e condições de trabalho, a luta por igualdade nas relações de gênero, entre outras. Esses espaços interativos externos ao movimento serviram para fortalecê-lo internamente e também para fortalecer a sua rede de apoio, composta por grupos que prestavam um apoio mais orgânico, como a FALM e o CCAP, e também grupos que apoiavam mais pontualmente, como o MPL-Floripa, outras ocupações (Contestado e Amarildo de Souza) e alguns sindicatos.

Acompanhar o processo organizativo da Ocupação Palmares durante dois anos, participando de suas assembleias, reuniões de negociação, eventos informais e atividades voltadas a questões sociais diversas, com destaque à luta por moradia, possibilitou perceber que as mudanças socioespaciais no sentido da justiça social e, no caso do espaço urbano, ligadas ao direito à cidade, dependem em grande medida da força social de sujeitos coletivos que atuam de forma não institucionalizada, como os movimentos sociais. Esses sujeitos, ao se movimentarem em torno das suas demandas, colocando em evidência seus problemas através de suas reivindicações e ações concretas, ressignificam o espaço e a política. Sua organização – que já é, em si, educativa – se expande para outras instâncias e escalas conforme agem e resistem em relação aos problemas que enfrentam, colocando em cheque

questões que são, na maioria dos casos, invisibilizadas por agentes hegemônicos e naturalizadas pela sociedade.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Mariza Dreyer de. *O Direito à moradia X aluguel social: o debate no Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Florianópolis*. TCC (Graduação em Serviço Social), Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

AREND, Sílvia Maria Fávero. Avançando pela encosta: condições de moradia dos pobres urbanos na era Vargas. In: *Revista Esboços: Dossiê Trabalho, Cultura e Poder*. v. 12, n. 14, 2005.

ARAUJO, Hermetes Reis de. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1989.

BARROS, Ana Maria F. B.; CARVALHO; Celso S.; MONTANDON, Daniel T. O Estatuto da Cidade Comentado. In: CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Anaclaudia (orgs.). *O Estatuto da Cidade: comentado = The City Statute of Brazil: a commentary*. - São Paulo: Ministérios das Cidades; Aliança das Cidades, 2010.

BETONI, Camila Souza. *O espírito dos donos: empreendedorismo como projeto de adaptação da juventude*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

BONETI, L. W. Educação e Movimentos Sociais Hoje. ALMEIDA, M. L. P.; JEZINE, E. (Org). Educação e movimentos sociais: novos olhares. Campinas: Editora Alínea, 2007.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo à favela: a produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CARNEIRO, Pedro Machado (direção). RECHIA, Karen Christine (produção e pesquisa histórica). CIZÂNIA FILMES/OMAGO ARTE AUDIOVISUAL. *Maciço*. Florianópolis, 2009. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0nom9LyCH3g>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

DANTAS, Jefferson. *Espaços coletivos de esperança: A experiência política e pedagógica da comissão de educação do fórum do Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis/SC*. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação), Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

DAVIS, Mike. Planeta de favelas: a involução urbana e o proletariado informal. In: SADER, Emir (org.). *Contragolpes*. Seleção de artigos da New Left Review. São Paulo: Boitempo, pp. 191-218, 2006.

DEMO, Pedro. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2011.

DIAS, Leila C. D. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de; CORREA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Geografia: conceitos e temas*. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre trabalho de campo. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, n. 115, pp. 139-154, março/2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOHN, Maria da Gloria Marcondes. *Movimentos sociais e lutas pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.

\_\_\_\_\_. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2006

\_\_\_\_\_. Educação não formal e o educador social : atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortês, 2010.

\_\_\_\_\_. Educação não formal e cultura política : impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 5. ed. São Paulo: Cortês, 2011.

\_\_\_\_\_. *Movimentos sociais e educação*. 8. ed. São Paulo: Cortês, 2012.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. *I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades*. Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS, curso de Geografia da ULBRA e AGB-Porto Alegre, em 23 de setembro de 2004.

\_\_\_\_\_. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

\_\_\_\_\_. O território e a nova des-territorialização do Estado. In: DIAS, Leila C. e FERRARI, Maristela. *Territorialidades humanas e redes sociais*. Florianópolis: Insular, 2011.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

\_\_\_\_\_. El derecho a la ciudad. In: *New Left Review*, nº 53, Madrid, diciembre 2008.

HOFFMANN, Rodolfo e NEY, Marlon Gomes. *Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

INFOSOLO/UFSC – Florianópolis. “Relatório FINAL de pesquisa: *Mercados Informais de Solo Urbano nas cidades brasileiras e acesso dos pobres ao solo*” – Área Conurbada de Florianópolis. Florianópolis, março de 2006.

LIMA, Luiz Cesar de. *Classe, cultura e experiência*: E.P. Thompson e o culturalismo nas ciências sociais. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

LÜCHMANN, L. H. H.; NOBRE, A.; CARVALHO, L. A. da C.; MARTINS, M. S. Identidades e Diferenças no Movimento Comunitário de Florianópolis. In: SCHERER-WARREN, Ilse; CHAVES, Iara Maria. *Associativismo civil em Santa Catarina: trajetórias e tendências*. Florianópolis: Insular, 2004.

LYNCH, Christian Edward Cyril. *A multidão é louca, a multidão é mulher*: a demofobia oligárquico-federativa da Primeira República e o tema da mudança da capital. Manguinhos: História, Ciências, Saúde, 2013.

LONARDONI, Fernanda Maria. Aluguel, informalidade e pobreza / o acesso a moradia em Florianópolis. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MARICATO, Erminia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otilia B. F.; VAINER, Carlos; MARICATO, Erminia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 3.ed. Petropolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. O estatuto da cidade periférica. In: CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Anaclaudia (orgs.). *O Estatuto da Cidade: comentado = The City Statute of Brazil: a commentary*. - São Paulo: Ministérios das Cidades; Aliança das Cidades, 2010.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: Arantes, O. (org.) *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000 (1991).

MÜLLER, Gláucia R. R. A influência do urbanismo sanitário na transformação do espaço urbano de Florianópolis. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

NECKEL, Roselane. *A república em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

NOBRE, Andriu e CARVALHO, Leonardo Alves da Cunha. Um Breve (Re)Olhar aos Movimentos Populares de Florianópolis. In: *Revista Mosaico Social*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, Ano 2, n. 2, 2004.

OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

PEDON, Nelson Rodrigo. *Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

PIMENTA, Luís Fugazzola; PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. *Final de século e novos espaços de pobreza: os morros de Florianópolis*. Disponível em:

<[http://www.abep.nepo.unicamp.br/site\\_eventos\\_abep/PDF/ABEP2004\\_365.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_365.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Habitação e qualidade de vida urbana no Maciço Central de Florianópolis – SC. In: PIMENTA, Margareth de Castro Afeche (org.). *Florianópolis do outro lado do espelho*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. Florianópolis como espaço do público. In: PIMENTA, Margareth de Castro Afeche (org.). *Florianópolis do outro lado do espelho*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. *Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Florianópolis – PMHIS*. Florianópolis, 2012. Disponível em:

<[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/19\\_12\\_2012\\_15.01.37.4c6e751bc3c439fd103d63011f9e5001.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/19_12_2012_15.01.37.4c6e751bc3c439fd103d63011f9e5001.pdf)>. Acesso em: 04 de março de 2014.

RAMIRES, Julio Cesar de L. e PESSÔA, Vera Lúcia S. Pesquisas qualitativas: referências para pesquisa em geografia. In: MARAFON, Glaucio José *et al* [orgs.]. *Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *et al*. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RODRIGUES, Edgar. História do Movimento Anarquista no Brasil. In: RODRIGUES, Edgar. *Universo Ácrata*. Florianópolis: Editora Insular, 1999.

ROSA, Marcelo C. Ocupações de Terra. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. *Dicionário de educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SACK, Robert David. O significado da territorialidade. In: DIAS, Leila C. e FERRARI, Maristela. *Territorialidades humanas e redes sociais*. Florianópolis: Ed. Insular, 2011.

SANTOS, André Luiz. *Do mar ao morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SANTOS, Milton. *Espaço e Sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. *A urbanização brasileira*. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

\_\_\_\_\_. *O espaço da cidadania e outras reflexões / Milton Santos*; organizado por Elisiane da Silva; Gervásio Rodrigo Neves; Liana Bach Martins. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

\_\_\_\_\_. *Pobreza Urbana*. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Milton *et al.* *O papel ativo da geografia: um manifesto*. Florianópolis: XII Encontro Nacional de Geógrafos, 2000.

SARDÁ, Juliana. *Na contra-mão da lei: a repressão policial e os desviantes da ordem em Florianópolis nas primeiras décadas do século XX*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SILVEIRA, María L. Novos aconteceres, novas territorialidades. In: DIAS, Leila C. e FERRARI, Maristela. *Territorialidades Humanas e Redes Sociais*. Florianópolis: Ed. Insular, 2011.

SOUZA, Marcelo J. L. *A Prisão e a Ágora: Reflexões em torno da Democratização do Planejamento e da Gestão das Cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. A “nova geração” de movimentos sociais urbanos – e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. In: *Revista CIDADES: Ativismos sociais e espaço urbano*, v.6, n.9. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2009.

\_\_\_\_\_. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Ina Elias de; CORREA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Geografia: conceitos e temas*. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

\_\_\_\_\_. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

SOUZA, Marcelo J. L. e TEIXEIRA, Eduardo T. Fincando Bandeiras, ressignificando o espaço: territórios e “lugares” do movimento dos sem-teto. In: *Revista CIDADES: Ativismos sociais e espaço urbano*, v.6, n.9. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2009.

SOUZA, Murilo M. O. e PESSÔA, Vera Lúcia S. O trabalho de campo em geografia: por uma perspectiva participante de investigação científica. In: *Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas*. MARAFON, Glaucio José *et al* [orgs.]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

SUGAI, Maria Inês. *Segregação silenciosa: investimentos públicos e distribuição sócio-espaical na área conurbada de Florianópolis*. 2 v. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

TENDLER, Silvio (diretor). *Encontro com Milton Santos ou O Mundo Global visto do lado de cá*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0nom9LyCH3g>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

THOMPSON, E. P. *Tradicón, revuelta y consciência de classe*. Barcelona: Grijalbo, 1979.

TOMÁS, Elaine Dorighello. *Antigos e novos olhares sobre o Maciço do Morro da Cruz: de não território a território do PAC-Florianópolis*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otilia B. F.; VAINER, Carlos; MARICATO, Erminia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 3.ed. Petropolis: Vozes, 2002.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs.). *O Processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. *Espaço intra-urbano no Brasil*. 2.ed. São Paulo (SP): Studio Nobel, FAPESP, 2001.

VIANNA, Heraldo Marelim. *Pesquisa em educação: a observação*. Brasília: Plano Editora, 2003.

ZIBECHI, Raúl. *Autonomia y emancipaciones: América Latina en movimiento*. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2007.



## APÊNDICES

### Apêndice A – Cópia do termo de autorização da publicação de dados das entrevistas

#### ***TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO***

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa **“O CARÁTER EDUCATIVO DOS/NOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: O caso da Ocupação Palmares em Florianópolis/SC”**. Neste estudo pretendemos investigar os processos educativos – no âmbito da educação não formal – que se constituem ao longo da organização sociopolítica de movimentos sociais, tendo como sujeito de pesquisa para o estudo de caso a Ocupação Palmares, localizada entre as comunidades da Serrinha I e Alto da Caieira, no Maciço do Morro da Cruz. Também temos a intenção de estudar os processos urbanos que fazem com que surjam nas cidades assentamentos informais e ocupações urbanas nas cidades e as formas como as suas territorializações caracterizam uma maneira de resistir às pressões da segregação espacial que fazem com que o destino de grande parte da população empobrecida sejam as periferias.

O motivo que nos leva a estudar esse assunto é o entendimento da necessidade de se valorizar experiências educativas que vão além do modelo formal de escolarização e do entendimento do papel fundamental que ativismos e movimentos sociais têm nas possibilidades de educar a sociedade civil de um modo geral para a compreensão do que é a cidadania e a justiça social, construindo relações sociais e um espaço em que os direitos humanos sejam priorizados. Para este estudo, adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): Primeiramente, buscar-se-á uma ampla bibliografia que nos permita obter uma compreensão aprofundada do tema da pesquisa, ajustando as ferramentas às quais conduzirão o nosso olhar no estudo. Também será feita a coleta de dados através da observação participante, onde a convivência no espaço onde está o sujeito de pesquisa (Ocupação Palmares) possibilitará ao pesquisador uma noção ampliada das dinâmicas e do cotidiano do mesmo. Por último, as entrevistas às quais de refere este termo serão feitas com indivíduos participantes dos processos pelos quais o sujeito de pesquisa se envolveu durante a trajetória analisada no estudo.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper

a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador. O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Este estudo apresenta risco mínimo, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, ler, etc. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do documento de Identidade \_\_\_\_\_, fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Florianópolis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_ .

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) pesquisador(a)

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

**PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: JOÃO MARCELO VELA**

**ENDEREÇO: RUA EUCLIDES LAGO – 121 – AP 01. BAIRRO INGLESSES DO RIO VERMELHO**

**FLORIANÓPOLIS - SC - CEP: 88058-066 - FONE: (48) 9640-4199 /**

**E-MAIL: [JOTAMAVRICK@GMAIL.COM](mailto:JOTAMAVRICK@GMAIL.COM)**

**Apêndice B – Cópia do roteiro da entrevista semiestruturada –  
Ocupação Palmares**

**Instrumento de Pesquisa**  
**Roteiro de Entrevistas para Dissertação de Mestrado**  
**Mestrando: João Marcelo Vela**  
**Orientação: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosa Elisabete Militz Wypczynski Martins**

<b><u>Questionário</u></b>
<b>Fale um pouco da sua história e trajetória de vida antes de chegar aqui. (De onde veio e as coisas pelas quais passou)</b>
<b>Por que você decidiu construir sua casa na Ocupação Palmares? O que te fez chegar até aqui?</b>
<b>O que mudou em você depois que os moradores e moradoras da Ocupação Palmares se organizaram para lutar por moradia? (Começando a fazer reuniões, manifestações e a pensar sobre o problema)</b>
<b>Como você entende que a luta por moradia e a vivência na ocupação contribui para a educação das moradoras e dos moradores da Ocupação Palmares? O que você tem aprendido aqui que faz diferença na sua vida?</b>
<b>Qual é a importância deste espaço coletivo (a Ocupação Palmares) para resolver os problemas enfrentados pela comunidade?</b>

Florianópolis, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Apêndice C – Cópia do roteiro de entrevista semiestruturada –  
FALM**

**Instrumento de Pesquisa  
Roteiro de Entrevistas para Dissertação de Mestrado  
Mestrando: João Marcelo Vela  
Orientação: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rosa Elisabete Militz Wypyczynski Martins**

<b>Questionário</b>
a) <b>Comente um pouco sobre o que é a Ocupação Palmares e a sua história</b> (Como surgiu; por quê?; sua luta e suas demandas; avanços e retrocessos, etc.).
b) <b>Qual a importância para as famílias da Ocupação Palmares terem ocupado a área em que estão? Qual a importância deste espaço para a vida destas pessoas?</b>
c) <b>O que a organização trouxe de positivo para a Ocupação Palmares?</b>
d) <b>Como essa organização repercute para os indivíduos da ocupação enquanto um processo educativo? O que essas pessoas aprenderam durante essa trajetória?</b>
e) <b>Como ocorreu o seu envolvimento com a Ocupação Palmares? E como esse envolvimento foi educativo para você?</b>
f) <b>Qual foi o papel da FALM (Frente Autônoma de Luta por Moradia) para a organização e para a luta da ocupação? Como a FALM atua junto à ocupação?</b>

Florianópolis, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

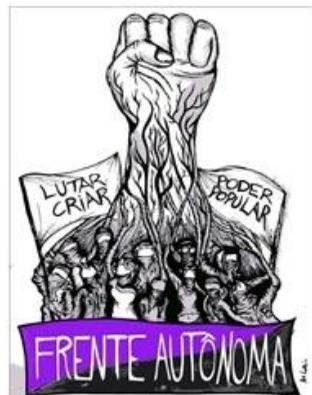
## ANEXOS

### Anexo A – Cópia do Panfleto da FALM elaborado para a Ocupação Palmares

#### FRENTE AUTÔNOMA DE LUTA POR MORADIA (FALM)

##### O que é a “Frente”?

Nós somos a Frente Autônoma de Luta por Moradia (FALM), ou só “Frente”. Agregamos nesse coletivo pessoas que participam e/ou já participaram de outras lutas e movimentos sociais na região da Grande Florianópolis - lutas contra o aumento da tarifa, lutas pela educação, por trabalho, luta pelos direitos das mulheres, lutas nos bairros da periferia, etc. Estamos atuando na Ocupação Contestado desde seu início (e agora também na Palmares), porque temos em comum a vontade de lutar pela moradia através dos mesmos princípios.



##### E qual nosso papel na Ocupação?

Estamos participando da Ocupação Palmares porque acreditamos que essa luta é muito importante, pois une muitas famílias para reivindicar uma necessidade básica de milhares de pessoas da Grande Florianópolis, o direito à moradia. Queremos ajudar na construção desse movimento, lado a lado com as moradoras e moradores, mas sabendo que as decisões devem vir de quem realmente vive na Ocupação e constrói essa luta diariamente. Este é um espaço de resistência e luta por uma vida digna, justa e livre.

Defendemos também que o movimento desenvolva **autonomia**, ou seja, no processo de organização e luta todos/as aprendemos a nos organizar e **decidir** sobre os rumos do movimento. Nós, da Rede de Apoio, podemos ajudar, mas as decisões devem vir das moradoras e moradores, porque o movimento é dos/as sem-teto. Cada morador ou moradora deve ser protagonista dessa luta e ter orgulho do que ela representa!

Acreditamos que somente trabalhando juntos/as e com organização podemos aumentar cada vez mais nossa força para atingirmos nossos objetivos. E pra que isso ocorra, entendemos que a melhor maneira é através da **autogestão**, que significa que todos, homens e mulheres, devem ter os mesmos direitos e deveres na participação, nas tarefas e tomadas de decisões, já que estão todos/as lutando juntos/as pela mesma causa.

Esperamos que, além de conquistar moradia digna para moradoras e moradores da Ocupação Palmares, essa luta leve a outras ocupações e novos movimentos de reivindicação. Nessa sociedade, a juventude, trabalhadoras e trabalhadores precisam **conquistar** cada direito, pois nada vem de presente dos de cima (empresários e governantes), então a luta não termina apenas com uma casa nova. E com a nossa luta hoje que entendemos a nossa sociedade e aprendemos juntos/as a transformá-la!



Nosso objetivo de longo prazo é construir um mundo em que não existam patrões e empregados/as, milionários e povo sem-teto, mas onde todas as pessoas tenham seus direitos respeitados, sejam mulheres ou homens, negras ou brancas, gays, desempregadas e pobres. Um mundo sem divisão entre **classes sociais** ou qualquer outro tipo de **opressão**. Vamos construir esse mundo juntos/as com nossa luta!

**Lutar, Criar, Poder Popular!**

**Palmares, RESISTE!**



## **Anexo B – Estatuto Social da Associação Palmares**

### **ASSOCIAÇÃO PALMARES / ESTATUTO SOCIAL**

#### **CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS**

Art. 1º Com a denominação Associação Palmares, fundada em 18 de novembro de 2014, com sede na Rua Transcaeira, s/n, bairro Serrinha, Florianópolis, Santa Catarina. Terá como foro jurídico o município de Florianópolis, Santa Catarina, com capacidade de representação em todo o território nacional, sob forma de Associação Civil, autônoma, de direito privados, sem fins lucrativos e tempo indeterminado de duração, composta de número ilimitado de associados, sem qualquer distinção de crença, raça, cor, sexo, preferência partidária ou categoria social, nacionalidade e profissão. Reger-se-á pelo presente estatuto e normas de direito que lhe são aplicáveis.

#### **Art. 2º DO QUADRO SOCIAL: DIREITOS**

**A ASSOCIAÇÃO PALMARES**, na defesa de melhores condições de vida para a comunidade que representa, dirigindo-se com prioridade aos grupos familiares e pessoas ali residentes, tem como objetivos primordiais:

I – Congregar os moradores que, através de manifestações e ações diretas, comprometam-se a propugnar prioritariamente, pela melhoria da qualidade de vida em sua área de atuação;

II – Estimular e apoiar a defesa dos interesses comunitários, fomentando o desenvolvimento do espírito associativo, buscando e oferecendo subsídios, sempre que possível, com recursos técnicos, materiais e humanos;

III – Proporcionar a ampliação da organização comunitária dentro de sua área de atuação, principalmente entre os conglomerados de baixa renda, a fim de que os mesmos possam melhor reivindicar seu direito às diversas políticas institucionais de desenvolvimento urbano sustentável;

IV – Prestar assessoria aos moradores e moradoras, encampando seus pleitos nas relações com os diversos entes do Poder Público em suas instâncias municipal, estadual e federal.

V – Propiciar espaços de reflexão onde os moradores possam, em conjunto, traçar planos para alcançar melhorias localizadas ou integradas a todo o Município;

VI – Encaminhar as demandas comunitárias aprovadas em assembleias, ordinárias ou extraordinárias, aos entes do Poder Público;

VII – Buscar consultoria, orientação técnica e articulação política a fim de consolidar a sua organização dentro do movimento comunitário no Município de Florianópolis;

VIII – Elaborar projetos de âmbito local, principalmente aqueles que contemplem o desenvolvimento sustentável, destinados a atender às necessidades dos moradores e das moradoras, dentro de sua área de atuação;

IX – Defender de modo inexorável o meio ambiente, a qualidade de vida, a cidadania e os direitos humanos;

X – Manifestar, publicamente, posicionamentos sobre assuntos que sejam de interesse da sua comunidade em particular ou que necessitem esclarecimento público;

XI – Buscar a captação de recursos financeiros e técnicos para projetos próprios, priorizando aqueles que contemplem a formação e o resgate da cidadania;

XII – Participar, ativamente, oferecendo seus representantes locais, das iniciativas do movimento comunitário de todos os Conselhos Municipais, já existentes ou que venham a ser criados, assim como nos fóruns temáticos específicos ou populares, e em quaisquer manifestações populares organizadas que objetivem implantar no Município de Florianópolis a participação, com direito a voz e voto, nas decisões governamentais de interesse geral da população;

XIII – Trabalho e geração de renda; cursos técnicos de qualificação profissional; orientação técnica e estímulo à formação de cooperativas de trabalho, de consumo, de crédito e outras;

XIV – Meio Ambiente – melhoria das condições de saneamento;

XV – Saúde – Atendimento ao usuário em defesa da criação de mais um posto de saúde perto da comunidade, com médicos e enfermeiros;

XVI – Criação de uma área de esportes e lazer, com programas que incentivem atividades esportivas, recreativas e outras;

XVII - Criação de um espaço e centro comunitário com finalidade de congregar os moradores e moradoras, incentivando assim, a regularidade das reuniões e assembleias, assim como, demais atividades de cunho social;

XVII – Garantir a luta por moradia por um terreno que seja adequado àquela demanda da comunidade, que beneficie todos e todas os moradores assim como o entorno a ela, para que as redes de saneamento, luz, água, acesso e mobilidade para portadores de deficiência física e telefone, possam ser usufruídas como direito básico garantida na Constituição Federal.

### **Art. 3º. A ASSOCIAÇÃO TERÁ COMO OBJETIVO:**

I. Mobilizar e organizar os moradores para obter dos poderes públicos, em todos os seus níveis, a regularização da propriedade da terra; obter condições de financiamento mais favoráveis para aquisição dos bens móveis e imóveis voltados aos interesses da coletividade;

II. Promover a ideia da autogestão comunitária no sentido de capacitar os moradores e moradoras a desenvolverem com autonomia o modelo habitacional próprio, construção civil e demais particularidades que digam respeito à sua comunidade. Desenvolver projetos e estabelecer negociações junto a agentes financeiros, com o objetivo de obter financiamento para a construção e melhoria das moradias e do conjunto habitacional;

III. Promover toda a espécie de benfeitoria para a urbanização e completa infra- estrutura da área compreendida pela Associação;

IV. Promover a edificação e manutenção de espaços de uso coletivo do conjunto habitacional, bem assim a administração de seu uso;

V. Estabelecer as normas de construção e regimento de obras para toda e qualquer edificação no conjunto habitacional;

VI. Efetuar compras comunitárias de bens de utilidade de seus associados;

VII. Efetuar a produção comunitária de bens de utilidade de seus associados;

VIII. Requerer junto às repartições do Poder Público em geral, ou seus concessionários, qualquer realização de obras ou implantação de equipamentos de uso comunitário, que seja de interesse comum dos associados;

IX. Viabilizar serviços comunitários para os associados da entidade no âmbito da educação, cultura, recreação, lazer, saúde entre outros; A associação terá em seu livre direito, a liberdade para garantir à comunidade, todo o acesso e as ferramentas para a promoção da cultura, do lazer, da educação, entre outras atividades, de forma independente e autogerida, garantindo assim, sua autonomia.

X. A título de propriedade coletiva: intermediar qualquer revenda de unidade habitacional do empreendimento, inclusive selecionando futuros moradores e moradoras de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos; Todo comércio interno de casas deve ser considerado ilegal.

XI. Estabelecer contatos com entidades congêneres objetivando a realização de intercâmbio de experiências, inclusive com a articulação de movimentos sociais, em nível estadual, federal e internacional, com o objetivo de capacitar os associados da entidade;

XII. Favorecer atividades específicas para promover habilitação profissional, atendimentos a grupos de crianças adolescentes, capacitação de jovens, adultos, idosos, portadores de deficiência física entre outros;

XIII. Desenvolver atividades recreativas, sociais, esportivas, assistenciais e culturais que estiverem ao seu alcance;

XIV. Participar da luta geral da sociedade pelo estabelecimento da democracia plena, entendida como a conquista de condições dignas de vida, liberdade de expressão, de organização e de promoção;

#### **Art. 4º DO QUADRO SOCIAL: DEVERES**

I – Serão admitidos no quadro social da Associação Palmares todas as pessoas acima de 18 (dezoito) anos, desde que se comprometam a aceitar e cumprir este estatuto, além de regulamentos e resoluções tomadas em assembleias.

II – O quadro social será composto por número ilimitado de associados, desde que estes sejam residentes na comunidade.

III – Os moradores e moradoras que infringirem as normas estatutárias estarão sujeitos a penalidades, que serão aplicadas em conformidade com o grau da infração, na seguinte ordem: advertência por escrito; suspensão; exclusão.

Parágrafo Único: As penalidades serão aplicadas pelo Conselho, obedecendo às disposições estatutárias depois de apuradas as causas, cabendo aos sócios envolvidos, entretanto, recursos a serem representados e apreciados em assembleia geral.

IV – Serão excluídos membros do quadro social da Associação de Moradores da Palmares:

A – Mediante solicitação por escrito.

B – Aquele que prejudicar o bom nome da entidade, em virtude do descumprimento das disposições estatutárias ou pela prática de atos lesivos aos interesses e objetivos da entidade.

C – Por falecimento.

D – Pela mudança de região.

## **DAS COMPETÊNCIAS E ESTRUTURAS DOS ÓRGÃOS QUE ADMINISTRAM A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA PALMARES**

I – São órgãos que administram a Associação de Moradores:

1. Assembleia geral;
2. Conselho;
3. Conselho fiscal.

II – Assembleia geral: é o órgão soberano da Associação de Moradores da Palmares. Compõe-se de todos os associados no pleno gozo de seus direitos, quites com suas obrigações pecuniárias, tendo facultado o direito de resolver, dentro da lei e dos dispositivos estatutários, todos os assuntos concernentes às atividades e fins da entidade.

Compete à assembleia geral:

1. Eleger o conselho geral e financeiro;
2. Decidir sobre as reformas do estatuto;
3. Decidir sobre a extinção da entidade, nos termos do artigo 36º;
4. Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais.

Parágrafo Único: A entidade não remunera, sob qualquer forma, os membros de seu conselho geral e financeiro, bem como as atividades de seus associados, cuja atuação é inteiramente voluntária.

III – A assembleia geral se reunirá ordinariamente:

1. Para apreciação relatório anual do conselho geral;
2. Para eleição do conselho geral e financeiro.

As assembleias gerais ordinárias deverão ser convocadas pelo representante da Associação de Moradores da Palmares, através de edital publicado em órgão de imprensa de circulação diária no município cujas cópias deverão ser afixadas na sede da entidade e em pontos que melhor facilitem a divulgação, em circulares e em outros meios convenientes, com antecedência mínima de trinta dias ou extraordinariamente com antecedência de 48 horas.

Parágrafo Único: As assembleias gerais realizar-se-ão em primeira convocação com 2/3 dos sócios e em segunda convocação, a ser realizada sessenta minutos após a primeira convocação, com qualquer número de presentes.

Conselho Geral: É o órgão de execução de todas as atividades da Associação de Moradores da Palmares, formada por: 2 representantes e 2 suplentes (1 homem e 1 mulher em cada função), 2 secretários (1 homem e 1 mulher), 2 tesoureiros (1 homem e 1 mulher).

## **DAS RECEITAS**

Constituem receitas:

A – As contribuições de pessoas físicas ou jurídicas.

B – As doações e as subvenções recebidas diretamente da União, dos estados e dos municípios ou por intermédio de órgãos públicos da administração direta ou indireta.

C – Os valores recebidos de auxílios e contribuições ou resultantes de convênios com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, não destinados especificamente à incorporação em seu patrimônio.

Este estatuto entra em vigor na data de sua a aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 18 de novembro 2014

---

Presidente:

---

Vice-Presidente:

---

Secretária:

## **Anexo C – Carta à Floram e à Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental da PMF (2015)**

### **Carta à Floram e à Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental da PMF**

A Ocupação Palmares, iniciada há aproximadamente três anos, entre as comunidades da Serrinha e do Alto da Caieira, no Maciço do Morro da Cruz, vem sofrendo continuamente com ações violentas e injustificadas da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), que por diversas vezes invadiu o precário espaço de moradia ocupado para demolir as casas das famílias sem demonstrar interesse em, de fato, resolver o problema.

Em julho de 2013, uma operação de parceria entre Floram, Defesa Civil, Polícia Militar e Guarda Municipal de Florianópolis demoliu quatro casas, em duas ações, sem mandado judicial ou qualquer documento que as legalizasse, utilizando para isso uma empresa contratada, com funcionários fazendo uso de motosserra e marretas. Por ironia, afirmou-se que a ação seria pela segurança das famílias que se encontravam em área de risco. Mas após deixá-las sem ter onde morar, nenhuma compensação ou alternativa foi oferecida. Alegou-se que as demolições eram legais, pois as casas não estavam ocupadas. As pessoas que ali moravam estavam em seus respectivos empregos e tiveram uma desagradável surpresa quando retornaram para o período de descanso.

Até hoje, muitas operações já se sucederam no local: casas foram demolidas diversas vezes, materiais comprados com nota fiscal foram confiscados e não devolvidos; pessoas em todas as casas foram autuadas por construção em Área de Preservação Permanente (APP), sujeitas a multas e despejos (demolição de suas casas) e pessoas foram agredidas como se fossem criminosas.

No dia 28 de fevereiro de 2014, sábado de carnaval, por volta das 14 horas, Floram, Polícia Militar e CHOQUE foram autores de uma operação criminosa e desastrada no local. Ameaçando confiscar as madeiras de um morador, os policiais armados partiram para o confronto com moradoras e moradores. Mulheres, homens e crianças foram atacados com *spray* de pimenta e alguns foram atingidos por cacetadas e tiro de bala-de-borracha. Um dos moradores teve de ir ao hospital devido a um ferimento profundo na cabeça. Agressões verbais, que são recorrentes, voltaram a ocorrer por parte da Polícia Militar, usando

palavras de baixo calão para mães e pais de família, em frente a seus filhos e filhas. Durante a operação, metade de uma casa foi destruída e estiveram no local quatro viaturas com 16 policiais fortemente armados.

No dia 03 de março o trabalho foi terminado. A casa que tinham derrubado pela metade foi, nessa tarde, completamente destruída. Não bastasse isso, levaram todas as madeiras, móveis e eletrodomésticos dos moradores, sendo que estes fazem parte das famílias cadastradas pela assistência social da prefeitura e moravam ali há meses. Mais uma vez, nenhuma medida de compensação foi oferecida nessa ação sem ordem judicial – como todas as outras – e hoje, esses moradores, ainda endividados em relação às madeiras confiscadas, estão se endividando ainda mais com o aluguel.

Na terça-feira, 11 de março, foi dado um passo importante para esta negociação, quando se firmou um acordo, documentado, de que nenhuma casa seria demolida, se nenhuma outra casa fosse construída pela Ocupação Palmares. Isso demonstra abertura para o diálogo, e é o que continuaremos buscando. Foi apenas um primeiro passo, já que muitas coisas ainda seguem pendentes e as famílias seguem em condições precárias devido a não possibilidade de ampliação das casas para o atendimento da higiene mais essencial, como a construção de banheiros. Além de ainda haver coabitação, pois não há casas suficientes para o número de famílias – a PMF cadastrou 23 famílias pela assistência social. A leitura que fazemos desse cenário é de que a Prefeitura precisa estar mais atenta às questões legais envolvendo esse impasse, podendo, através do cumprimento de suas obrigações, auxiliar essas famílias quanto à cidadania e inclusão social, através das condições mínimas para uma sobrevivência menos precária, com dignidade.

A área em que está situada a Ocupação Palmares está classificada como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), ou seja, uma área demarcada para urbanização e moradia popular. Essas zonas foram instituídas através da Lei Complementar Municipal 207/2005, que permitiu a classificação de muitas comunidades como tais, prevendo inúmeras benfeitorias e a possibilidade da regularização fundiária das áreas ocupadas. Para que uma área seja gravada como ZEIS é necessária a aplicação de várias ações de diferentes naturezas, como a inserção em Planos Municipais de Habitação Social que levem em conta a dimensão social e ambiental. No plano, devem ser previstas ações de geração de emprego e renda, melhoria de infraestrutura, regularização fundiária,

instalação de equipamentos urbanos, como escolas, creches, postos de saúde, etc. Infelizmente, após dez anos de estabelecimento desta lei, pouco se vê da infraestrutura necessária.

Além de ser parte de uma ZEIS, a área onde se localiza a Ocupação Palmares mescla tipos de zoneamento instituídos antes dessa lei – devido aos diferentes índices de declividade – que são: Área de Preservação Permanente (APP – acima de 46,6%) e Área de Preservação com Uso Limitado (APL – entre 30% e 46,6%), além de áreas com a declividade abaixo de 30%, segundo consta no próprio sítio virtual do Geoprocessamento Corporativo da PMF. Com isso, sabe-se que nem todas as casas da ocupação encontram-se em Área de Risco, conforme acreditamos que o laudo técnico elaborado pela PMF – produzido após as ações de remoção – deve apontar.

É importante levar em conta que, como ZEIS, há algumas especificações que trazem grande preocupação em relação à legalidade das ações da PMF. Por exemplo, em relação ao que podemos ler no documento *Estatuto da Cidade Comentado* – disponível no sítio virtual do Ministério das Cidades – que afirma que *“a instituição de uma área ocupada como ZEIS permite que se estabeleçam, para aquela porção do território, parâmetros urbanísticos especiais que respeitam a forma de ocupação realizada pela comunidade. Assim, pode-se admitir, por exemplo, sistemas viários compostos por vias mais estreitas, que melhor se adaptem a ocupações em áreas de elevada declividade ou mesmo consolidar ocupações em áreas de preservação ambiental, diminuindo a necessidade de remoção de moradias no processo de regularização fundiária. O instituto permite também que sejam implantados mecanismos que impeçam a posterior expulsão dos moradores dos núcleos regularizados por segmentos sociais de maior poder econômico, atraídos pela valorização desses terrenos”*.

E também, de acordo com o artigo 3º da Lei Complementar Nº 207/2005,

*“Nas ZEIS do Morro da Cruz, o Poder Executivo fica autorizado a promover projetos de regularização fundiária e urbanística e de edificações, nos termos da legislação específica de cada ZEIS.*

*§ 1º Os projetos de regularização fundiária e urbanística deverão prever acessibilidade para pedestres e veículos de segurança; delimitar parques e*

*APPs por vias ou ciclovias; fazer reconhecimento oficial de logradouros e numeração de imóveis; e propiciar a integração das comunidades carentes com os bairros do entorno e com a cidade.*

*§ 2º As edificações situadas em áreas de risco ou no interior da poligonal do Parque do Morro da Cruz **poderão ser relocadas** pela Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental.”*

No entanto, após a Defesa Civil realizar pela sua competência um laudo técnico, indicando que o perímetro ocupado está acima do nível permitido pelo índice de declividade do terreno, torna indiscutível a questão da classificação da amplitude de declividade, evidenciando a vulnerabilidade da comunidade. Vale lembrar que áreas de risco são aquelas comprovadas por estudo técnico realizado por profissionais preparados para analisar esse tipo de situação, ou mesmo de peritos. Também é preciso destacar que as pessoas não foram acompanhadas nestes estudos, em processo democrático de participação dos moradores, e seguindo a lei, é necessário prever, antes de qualquer situação de remoção, formas de garantir o direito à moradia das famílias atingidas.

É exatamente por isso, que desde o ano passado, a prefeitura intensificou o combate às ocupações de terrenos públicos em todo o município, promovendo uma série de ações de reintegração, geralmente com o uso da força. Com total ciência do espaço ocupado, a Ocupação Palmares vive num contexto que está mudando definitivamente a imagem da cidade e da Grande Florianópolis. A cidade conurbada não consegue mais exibir seu belo cartão postal de visita, com favelas e aglomerados em todos os cantos das vias de acesso. A Ocupação Palmares, assim como outras, “surge” então neste contexto, organizando-se para fazer cumprir aquilo que a carta magna do país tem como prioridade: o direito à moradia como necessidade básica. A comunidade entende que deixar apenas nas mãos do Estado esta função de prover a manutenção de seus estatutos, no que diz respeito à função social da propriedade e da desapropriação por interesse social, é não esquecer que o mesmo Estado promulga ações, muitas vezes contrárias à sua natureza democrática. Não deve ser o mercado imobiliário o responsável por ditar as regras.

Os moradores e moradoras da Ocupação Palmares conhecem seus direitos, que devem ser respeitados. Mesmo em caso de despejo,

deverá haver uma prévia consulta para ouvir todos os envolvidos, prévia informação com a data da ação, presença de seus representantes, identificação de todos que vão executar a ação, auxílio médico aos doentes e necessitados, etc. Isto é dever do Poder Público, garantir a moradia das pessoas, que não podem ficar na condição de “sem teto”. Todo reassentamento de pessoas é necessário para sua própria proteção. Neste caso, a Ocupação Palmares lembra que é dever do Estado destinar um projeto alternativo. E que no caso de pessoas não reassentadas, deve haver uma compensação justa, não importando a forma legal da residência – as pessoas devem receber proteção mesmo se não tiverem título ou documentação formal relacionados à sua casa. Despejos forçados são considerados ilegais quando realizados com uso de força física, violência ou intimidação, que resultem em pessoas e famílias desabrigadas (e/ou agredidas), ameaças e destruição de bens das famílias afetadas.

Por isso entende-se que neste diálogo, para além das promessas e cadastros, são necessárias ações que tragam de fato melhorias para a vida das famílias. Para que possamos acreditar que a Prefeitura está buscando cumprir com a sua parte do acordo firmado no intuito encontrar uma solução para o problema. Quanto a isso, a comunidade, por meio da Associação Comunitária Palmares, se coloca aberta ao diálogo e à colaboração.

**Pelo que foi exposto, solicitamos por meio do Conselho de Habitação:**

- 1. Em não havendo a possibilidade de as famílias serem assentadas na área em que estão, que seja aberto diálogo referente a destinação para uma outra área. A Ocupação Palmares se compromete a somar esforços com o Poder Público na busca pela garantia da moradia às famílias ali residentes;**
- 2. Reconhecimento da Associação de Moradores (Associação Comunitária Palmares) como entidade legítima de representação das famílias desta comunidade, legalmente registrada em cartório, sendo responsável por todo o diálogo com o Poder Público através de seus representantes legais;**
- 3. Acordo para interrupção das intervenções policiais dentro da comunidade. Que toda a ação de órgãos públicos na comunidade seja agendada junto à Associação de Moradores, fazendo-se o**

**diálogo com a comunidade e o Conselho de Habitação. Enquadra-se neste item a retenção de móveis e quaisquer pertences dos moradores;**

**4. Em razão de famílias encontrarem-se há mais de 2 anos em condições precárias de saneamento e higiene, a permissão para construção de banheiros nas casas, além de reformas nas casas e/ou lotes a fim de garantir a salubridade;**

**5. Acordo formal para a garantia de permanência das 16 casas já construídas pela Ocupação Palmares, desde o acordo feito com a PMF e Floram em reunião;**

**6. Permissão para que sejam viabilizadas infraestruturas básicas para o cotidiano comunitário e saúde das pessoas, como escadas, hortas e um espaço coletivo (levando-se em conta que há na comunidade crianças, mulheres grávidas, idosos/as e pessoas com necessidades especiais);**

**7. Que seja aberto um diálogo com a Assistência Social para que haja atenção às famílias nos casos referentes ao acesso a creches, postos de saúde, CadÚnico, entre outras questões;**

**8. Acesso a uma cópia do laudo técnico da área produzido pela Defesa Civil;**

**9. Possibilidade para um novo cadastramento por parte da PMF, tendo em vista que devido à dinâmica da comunidade, relacionada à condição precária das famílias, houve algumas alterações.**

**10. Um documento assinado, com o parecer sobre cada um destes itens de reivindicação em que conste um prazo para a análise e resolução desses problemas;**



Florianópolis, 05 de maio de 2015.